ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLV Nº 227 Brasília - DF, terça-feira, 27 de novembro de 2018 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 12
Ministério da Cultura 21
Ministério da Defesa 27
Ministério da Educação 27
Ministério da Fazenda 31
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 41
Ministério da Integração Nacional 42
Ministério da Justiça 42
Ministério da Saúde 45
Ministério da Segurança Pública 49
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 51
Ministério das Cidades 51
Ministério de Minas e Energia 52
Ministério do Desenvolvimento Social 69
Ministério do Esporte 70
Ministério do Meio Ambiente 71
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 72
Ministério do Trabalho 78
Ministério dos Direitos Humanos 81
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 83
Conselho Nacional do Ministério Público 84
Ministério Público da União 86
Poder Judiciário 87
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 90

..... Esta edição completa do DOU é composta de 94 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.500 **(1)**

ORIGEM : ADI - 59522 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC
ADV.(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL (49621/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, admitiu a ação direta de inconstitucionalidade e julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 13.348, de 3 de maio de 2005, do Estado de Santa Catarina, incluída a inserção referente às placas de advertência aos usuários, isso considerado o arrastamento, nos termos do voto do Relator. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2018

COMPETÊNCIA NORMATIVA - *SHOPPING CENTER* - ESTACIONAMENTO - COBRANÇA - DISCIPLINA LOCAL. Surge conflitante com a Constituição da República lei de unidade da Federação dispondo sobre isenção do pagamento de estacionamento em *shopping center.* Precedentes: medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade nº 1.623/RJ, relator ministro Moreira Alves, e ações diretas de inconstitucionalidade nº 2.448/DF, relator ministro Sydney Sanches, nº 1.918/ES, relator ministro Maurício Corrêa, e nº 1.623/RJ, relator ministro Joaquim Barbosa, com acórdãos publicados no Diário da Justiça de 5 de dezembro de 1997, 13 de junho de 2003, 1º de agosto de 2003 e 15 de abril de 2011, respectivamente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.894 **(2)**

ORIGEM : ADI - 66906 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE - CNTS
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO DE ALVIM COSTA (46855/MG)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.713, de 7 de fevereiro de 2007, do Estado de Rondônia, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2018.

COMPETÊNCIA NORMATIVA - DIREITO DO TRABALHO. Cumpre à União legislar sobre direito do trabalho, incluída a jornada de integrantes de categoria profissional.

PROCESSO LEGISLATIVO - INICIATIVA - REGIME JURÍDICO DE SERVIDOR. Consoante dispõe o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal, incumbe ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei que verse regime jurídico de servidor. A norma é de observância obrigatória por estados e municípios.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.314 **(3)**

ORIGEM : ADI - 125416 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : LIDIANE DUARTE NOGUEIRA (89665/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, admitiu a ação direta de inconstitucionalidade e julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 13.856, de 26 de agosto de 2009, nos termos do voto do Relator. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2018.

LEGITIMIDADE - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - COMÉRCIO - GORJETAS. Quando em jogo o comércio e a problemática alusiva à gorjeta, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC é parte legítima para figurar como autora de ação direta de inconstitucionalidade.

COMPETÊNCIA NORMATIVA - DIREITO DO TRABALHO E CIVIL. Conforme versado no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, cabe à União dispor sobre Direito do Trabalho e Civil. Não pode Estado-membro potencializar a defesa do consumidor para justificar a abordagem da matéria.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.348 **(4)**

ORIGEM : ADI - 4348 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta para declarar inconstitucionais os artigos 26 e 28, *caput* e parágrafo único, da Lei Complementar Estadual 149, de 20/10/2009, do Estado de Roraima, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Rosa Weber. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2018.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 26 E 28 DA LEI COMPLEMENTAR 149/2009 DO ESTADO DE RORAIMA. APROVAÇÃO PRÉVIA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DOS TERMOS DE COOPERAÇÃO E SIMILARES FIRMADOS ENTRE OS COMPONENTES DO SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - SISNAMA NAQUELE ESTADO. IMPOSSIBILIDADE. ADI JULGADA PROCEDENTE.

I - É inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes, a submissão prévia ao Poder Legislativo estadual, para aprovação, dos instrumentos de cooperação firmados pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

II - A transferência de responsabilidades ou atribuições de órgãos componentes do SISNAMA é, igualmente, competência privativa do Poder Executivo e, dessa forma, não pode ficar condicionada a aprovação prévia da Assembleia Legislativa.

III - Ação direta julgada procedente.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.171 **(5)**

ORIGEM : ADI - 160706 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S) : CLOVIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE RAMOS NETO (0028219/PE)

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), no sentido de não conhecer dos embargos de declaração, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 14.9.2018 a 20.9.2018.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade**, não conheceu dos embargos de declaração,** nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Ministro Luiz Fux (Vice-Presidente). Plenário, 11.10.2018.

Ementa: EMBARGOS DE declaraÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE PARA RECORRER DAQUELE QUE, EMBORA LEGITIMADO PARA A PROPOSITURA DA ADI, NÃO É PARTE NESTA AÇÃO. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

I - Não tem legitimidade recursal para opor aclaratórios terceiro que, embora seja legitimado universal para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, não é parte na relação instaurada no Supremo Tribunal Federal.

II - Embargos de declaração não conhecidos.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.752, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º desta Lei, corresponderá a R$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Eliseu Padilha
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.753, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Procurador-Geral da República, observados o inciso XI do art. 37, o § 4º do art. 39, o § 2º do art. 127 e a alínea "c" do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal, corresponderá a R$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Eliseu Padilha
Grace Maria Fernandes Mendonça

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 859, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º Ao Ministério das Cidades, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

....." (NR)

"Art. 6º-A Caberá ao Ministério da Saúde regulamentar, acompanhar a execução, subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao seu aprimoramento operacional e definir as metas a serem alcançadas nas operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde." (NR)

"Art. 9º-A O risco das operações de crédito de que trata o § 10 do art. 9º ficará a cargo dos agentes financeiros de que trata o § 9º do art. 9º, hipótese em que o Conselho Curador poderá definir o percentual da taxa de risco, limitado a três por cento, a ser acrescido à taxa de juros de que trata o inciso I do § 10 do art. 9º." (NR)

"Art. 9º-B As garantias de que trata o inciso I do **caput** do art. 9º podem ser exigidas isolada ou cumulativamente." (NR)

"Art. 9º-C As aplicações do FGTS em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do SUS ocorrerão até o final do exercício de 2022." (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

DECRETO Nº 9.584, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, para instituir a Rede Nacional de Governo Digital.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10-A. Fica instituída a Rede Nacional de Governo Digital - Rede Gov.Br, de natureza colaborativa, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de promover a colaboração, o intercâmbio, a articulação e a criação de iniciativas inovadoras relacionadas à temática de Governo Digital no setor público.

§ 1º O órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação será responsável pela coordenação da Rede Gov.Br e pela elaboração das diretrizes relacionadas à adesão voluntária dos interessados.

§ 2º A Rede Gov.Br observará as ações prioritárias da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital estabelecidas pelo Comitê Interministerial para Transformação Digital - CITDigital, instituído pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018." (NR)

"Art. 11. Os trabalhos do Comitê de Governança Digital ou da estrutura equivalente dos órgãos e das entidades da administração pública federal observarão as proposições da Rede Gov.Br." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.638, de 2016:

I - o inciso V do **caput** do art. 2º; e

II - o art. 12.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 677(*), de 23 de novembro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.751, de 23 de novembro de 2018.

Nº 679, de 26 de novembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 859, de 26 de novembro de 2018.

Nº 680, de 26 de novembro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018.

Nº 681, de 26 de novembro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.753, de 26 de novembro de 2018.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 23 de novembro de 2018 - Seção 1, Edição Extra.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 155, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITRO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do CDR, havida na data de 13 de novembro de 2018,

Considerando o contido na planilha abaixo,

Município/UF	Projeto de Assentamento	Valor mínimo PPR (R$)	Valor Aplicável Artigo 38 do Decreto 9311/18(R$)
Planaltina de Goiás/GO	União Flor da Serra	2.151,00	215,10
Flores de Goiás/GO	São Vicente	1.581,00	158,10

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Água Fria de Goiás/GO	Cigano	2.151,00	215,10
Buritis/MG	Mãe das Conquistas Gado Bravo	1.655,00	165,50

Art. 1º Decide, aprovar os valores para a Titulação de PA's conforme planilha, a qual encontra-se em consonância com o Artigo nº 38 do Decreto 9.311/2018 e Instrução Normativa 90 de 03 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 15, de 24 de fevereiro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 38, na data de 26 de fevereiro de 1997, na Seção 1, página 3522, que criou o Projeto de Assentamento denominado LARANJEIRA I, código SIPRA nº MT 0162000, localizado no município de Cáceres/MT, **onde se lê:** "a criação de 243 (duzentos e quarenta e três) unidades agrícolas familiares", **leia-se:** "a criação de 133 (cento e trinta e três) unidades agrícolas familiares".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 35, de 16 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 229, na data de 01 de dezembro de 2009, Seção 1, página 151, que criou o Projeto de Assentamento denominado Serra Verde, código SIPRA nº MT 0812000, localizado no município de Barra do Garças/MT, **onde se lê:** "com área registrada de 2.126,7874 ha (Dois mil, cento e vinte e seis hectares e setenta e oito ares e setenta e quatro centiares), **leia-se:** "2.634,8811 ha (Dois mil, seiscentos e trinta e quatro hectares, oitenta e oito ares e onze centiares)" .

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.019402/2018-97
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de São João da Boa Vista
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019401/2018-42
Interessado: AR Imagedata
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR IMAGEDATA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019399/2018-10
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Descalvado
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE DESCALVADO, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019397/2018-12
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019394/2018-89
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Campinas
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019394/2018-89
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Campinas
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019392/2018-90
Interessado: AR A C E J B
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR A.C.E.J.B., vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019390/2018-09
Interessado: AR Associação Comercial de Sorocaba
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SOROCABA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019389/2018-76
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL,INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE ITAPEVA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPEC DE ITAPEVA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019387/2018-87
Interessado: AR ACE-GUARULHOS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACE GUARULHOS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019386/2018-32
Interessado: AR Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Conchal
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CONCHAL, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018901/2018-67
Interessado: AR AESCON
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AESCON RN, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019088/2018-42
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019086/2018-53
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITAPIRA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITAPIRA, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.018991/2018-96
Interessado: AR CERTIVIP
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIVIP, vinculada à AC SAFEWEB RFB.

Processo nº 00100.018888/2018-46
Interessado: AR CERTIVIP
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIVIP, vinculada à AC SAFEWEB CD.

Processo nº 00100.018928/2018-50
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDL DE AMÉRICO BRASILIENSE, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018929/2018-02
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Descalvado
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE DESCALVADO, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018933/2018-62
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de São João da Boa Vista
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018934/2018-15
Interessado: AR Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Conchal
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CONCHAL, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.019090/2018-11
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Descalvado
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE DESCALVADO, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.018665/2018-89
Interessado: AR ACERTIMAIS CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa ACERTIMAIS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, CNPJ 31.014.048/0001-82 (AR ACERTIMAIS CERTIFICAÇÃO DIGITAL), vinculada à AC SAFEWEB RFB, com funcionamento no endereço: AVENIDA LIMA E SILVA N°: 1611 , LOJA 06 A, LAGOA NOVA - NATAL / RN.

Processo nº 00100.018622/2018-01
Interessado: AR CERTIFICADORA UNIVERSO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa MARINALVA ALVES SANTOS & CIA LTDA, CNPJ 02.133.006/0001-62 (AR CERTIFICADORA UNIVERSO DIGITAL), vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA DO CRUZEIRO Nº 192 A, CENTRO - PICOS / PI.

Processo nº 00100.019068/2018-71
Interessado: AR INFORMBANK
DEFIRO o pedido de alteração de nome e de endereço de ITS da AR INFORMBANK, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome Anterior da ITS: ITS BOM JESUS DOS PERDÕES- CENTRO I
Endereço Anterior: RUA ANGELO SANTONI, 479, CENTRO - BOM JESUS DOS PERDÕES - SP
Nome Atual da ITS: ITS SÃO BERNARDO DO CAMPO - RUDGE RAMOS I
Endereço Atual da ITS: AVENIDA DOUTOR RUDGE RAMOS, 232, SALA 11, RUDGE RAMOS - SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP - CEP: 09636-000

Processo nº 00100.019076/2018-18
Interessado: AR INFORMBANK
DEFIRO o pedido de alteração de nome e de endereço de ITS da AR INFORMBANK, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome Anterior da ITS: ITS SÃO PAULO - VILA MARIANA I:
Endereço Anterior: RUA JOEL JORGE DE MELO, 610, VILA MARIANA - SÃO PAULO - SP
Nome Atual da ITS: ITS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SANTANA I
Endereço Atual da ITS: AVENIDA RUI BARBOSA, 2211, ANDAR 01 - SANTANA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP - CEP:12212-000

Processo nº 00100.019078/2018-15
Interessado: AR INFORMBANK
DEFIRO o pedido de alteração de nome e de endereço de ITS da AR INFORMBANK, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome Anterior da ITS: ITS SÃO PAULO - VILA ROMANA I
Endereço Anterior: RUA CORIOLANO, 1826, VILA ROMANA - SÃO PAULO - SP
Nome Atual da ITS: ITS SÃO PAULO - AGUA BRANCA II
Endereço Atual: RUA CLELIA, 2145, CONJ 63, AGUA BRANCA - SÃOPAULO - SP - CEP: 05042-001

Processo nº 00100.019027/2018-85
Interessado: AR INFORMBANK
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR INFORMBANK, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: ITS SÃO PAULO - VILA VERDE I
Endereço Anterior: RUA GRAMA DA PRAIA, 315, VILA VERDE - SÃO PAULO - SP - CEP: 08230-780
Endereço Atual: RUA GRAMA DA PRAIA, 315, SALA 05, VILA VERDE - SÃO PAULO - SP - CEP: 08230-780

Processo nº 00100.019419/2018-44
Interessado: AR INFORMBANK
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR INFORMBANK, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: ITS SÃO PAULO - VILA PIRITUBA I:

Endereço Anterior: AVENIDA PAULA FERREIRA, 3238, VILA PIRITUBA - SÃO PAULO - SP
Endereço Atual: RUA DOUTOR EDUARDO VICTOR DE LAMARE, 355 - JARDIM SÃO JORGE - SÃO PAULO - SP -CEP:02970-040

Processo nº 00100.018750/2018-47
Interessado: AR LG CERTIFICADO DIGITAL
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR LG CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC LINK RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: BOCAIUVA - MG
Endereço Anterior: PC FRANCISCO ALVES CARNEIRO, Nº 67 SALA 01, CENTRO, BOCAIUVA/MG
Endereço Atual: RUA CORONEL ANTONIO VERSIANI, Nº 82, SALA A, CENTRO, BOCAIUVA/MG

Processo nº 00100.019385/2018-98
Interessado: AR AGIL CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR AGIL CERTIFICAÇÃO DIGITAL, localizada na AVENIDA BERNADO VIEIRA DE MELO, Nº 1475 1º ANDAR SALA 131, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019034/2018-87
Interessado: AR BANG
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR BANG, localizada na RUA TENENTE GOMES RIBEIRO, Nº 57 CONJ. 103, VILA CLEMENTE, SÃO PAULO/SP, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018745/2018-34
Interessado: AR META
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR META, localizada na RUA ALEXANDRE GUSMÃO, Nº 169, CENTRO, PONTA PORÃ/MS, vinculada à AC SAFEWEB RFB.

Processo nº 00100.018935/2018-51
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Birigui
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BIRIGUI, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018936/2018-04
Interessado: AR Associação Comercial Industrial de Barueri
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE BARUERI, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018937/2018-41
Interessado: AR SELECTO CERTIFICADOS DIGITAIS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SELECTO CERTIFICADOS DIGITAIS, vinculada à AC INSTITUTO FENACON.

Processo nº 00100.018940/2018-64
Interessado: AR SESCON-PA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCON-PA?, vinculada à AC INSTITUTO FENACON.

Processo nº 00100.018918/2018-14
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITAPIRA
DEFIRO o credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ITAPIRA, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL, AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING, AC CERTISIGN RFB, AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018922/2018-82
Interessado: AR ACE
DEFIRO o credenciamento simplificado da AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018927/2018-13
Interessado: AR ACE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACED, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.018848/2018-02
Interessado: AR ACIU
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACIU, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018851/2018-18
Interessado: AR CNR
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CNR, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018853/2018-15
Interessado: AR ACEAB
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACEAB, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018864/2018-97
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Alem Paraíba
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE ALEM PARAÍBA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018882/2018-79
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAJATI
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAJATI, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018908/2018-89
Interessado: AR ACILPA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACILPA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018905/2018-45
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ITUVERAVA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ITUVERAVA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018903/2018-56
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Pedreira
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PEDREIRA, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018892/2018-12
Interessado: AR Associação Comercial e Empresarial de Suzano
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SUZANO, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.019461/2018-65
Interessado: AR MEGA CERTIFICADORA
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR MEGA CERTIFICADORA, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT MEGA CERTIFICADORA
Endereço Anterior: RUA DOM PEDRO II Nº 1256, SALA 105, LOTEAMENTO CELLOS II, RONDONOPOLIS/MT.
Endereço Atual: AV. BANDEIRANTES,1384, EDIF AUROVILLE, CENTRO, RONDONOPOLIS/MT, CEP: 78.700-200

Processo nº 00100.019462/2018-18
Interessado: AR SOLUTI
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR SOLUTI, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT SOLUTI TAGUATINGA
Endereço Anterior: QUADRA CND 4, LOTE 19, TAGUATINGA NORTE, TAGUATINGA, BRASÍLIA-DF
Endereço Atual: Q QNE 15 LOTE, Nº 20, LOJA 03, TAGUATINGA NORTE, BRASILIA-DF, CEP: 72.125-150

Processo nº 00100.019030/2018-07
Interessado: AR S. GALVÃO CERTIFICADORA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR S. GALVÃO CERTIFICADORA, vinculada à AC VALID BRASIL.

Processo nº 00100.019433/2018-48
Interessado: AR COPIAR DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR COPIAR DIGITAL, vinculada à AC VALID RFB.

Processo nº 00100.019501/2018-79
Interessado: AR ATENA TECNOLOGIA
DEFIRO o de credenciamento simplificado da AR ATENA TECNOLOGIA, vinculada à AC CERTIFICA MINAS.

Processo nº 00100.019460/2018-11
Interessado: AR ESPAÇO SOLUÇÃO
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ESPAÇO SOLUÇÃO, vinculada à AC CERTIFICA MINAS.

Processo nº 00100.019458/2018-41
Interessado: AR CERTIBAM
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIBAM, vinculada à AC CERTIFICA MINAS.

Processo nº 00100.019455/2018-16
Interessado: AR APOIOTOTAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR APOIOTOTAL, vinculada à AC CERTIFICA MINAS.

Processo nº 00100.019356/2018-26
Interessado: AR COPIAR DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da da AR COPIAR DIGITAL, vinculada à AC VALID BRASIL.

Processo nº 00100.018970/2018-71
Interessado: AR CEARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CEARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC CERTIFICA MINAS.

Processo nº 00100.019467/2018-32
Interessado: AR RFB FUNCIONÁRIOS
DEFIRO o pedido de extinção de PAGR da AR RFB FUNCIONÁRIOS vinculada à ACSERPRO RFB e nas demais cadeias onde a AR encontra-se credenciada, conforme segue:

Processo nº 00100.018138/2018-74
Interessado: AR YSA AUTORIDADE DE REGISTRO
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa YSA CERTIFICADOS DIGITAIS EIRELI, CNPJ 31.389.194/0001-92 (AR YSA AUTORIDADE DE REGISTRO), vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com funcionamento no endereço: RUA CONSELHEIRO LAURINDO,809,CONJ 404 ANDAR 04 COND DOWNTOWN ED, CENTRO, CURITIBA/PR.

Processo nº 00100.018972/2018-60
Interessado: AR CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BARRA MANSA
DEFIRO o pedido de credenciamento da associação CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BARRA MANSA, CNPJ 29.291.093/0001-32 (AR CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BARRA MANSA), vinculada à AC CNDL RFB, com funcionamento no endereço: RUA ROTARY CLUB Nº 26, ANO BOM - BARRA MANSA/ RJ.

Processo nº 00100.019006/2018-60
Interessado: AR LINK WEB CERTIFICACAO DIGITAL.
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa LINK WEB CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA., CNPJ 30.649.056/0001-32 (AR LINK WEB CERTIFICACAO DIGITAL), vinculada à AC LINK RFB, com funcionamento no endereço: RUA LUIZ MICHIELON, 1046, SALA 01, CRUZEIRO - CAXIAS DO SUL / RS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 326, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento armadilha/covos (Lagosta) e linha de mão de fundo (peixes de fundo) litoral Norte/Nordeste, código: 5.01.003 e conceder conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento para linha de mão de superfície (cavala e albacorrinha) e rede de espera de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código: 1.07.001, à embarcação "JC MARISIA.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA, DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997 e na Instrução Normativa Interministerial

MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00369.000054/2018-33, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de e permissionamento armadilha/covos (Lagosta) e linha de mão de fundo (peixes de fundo) litoral Norte/Nordeste, código: 5.01.003 para a embarcação pesqueira denominada "JC MARISIA", de propriedade de Francisco Jerônimo de Assunção, inscrita no SisRGP sob o n. º CE-0002117-8 e na Autoridade Marítima sob o n. º 161-003072-9.

Art. 2º Concede conversão e Autorização de Pesca na modalidade linha de mão de superfície (cavala e albacorrinha) e rede de espera de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código:1.07.001, à embarcação "JC MARISIA", de propriedade de Francisco Jerônimo de Assunção, inscrita no SisRGP sob o n. º CE-0002117-8 e na Autoridade Marítima sob o n. º 161-003072-9.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

PORTARIA Nº 339, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Tornar pública os procedimentos para Habilitação dos beneficiários do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para o ano de 2019.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições de que trata a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e o Decreto nº 9.330, de 05 de abril de 2018.

Considerando o constante dos autos do processo nº 00350.001404/2018-88, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para o cadastramento de embarcações pesqueiras, junto ao Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para o ano de 2019.

Art. 2º Os interessados em cadastrar-se no Programa de que trata esta Portaria, deverão encaminhar documentação específica, conforme previsto na Instrução Normativa MPA nº 10 de 14/10/2011 ao endereço eletrônico seap.oleodiesel@presidencia.gov.br, até o dia 04 (quatro) de dezembro de 2018.

Art. 3º A relação dos beneficiários habilitados será publicada por meio de ato da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP/PR no Diário Oficial da União até o dia 10 de dezembro de 2018.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 343, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4° da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º O prazo para entrega do relatório de que tratam o art. 3º da Portaria nº 130, de 10 de maio de 2018, o art. 2º da Portaria nº 149, de 18 de maio de 2018, o art. 1º da Portaria nº 242, de 06 de agosto de 2018, o art. 1º da Portaria nº 275, de 05 de setembro de 2018, o art. 1º da Portaria nº 300, de 27 de setembro de 2018, e o art. 1º da Portaria nº 323, de 26 de outubro de 2018, fica estendido até o dia 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 71, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 16, de 14 de novembro de 2003, na Instrução Normativa SDA nº 9, de 17 de março de 2005, na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Instrução Normativa nº 28, de 24 de agosto de 2016, na Instrução Normativa nº 33, de 24 de agosto de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.017932/2018-07, resolve:

Art. 1° Ficam estabelecidos os procedimentos e os critérios para emissão do Certificado Fitossanitário - CF e do Certificado Fitossanitário de Reexportação - CFR, por solicitação do exportador, e aprovados os modelos de formulários, constantes dos Anexos I a VI desta Instrução Normativa, a seguir especificados:

I - Anexo I - Certificado Fitossanitário (Phytosanitary Certificate);

II - Anexo II - Certificado Fitossanitário de Reexportação (Phytosanitary Certificate For Re-export);

III - Anexo III - Orientação para Preenchimento do Certificado Fitossanitário e Certificado Fitossanitário de Reexportação;

IV - Anexo IV - Informações Complementares ao Certificado Fitossanitário ou Certificado Fitossanitário de Reexportação (Additional Information to Phytosanitary Certificate or Phytosanitary Certificate For Re-export);

V - Anexo V - Nota Anexa ao Certificado Fitossanitário ou Certificado Fitossanitário de Reexportação (Note Attached to Phytosanitary Certificate or Phytosanitary Certificate For Re-export); e

VI - Anexo VI - Solicitação de Reemissão de Certificado Fitossanitário ou Certificado Fitossanitário de Reexportação;

Art. 2° Certificado Fitossanitário é o documento oficial em papel ou seu equivalente emitido eletronicamente, de acordo com os modelos e regras estabelecidas nesta Instrução Normativa, o qual atesta que o envio cumpre com os requisitos fitossanitários de importação.

Parágrafo único. Para fundamentar o atendimento do requisito fitossanitário a ser certificado pelo Brasil, poderá ser exigida análise laboratorial realizada por Laboratório Nacional Agropecuário ou laboratório de diagnóstico fitossanitário público ou privado credenciado pertencente à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, prescrito tratamento fitossanitário com fins quarentenários ou outra medida fitossanitária, ficando os custos a cargo do interessado.

Art. 3° O CF e o CFR serão emitidos observando as diretrizes das Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias n° 7 (NIMF 7, de 2011) e n° 12 (NIMF 12, de 2011), da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (CIPV/FAO).

CAPÍTULO I

DA EXIGÊNCIA E USO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO - CF

Art. 4° O CF e o CFR serão emitidos observados os requisitos fitossanitários estabelecidos pela ONPF do país importador, para atestar a conformidade fitossanitária do envio de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e outros artigos regulamentados exportados pelo Brasil.

§ 1° Os requisitos fitossanitários de exportação, quando conhecidos, serão disponibilizados na página eletrônica oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2° Na ausência de informações sobre os requisitos fitossanitários do país importador, poderá ser emitido o Certificado Fitossanitário, sem declaração Adicional, obedecidas as demais exigências desta Instrução Normativa.

§ 3° A emissão do CF nas condições previstas no § 2° é condicionada à comprovação, pelo exportador ou seu representante legal, que houve consulta à ONPF do país importador, há pelo menos 05 (cinco) dias antes da solicitação da certificação fitossanitária do envio, eximindo o MAPA de responsabilidade sobre qualquer medida fitossanitária implementada pelo país importador decorrente da insuficiência da certificação fitossanitária.

§ 4° O não atendimento das condições previstas no caput e nos §§ 2° a 3° deste artigo impedirá a emissão do CF.

Art. 5° Não será emitido CF para o produto de origem vegetal industrializado ou que, devido ao processamento a que foi submetido, não ofereça risco de veicular praga, conforme categorização de risco fitossanitário estabelecido em norma específica.

Parágrafo único. O CF poderá ser emitido para os produtos constantes do caput deste artigo quando houver requisito fitossanitário da ONPF do país importador, desde que o requisito fitossanitário possa ser atendido, sem prejuízo do disposto no art. 4° e seus parágrafos desta Instrução Normativa.

Art. 6° O CF será emitido para atestar a conformidade fitossanitária do envio, por meio do campo 'declaração de Certificação', cujo texto é padronizado, conforme estabelece o Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, que promulgou o texto revisado da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV, aprovado na 29a Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, e será pré-impresso no Certificado.

Art. 7° Os requisitos fitossanitários em relação às pragas regulamentadas pela ONPF do país importador serão contemplados no campo 'declaração Adicional' do CF, atestando a conformidade específica quanto à fitossanidade do envio, e poderão estar amparados por:

I - Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV, fundamentada no Certificado Fitossanitário de Origem - CFO ou no Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC, quando o requisito fitossanitário para a praga estiver relacionado com a área de produção do produto que compõe o envio;

II - CFO ou CFOC, quando o requisito fitossanitário para a praga estiver relacionado com a área de produção do produto que compõe o envio, nos casos em que a emissão do CF for realizada na mesma UF de produção ou quando autorizado pelo Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DSV/SDA/MAPA;

III - Certificado de Tratamento; e

IV - Laudo Laboratorial, constando dados que permitam a identificação do envio, emitido por Laboratório Nacional Agropecuário ou laboratório de diagnóstico fitossanitário público ou privado credenciado pertencente à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Art. 8° As declarações Adicionais que atestem que a praga é quarentenária ausente no Brasil ou que o envio é proveniente de área, lugar ou local de produção livres de pragas, oficialmente reconhecidos, deverão cumprir com as exigências da ONPF do país importador e, quando couber, com as normas específicas editadas pelo MAPA.

Art. 9° Quando não houver exigência de declaração Adicional ou de tratamento fitossanitário com fins quarentenários, a inspeção realizada pelo Auditor Fiscal Federal Agropecuário autorizado será suficiente para declarar a conformidade com os requisitos fitossanitários estabelecidos pela ONPF do país importador.

CAPÍTULO II

DA EXIGÊNCIA E USO DO CFR

Art. 10 A emissão de um CFR, conforme modelo estabelecido no Anexo II desta Instrução Normativa, objetiva atestar a condição fitossanitária do envio de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal ou outros artigos regulamentados quando o envio é importado pelo Brasil e posteriormente reexportado a um terceiro país.

§ 1° O envio importado constante no caput deste artigo deverá vir acompanhado de CF emitido pelo país de origem que atenda aos requisitos fitossanitários do Brasil e do país de destino.

§ 2° O envio constante no caput deste artigo poderá ser armazenado, fracionado, combinado com outros envios, ter sua embalagem modificada ou ser processado sem alterar sua natureza, desde que não tenha sido exposto à infestação ou contaminação por pragas.

§ 3° A combinação de envios será permitida desde que os requisitos fitossanitários estabelecidos pelo país de destino sejam os mesmos.

Art. 11. O envio a ser reexportado poderá ter sua conformidade fitossanitária atestada por um CFR ou, na impossibilidade deste, por um CF.

Parágrafo único. O descumprimento das condições previstas no art. 10 ensejará a emissão de CF, desde que possam ser atendidos os requisitos fitossanitários de importação do país de destino.

Art. 12. Quando as informações do CF original não forem suficientes para a reexportação, poderá ser apresentada "Informação Fitossanitária Oficial Adicional", emitida pela ONPF do país de origem, para embasar a autorização de emissão de CFR ou CF.

Parágrafo único. A informação a que se refere o caput deste artigo será colocada no campo declaração Adicional do CFR ou CF, com subtítulo "Informação Fitossanitária Oficial Adicional", seguido do nome do País de Origem, entre parênteses.

Art. 13. O envio deverá ser reexportado acompanhado do CFR ou do CF e da cópia autenticada do Certificado Fitossanitário do país de origem, quando couber.

CAPÍTULO III

DA INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIA

Art. 14. A inspeção fitossanitária será realizada por Auditor Fiscal Federal Agropecuário (AFFA) e executada na área sob controle aduaneiro autorizada pelo MAPA e atendida por Unidade do VIGIAGRO ou por Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA ou por Unidade competente da SFA.

§ 1° A inspeção fitossanitária, o acompanhamento de tratamento fitossanitário com fins quarentenários e a emissão do CF poderão ser realizados na origem, quando autorizados pelo Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA - DSV/SDA/MAPA.

§ 2° A autorização pelo DSV/SDA/MAPA de que trata o §1º deste artigo observará a existência de condições operacionais para realização da certificação e a segurança fitossanitária do envio até o ponto de egresso, ouvida a área técnica de sanidade vegetal da representação do MAPA na Unidade da Federação, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos fitossanitários do país importador.

§ 3° Os produtos certificados na origem somente serão objeto de controle de embarque no ponto de egresso quando determinado pelo DSV/SDA/MAPA.

Art. 15. O AFFA, ao verificar a impossibilidade de certificação fitossanitária do envio, pelo não atendimento de exigências prescritas pela fiscalização federal agropecuária, e/ou pelo não cumprimento dos requisitos fitossanitários de exportação, não emitirá o CF ou o CFR e registrará o motivo do indeferimento em documento próprio.

Parágrafo único: Nos casos em que for necessário o embarque do envio antes da emissão do CF ou CFR, o interessado assume qualquer responsabilidade decorrente da impossibilidade de certificação do envio.

Art. 16. A vistoria de ambiente prévia ao carregamento da carga poderá ser realizada desde que seja requisito fitossanitário do país importador.

CAPÍTULO IV

DA EMISSÃO DO CF E DO CFR

Art. 17. O CF e CFR somente poderão ser emitidos por AFFA autorizado e habilitado junto ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE.

Parágrafo único. O AFFA deverá ser inscrito pelo DSV/SDA/MAPA no Registro Regional de Funcionários Autorizados para a Emissão de Certificados Fitossanitários do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE).

Art. 18. Os formulários de CF e CFR deverão ser emitidos de acordo com os modelos de formulário apresentados nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, respectivamente.

§ 1° Os formulários de CF e CFR serão emitidos sob autorização do DSV/SDA/MAPA.

§ 2° A distribuição e controle dos formulários para impressão de CF e CFR será de responsabilidade da Coordenação-Geral de Vigilância Agropecuária Internacional - CGVIGIAGRO/SDA/MAPA.

Art. 19. A identificação do CF e do CFR será definida pelo Departamento de Sanidade Vegetal em ato próprio.

Art. 20. Os formulários de CF e CFR emitidos poderão conter mecanismos para verificação de autenticidade.

Art. 21. Os campos do CF e do CFR serão preenchidos em português, devendo constar tradução para o idioma inglês ou outro idioma acordado bilateralmente, quando solicitado formalmente pelo interessado.

Parágrafo único. Os interessados poderão submeter, previamente, as expressões técnicas comumente utilizadas no idioma inglês para avaliação do DSV/SDA/MAPA.

Art. 22. O CF ou o CFR será emitido para cada envio de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal ou outros artigos regulamentados.

Parágrafo único. O envio poderá conter mais de um produto, desde que para o mesmo uso proposto, que cada produto esteja relacionado individualmente e que todos tenham o mesmo requisito fitossanitário para importação.

Art. 23. As orientações descritas no Anexo III desta Instrução Normativa deverão ser seguidas para o preenchimento e a emissão do CF e CFR.

§ 1° Quando os espaços dos campos do CF ou do CFR não forem suficientes para preencher as informações necessárias, deverá ser utilizado o formulário Informações Complementares ao CF ou CFR, conforme o Anexo IV desta Instrução Normativa.

§ 2° O formulário constante do Anexo IV desta Instrução Normativa somente deverá ser preenchido com informação que esteja prevista em campos específicos do CF ou do CFR.

§ 3° Os campos descritivos devem ser preenchidos de acordo com as informações prestadas à fiscalização federal agropecuária.

§ 4° Os formulários de CF ou de CFR não podem ser alterados com acréscimo ou supressão de campos, sob risco de caracterizar fraude de documento oficial.

§ 5° Os campos em branco deverão ser bloqueados pelo uso do termo "NONE" ou por linhas traçadas de modo a evitar a adição de informação desautorizada e a adulteração do documento.

Art. 24. Em caso da necessidade de substituição do CF ou CFR por motivo de alteração, retificação, desdobramento, consolidação ou extravio, o interessado deverá requerê-la à Unidade onde foi emitido o CF ou CFR, por meio da apresentação da Solicitação de Reemissão de CF ou CFR, conforme modelo apresentado no Anexo VI desta Instrução Normativa, anexando o CF ou o CFR original, conforme o caso, e demais documentos que justifiquem a solicitação apresentada.

§ 1° A apresentação da Solicitação de Reemissão de CF ou CFR e demais documentos poderá ser realizada digitalmente através de sistema eletrônico ou outro meio a ser indicado pelo MAPA, não isentando a entrega do CF ou CFR original, quando for o caso.

§ 2° Em caso de necessidade de substituição de CF ou CFR, motivado por extravio dos seus originais, o interessado apresentará o formulário de solicitação, conforme o Anexo VI desta Instrução Normativa, acompanhado do Boletim de Ocorrência, se extraviados no Brasil, ou, se fora do território nacional, por documento emitido por autoridade competente que ateste o extravio.

§ 3° O CF ou o CFR previsto no caput deverá conter uma declaração adicional com o seguinte texto: "Este certificado substitui e cancela o certificado fitossanitário n° (número) emitido em (dd/mmm/aaaa) / This certificate replaces and cancels the Phytosanitary Certificate nº (number) issued on (dd / mmm / yyyy)".

§ 4° Em caso de necessidade de desdobramento ou consolidação de CF ou CFR, será autorizada somente uma solicitação de reemissão para cada tipo de operação.

§ 5° Em caso de necessidade de substituição do CF ou CFR por motivo de alteração, o interessado deverá atualizar as informações do envio nos sistemas informatizados disponibilizados pelo MAPA.

Art. 25. O CF ou CFR não deverão conter rasuras.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O CF e o CFR devem conter somente informações relativas a assuntos fitossanitários, sendo vedadas:

I - referências a assuntos de saúde animal ou humana;

II - referências a resíduos, contaminantes, radioatividade, qualidade, classificação ou tipificação dos produtos ou transgenia; e

III - referências à informação comercial, como cartas de crédito e afins.

Art. 27. O formulário Nota Anexa ao Certificado Fitossanitário ou ao Certificado Fitossanitário de Reexportação, apresentado no Anexo V desta Instrução Normativa, poderá ser utilizado quando for necessária a vinculação entre o CF ou o CFR com outros documentos ou informações não relacionados a assuntos fitossanitários.

§ 1° A "Nota Anexa" não é considerada parte do CF ou CFR.

§ 2° Os campos do formulário Nota Anexa serão preenchidos em português, devendo constar tradução para o idioma inglês ou outro idioma acordado bilateralmente, quando solicitado formalmente pelo interessado.

Art. 28. O CF e o CFR poderão ser transmitidos eletronicamente, desde que se utilize linguagem, estrutura da mensagem e protocolos de intercâmbio padronizados e acordados entre as ONPFs exportadora e importadora.

§ 1° Os CF e CFR eletrônicos são o equivalente eletrônico da redação e dos dados dos CF e CFR em papel, incluído o campo declaração de Certificação, transmitidos por meios eletrônicos autenticados e seguros entre a ONPF do país exportador e a ONPF do país importador.

§ 2° A certificação fitossanitária eletrônica não se constitui em processamento de texto ou geração de formulários impressos em papel que em seguida sejam distribuídos de forma não eletrônica, também não é a transferência de uma versão eletrônica do certificado impresso em papel.

Art. 29. Nos casos de notificação pela ONPF do país importador de não conformidades fitossanitárias em envios exportados pelo Brasil, o DSV/SDA/MAPA avaliará a notificação, podendo adotar medidas com vistas a adequar o procedimento de certificação fitossanitária.

Art. 30. Em caso de indício de falsificação do CF ou do CFR, será formalizado processo pela unidade do MAPA que detectou a irregularidade.

Parágrafo único. O processo deverá ser encaminhado ao Ministério Público da União e à autoridade policial, com encaminhamento de cópia ao DSV/SDA/MAPA.

Art. 31. Será permitido o procedimento de completar compartimento de carga de embarcação, carregado parcialmente com o mesmo produto de outra UF, no trânsito interno, desde que não haja restrição fitossanitária estabelecida pelo MAPA, relativa ao trânsito nacional do envio de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e outros artigos regulamentados.

Art. 32. O procedimento de completar com produto brasileiro o compartimento de carga de embarcação, contendo o mesmo produto, mas de origem de país distinto, no trânsito internacional, será permitido se houver separação física que garanta a conformidade fitossanitária do produto nacional.

§ 1° A fiscalização federal agropecuária acompanhará a colocação do material e verificará a eficiência da separação física do produto, podendo recomendar medidas de correção para a complementação do compartimento de carga da embarcação.

§ 2° A complementação sem a separação física somente ocorrerá com a manifestação por escrito da ONPF do país importador, apresentada pelo exportador ou seu representante legal, ficando sob sua responsabilidade qualquer impedimento imposto pela ONPF do país importador, devendo este documento ser apresentado à Unidade do VIGIAGRO responsável pela certificação fitossanitária.

§ 3° O procedimento que trata o caput deste artigo não será permitido quando houver manifestação oficial da ONPF do país importador ou legislação específica brasileira contrária à complementação do compartimento de carga de embarcação com produtos de origens distintas.

Art. 33. Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Instrução Normativa nº 29, de 25 de julho de 2013; e

II - Instrução Normativa nº 16, de 14 de novembro de 2003.

Art. 34. O Secretário de Defesa Agropecuária poderá incluir, excluir ou alterar os Anexos desta Instrução Normativa através da publicação de atos específicos.

Parágrafo único. Os Anexos serão disponibilizados no portal institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 35. As dúvidas e omissões suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidas pelo Departamento de Sanidade Vegetal.

Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO I

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO (*PHYTOSANITARY CERTIFICATE*)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA DO BRASIL
PLANT PROTECTION ORGANIZATION OF BRAZIL

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO / ***PHYTOSANITARY CERTIFICATE***

1. Para: Organização Nacional de Proteção Fitossanitária de:
To: Plant Protection Organization of:

DESCRIÇÃO DO ENVIO / ***DESCRIPTION OF CONSIGNMENT***

2. Nome e endereço do exportador / ***Name and address of exporter***	3. Nome e endereço do destinatário declarado / ***Declared Name and address of consignee***

4. Lugar de Origem / ***Place of origin***	5. Meios de transporte declarados / ***Declared means of conveyance***	6. Ponto de ingresso declarado / ***Declared point of entry***

7. Número e descrição dos volumes / ***Number and decription of packages***	8. Nome do produto e quantidade declarada / ***Name of product and declared quantity***
9. Marcas distintivas / ***Distinguishing marks***	10. Nome científico dos vegetais / ***Botanical name of plants***

11. Pelo presente certifica-se que os vegetais, seus produtos ou outros artigos regulamentados aqui descritos foram inspecionados e/ou analisados, de acordo com os procedimentos oficiais adequados e considerados livres das pragas quarentenárias especificadas pela parte contratante importadora e que cumprem os requisitos fitossanitários vigentes da parte contratante importadora, incluídos os relativos às pragas não quarentenárias regulamentadas.
This is to certify that the plants, plant products or other regulated articles described herein have been inspected and/or tested according to appropriate official procedures and are considered to be free from the quarantine pests specified by the importing contracting party and to conform with the current phytosanitary requirements of the importing contracting party, including those for regulated non-quarantine pests.

DECLARAÇÃO ADICIONAL/ ***ADDITIONAL DECLARATION***

TRATAMENTO DE DESINFESTAÇÃO E/OU DESINFECÇÃO / ***DISINFESTATION AND/OR DISINFECTION TREATMENT***

12. Data do tratamento / ***Date of treatment***	13. Produto químico (ingrediente ativo) / ***Chemical (active ingredient)***	14. Concentração / ***Concentration***
15. Duração e Temperatura / ***Duration and temperature***	16. Tratamento / ***Treatment***	17. Informação adicional / ***Additional information***

USO EXCLUSIVO DO MAPA

18. Carimbo da organização ***Stamp of organization***	19. Local de emissão / ***Place of issue***	20. Data de emissão / ***Date of issue***	
	21. Nome do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / ***Name of authorized officer***		
	22. Assinatura do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / ***Signature of authorized officer***		

O Departamento de Sanidade Vegetal, seus funcionários e representantes isentam-se de toda responsabilidade econômica e/ou comercial resultantes deste certificado.
No financial liability with respect to this certificate shall attach to Departamento de Sanidade Vegetal or any of its officers or representatives

ANEXO II

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO (*PHYTOSANITARY CERTIFICATE FOR RE-EXPORT*)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA DO BRASIL
PLANT PROTECTION ORGANIZATION OF BRAZIL

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO / ***PHYTOSANITARY CERTIFICATE FOR RE-EXPORT***

1. Para: Organização Nacional de Proteção Fitossanitária de:
To: Plant Protection Organization of:

DESCRIÇÃO DO ENVIO / ***DESCRIPTION OF CONSIGNMENT***

2. Nome e endereço do exportador / ***Name and address of exporter***

3. Nome e endereço do destinatário declarado / ***Declared Name and address of consignee***

4. Lugar de Origem / ***Place of origin***

5. Meios de transporte declarados / ***Declared means of conveyance***

6. Ponto de ingresso declarado / ***Declared point of entry***

7. Número e descrição dos volumes / ***Number and decription of packages***

8. Nome do produto e quantidade declarada / ***Name of product and declared quantity***

9. Marcas distintivas / ***Distinguishing marks***

10. Nome científico dos vegetais / ***Botanical name of plants***

11. Pelo presente certifica-se que os vegetais, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados descritos acima foram importados pelo Brasil de _____ (parte contratante de origem) amparados no Certificado Fitossanitário nº _____ cujo* ☐ original ☐ cópia autenticada ☐ está anexo(a) ao presente certificado; que estão embalados ☐ reembalados ☐ em embalagens originais ☐ embalagens novas ☐, que, segundo o Certificado Fitossanitário original ☐ e inspeção adicional ☐, foram considerados em conformidade com os requisitos fitossanitários vigentes da parte contratante importadora, e que, durante o armazenamento no Brasil, o envio não foi exposto a riscos de infestação ou infecção.
*preencher o ☐ correspondente.
This is to certify that the plants, plant products or other regulated articles described above were imported into brazil from _____ (contracting party of origin) covered by Phytosanitary certificate number _____ *original ☐ certified true copy ☐ of which is attached to this certificate; that they are packed ☐ repacked ☐ in original ☐ new ☐ containers, that based on the original Phytosanitary certificate ☐, and additionalinspection ☐, they are considered to comply with the current phytosanitary requirements of the importing contracting party, and that during storage in Brazil, the consignment ahs not been subjected to the risk of infestation or infection.

DECLARAÇÃO ADICIONAL/ ***ADDITIONAL DECLARATION***

TRATAMENTO DE DESINFESTAÇÃO E/OU DESINFECÇÃO / ***DISINFESTATION AND/OR DISINFECTION TREATMENT***

12. Data do tratamento / ***Date of treatment***

13. Produto químico (ingrediente ativo) / ***Chemical (active ingredient)***

14. Concentração / ***Concentration***

15. Duração e Temperatura / ***Duration and temperature***

16. Tratamento / ***Treatment***

17. Informação acicional / ***Additional information***

USO EXCLUSIVO DO MAPA

18. Carimbo da organização
Stamp of organization
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL DSV

19. Local de emissão / ***Place of issue***

20. Data de emissão / ***Date of issue***

21. Nome do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / ***Name of authorized officer***

22. Assinatura do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / ***Signature of authorized officer***

O Departamento de Sanidade Vegetal, seus funcionários e representantes isentam-se de toda responsabilidade econômica e/ou comercial resultantes deste certificado.
No financial liability with respect to this certificate shall attach to Departamento de Sanidade Vegetal or any of its officers or representatives

ANEXO III

ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO E CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO

I. No campo do cabeçalho, o "Nº" deve ser preenchido com a identificação alfanumérica, conforme ato publicado pelo Departamento de Sanidade Vegetal;

II. No campo 1, "PARA: Organização Nacional de Proteção Fitossanitária de: / To: Plant Protection Organization(s) of:", deve ser indicado o nome do país importador, observadas as seguintes situações:

a) quando o país de trânsito e o país importador tiverem requisitos fitossanitários específicos que exijam o CF, os nomes de ambos os países devem ser indicados, sendo indicado por último o país de destino;

b) quando a exportação tiver como destino um país, que fará reexportação em seguida a outro país, podem ser indicados os nomes de ambos os países, desde que cumpridos os respectivos requisitos fitossanitários de importação;

III. Os campos relativos à Descrição do Envio devem ser preenchidos conforme incisos IV a XVIII a seguir;

IV. O campo 2, "Nome e endereço do exportador / Name and address of exporter", deve ser preenchido, conforme informado pelo interessado à fiscalização federal agropecuária, com:

a) nome e endereço do exportador no Brasil;

b) nome e o endereço do representante legal no Brasil, quando o exportador for uma companhia internacional com endereço no exterior;

V. O campo 3, "Nome e endereço do destinatário declarado / Declared name and address of consignee", deve ser preenchido conforme informado pelo interessado à fiscalização federal agropecuária, observando, quando for o caso, o seguinte: quando o destinatário ainda não estiver definido, poderá ser utilizada a expressão "À ordem / To order", por solicitação do interessado, ficando a ONPF brasileira isenta de toda responsabilidade resultante do uso dessa expressão;

VI. No campo 4, "Lugar de origem / Place of Origin", deverá ser indicada a Unidade da Federação onde o produto que compõe o envio foi cultivado, produzido ou onde o envio foi consolidado, seguido do termo "Brasil", separado por barra, observando, quando for o caso, o seguinte:

a) na emissão de CFR deverá ser indicado o nome do(s) país(es) de origem;

b) na emissão do CF, nas condições preistas no parágrafo único do art. 11, deverá ser indicado nome do país de origem, entre parênteses, conforme exemplo "Brasil (país de origem)";

VII. No campo 5, "Meios de transporte declarados / Declared means of conveyance", deve ser informado o modal de transporte utilizado para saída do envio do Brasil;

VIII. No campo 6, "Ponto de ingresso declarado / Declared point of entry", deve ser indicado o primeiro ponto de ingresso no país de destino, descrito no Conhecimento/Manifesto de Carga, observando, quando for o caso, o seguinte: quando um país de trânsito estabelecer requisitos fitossanitários específicos para o trânsito de um envio, o ponto de ingresso neste país ou, se este for desconhecido, o nome do país, deverá ser indicado entre parênteses;

IX. No campo 7, "Número e descrição dos volumes / Number and description of packages", devem ser incluídos o número de volumes e sua descrição, com detalhes suficientes para relacionar o CF ou CFR ao envio correspondente, observando, quando for o caso, o seguinte: no caso de envios a granel, poderá ser utilizado o termo "a granel / In bulk";

X. No campo 8, "Nome do produto e quantidade declarada / Name of produce and quantity declared", devem ser descritos o nome comum do vegetal, do produto vegetal ou de outro artigo regulamentado que constitui o envio a ser certificado e a quantidade (peso líquido), conforme informado pelo interessado à fiscalização federal agropecuária. Pode ser indicado também neste campo o uso proposto ou o nível de processamento, bem como códigos internacionais que facilitem a identificação do envio. Não devem ser feitas referências a nome comercial, tamanhos ou outros termos comerciais;

XI. No campo 9, "Marcas distintivas / Distinguishing marks", devem ser informadas as marcas distintivas da embalagem tais como número de lote, número de série ou nomes das marcas, assim como os números de identificação, como, por exemplo, número de lacre, ou os nomes do meio de transporte, como, por exemplo, números de identificação do contêiner ou vagão, placa do caminhão, número do vôo ou nome do navio, no caso de envios a granel, conforme informado pelo interessado à fiscalização federal agropecuária;

XII. No campo 10, "Nome científico dos vegetais / Botanical name of plants", indicar o nome científico reconhecido de vegetais, ou seus produtos, que compõem o envio, pelo menos em nível de gênero, mas preferencialmente em nível de espécie, observando, quando for o caso, o seguinte: se não for possível informar o nome científico de certos artigos regulamentados ou produtos de composição complexa, deverá ser indicado um descritor comum adequado, desde que acordado entre as ONPFs, ou deverá ser informado "Não se aplica" ou "NA";

XIII. No campo 11 do CF, "declaração de Certificação", deverá constar, de forma préimpressa, conforme Anexo I desta norma, com a respectiva tradução para o inglês.

XIV. No campo 11 do CFR, "declaração de Certificação", deverá constar, de forma préimpressa, conforme Anexo II desta norma, com a respectiva tradução para o inglês.

XV. No campo "DECLARAÇÃO ADICIONAL / ADDITIONAL DECLARATION", devem constar somente informações fitossanitárias adicionais específicas sobre o envio, em relação às pragas regulamentadas, exigidas como requisito fitossanitário pela ONPF do país importador, observando, quando for o caso, o seguinte:

a) as informações técnicas referentes aos tratamentos realizados não devem ser indicadas neste campo;

b) poderão ser acrescentadas informações fitossanitárias solicitadas pelo exportador para fins de futura certificação fitossanitária por outro país. Estas informações deverão estar separadas do restante da declaração Adicional exigida pela ONPF do país importador e sob o subtítulo "Informação

Fitossanitária Oficial Adicional/ Additional

Official Phytosanitary Information";

c) quando os requisitos fitossanitários forem estabelecidos em uma autorização ou permissão fitossanitária de importação, o número desta deverá constar neste campo do CF ou CFR;

d) quando o CF ou CFR for emitido depois da saída do envio, e se requerido pelo país importador, a data de inspeção deverá ser colocada neste campo. A data deverá ser escrita conforme o modelo "dd/mmm/aaaa", no qual "dd" corresponde ao dia em algarismos arábicos, "mmm" às primeiras três letras do mês e "aaaa" ao ano em algarismos arábicos;

e) informações referentes ao local de origem, tais como nome ou código da área livre de pragas, lugar de produção livre de pragas ou local de produção livre de pragas podem ser informadas neste campo, se exigido como requisito fitossanitário pela ONPF do país importador.

XVI. Os campos 12 a 17 do CF e CFR devem ser preenchidos com as informações técnicas referentes aos tratamentos fitossanitários exigidos como requisito fitossanitário pela ONPF do país importador;

XVII. No campo 12, "Data do Tratamento / Date of Treatment", deve constar a data de aplicação do tratamento fitossanitário. A data deverá ser escrita conforme o modelo "dd/mmm/aaaa", no qual "dd" corresponde ao dia em algarismos arábicos, "mmm" às primeiras três letras do mês e "aaaa" ao ano em algarismos arábicos;

XVIII. No campo 13, "Produto químico (ingrediente ativo) / Chemical (active ingredient)", deve ser indicado o ingrediente ativo aplicado no tratamento;

XIX. No campo 14, "Concentração / Concentration", deve ser indicada a concentração ou dose do ingrediente ativo utilizada no tratamento;

XX. No campo 15, "Duração e Temperatura / Duration and Temperature", devem ser indicadas a duração e a temperatura do tratamento realizado;

XXI. No campo 16, "Tratamento / Treatment", deve ser indicado o tipo de tratamento aplicado;

XXII. No campo 17, "Informação adicional / Additional information", deve ser informada qualquer informação adicional que seja pertinente sobre os tratamentos;

XXIII. No campo 18, "Carimbo da Organização / Stamp of organization", é apresentado, de forma pré-impressa, o carimbo que identifica a Organização de Proteção Fitossanitária do Brasil - Departamento de Sanidade Vegetal;

XXIV. No campo 19, "Lugar de Emissão / Place of issue", deve constar o nome do município, seguido da sigla da Unidade da Federação onde se localiza a unidade do MAPA responsável pela emissão do CF ou CFR;

XXV. No campo 20, "Data de Emissão / Date of issue", deve constar a data de emissão do CF ou CFR. A data deverá ser escrita conforme o modelo "dd/mmm/aaaa", no qual "dd" corresponde ao dia em algarismos arábicos, "mmm" às primeiras três letras do mês e "aaaa" ao ano em algarismos arábicos;

XXVI. No campo 21, "Nome do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / Name of authorized officer", deve constar o nome do AFFA autorizado, responsável pela emissão do CF ou CFR, em letras maiúsculas;

XXVII. No campo 22, "Assinatura do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / Signature of authorized officer", deve constar a assinatura do AFFA autorizado a emitir o CF ou CFR, conforme firmas apostas no Registro de firmas de funcionários autorizados para emitir Certificados Fitossanitários do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE. O MAPA poderá utilizar meios eletrônicos de assinatura do CF e CFR;

XXVIII. No rodapé do CF ou CFR deve constar, de forma pré-impressa, o texto a seguir: "O Departamento de Sanidade Vegetal, seus funcionários e representantes isentam-se de toda responsabilidade econômica e/ou comercial resultantes deste certificado. No financial liability with respect to this certificate shall attach to Departamento de Sanidade Vegetal or to any of its officers or representatives".

ANEXO IV

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO (*ADDITIONAL INFORMATION TO PHYTOSANITARY CERTIFICATE OR PHYTOSANITARY CERTIFICATE FOR RE-EXPORT*)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA DO BRASIL
PLANT PROTECTION ORGANIZATION OF BRAZIL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO OU CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO
ADDITIONAL INFORMATION TO PHYTOSANITARY CERTIFICATE OR PHYTOSANITARY CERTIFICATE FOR RE-EXPORT

1. Para: Organização Nacional de Proteção Fitossanitária de:
To: Plant Protection Organization of:

Informações complementares do ☐ Certificado Fitossanitário nº _____
☐ Certificado Fitossanitário de Reexpotarção Nº _____
referentes ao(s) seguinte(s) campo(s):
Additional information to ☐ Phytosanitary certificate ☐ Phytosanitary certificate for re-export no. refering to following section(s) (numeration as seen above):

USO EXCLUSIVO DO MAPA

2. Carimbo da organização *Stamp of organization*	3. Local de emissão / *Place of issue*	4. Data de emissão / *Date of issue*
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL DSV	5. Nome do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / *Name of authorized officer*	
	6. Assinatura do Auditor Fiscal Federal Agropecuário / *Signature of authorized officer*	

O Departamento de Sanidade Vegetal, seus funcionários e representantes isentam-se de toda responsabilidade econômica e/ou comercial resultantes deste certificado.
No financial liability with respect to this certificate shall attach to Departamento de Sanidade Vegetal ***or any of its officers or representatives***

ANEXO V

NOTA ANEXA AO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO OU CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO (*NOTE ATTACHED TO PHYTOSANITARY CERTIFICATE OR PHYTOSANITARY CERTIFICATE FOR RE-EXPORT*)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA DO BRASIL
PLANT PROTECTION ORGANIZATION OF BRAZIL

NOTA ANEXA AO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO OU CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO
NOTE ATTACHED TO PHYTOSANITARY CERTIFICATE OR PHYTOSANITARY CERTIFICATE OF RE-EXPORT

1. Por solicitação do Exportador, são anexadas as seguintes informações ao
☐ Certificado Fitossanitário nº _____
☐ Certificado Fitossanitário de Reexpotarção Nº _____
By request of the exporter are attached to ☐ Phytosanitary certificate ☐ Phytosanitary certificate for re-export no. the following information (numeration as seen above):

Local e data/ ***Place and date of issue***

O Departamento de Saniciade Vegetal, seus funcionários e representantes isentam-se de toda responsabilidade econômica e/ou comercial resultantes deste certificado.
No financial liability with respect to this certificate shall attach to Departamento de Sanidade Vegetal ***or any of its officers or representatives***

ANEXO VI

SOLICITAÇÃO DE REEMISSÃO DE CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO OU CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE REEMISSÃO DE CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO OU CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO

1. Solicitação

Solicito
☐ Emissão de novo Certificado Fitossanitário
☐ Emissão de novo Certificado Fitossanitário de Reexportação
em substituição ao
☐ Certificado Fitossanitário Nº_____ Requerimento Nº _____
☐ Certificado Fitossanitário de Reexportação Nº_____ Requerimento Nº _____
pelo(s) seguinte(s) motivo(s):
☐ 1. Alteração ☐ 2. Retificação ☐ 3. Desdobramento
☐ 4. Consolidação ☐ 5. Extravio

2. Justificativa

3. Documentos comprobatórios anexados

☐ Certificado Fitossanitário - CF Original correspondente
☐ Certificado Fitossanitário de Reexportação - CFR Original correspondente
☐ Boletim de Ocorrência Policial (em caso de extravio) _____
☐ Outro documento _____

4. Dados do Representante Legal

Nome: _____
CPF/CNPJ: _____
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade por elas.
Assinatura: _____

5. USO EXCLUSIVO DO MAPA

CARIMBO DO MAPA	Responsável pelo recebimento: _____ Assinatura e carimbo Recebido em: ___/___/____

6. RESULTADO (USO EXCLUSIVO DO MAPA)

☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO
Motivo(s): _____

Local e data: _____

_____
Carimbo e Assinatura do AFFA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 74, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista as disposições dos arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, do art. 42 da Instrução Normativa MAPA nº 39, de 27 de novembro de 2017, dos arts. 1º, 2º, 54, 57 e 58 do Anexo da Portaria MAPA nº 562, de 11 de abril de 2018, e o que consta no Processo nº 21000.046029/2018-45, resolve:

Art. 1º Estabelecer na forma desta Instrução Normativa o emprego de cães de detecção de odores como ferramenta complementar aos procedimentos padronizados de fiscalização agropecuária.

Art. 2º Caberá ao Centro Nacional de Cães de Detecção - CNCD, criado no âmbito da Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, da Secretaria de Defesa Agropecuária - VIGIAGRO/SDA, a responsabilidade por toda a gestão necessária para a implementação e operacionalização desta ferramenta.

Art. 3º O funcionamento do CNCD será orientado pelos seguintes princípios:

I - fortalecimento nos mecanismos de controle e fiscalização agropecuária;

II - otimização de recursos humanos e financeiros nas atividades de fiscalização;

III - maior eficiência nas operações de fiscalização;

IV - menor impacto da fiscalização nos fluxos operacionais e rotineiros dos entes fiscalizados;

V - melhoria do gerenciamento das operações de fiscalização;

VI - adoção de procedimentos de fiscalização articulados com outros órgãos da administração pública; e

VII - possibilitar o compartilhamento de materiais e equipamentos, bem como de contratos de prestação de serviços com outros órgãos da administração pública, reduzindo os custos para o Estado.

Art. 4º São objetivos do CNCD:

I - fortalecer as ações de defesa agropecuária;

II - garantir a eficiência e a eficácia na fiscalização dos produtos de interesse agropecuário, sem contudo impactar desnecessariamente os entes fiscalizados;

III - disponibilizar, implementar, ampliar e coordenar o uso dos cães de detecção de odores no âmbito da fiscalização agropecuária;

IV - otimizar os recursos humanos e financeiros utilizados nas ações de defesa agropecuária; e

V - propor, coordenar e integrar operações de fiscalização e repressão, individual ou conjuntamente com outros órgãos da administração pública.

Art. 5º Delegar ao Secretário de Defesa Agropecuária a competência para a edição de normas complementares necessárias para aplicação do disposto nesta Instrução Normativa, em consonância com suas disposições.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.005, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da atribuição que lhe foi conferida pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 52, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016; e do art. 2º da Portaria MAPA nº 2.462, de 12 de dezembro de 2017; viando à implementação do Plano de Integridade do MAPA, aprovado pela Portaria MAPA nº 2.310, de 11 de novembro de 2017; e considerando ainda as deliberações de aprovação apresentadas pelo Comitê Gestor do Selo Agro + Integridade, conforme Ata de Reunião e manifestação sobre os pedidos de reconsideração, constantes do Processo nº 21000.039338/2018-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a relação de empresas abaixo discriminadas, na forma homologada pelo Comitê Gestor do Selo Agro + Integridade, para fins de utilização do Selo Agro+ Integridade, no período de 1º de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019.

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CNPJ 60.398.138/0001-12;
ADAMA BRASIL S/A - CNPJ 02.290.510/0001-76;
ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A. - CNPJ 07.903.169/0001-09;
BALDONI PRODUTOS NATURAIS COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA-ME - CNPJ 04.722.691/0001-98;
RIVELLI ALIMENTOS S/A - CNPJ 21.005.582/0001-79;
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS SUPREMO LTDA. - CNPJ 03.080.479/0001-01;
IHARABRAS S/A INDUSTRIAS QUIMICAS - CNPJ 61.142.550/0001-30;
BUNGE ALIMENTOS S.A. - CNPJ 84.046.101/0001-93;
RIO BRANCO ALIMENTOS S.A (PIF PAF ALIMENTOS) - CNPJ 05.017.780/0001-04;
TROPFRUTAS DOS BRASIL LTDA (LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS) - CNPJ 07.757.005/0001-02, e
OLD FRIENDS AGROPECUÁRIA LTDA - CNPJ 00.029.265/0001-12.

Art. 2º Fica aprovado o modelo da marca SELO AGRO+ INTEGRIDADE para o período de utilização pelas empresas do agronegócio acima destacadas, em seus produtos, propagandas e sítios eletrônicos, conforme previsto no Regulamento, aprovado pela Portaria MAPA nº 2.042, de 12 de dezembro de 2017, e na forma do layout anexo a esta Portaria, composto da marca registrada no INPI sob o nº 916039153, acrescido dos anos de referência constantes do artigo anterior.

Art. 3º Fica a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Selo Agro + Integridade autorizada a disponibilizar a marca aprovada às empresas relacionadas no art. 1º, a partir da assinatura do pacto pela Integridade, Responsabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental e Adequado Uso da Marca, previsto no Regulamento, aprovado pela Portaria MAPA nº 2.042, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

Anexo I

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 3.999, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições previstas na Portaria SE/MAPA nº 1.631, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU nº 129, de 07 de julho de 2016, na Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Portaria n° 2757 de 13 de novembro de 2017 (processo 21014.003805/2017-82) e consequentemente a habilitação da Médica Veterinária Belisa Krieger, CRMV-CE nº 2624, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para Aves e Suídeos Intra e Interestadual nos municípios de Maranguape, Horizonte, Cascavel, Pindoretama, Marco, Milagres, Paracuru, Santa Quitéria, Ibaretama, Massapê, Beberibe, Forquilha, Parambu e Croatá - CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 4, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Chefe do Serviço de Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XVI do Artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018.

Considerando o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002; e

Considerando o constante dos autos do processo 21028.010126/2018-91; resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa AFRANIO GONÇALVES CAMARGO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.046.884/0001-43, e localizada à Rua Sete de Setembro nº 212, Centro, CEP: 37.750-000 Machado/MG para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os Tratamentos de Fumigação em Contêineres com Fosfina (FEC-FOSFINA); Fumigação em silos Herméticos com Fosfina (FSH-FOSFINA) e Fumigação em Câmaras de Lona com Fosfina (FCL-FOSFINA).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 1 (ano) ano, em conformidade ao que a respeito estabelece o Artigo 1º, Parágrafo 4º, do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVIO WESTIN COSENZA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 400, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.007348/2017-69, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o nº BR-SC663 a empresa MSX TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS LTDA, CNPJ Nº 13.365.711/0002-92, localizada na Rodovia SC 050 km 2,5, S/N Bairro Interior em Santa Cecília/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: SECAGEM EM ESTUFA - KD e TRATAMENTO TERMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 464, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 292, da Portaria Ministerial nº. 561, de 11/04/2018, publicado no D.O.U. de 13/04/2018, página 7 a 39 e o Memorando Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 - Processo SEI nº. 21000.015362/2018-11, considerando o que consta no Processo SEI SFA/SP nº. 21052.014029/2018-71, resolve:

Art. 1 - Habilitar os Médicos Veterinários abaixo discriminados para a colheita de material e envio de amostras aos laboratórios credenciados para o diagnóstico de Mormo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

ORDEM	NOME	CRMV-SP
1	ALEXANDRE DE CARVALHO MORAIS	29891
2	ANGELICA MISAILIDIS GIMENES	26119
3	ANIBAL RODRIGUES PEREIRA NETO	28611
4	ANTONIO ROBERTO DE OLIVEIRA HUNZIKER	2164
5	ARIEL CONTI SACILOTTO	40108
6	BARBARA PAGGIARO FORTES BOTEZELLI	29883
7	BRUNA VERÍSSIMO BARBIERI	22408
8	BRUNO GABRIEL GARBELOTTI	32489
9	CARLOS AUGUSTO PIRES ARRUDA	41888
10	CARLOS SAMPAIO MOREIRA PIEGAS	13894
11	CARLOS SHIZUO MESSIAS ONO	24984
12	CAROLINE KELI LOPES OLIVEIRA	27418
13	CESAR GRANER	26118
14	DANIEL DE MELLO GOBBO	16569
15	DIENE MARTINS VIEIRA	38206
16	ELIANA CALEIRO JACOB	26164
17	FÁBIO RICARDO FRANCO DE SOUSA	31616
18	FLAVIA REINATO GUERRA	34805
19	GLEY ROSA FILHO	24539
20	GUILHERME GERALDI HYPPOLITO	27875
21	JOAQUIM AUGUSTO DE PAULA JERONIMO PEREIRA MENDES	42642
22	JONATHAS FERREIRA DE FARIA	40492
23	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA FILHO	40073
24	JUAREZ TELLES DE SOUZA	2201
25	KAREN DAIANA GONZAGA DE CAMARGO	40825
26	KARLA DANTAS MADEIRA DA COSTA	43403
27	LARISSA MOLINA RIBEIRO	36309
28	LUCIANE HELENA DE SOUZA ROSSATO	22734
29	LUIS GUSTAVO CASTOR LEOPIZE	25456
30	MAURICIO LUIZ MESQUITA DE PALMA	19018
31	MURILO TOGNOLLI GAMBETTA	34535
32	PATRICIA SAYURI KATANO DE ÁVILA	34415
33	REGINA GOTTARDI ABRAHÃO	9194
34	RICARDO DA SILVA ORTIS	38751
35	RICARDO PEREIRA DA SILVA FILHO	37335
36	ROBERTA DE PAULA LEITE MORAES SARGO	33435
37	ROBERTO CARVALHO DE MACEDO	20426
38	RODRIGO DA SILVA BARBOZA	27050
39	RODRIGO ROMERO CORRÊA	14581
40	SANDRA BARBIERI DE AZEVEDO GRILLO	37692
41	SANDRA YUMI SHIBATA ROSA	12192
42	SUELEM CRISTINA DE OLIVEIRA	34986
43	THAÍSA ROSANA DE LIMA	3305
44	THIAGO GARCIA PEREIRA	30020
45	TIAGO FAVARO GIMENES	27285
46	VICTOR HUGO BARRETO GUASI	29323
47	VICTOR MEIRELLES DE AZEVEDO	8327
48	VINICIUS PREVATO SAMPAIO	25973
49	WILLIAM MOORE DOS SANTOS	39038

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ocorrer suspensão e cancelamento da habilitação de qualquer médico veterinário nela contido, em razão do não cumprimento da legislação vigente.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 18 e 53 do anexo I do Decreto 8.852 de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto 5.741 de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa MAPA nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.003588/2015-18, resolve:

Art. 1º Ficam definidos os requisitos e critérios para a realização do diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (AIE), por meio das técnicas denominadas Imunodifusão em Gel de Agar (IDGA) e ensaio imunoenzimático (ELISA - *Enzyme-Linked Immunosorbent Assay*), a serem adotados pelos laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), em atendimento ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), na forma desta Instrução Normativa.

Art. 2º O procedimento para a realização do credenciamento de laboratórios para a realização do diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (A.I.E.) será definidos pela Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, e publicado no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/legislacoes-e-metodos/diagnostico-animal-1

Art. 3º O laboratório de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa deverá dispor de instalações e equipamentos adequados à realização das técnicas de IDGA ou de ELISA, de acordo com seu escopo de credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

§ 1º As instalações de que trata o **caput** deste artigo devem ser na mesma base física, atender aos requisitos de biossegurança exigidos pelo MAPA e possuir, no mínimo:

I - área administrativa destinada ao recebimento das amostras, registros, expedição dos resultados e arquivamento;

II - área destinada à realização do ensaio;

III - área destinada à esterilização de amostras biológicas e a esterilização e lavagem de materiais.

§ 2º As instalações previstas no § 1º devem possuir separação física efetiva entre os ambientes.

§ 3º As amostras devem ser manipuladas somente na área de ensaio, sendo proibida a sua manipulação, incluindo a abertura de suas embalagens externas, na área prevista no inciso I deste artigo.

§ 4º As normas de segurança biológica deverão ser respeitadas em todos os procedimentos realizados, e o laboratório deverá dispor de práticas e instalações que assegurem a biocontenção e a segurança biológica em suas instalações.

Art. 4º São consideradas amostras para o diagnóstico de AIE os soros sanguíneos de equídeos, coletados no âmbito do PNSE.

§ 1º As amostras de que trata o **caput** somente deverão ser recebidas pelo laboratório, acompanhadas do formulário de requisição específico instituído por meio da Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004, ou outro que venha a ser definido em normativa específica do MAPA.

§ 2º O formulário de que trata o § 1º não será emitido por laboratório da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

§ 3º A qualidade das informações constantes no formulário de que trata o § 1º são de responsabilidade do médico veterinário responsável pela coleta da amostra.

§ 4º Amostras cujos formulários de requisição apresentarem campos em branco ou incompletos, com rasuras ou ilegíveis serão rejeitadas.

Art. 5º Após a colheita, as amostras deverão ser conservadas resfriadas, em temperatura de 2 a 8º Centígrados.

§ 1º O volume de uma amostra deve ser de no mínimo 1,0 mililitro.

§ 2º As amostras deverão ser armazenadas resfriadas, em temperatura de 2º a 8º Centigrados por até 8 dias, após esse prazo deverão ser congeladas a temperatura igual ou inferior a -10º Centígrados.

Art. 6º O registro da amostra no laboratório deve conter, no mínimo, informações referentes ao número do registro no laboratório, número do formulário de requisição, identificação do animal (nome ou número), espécie, idade, data da coleta, data do recebimento no laboratório, data de emissão do relatório de ensaio e resultado.

Art. 7º As amostras deverão obrigatoriamente divididas em duas alíquotas de no mínimo 500 microlitros e identificadas, uma para prova e outra para contraprova.

§ 1º A alíquota para fins de contraprova, deverá ser armazenada congelada e devidamente identificada e lacrada, à temperatura de -10°C ou inferior, por um período mínimo de 60 (sessenta) dias. Após esse prazo as amostras poderão ser descartadas, após autoclavação a 120ºC com pressão de 1 (uma) libra, por 30 minutos.

§ 2º As identificação, custódia, manutenção, armazenamento e descarte das amostras, são de inteira responsabilidade do Responsável Técnico do laboratório.

Art. 8º Amostras com evidência de contaminação ou com alto grau de hemólise, não deverão ser processadas, devendo ser descartadas após autoclavação. O laboratório deve informar ao Médico veterinário que efetuou a colheita, para que seja providenciada uma nova colheita.

Art. 9º Para a realização dos métodos de IDGA e ELISA previstos no art. 1º desta Instrução Normativa, deverão ser utilizados kits registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º A utilização dos kits nos métodos de IDGA ou ELISA deverá seguir as instruções dos protocolos constantes nas respectivas bulas do fabricante.

§ 2º Somente poderão ser utilizados kits de ELISA cuja leitura seja realizada em espectrofotômetro para leitura de microplacas de ELISA.

§ 3º Todos os reagentes e insumos utilizados, não fornecidos nos kits, deverão ser grau pró-análise (PA). A água utilizada nos ensaios deverá ser água grau laboratório (destilada ou deionizada).

§ 4º Para fins de auditoria, os laboratórios deverão manter um inventário dos kits adquiridos, utilizados e em estoque, detalhando o número do lote utilizado, número de registro ou autorização para utilização emitida pelo MAPA, e número de provas realizadas.

Art. 10 As amostras com resultado positivo na técnica de ELISA deverão ser submetidas à técnica de IDGA em triplicata, na mesma roseta.

§ 1º Considerando o exposto no **caput**, o laboratório não poderá ser credenciado apenas para a realização da técnica de ELISA.

§ 2º Nos casos em que o resultado do teste ELISA for positivo, o Relatório de Ensaio deverá ser emitido somente após a finalização do teste de IDGA.

§ 3º Tanto a data de finalização do ensaio de ELISA quanto a data de finalização do ensaio de IDGA devem ser registradas no Relatório de Ensaio.

Art. 11 A linha formada com Soro Controle Positivo (SCP) é a base para a leitura do teste. Se ela não estiver nítida o teste não é válido e deve ser repetido.

§ 1º Resultado NEGATIVO: As linhas formadas entre o antígeno (Ag) e o SCP se dirigem para a cavidade onde se encontram as amostras testadas.

§ 2º Resultado POSITIVO: As linhas formadas entre o Ag e o SCP se fundem com aquelas formadas pelas amostras testadas e formam uma linha contínua de identidade total.

§ 3º Resultado FRACO POSITIVO: A linha de precipitação de uma amostra fraca positiva tende a se formar mais próximo à cavidade onde se encontra a amostra que está sendo testada. Em casos de títulos baixos de Ac pode-se visualizar somente uma convergência das duas linhas do controle, na direção da cavidade, onde se encontra o soro que está sendo testado.

§ 4º Reação FORTE POSITIVA: A linha de precipitação de uma amostra com título alto de Ac apresenta-se como uma faixa difusa, entre as duas linhas de controle. Em casos extremos, pode haver a inibição da formação desta faixa e só serão visualizadas as duas linhas de controle, interrompidas, a mesma distância do soro testado, não se verificando nenhuma precipitação entre estas linhas. Nesse caso deve-se repetir a prova, diluindo-se as amostras que apresentaram essas reações, em diluição 1/4 e 1/8.

§ 5º Reação de LINHAS INESPECÍFICAS: A reação inespecífica não forma uma linha contínua com as do controle. Elas são formadas por outras reações Ag-Ac que não aquela específica para AIE. Uma amostra pode produzir uma reação específica de A.I.E. (positiva ou negativa) e uma linha de precipitação inespecífica. No caso de aparecimento de linha(s) inespecífica(s), a prova deve ser repetida.

Art. 12 A avaliação laboratorial de cada amostra, deverá gerar um "Relatório de Ensaio".

§ 1º O relatório de ensaio deverá:

I - conter minimamente as seguintes informações:

a) identificação completa do laboratório emissor, contendo nome, endereço e contatos;

b) número da Portaria de credenciamento junto ao MAPA, válida e atualizada, e respectiva data de publicação em Diário Oficial da União;

c) número do Relatório de Ensaio, que deve ser unívoco;

d) número de registro da amostra no laboratório;

e) número do documento de encaminhamento da amostra ao laboratório;

f) identificação do proprietário do animal;

g) identificação do médico veterinário requisitante responsável pela coleta da amostra, seu respectivo CRMV e contatos;

h) identificação do animal, contendo nome/número, espécie, sexo, idade, raça e endereço da propriedade onde se encontra;

i) identificação da amostra, contendo a matriz, número de lacre, se houver, data da coleta e data do recebimento no laboratório;

j) identificação do método de ensaio utilizado e sua base legal;

l) identificação do kit utilizado em cada ensaio, contendo nome comercial, fabricante, partida/lote e validade;

m) resultado obtido em cada ensaio e sua respectiva data da finalização;

n) data de validade do resultado negativo, considerando a data de coleta da amostra;

o) assinatura do Responsável Técnico, com sua identificação e respectivo CRMV; e

p) local e data de emissão do Relatório de Ensaio.

II - ser encaminhado de acordo com as diretrizes determinadas pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária (DSA/SDA/MAPA).

III- ser acompanhado, obrigatoriamente, do formulário de requisição descrito no § 1º do Artigo 4º.

§ 2º O laboratório poderá adotar o modelo de Relatório de Ensaio disponibilizado pela CGAL no sítio eletrônico do MAPA.

Art. 13 O laboratório deverá arquivar uma cópia dos Relatórios de ensaio por um período mínimo de 5 anos, após a sua emissão.

Art. 14 O resultado do exame laboratorial para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina, deverá ser emitido por meio de relatório de ensaio, no qual deverá constar como anexo, a requisição para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina, conforme determina o artigo 10 da Instrução Normativa SDA nº 45, de 15 de junho de 2004, ou outra normativa especifica publicada pelo MAPA.

§ 1º Quando o resultado for NEGATIVO, uma via do relatório de ensaio com resultado NEGATIVO será enviada ao médico veterinário habilitado requisitante do teste, e outra deverá ser mantida no laboratório

§ 2º Quando o resultado for POSITIVO, uma via do relatório de ensaio deverá ser enviada ao órgão estadual de sanidade animal (OESA) e uma via ao setor de saúde animal, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MAPA do estado onde está localizada a propriedade de origem da amostra num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º No caso de realização de ensaio por meio da técnica de ELISA e de IDGA, os dois resultados deverão ser emitidos em um único relatório de ensaio.

§ 4º O laboratório poderá encaminhar os resultados do exame laboratorial, por meio eletrônico, em arquivo não editável, em substituição ao envio de vias físicas, devendo guardar uma 2º via prontamente disponível em seus arquivos para fins de auditoria, por um período mínimo de 5 anos.

Art. 15 O laboratório deve expedir em duas vias o relatório mensal de atividades operacionais em modelo disponibilizado pela CGAL/SDA, sendo uma via emitida à unidade laboratorial da CGAL/SDA responsável pelas atividades de credenciamento de laboratórios de A.I.E. e uma via ser arquivada no laboratório.

§ 1º Cópia eletrônica do relatório mensal de atividades operacionais deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico do serviço responsável pela saúde animal da SFA onde está localizado o laboratório.

§ 2º Somente o responsável técnico, ou seu substituto, poderá assinar o relatório de ensaio de resultado do teste e os relatórios mensais.

§ 3º A via do relatório mensal de atividades, destinado à unidade laboratorial da CGAL/SDA responsável pelas atividades de credenciamento de laboratórios de A.I.E, poderá ser enviado em meio eletrônico, em arquivo não editável, dispensado o envio de uma via física.

Art. 16 O responsável técnico e o responsável técnico substituto devem ser habilitados e aprovados pela CGAL, mediante critérios e procedimentos que serão publicados, no endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/legislacoes-e-metodos/diagnostico-animal-1

Parágrafo único. O responsável técnico e seu substituto, assim como os gerentes da qualidade, só poderão responder por uma única unidade laboratorial.

Art. 17 Para realização de contraprova, o laboratório credenciado deverá utilizar alíquota da amostra, conforme artigo 7º dessa Instrução Normativa, a qual deverá estar lacrada.

Art. 18 Para a realização de reteste o Laboratório Nacional Agropecuário, deverá receber nova amostra, colhida pelo Serviço Veterinário Oficial, devidamente lacrada e acompanhada da autorização para realização de reteste, emitida pela Superintendência Federal da Agricultura da Unidade Federativa onde se encontra o equídeo com resultado positivo.

Art. 19 Os modelos de formulários e relatórios, necessários para o atendimento dessa Instrução Normativa, serão disponibilizados pela CGAL/SDA/MAPA no endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/legislacoes-e-metodos/diagnostico-animal-1

Art. 20 Os laboratórios credenciados serão monitorados e avaliados pela CGAL/SDA. Essa avaliação poderá ser por de envio de amostras cegas ou estudos Inter laboratoriais.

Parágrafo único. Laboratórios com resultados considerados insatisfatórios, terão seu credenciamento suspenso e serão submetidos a auditoria de monitoramento.

Art. 21 Ficam revogados:

I - a Portaria nº 84, de 19 de outubro de 1992;

II - a Portaria nº 378, de 17 de dezembro de 2014; e

III - o artigo 15 da Instrução Normativa nº 45 de 15 de junho de 2004.

Art. 22 Esta Instrução Normativa entra em vigor 60 dias após sua data de publicação.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 118, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta do Processo nº 21052.003395/2011-28, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que estabelecem as normas e os padrões para a produção, a comercialização e o transporte de material de propagação de bananeira (Musa spp.) e seus padrões de identidade e de qualidade, com validade em todo o Território Nacional.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões de órgãos, entidades ou de pessoas interessadas.

Art 3º Durante o prazo estipulado no art. 1º desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos encontrar-se-ão disponíveis na íntegra na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA na rede mundial de computadores: http://www.agricultura.gov.br, link legislação, submenu Portarias em Consulta Pública.

Art. 4º As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: csm@agricultura.gov.br ou, por escrito, ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas DFIA/SDA/MAPA, Anexo A, sala 338, 3º andar, Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF, CEP: 70.043-900.

Art. 5º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Coordenação de Sementes e Mudas do DFIA/SDA/MAPA poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 92, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico Sulphur Mills, registro nº 34217, e Fipronil Técnico Tagros, registro nº 34317, no produto formulado Fipronil Nortox 800 WG, registro nº 10412, conforme processo nº 21000.024988/2018-18.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sulphur Mills Limited 1904 A-18/18, G.I.D.C. Panoli - Dist. Bharuch Gujarat, Índia, Sulphur Mills Limited 1905/1928/29/30, G.I.D.C. Panoli - Dist. Bharuch, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited Plot nº 2, G.I.D.C., Dist. Bharuch, Gujarat, Índia no produto Fipronil Nortox 800 WG, registro nº 10412, conforme processo nº 21000.029163/2018-81.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico Sulphur Mills, registro nº 34217, e Fipronil Técnico Tagros, registro nº 34317, no produto formulado Radix, registro nº 8817, conforme processo nº 21000.024990/2018-89.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sulphur Mills Limited 1904 A-18/18, G.I.D.C. Panoli - Dist. Bharuch Gujarat, Índia e Sulphur Mills Limited 1905/1928/29/30, G.I.D.C. Panoli - Dist. Bharuch, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited Plot nº 2, G.I.D.C., Dist. Bharuch, Gujarat, Índia no produto Radix, registro nº 8817, conforme processo nº 21000.032699/2018-84.

5. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Acefato Técnico Adama BR, registro nº 1418, no produto formulado Rapel, registro nº 6106, conforme processo nº 21000.023069/2018-19.

6. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Openor, registro nº 22917, conforme processo nº 21000.048657/2018-65.

7. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Soberano, registro nº 24017, conforme processo nº 21000.048656/2018-11.

8. No Ato nº 06, de 08 de fevereiro de 2018, Seção 1, publicado no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2018, tornar sem efeito o item 8.

9. De acordo com o Artigo 22, § 1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do produto Meta-turbo, registro n° 12816, da empresa Biovalens Ltda. - CNPJ nº 19.558.896/0001-57, endereço Via Secundaria 07, sln Qd 08 Lt. 01112 - Distrito Agroindustrial de Rio Verde I - Rio Verde/GO, CEP: 75900-001, para a empresa Biovalens Ltda. - CNPJ nº 19.558.896/0002-38 - endereço Rua Manoelzinho Rodrigues da Cunha, 81 - Uberaba/MG, conforme processo nº 21000.002686/2018-81.

10. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa FMC Química do Brasil Ltda. - CNPJ nº 04.136.367/0017-55 - Paulínia/SP, a importar o produto Regalia Maxx, registro nº 13514, conforme processo nº 21000.048311/2018-67.

11. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo ao Ofício ANVISA nº 0357536155/2015, indeferimos o pleito de registro do produto Datado, processo nº 21000.005406/2012-09.

12. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Helm do Brasil Mercantil Ltda. - CNPJ nº 47.176.755/0001-05 - São Paulo/SP, a importar o produto Tiofanato-Metílico Técnico Proventis, registro nº 27116, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Mofotil, registro nº 12109, conforme processo nº 21000.049503/2018-91.

13. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos 2,4-D Ácido Seco Técnico, registro nº 1638803, e Picloram Ácido Técnico, registro nº 308898, no produto formulado Pri-Mordial, registro nº 11509, conforme processo nº 21000.007008/2010-57.

14. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Dow Agrosciences Industrial Ltda. - Jacareí/SP e Franco da Rocha/SP, no produto Pri-Mordial, registro nº 11509, conforme processo nº 21000.007008/2010-57.

15. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Servatis S.A. - Resende/RJ, no produto Vitavax Thiram 200 SC, registro nº 1193, conforme processo nº 21000.044776/2017-68.

16. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n°4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da formulação do Karate Zeon 50 CS, registro n° 1700, conforme processo n° 21000.010205/2011-34.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Acefato Técnico Adama BR, registro nº 1418, no produto formulado Orthene 750 BR, registro nº 2788394, conforme processo nº 21000.014666/2018-52.

18. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as correções dos endereços da empresa Certis USA, LLC - 9145 Guilford Road, Suite 175, Columbia/EUA (escritório) e Certis USA, LLC - 200, Park Avenue - Nova Iorque - EUA (escritório), para Certis USA, LLC - 720 5th Street Wasco, Califórnia - EUA, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.008490/2014-76.

19. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da denominação do endereço da empresa Stoller do Brasil Ltda. - endereço Rodovia SP 332 - km 138 s/nº, Bairro Itapavussu Cosmópolis/SP - CEP: 13150-000, para o endereço Estrada Municipal CMS-470, nº 300, Bairro Itapavussu, Cosmópolis/SP, CEP: 13151-352, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.049741/2018-04.

20. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Tricho-Turbo, registro nº 34018, para a marca comercial Bio-Hulk, conforme processo nº 21000.049884/2018-16.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Ácido Técnico Milenia BR, registro nº 16012, no produto formulado Mirant, registro nº 6908, conforme processo nº 21000.045349/2017-05.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Bio Controle - Métodos de Controle de Pragas Ltda. - Indaiatuba/SP, no produto Bio Broca, registro nº 9606, conforme processo nº 21000.041754/2017-46.

23. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ nº 23.361.306/0001-79 - Uberaba/MG, Filial: CNPJ nº 23.361.306/0007-64 - Igarapava/SP, a importar o produto Tebuconazole Tech Oxon, registro nº 38817, uma vez que a mesma consta como formuladora dos produtos Fezan Gold, registro nº 8215, e Fezan, registro nº 15417, conforme processo nº 21000.032745/2018-45.

24. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. (Unit. II) - North Area of Dongsh Chem-zone, 215600 Zhangjiagang, Jiangsu - China, no produto Prisma Plus, registro nº 9917, conforme processo nº 21000.020421/2017-83.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 24 de dezembro de 2015, em Ato nº 76, Seção 1, item 19, pág. 59, onde se lê: ... foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão, batata, feijão, maçã, melancia, melão, pêssego, rosa, tomate (envarado e industrial) e uva, leia-se: ... foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão, feijão, melancia, melão, rosa, tomate (envarado e industrial) e uva; e dos alvos biológicos Sclertoinia sclerotiorum e Rhizoctonia solani na cultura do batata, no produto Sumiguard 500 WP, registro nº 4001, conforme processo nº 21000.010073/2013-11.

No DOU de 13 de janeiro de 2017, em Ato nº 6, Seção 1, pág. 8, item 56, onde se lê: ... h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico, leia-se: ... h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico, no produto Tioafanato-Metílico Técnico Proventis, registro nº 27116.

No DOU de 17 de setembro de 2018, em Ato nº 74 Seção 1 pág. 7, item 17, onde se lê: ... d. Fabricante: produto técnico(Metomil Técnico Ouro Fino) Nome: Shandong Hugyang Pesticide Chemical Industry Group Co. Ltd. - Ciyao Town Ningyang County, Shandong 271411, China, Formulador: Nome: Ouro Fino Química Ltda - CNPJ nº09.100.671/0001-07 - endereço: Av. Filomena Cartafina nº 22335 Q14 L 05 - Dist. Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38044-750, no produto ÁvidoBR registro nº 27918, leia-se: ... d. Fabricante do produto técnico(Metomil Técnico Ouro Fino) Nome: Shandong Huayang Pesticide Chemical Industry Group Co. Ltd.- Endereço Ciyao Town, Ningyang County Shandong 271411 - China; (Methomex Técnico) Nome: Adama Makhteshim Ltd. - endereço: Neot-Hovav Neot-Hovav Eco Industrial Park - 8410 - Beer Sheva Israel, Hubei Sanonda Co. Ltd. - Endereço: Sanonda Chemical Industrial Park Nongi Road, Shashi 434001 Jingzhou, Hubei, China. Formulador: Nome Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ nº 09.100.671/0001-07 - Endereço - Av. Filomena Cartafina nº 222335, Q 14 L 05 - Distrito Industrial III - Uberaba/MG, CEP: 38044-750, no produto ÁvidoBR, registro nº 27918, conforme processo nº 21000.049638/2018-56.

No DOU de 15 de outubro de 2018, em Ato nº 80 Seção 1, pág. 4, item 15, onde se lê: ... foi aprovada a inclusão do produto Tebuconazole Técnico IV, registro nº 25317, no produto formulado Tebuco Nortox SC, registro nº 7718, leia-se: ... foi aprovada a inclusão do produto Tebuconazole Técnico Nortox CH, registro nº 561,8 no produto formulado Tebuco Nortox SC, registro nº 7718, conforme processo nº 21000.008567/2018-31.

No DOU de 16 de outubro de 2018, em Ato nº 81, Seção 1, pág. 12, item 3, onde se lê: ... d. Fabricante: Jianxi, leia-se: ... d. Fabricante: Jiangxi, no produto Sulfentrazone Técnico Proventis, registro nº 29818.

No DOU de 01 de novembro de 2018, em Ato nº 85, Seção 1, pág. 7, item 2, onde-se lê: ... foi aprovada a alteração da razão social Bayer CropScience France, Bayer CropScience S.A., Bayer SAS - Avenue Edouard Herriot Limas - BP 442 - 69656 Villefranche-Sur-Saône CEDEX, França, leia-se: ... foi aprovada a alteração da razão social das empresas Bayer CropScience France, Bayer CropScience S.A. e Bayer Environmental Science SAS para a empresa Bayer SAS -1 Avenue Edouard Herriot Limas - BP 442 - 69656 Villefrance-Sur-Saône CEDEX, França, conforme processo nº 21000.050201/2018-65.

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora Substituta do Departamento de Sanidade Vegetal, de acordo com as atribuições que lhe confere o art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto nos § 2º, 3º e 4º do Art. 10 da Instrução Normativa nº 28, de 20 de julho de 2017, na Portaria nº 215, de 27 de abril de 2001, e o que consta do Processo nº 21030.000179/2018-55, resolve:

Art. 1º Declarar como Área Sob Quarentena para a praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), no Estado do Pará, os municípios de Almeirim, Gurupá, Porto de Moz, Praínha, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz do Arari e Soure.

Art. 2º Declarar como Zona Tampão para a praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), no Estado do Pará, os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Bujaru, Cametá, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia, Tomé-Açu, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Senador José Porfirio, Uruará, Vitória do Xingu, Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituia, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Sta. Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Ananindeua, Benevides, Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta, Vigia, Curuá, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Alenquer, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Santarém, Belém e Pacajá.

Art. 3º Declarar como Área Sem Detecção para a praga quarentenária presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), no Estado do Pará, os municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipiuxuna, Parauapebas, Novo Progresso, Mãe do Rio, Paragominas, Ulianópolis, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Pau D´Árco, Redenção, Sta. Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Elizeu, Rondon do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu, Tucumã, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Novo Repartimento, Tucuruí, Bannach, Canaã dos Carajás, Floresta do Araguaia, Rio Maria, Sapucaia e Xinguara.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para reavaliação, pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Pará - SFA/PA, sob auditoria da Coordenação-Geral de Proteção de Plantas - CGPP/DSV/SDA/MAPA, das ações realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, visando o atendimento de todas as condicionantes apresentadas em Parecer da CGPP/DSV com relação a manutenção da categorização do Estado do Pará de Área sob Quarentena, Zona Tampão e Área Sem Detecção de Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola), em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 28, de 20 de julho de 2017.

Parágrafo único. Caso a reavaliação prevista no caput considere como insuficientes as ações e medidas adotadas quanto à prevenção, contenção, supressão e erradicação da praga presente Bactrocera carambolae (mosca-da-carambola) o Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA procederá a publicação de nova Resolução categorizando o estado do Pará como Área Sob Quarentena.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 4, de 26 de outubro de 2018.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRACIANE GONÇALVES MAGALHÃES DE CASTRO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 5.984, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Tornar público o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (PETIC/MCTIC).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, e considerando o disposto no art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar público o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC), quadriênio 2019-2022, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Art. 2º A íntegra do PETIC/MCTIC 2019-2022 será publicada na página do MCTIC, no sítio eletrônico: www.mctic.gov.br.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 3.851, de 12 de julho de 2017, a partir de 1 de janeiro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

PORTARIA Nº 5.985, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Tornar público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (PDTIC/MCTIC).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, e considerando o disposto no art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), biênio 2019-2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Art. 2º A íntegra do PDTIC/MCTIC 2019-2020 será publicada na página do MCTIC, no sítio eletrônico: www.mctic.gov.br.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 3.852, de 12 de julho de 2017, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 1.991, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe foram conferidas pelo art. 136, inciso I, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e Considerando a autorização ministerial constante da Portaria nº 6.203, de 28 de dezembro de 2016, publicada no DOU, de 30 de dezembro de 2016; , resolve:

Art. 1º Dar publicidade aos resultados alcançados no projeto-piloto do Programa de Gestão por Desempenho disciplinado pela Portaria nº 935, de 11 de julho de 2017, atendendo ao disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO EULER DE MORAIS

ANEXO

Período apurado: 01/05/2018 a 31/07/2018
Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações - ORLE

Regime de Trabalho	Meta IDQ	IDQ médio apurado
Presencial	1,00	1,15
Teletrabalhador	1,15	1,42
O Índice de Desempenho e Qualidade (IDQ) representa o desempenho realizado pelo servidor, considerando a carga de trabalho atribuída, o prazo de entrega e a qualidade do trabalho, tendo em vista o que era esperado.		

Gerência de Certificação e Numeração - ORCN

Regime de Trabalho	Meta	Apurado
Presencial	120	126
Teletrabalhador	2940	3133
A meta e o apurado referem-se à quantidade de requerimentos analisados.		

Período apurado: 07/05/2018 a 05/08/2018
Superintendência de Controle de Obrigações - SCO

Regime de Trabalho	Meta Ipado	Ipado médio Apurado
Presencial	1,00	0,818
Teletrabalhador	1,15	1,275
O Índice de Instrução de Pados (Ipado) representa as tarefas realizadas pelos servidores em relação a produtividade mínima esperada.		

Período apurado: 06/05/2018 a 04/08/2018
Superintendência de Fiscalização - SFI

Regime de Trabalho	Meta Ipado	Ipado médio Apurado
Presencial	1,00	1,11
Teletrabalhador	1,15	1,35
O Índice de Instrução de Pados (Ipado) representa as tarefas realizadas pelos servidores em relação a produtividade mínima esperada.		

Informações sobre o desempenho individual por servidor estão disponíveis no endereço http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno. Para informações sobre o Relatório de Acompanhamento ORCN consultar o Processo 53500.066220/2017-88, documento (SEI nº 3046992), para informações sobre o Relatório de Acompanhamento ORLE consultar o Processo 53500.066206/2017-84, documento (SEI nº 2976432), para informações sobre o Relatório de Acompanhamento SCO consultar o Processo 53500.069270/2017-17, documento (SEI nº 3103272) e para informações sobre o Relatório de Acompanhamento SFI consultar o Processo 53500.002785/2018-18, documento (SEI nº 3080487).

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 9.156, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.013860/2018-76.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA., CNPJ/MF nº 82.966.219/0006-19, por intermédio do Ato nº 7.634, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2013, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 9.158, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.013860/2018-76.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA., CNPJ/MF nº 82.966.219/0002-95, por intermédio do Ato nº 7.633, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2013, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 9.159, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.013860/2018-76. D

Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA., CNPJ/MF nº 82.966.219/0004-57, por intermédio do Ato nº 7.632, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2013, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 9.162, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.013860/2018-76.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA., CNPJ/MF nº 82.966.219/0005-38, por intermédio do Ato nº 7.630, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2013, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 661, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.013860/2018-76
Recorrente/Interessado: SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 291/2018/SEI/AD (SEI nº 3447179), integrante deste acórdão, declarar extintas, por motivo de renúncia, desde 23 de dezembro de 2014, as autorizações outorgadas às filiais da SANTA CLARA SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA, em Lajes/SC (CNPJ/MF nº 82.966.219/0002-95), Jaraguá do Sul/SC (CNPJ/MF nº 82.966.219/0004-57), Joaçaba/SC (CNPJ/MF nº 82.966.219/0005-38) e Concórdia/SC (CNPJ/MF nº 82.966.219/0006-19), para executar o Serviço de Acesso Condicionado, nos termos das Minutas SEI nº 3126977, 3126994, 3127003 e 3127005, ressaltando que as extinções da outorga não eximem a Requerente de suas obrigações com o Poder Público e perante terceiros.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 9.047, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à(ao) FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA, CNPJ nº 12.176.442/0001-72 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 9.061, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à(ao) EMPRESA DE RADIO SETE CIDADES DE PIRACURUCA LTDA, CNPJ nº 07.457.914/0001-25 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 9.166 - Processo nº 53578.000154/2018-61.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à ASSOCIAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS DE CACOAL, CNPJ nº 03.442.098/0001-25, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 9.169 - Processo nº 53578.001040/2018-38.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à MARCOS JOSÉ GRIPA, CPF nº 643.730.452/91, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

ROZALVO PEREIRA BRAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.760 - Processo nº 53500.047331/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV STUDIOS DE JAU S/A, CNPJ 49.931.645/0001-37, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Panorama/SP.

Nº 7.768 - Processo nº 53500.047346/2018-34.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Dourado/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.864 - Processo nº 53500.047985/2018-08.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Toledo/PR.

Nº 7.865 - Processo nº 53500.047986/2018-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Corbélia/PR.

Nº 7.893 - Processo nº 53500.048141/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, CNPJ 28.874.055/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cambuci/RJ.

Nº 7.897 - Processo nº 53500.048166/2018-70.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Monte Alegre do Sul/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.943, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.048523/2018-08.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MAR LTDA, CNPJ 57.728.743/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jacupiranga/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.000 - Processo nº 53500.048860/2018-97.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PLANICIE LTDA, CNPJ 31.503.824/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cambuci/RJ.

Nº 8.001 - Processo nº 53500.048861/2018-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV PLANICIE LTDA, CNPJ 31.503.824/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Francisco de Itabapoana/RJ.

Nº 8.056 - Processo nº 53500.048981/2018-39.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, CNPJ 28.874.055/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santo Antônio de Pádua/RJ.

Nº 8.057 - Processo nº 53500.048982/2018-83.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA, CNPJ 28.874.055/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Miracema/RJ.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.079, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.049100/2018-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mineiros do Tietê/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.190 - Processo nº 53500.049674/2018-75.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA., CNPJ 29.341.120/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Silva Jardim/RJ.

Nº 8.195 - Processo nº 53500.049682/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Fernandópolis/SP.

Nº 8.196 - Processo nº 53500.049683/2018-66.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Fartura/SP.

Nº 8.197 - Processo nº 53500.049685/2018-55.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Borborema/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.240 - Processo nº 53500.050021/2018-39.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Barreiro/SP.

Nº 8.247 - Processo nº 53512.001387/2017-64.
Expede autorização à DINAMICA TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 39.320.478/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, excluída a área de prestação do Estado do Espírito Santo, onde já possui outorga para explorar o SCM.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.253 - Processo nº 53500.050117/2018-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Quinta do Sol/PR.

Nº 8.254 - Processo nº 53500.050118/2018-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Bom/PR.

Nº 8.255 - Processo nº 53500.050119/2018-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barbosa Ferraz/PR.

Nº 8.256 - Processo nº 53500.050120/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lidianópolis/PR.

Nº 8.257 - Processo nº 53500.050121/2018-65.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Farol/PR.

Nº 8.259 - Processo nº 53500.050122/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ 79.135.760/0001-66, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jaguapitã/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.286 - Processo nº 53500.050408/2018-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA., CNPJ 29.341.120/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

Nº 8.294 - Processo nº 53500.050473/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIARA, CNPJ 46.634.275/0001-88, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Guapiara/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.332 - Processo nº 53500.050590/2018-84.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jaú/SP.

Nº 8.333 - Processo nº 53500.050591/2018-29.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itirapina/SP.

Nº 8.335 - Processo nº 53500.050595/2018-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gália/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.364 - Processo nº 53500.050775/2018-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Medianeira/PR.

Nº 8.365 - Processo nº 53500.050776/2018-33.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araruna/PR.

Nº 8.366 - Processo nº 53500.050777/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos/SP.

Nº 8.367 - Processo nº 53500.050778/2018-22.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arapongas/PR.

Nº 8.368 - Processo nº 53500.050780/2018-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cianorte/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.474 - Processo nº 53500.051363/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE MATÃO, CNPJ 45.270.188/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Matão/SP.

Nº 8.475 - Processo nº 53500.051366/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ourinhos/SP.

Nº 8.492 - Processo nº 53500.051443/2018-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA., CNPJ 29.341.120/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paty do Alferes/RJ.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.499 - Processo nº 53500.051494/2018-53.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Botucatu/SP.

Nº 8.500 - Processo nº 53500.051497/2018-97.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Marília/SP.

Nº 8.501 - Processo nº 53500.051500/2018-72.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.502 - Processo nº 53500.051502/2018-61.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Birigui/SP.

Nº 8.503 - Processo nº 53500.051503/2018-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Carlos/SP.

Nº 8.504 - Processo nº 53500.051504/2018-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Juquiá/SP.

Nº 8.505 - Processo nº 53500.051506/2018-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Catanduva/SP.

Nº 8.506 - Processo nº 53500.051513/2018-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Votuporanga/SP.

Nº 8.507 - Processo nº 53500.051515/2018-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Marília/SP.

Nº 8.508 - Processo nº 53500.051517/2018-20.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA., CNPJ 05.000.314/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cardoso/SP.

Nº 8.509 - Processo nº 53500.051518/2018-74.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICACAO-SANTOS LTDA, CNPJ 58.780.453/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sete Barras/SP.

Nº 8.510 - Processo nº 53500.051519/2018-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pirajuí/SP.

Nº 8.511 - Processo nº 53500.051524/2018-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Carlos/SP.

Nº 8.512 - Processo nº 53500.051525/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TOPAZIO COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.396.424/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Fernandópolis/SP.

Nº 8.514 - Processo nº 53500.051526/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ourinhos/SP.

Nº 8.515 - Processo nº 53500.051527/2018-65.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TOPAZIO COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.396.424/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mococa/SP.

Nº 8.516 - Processo nº 53500.051528/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL ON PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 09.592.631/0001-11, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.527 - Processo nº 53500.051597/2018-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piracaia/SP.

Nº 8.528 - Processo nº 53500.051598/2018-68.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Vargem/SP.

Nº 8.529 - Processo nº 53500.051600/2018-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Branca/SP.

Nº 8.531 - Processo nº 53500.051604/2018-87.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bom Jesus dos Perdões/SP.

Nº 8.532 - Processo nº 53500.051605/2018-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nazaré Paulista/SP.

Nº 8.544 - Processo nº 53500.051653/2018-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Joanópolis/SP.

Nº 8.546 - Processo nº 53500.051661/2018-66.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO-UNESP, CNPJ 48.031.918/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itapeva/SP.

Nº 8.547 - Processo nº 53500.051663/2018-55.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO-UNESP, CNPJ 48.031.918/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Botucatu/SP.

Nº 8.548 - Processo nº 53500.051665/2018-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA, CNPJ 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Águas de Lindóia/SP.

Nº 8.549 - Processo nº 53500.051668/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIZ DO PARAITINGA, CNPJ 46.631.248/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís do Paraitinga/SP.

Nº 8.550 - Processo nº 53500.051670/2018-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MULTI TV COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.052.700/0001-55, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Dumont/SP.

Nº 8.551 - Processo nº 53500.051671/2018-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE TABATINGA, CNPJ 71.989.685/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tabatinga/SP.

Nº 8.552 - Processo nº 53500.051672/2018-46.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Juquiá/SP.

Nº 8.553 - Processo nº 53500.051673/2018-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cananéia/SP.

Nº 8.554 - Processo nº 53500.051674/2018-35.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL ON PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 09.592.631/0001-11, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.558 - Processo nº 53500.051677/2018-79.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Votuporanga/SP.

Nº 8.559 - Processo nº 53500.051678/2018-13.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LENCOIS PAULISTA PREFEITURA, CNPJ 46.200.846/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lençóis Paulista/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.563 - Processo nº 53500.051722/2018-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LENCOIS PAULISTA PREFEITURA, CNPJ 46.200.846/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lençóis Paulista/SP.

Nº 8.564 - Processo nº 53500.051723/2018-30.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LENCOIS PAULISTA PREFEITURA, CNPJ 46.200.846/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lençóis Paulista/SP.

Nº 8.565 - Processo nº 53500.051724/2018-84.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LENCOIS PAULISTA PREFEITURA, CNPJ 46.200.846/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lençóis Paulista/SP.

Nº 8.566 - Processo nº 53500.051725/2018-29.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ORINDIUVA, CNPJ 45.148.970/0001-77, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Orindiúva/SP.

Nº 8.567 - Processo nº 53500.051726/2018-73.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos/SP.

Nº 8.568 - Processo nº 53500.051727/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itapuí/SP.

Nº 8.569 - Processo nº 53500.051728/2018-62.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos/SP.

Nº 8.570 - Processo nº 53500.051729/2018-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Borborema/SP.

Nº 8.571 - Processo nº 53500.051730/2018-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cunha/SP.

Nº 8.572 - Processo nº 53500.051731/2018-86.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA., CNPJ 05.000.314/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Capão Bonito/SP.

Nº 8.573 - Processo nº 53500.051732/2018-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maracaí/SP.

Nº 8.578 - Processo nº 53500.051734/2018-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pinhalzinho/SP.

Nº 8.580 - Processo nº 53500.051740/2018-77.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pederneiras/SP.

Nº 8.582 - Processo nº 53500.051742/2018-66.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Natividade da Serra/SP.

Nº 8.583 - Processo nº 53500.051743/2018-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pardinho/SP.

Nº 8.585 - Processo nº 53500.051746/2018-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE PEDERNEIRAS, CNPJ 46.189.718/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pederneiras/SP.

Nº 8.587 - Processo nº 53500.051748/2018-33.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE RANCHARIA, CNPJ 44.935.278/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rancharia/SP.

Nº 8.589 - Processo nº 53500.051749/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bebedouro/SP.

Nº 8.590 - Processo nº 53500.051750/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL ARCANJO, CNPJ 46.634.333/0001-73, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Miguel Arcanjo/SP.

Nº 8.591 - Processo nº 53500.051751/2018-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cajati/SP.

Nº 8.593 - Processo nº 53500.051752/2018-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.604 - Processo nº 53500.051772/2018-72.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU, CNPJ 44.927.267/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pacaembu/SP.

Nº 8.605 - Processo nº 53500.051775/2018-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Riversul/SP.

Nº 8.606 - Processo nº 53500.051777/2018-03.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pedro de Toledo/SP.

Nº 8.607 - Processo nº 53500.051781/2018-63.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.608 - Processo nº 53500.051782/2018-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL ON PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 09.592.631/0001-11, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Iguape/SP.

Nº 8.609 - Processo nº 53500.051783/2018-52.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL ON PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 09.592.631/0001-11, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cananéia/SP.

Nº 8.610 - Processo nº 53500.051784/2018-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL ON PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 09.592.631/0001-11, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.611 - Processo nº 53500.051785/2018-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICACAO-SANTOS LTDA, CNPJ 58.780.453/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ilha Comprida/SP.

Nº 8.613 - Processo nº 53500.051786/2018-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.614 - Processo nº 53500.051787/2018-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS, CNPJ 03.411.114/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itariri/SP.

Nº 8.615 - Processo nº 53500.051791/2018-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Catanduva/SP.

Nº 8.617 - Processo nº 53500.051797/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pereira Barreto/SP.

Nº 8.618 - Processo nº 53500.051799/2018-65.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.619 - Processo nº 53500.051800/2018-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMPOS DE CIMA DA SERRA-SOCIEDADE DE TELEVISAO E RADIO LIMITADA, CNPJ 23.220.241/0001-41, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Marília/SP.

Nº 8.620 - Processo nº 53500.051802/2018-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.628 - Processo nº 53500.051818/2018-53.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bariri/SP.

Nº 8.629 - Processo nº 53500.051823/2018-66.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piracaia/SP.

Nº 8.630 - Processo nº 53500.051824/2018-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ourinhos/SP.

Nº 8.649 - Processo nº 53500.051850/2018-39.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bananal/SP.

Nº 8.650 - Processo nº 53500.051858/2018-03.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Silveiras/SP.

Nº 8.651 - Processo nº 53500.051861/2018-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.652 - Processo nº 53500.051863/2018-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.653 - Processo nº 53500.051900/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Barreiro/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.679 Processo nº 53500.052069/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ubatuba/SP.

Nº 8.680 Processo nº 53500.052070/2018-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.681 Processo nº 53500.052071/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE BOTUCATU, CNPJ 46.634.101/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Botucatu/SP.

Nº 8.682 Processo nº 53500.052072/2018-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ 56.407.083/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Sebastião/SP.

Nº 8.684 Processo nº 53500.052073/2018-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE, CNPJ 45.550.167/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Iguape/SP.

Nº 8.685 Processo nº 53500.052074/2018-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barão de Antonina/SP.

Nº 8.686 Processo nº 53500.052075/2018-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO RAPHAEL MONTORO, CNPJ 09.283.006/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Motuca/SP.

Nº 8.687 Processo nº 53500.052080/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO RAPHAEL MONTORO, CNPJ 09.283.006/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Esperança do Sul/SP.

Nº 8.688 Processo nº 53500.052081/2018-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE DE PAIVA NETTO, CNPJ 00.564.475/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Monteiro Lobato/SP.

Nº 8.689 Processo nº 53500.052083/2018-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TOPAZIO COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.396.424/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Penápolis/SP.

Nº 8.690 Processo nº 53500.052084/2018-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RECORD DE RIO PRETO S/A, CNPJ 59.983.486/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Novo Horizonte/SP.

Nº 8.692 Processo nº 53500.052100/2018-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nova Luzitânia/SP.

Nº 8.693 Processo nº 53500.052103/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brotas/SP.

Nº 8.694 Processo nº 53500.052104/2018-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TOPAZIO COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.396.424/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lins/SP.

Nº 8.695 Processo nº 53500.052106/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TOPAZIO COMUNICACOES LTDA, CNPJ 02.396.424/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bebedouro/SP.

Nº 8.697 Processo nº 53500.052109/2018-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piracaia/SP.

Nº 8.699 Processo nº 53500.052116/2018-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piraju/SP.

Nº 8.700 Processo nº 53500.052117/2018-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paranapanema/SP.

Nº 8.701 Processo nº 53500.052118/2018-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pedro de Toledo/SP.

Nº 8.703 Processo nº 53500.052126/2018-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sebastianópolis do Sul/SP.

Nº 8.704 Processo nº 53500.052127/2018-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RECORD DE RIO PRETO S/A, CNPJ 59.983.486/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cardoso/SP.

Nº 8.705 Processo nº 53500.052129/2018-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Capão Bonito/SP.

Nº 8.738 Processo nº 53500.052227/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE DE PAIVA NETTO, CNPJ 00.564.475/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Nº 8.764 Processo nº 53500.052264/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Catiguá/SP.

Nº 8.765 Processo nº 53500.052265/2018-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ibirá/SP.

Nº 8.766 Processo nº 53500.052266/2018-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Marinópolis/SP.

Nº 8.767 Processo nº 53500.052267/2018-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Novais/SP.

Nº 8.768 Processo nº 53500.052268/2018-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Uchoa/SP.

Nº 8.769 Processo nº 53500.052269/2018-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Indiaporã/SP.

Nº 8.770 Processo nº 53500.052270/2018-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mira Estrela/SP.

Nº 8.771 Processo nº 53500.052273/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS CORREGOS, CNPJ 45.671.120/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Dois Córregos/SP.

Nº 8.772 Processo nº 53500.052274/2018-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ouroeste/SP.

Nº 8.773 Processo nº 53500.052275/2018-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gastão Vidigal/SP.

Nº 8.774 Processo nº 53500.052276/2018-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Monções/SP.

Nº 8.775 Processo nº 53500.052278/2018-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Turiúba/SP.

Nº 8.780 Processo nº 53500.052283/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BOA VONTADE, CNPJ 10.226.070/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Mourão/PR.

Nº 8.784 Processo nº 53500.052287/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itaí/SP.

Nº 8.786 Processo nº 53500.052288/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 46.665.188/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itirapina/SP.

Nº 8.788 Processo nº 53500.052290/2018-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA, CNPJ 46.049.326/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Monte Alegre do Sul/SP.

Nº 8.789 Processo nº 53500.052291/2018-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pongaí/SP.

Nº 8.790 Processo nº 53500.052292/2018-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porangaba/SP.

Nº 8.791 Processo nº 53500.052293/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jaú/SP.

Nº 8.792 Processo nº 53500.052294/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Jaú/SP.

Nº 8.793 Processo nº 53500.052295/2018-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Macatuba/SP.

Nº 8.794 Processo nº 53500.052296/2018-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA, CNPJ 46.049.326/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Lindóia/SP.

Nº 8.795 Processo nº 53500.052297/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA, CNPJ 46.049.326/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pinhalzinho/SP.

Nº 8.796 Processo nº 53500.052298/2018-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gália/SP.

Nº 8.797 Processo nº 53500.052299/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Iacanga/SP.

Nº 8.798 Processo nº 53500.052300/2018-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 50.609.973/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Borborema/SP.

Nº 8.799 Processo nº 53500.052301/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 46.665.188/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Caconde/SP.

8.800 Processo nº 53500.052302/2018-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Eldorado/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.803 Processo nº 53500.052304/2018-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A, CNPJ 45.039.237/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Caconde/SP.

Nº 8.804 Processo nº 53500.052305/2018-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos/SP.

Nº 8.805 Processo nº 53500.052306/2018-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra Bonita/SP.

Nº 8.806 Processo nº 53500.052307/2018-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bariri/SP.

Nº 8.807 Processo nº 53500.052308/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV IMPERADOR LTDA, CNPJ 46.721.148/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brotas/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 18 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.808 Processo nº 53500.052311/2018-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA NATIVA DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 92.560.333/0001-93, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Morro Redondo/RS.

Nº 8.809 Processo nº 53500.052312/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMPOS DE CIMA DA SERRA-SOCIEDADE DE TELEVISAO E RADIO LIMITADA, CNPJ 23.220.241/0001-41, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Norte/RS.

Nº 8.810 Processo nº 53500.052313/2018-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CENTRAL DE EVENTOS, PROMOCOES E MARKETING LTDA, CNPJ 01.408.975/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Capão do Leão/RS.

Nº 8.811 Processo nº 53500.052314/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO SUL, CNPJ 87.893.111/0001-52, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Lourenço do Sul/RS.

Nº 8.812 Processo nº 53500.052315/2018-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Lourenço do Sul/RS.

Nº 8.813 Processo nº 53500.052316/2018-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMMANUEL TELECOMUNICACOES LTDA -EPP, CNPJ 25.206.796/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Volta Redonda/RJ.

Nº 8.814 Processo nº 53500.052317/2018-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arraial do Cabo/RJ.

Nº 8.815 Processo nº 53500.052318/2018-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Macaé/RJ.

Nº 8.816 Processo nº 53500.052319/2018-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cabo Frio/RJ.

Nº 8.817 Processo nº 53500.052320/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.818 Processo nº 53500.052321/2018-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV ARAUCARIA LTDA, CNPJ 02.346.770/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Bonito/RJ.

Nº 8.819 Processo nº 53500.052322/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA., CNPJ 29.341.120/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Iguaba Grande/RJ.

Nº 8.820 Processo nº 53500.052323/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV ARAUCARIA LTDA, CNPJ 02.346.770/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cabo Frio/RJ.

Nº 8.821 Processo nº 53500.052324/2018-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mangaratiba/RJ.

Nº 8.822 Processo nº 53500.052325/2018-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Miguel Pereira/RJ.

Nº 8.823 Processo nº 53500.052326/2018-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itaperuna/RJ.

Nº 8.824 Processo nº 53500.052327/2018-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Miguel Pereira/RJ.

Nº 8.825 Processo nº 53500.052328/2018-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cachoeiras de Macacu/RJ.

Nº 8.826 Processo nº 53500.052329/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CIDADES HISTORICAS, CNPJ 04.111.935/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Três Rios/RJ.

Nº 8.827 Processo nº 53500.052330/2018-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI, CNPJ 28.576.080/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra do Piraí/RJ.

Nº 8.828 Processo nº 53500.052332/2018-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paraíba do Sul/RJ.

Nº 8.829 Processo nº 53500.052333/2018-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DE TELEVISAO SUL FLUMINENSE LTDA, CNPJ 29.060.043/0001-44, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Claro/RJ.

Nº 8.830 Processo nº 53500.052334/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paracambi/RJ.

Nº 8.831 Processo nº 53500.052335/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teresópolis/RJ.

Nº 8.832 Processo nº 53500.052337/2018-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santo Antônio de Pádua/RJ.

Nº 8.833 Processo nº 53500.052338/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Claro/RJ.

Nº 8.834 Processo nº 53500.052339/2018-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santo Antônio de Pádua/RJ.

Nº 8.835 Processo nº 53500.052340/2018-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RIO SUL LTDA., CNPJ 31.980.600/0001-97, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.836 Processo nº 53500.052341/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DE TELEVISAO SUL FLUMINENSE LTDA, CNPJ 29.060.043/0001-44, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.837 Processo nº 53500.052342/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RIO SUL LTDA., CNPJ 31.980.600/0001-97, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.838 Processo nº 53500.052343/2018-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 27.906.734/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.839 Processo nº 53500.052344/2018-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Três Rios/RJ.

Nº 8.840 Processo nº 53500.052345/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piraí/RJ.

Nº 8.841 Processo nº 53500.052346/2018-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DE TELEVISAO SUL FLUMINENSE LTDA, CNPJ 29.060.043/0001-44, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.842 Processo nº 53500.052347/2018-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paraíba do Sul/RJ.

Nº 8.843 Processo nº 53500.052348/2018-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paty do Alferes/RJ.

Nº 8.844 Processo nº 53500.052349/2018-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 27.906.734/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mangaratiba/RJ.

Nº 8.845 Processo nº 53500.052350/2018-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 33.050.733/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paracambi/RJ.

Nº 8.846 Processo nº 53500.052351/2018-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 27.906.734/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Angra dos Reis/RJ.

Nº 8.847 Processo nº 53500.052352/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, CNPJ 76.247.352/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Alto Piquiri/PR.

Nº 8.848 Processo nº 53500.052353/2018-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA, CNPJ 04.608.796/0001-10, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paranavaí/PR.

Nº 8.849 Processo nº 53500.052354/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araruna/PR.

Nº 8.850 Processo nº 53500.052355/2018-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE PRONTO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 27.795.481/0001-25, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.851 Processo nº 53500.052356/2018-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CANAL 20, CNPJ 04.083.151/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Toledo/PR.

Nº 8.852 Processo nº 53500.052357/2018-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LIFE COMUNICACOES LTDA., CNPJ 01.880.112/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maringá/PR.

Nº 8.853 Processo nº 53500.052358/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LIFE COMUNICACOES LTDA., CNPJ 01.880.112/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.854 Processo nº 53500.052359/2018-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO ROTIONER LTDA, CNPJ 01.856.226/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.855 Processo nº 53500.052360/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO ROTIONER LTDA, CNPJ 01.856.226/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Assis Chateaubriand/PR.

Nº 8.856 Processo nº 53500.052361/2018-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.857 Processo nº 53500.052362/2018-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Umuarama/PR.

Nº 8.858 Processo nº 53500.052363/2018-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CHAMPAGNAT, CNPJ 77.372.209/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.859 Processo nº 53500.052364/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SUL BRASIL - RADIO E TELEVISAO LTDA., CNPJ 05.492.288/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arapongas/PR.

Nº 8.860 Processo nº 53500.052365/2018-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Mourão/PR.

Nº 8.861 Processo nº 53500.052366/2018-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Apucarana/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.879 Processo nº 53500.052378/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO TAROBA LTDA, CNPJ 76.243.625/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Matelândia/PR.

Nº 8.880 Processo nº 53500.052379/2018-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO TAROBA LTDA, CNPJ 76.243.625/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Medianeira/PR.

Nº 8.883 Processo nº 53500.052386/2018-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Engenheiro Beltrão/PR.

Nº 8.884 Processo nº 53500.052387/2018-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVCI-TV COMUNICACOES INTERATIVAS LTDA, CNPJ 01.871.985/0001-93, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Londrina/PR.

Nº 8.886 Processo nº 53500.052388/2018-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVCI-TV COMUNICACOES INTERATIVAS LTDA, CNPJ 01.871.985/0001-93, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maringá/PR.

Nº 8.887 Processo nº 53500.052390/2018-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SUL BRASIL - RADIO E TELEVISAO LTDA., CNPJ 05.492.288/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Apucarana/PR.

Nº 8.888 Processo nº 53500.052391/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Mourão/PR.

Nº 8.889 Processo nº 53500.052392/2018-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 8.890 Processo nº 53500.052394/2018-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE AZUL DE TELEVISAO E RADIO, CNPJ 11.581.274/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rolândia/PR.

Nº 8.891 Processo nº 53500.052399/2018-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE AZUL DE TELEVISAO E RADIO, CNPJ 11.581.274/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sarandi/PR.

Nº 8.892 Processo nº 53500.052400/2018-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Luiziana/PR.

Nº 8.893 Processo nº 53500.052403/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mariluz/PR.

Nº 8.894 Processo nº 53500.052404/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, CNPJ 04.080.894/0001-28, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Moreira Sales/PR.

Nº 8.895 Processo nº 53500.052407/2018-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Londrina/PR.

Nº 8.896 Processo nº 53500.052408/2018-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICACOES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cianorte/PR.

Nº 8.897 Processo nº 53500.052410/2018-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA , CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Terezinha de Itaipu/PR.

Nº 8.898 Processo nº 53500.052412/2018-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA , CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Umuarama/PR.

Nº 8.899 Processo nº 53500.052414/2018-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICACOES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Medianeira/PR.

Nº 8.900 Processo nº 53500.052416/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA , CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Mourão/PR.

Nº 8.901 Processo nº 53500.052417/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICACOES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Apucarana/PR.

Nº 8.902 Processo nº 53500.052423/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cornélio Procópio/PR.

Nº 8.904 Processo nº 53500.052425/2018-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mandaguari/PR.

Nº 8.905 Processo nº 53500.052427/2018-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA , CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cianorte/PR.

Nº 8.906 Processo nº 53500.052429/2018-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA , CNPJ 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Londrina/PR.

Nº 8.907 Processo nº 53500.052431/2018-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Apucarana/PR.

Nº 8.908 Processo nº 53500.052432/2018-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVCI-TV COMUNICACOES INTERATIVAS LTDA, CNPJ 01.871.985/0001-93, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Toledo/PR.

Nº 8.909 Processo nº 53500.052433/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Toledo/PR.

Nº 8.910 Processo nº 53500.052435/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paranavaí/PR.

Nº 8.912 Processo nº 53500.052436/2018-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tapejara/PR.

Nº 8.913 Processo nº 53500.052437/2018-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Londrina/PR.

Nº 8.914 Processo nº 53500.052438/2018-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Mourão/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.958, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.052685/2018-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Avaré/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.154/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.037895/2017-13
Requerente: BASF S.A.
CQB: 0031/97
Endereço: Av. Nações Unidas -14.171, Torre Crystal-14ºandar, Condomínio Rochaverá, Moumbi, São Paulo-SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação de milho GM
Extrato Prévio nº: 6147/2018, publicado em
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A BASF S.A. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação de milho geneticamente modificado tolerante aos herbicidas inibidores da protoporfirinogênio oxidase (PPO). Além da tolerância aos herbicidas inibidores da PPO, os cultivares de milho também foram geneticamente modificados com o gene Zmahas, que confere tolerância aos herbicidas do grupo químico das imidazolinonas e que é usado como marcador de seleção dos tecidos de plantas transformadas. De acordo com os Art. 12, 38 e 41da Portaria nº 146/ 2006, as construções gênicas e as sequências nucleotídicas constituem informação sigilosa. O objetivo da LPMA é avaliar as plantas de milho GM com o gene que confere tolerância aos herbicidas inibidores da PPO, e multiplicar sementes para futuros ensaios de campo. O experimento será conduzido nas Estações Experimentais de Santo Antônio de Posse (EEA/SP), Mini Farm de Uberlândia (MF-UB) e no Campo Experimental Avançado de Ponta Grossa (CEA-PR). A área total da LPMA será de 19.872 m^2 (~2 ha), e a área de OGM de 5.184 m^2. Em cada unidade, os experimentos serão conduzidos em duas safras distintas: Safra 2018/2019 e Safrinha 2019, totalizando seis ensaios. Serão importados 18,5 kg de sementes de milho GM (seis amostras) dos Estados Unidos da América. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.155/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.035131/2017-85
Requerente: DuPont do Brasil - Divisão Pioneer Sementes S.A.
CQB: 0013/97
Endereço: Rodovia DF 250, KM 20, Núcleo Rural Santos Dumont, Lote 50 - Planaltina/DF
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação de milho GM
Extrato Prévio nº: 5857/2018
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A DuPont do Brasil - Divisão Pioneer Sementes S.A. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação de milho geneticamente modificado resistente a insetos. Nesta LPMA serão utilizados, além de eventos novos, híbridos de milho GM contendo os eventos DAS-1507-1, MON-00810-6 x DAS-01507-1 e SYN-IR 162-4 x MON 00810-6 x DAS-01507-1, liberados para uso comercial no Brasil. De acordo com a Portaria MCT nº 146/2006, as informações referentes aos novos genes introduzidos são sigilosas. O objetivo da LPMA é avaliar a campo a eficácia dos eventos de milho no controle de insetos da Ordem Lepidóptera. Os ensaios serão realizados nas Unidades de Pesquisa em Brasília/DF, Itumbiara/GO, Palmas/TO, Passo Fundo/RS, Planaltina/DF, Sorriso/MT, Toledo/PR, Mogi Mirim/SP e Indianópolis/MG. A área total da LPMA será de 14,616 ha e a área com OGM de 6,396 ha, considerando as nove localidades com dois plantios cada. Fica autorizada a importação dos EUA, Havaí e/ou Porto Rico um total de 163,66 kg de sementes, sendo 160,72 kg de sementes GM e 2,94 kg não GM. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.156/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.023549/2018-21
Requerente: Stora Enso Brasil Ltda.
CQB: 402/15
Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1400, 12º Andar, São Paulo/SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6)/importação de eucalipto geneticamente modificado
Extrato Prévio nº: 6012/2018, publicado em 21/5/18
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Stora Enso Brasil Ltda. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN6) e importação de eucalipto geneticamente modificado com maior taxa de crescimento. De acordo com a Portaria MCT nº 146/2006, as informações referentes aos genes introduzidos constituem informação sigilosa. O objetivo é a avaliação do comportamento agronômico, principalmente da taxa de crescimento, de plantas de Eucalyptus geneticamente modificadas, nas condições do meio ambiente brasileiro. O ensaio será instalado na Unidade Operativa da SGS do Brasil (CQB 0143/01), Fazenda Brasilândia (Conchal/SP). A área total da LPMA será de 10.260 m^2 e a área de OGM será de 4.500 m^2. 33.300 plântulas in vitro de eucalipto GM serão importadas da Suécia. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.157/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.031047/2018-73
Requerente: Fibria Celulose S.A.
CQB: 0261/08
Endereço: Rua Fidêncio Ramos, n° 302, 3° e 4° andares, Edifício Vila Olímpia Corporate, Vila
Olímpia, São Paulo - SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN6) de eucalipto geneticamente modificado
Extrato Prévio nº: 6076/2018, publicado em 22/6/2018
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Fibria Celulose S.A. solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado para avaliação de características silviculturais e estudos envolvendo biossegurança. De acordo com a Portaria MCT nº 146, de 6 de março de 2006, informações sobre os genes introduzidos são consideradas sigilosas pela Presidente da CTNBio. O objetivo da LPMA é avaliar o desenvolvimento das plantas de eucalipto geneticamente modificadas através da manipulação de gene que confere tolerância a herbicida. O ensaio será instalado no município de Caçapava/SP. A área total da LPMA será de 7,45 ha, sendo 3,45 ha. Serão plantadas 4.474 mudas de eucalipto GM a partir de dois eventos GM. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.158/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 127ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.032704/2018-08
Requerente: BioVertis Produção Agrícola Ltda.
CQB: 0405/15
Endereço: Fazenda Andorinha, Rodovia AL-220, Km 6,5, zona rural S/N, Barra de São Miguel - AL
Assunto: Extensão e revisão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB)

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A BioVertis Produção Agrícola Ltda. solicitou à CTNBio extensão e revisão de CQB para a Unidade Operativa Fazenda Andorinha, Barra de São Miguel /AL. A requerente solicitou a inclusão de uma nova casa de vegetação com 432 m^2 de área total - Estufa 2, bem como a alteração de área da casa de vegetação já credenciada - Estufa 1, a qual foi acrescida de um nova área de germinação de plantas, totalizando 432 m^2. As duas casas de vegetação (864 m^2) serão utilizadas para cultivo, manutenção e condução de experimentos com OGM (cana-de-açúcar) da Classe de Risco 1 para finalidade agrícola. As características a serem pesquisadas são: tolerância a estresses bióticos e abióticos (hídrico), e acúmulo de biomassa ("cana-energia"). A Unidade Operativa está inserida em uma área tradicional de cultivo de cana-de-açúcar. A Unidade operativa faz limites com plantações comerciais de cana-de-açúcar de ambos os lados, com a ressalva de que um dos lados da área para a qual se solicita a extensão de CQB é voltado para dentro da própria Unidade. A frente da Unidade faz limite com a Rodovia AL-220, e os fundos com uma área de reserva legal. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.159/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.044434/2018-70
Requerente: GDM Genética do Brasil S.A.
CQB: 0367/13
Endereço: Rua Antônio Rasteiro Filho, 2.700, Parque Industrial José Garcia Gimenes, Cambé/PR
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8) de soja geneticamente modificada
Extrato Prévio nº: 6146/2018, publicado em 28/8/2018
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A GDM Genética do Brasil S.A. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada GTS-40-3-2 x A5547-127, tolerante aos herbicidas glifosato e glufosinato de amônio (proteínas EPSPS e PAT, respectivamente) . O objetivo é a hibridação artificial e a condução de populações segregantes de soja geneticamente modificada contendo o evento GTS-40-3-2 x A5547-127. O ensaio será instalado na Unidade Operativa de Porto Nacional. A área total da LPMA será de 0,67 ha e a área de OGM de 0,17 ha. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.160/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.044588/2018-61
Requerente: FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.
CQB: 0325/11
Endereço: Av. Dr. Jose Lembo, 1010, Sala A, Jardim Bela Vista, Itapetininga - SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8) de eucalipto geneticamente modificado
Extrato Prévio nº: 6147/2018, publicado em 28/8/2018
Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente (RN8) de eucalipto geneticamente modificado. Segundo a requerente, as informações sobre os genes introduzidos foram apresentadas em processos de LPMA anteriores. O objetivo do ensaio é identificar clones superiores obtidos por meio de cruzamentos entre os eventos GM TR679 ou B302 com matrizes convencionais não transformadas. Os ensaios serão realizados nas Unidades Operativas (UO) de Araraquara e Angatuba (SP). A área total da LPMA será de 4,0 ha, sendo 2,2 ha em Araraquara (F. Fortaleza) e 1,8 ha em Angatuba (F. Cabreúva). A área de OGM nas duas localidades será de 2,9 ha, sendo 1,6 ha em Araraquara e 1,3 ha em Angatuba. Serão plantadas 4.160 mudas de eucalipto GM nas duas áreas experimentais, as quais foram produzidas em casa de vegetação na UO de Itapetininga/SP. O experimento será finalizado em até 10 anos após o plantio. Segundo a requerente e em conformidade com o Comunicado 02, de 12 de julho de 2007, as áreas experimentais não necessitarão de bordaduras, desde que uma zona mínima de amortecimento de cem metros (100m), com ou sem árvores, seja respeitada. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra do Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.162/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.062707/2017-87
Requerente: Merial Saúde Animal Ltda.
CQB: 048/98
Assunto: Solicitação de Liberação Comercial de OGM
Extrato Prévio: 5835/17
Decisão: Deferido

A Instituição solicitou à CTNBio parecer técnico referente à Liberação Comercial da Vacina PREVEXXION RN contra a Doença de Marek em aves em território nacional. A solicitante afirma que dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico competente para desenvolver com segurança as atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que o parecer na íntegra desse extrato consta do processo original e o público poderá solicitar informações complementares via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no sítio eletrônico do MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.164/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de novembro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.056422/2018-98
Requerente: Hospital Pequeno Príncipe
Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Extrato Prévio: 6215/18
Decisão: Deferido
CQB nº: 459/18

O Responsável Legal da instituição solicitou Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações consideradas pela requerente como sendo de Nível de Biossegurança 1 para a finalidade de pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto, descarte, ensino e armazenamento. A instituição afirma que dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico competente para desenvolver com segurança as atividades propostas. Foi encaminhada à CTNBio a documentação referente à essa solicitação.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.165/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 217ª Reunião ordinária da CTNBio realizada em 07 de novembro de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01250.045040/2018-39
Requerente: Amyris Biotecnologia do Brasil Ltda.
CQB: 255/08
Endereço: Amyris Brasil Ltda. Techno Park - Rodovia Anhanguera Km 104,5. Rua Rui James Clerk Maxwell nº 315 - CEP 13069-380 - Campinas - SP.
Assunto: Solicitação de Liberação Comercial da levedura Saccharomyces cerevisae geneticamente modificada (cepa Y27011) e seus derivados.
Extrato Prévio: 6182/2018, publicado no DOU em 25 de setembro de 2018.
Decisão: Deferido

Após análise sobre a biossegurança deste organismo geneticamente modificado de Classe I de risco biológico e seus derivados para comercialização, produção industrial do composto químico farneceno e quaisquer outras atividades relacionadas a esse organismo geneticamente modificado e progênies dele derivados, a CTNBio conclui pelo DEFERIMENTO nos termos deste parecer técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança da empresa Amyris Biotecnologia do Brasil Ltda., Sr. Eduardo Loosli, solicita à CTNBio parecer técnico para liberação comercial de levedura Saccharomyces cerevisiaegeneticamente modificada (cepa Y27011) e seus derivados para a produção de farneceno, e para quaisquer progênies derivadas deste OGM, com base nos preceitos estabelecidos pelo artigo 4°, inciso I, da Resolução Normativa N° 21, de 15 de junho de 2018, tendo a instituição conduzido e apresentado a avaliação de risco segundo o Anexo V desta Resolução Normativa. O organismo a ser liberado comercialmente é classificado como uma levedura da espécie Saccharomyces cerevisiae que foi transformada geneticamente por meio de engenharia genética usando o gene da farneceno sintase da planta Artemisia annua L. para as finalidades de produção industrial e comercialização do composto químico. No âmbito das competências conferidas pela Lei 11.105/05 e regulamentadas pelo Decreto 5.591/2005, a Comissão considerou que as informações prestadas pelo proponente atestam a biossegurança da cepa Y27011, bem como de seus derivados e do produto e atendem às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.943/SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.053366/2018-30, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Rio Claro/RJ, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.830/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.066399/2018-40, resolve:

Art. 1º Consignar à TV VALE DO ITAJAÍ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Gaspar/SC, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.870/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.066364/2018-19, resolve:

Art. 1º Consignar à TV TOP LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Blumenau (Vila Itoupava)/ SC, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.922/SEI, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.067511/2018-60, resolve:

Art. 1º Consignar à TV VALE DO ITAJAÍ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Timbó/SC, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.980/SEI, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.059430/2018-96, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/A LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Juiz de Fora/MG, o canal 14 (quatorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.981/SEI, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.062414/2018-81, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/A LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Mossoró/RN, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 799/SEI, DE 15 DE JUNHO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.027170/2017-17, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9999/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 11 de maio de 2017, da frequência 850 KHz, outorgada à Rádio Difusora Formiguense Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Formiga, estado de Minas Gerais.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 2.173/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.067306/2018-02, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 46- (quarenta e seis decalado para menos) à União, a partir de 13 de novembro de 2018, da REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de SÃO SEBASTIÃO/SP. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 35 (trinta e cinco), consignado por intermédio da Portaria nº 1414, de 29 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2015.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.640/SEI, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.050953/2018-77, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PINHALZINHO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 20605/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.778/SEI, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.025509/2016-53, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SÃO BENTO DO TOCANTINS, estado de Tocantins, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 22134/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.784/SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055591/2018-19, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de TABATINGA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 22212/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.821/SEI, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048794/2018-41, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de JAMBEIRO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 22465/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.017/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048281/2018-30, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MONTE ALEGRE DO SUL, estado de São Paulo, com possibilidade de utilização do canal digital nº 15 (quinze) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 24220/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.059/SEI, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.032428/2018-70, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, estado do RIO DE JANEIRO, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 24527/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 3.351-E, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0695 CANAL QUIMERA
Processo: 01416.010019/2018-82
Proponente: RAFAEL CANNIGIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.563.975/0001-32
Valor total aprovado: R$ 402.854,27
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 382.711,55
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 48177-7
Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 733, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

184819 - "PLANO BI-ANUAL - SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA"
ASSOCIACAO PRO-DANCA
CNPJ/CPF: 11.035.916/0001-01
Processo: 01400021159201855
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.454.693,30
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de espetáculos de dança com repertório variado em diversas cidades do país, uma (1) semana de programa intensivo e prático de técnicas de dança e dois (2) documentários sobre duas bailarinas brasileiras.

184800 - 9º Festival Comédia EnCena
CNPJ/CPF: 85.482.776/0001-48
Processo: 01400021137201895
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 150.287,50
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo principal, a realização da 9ª Edição do Festival Comédia EnCena, dando continuidade a um festival que faz parte do calendário cultural de Curitiba e que oferece diversos espetáculos teatrais para os mais diversos públicos: crianças, adolescentes, adultos e peças de rua,oferencendo arte, cultura e diversão.

184801 - A BUSCA - Realidade e Realeza
CNPJ/CPF: 13.087.516/0001-67
Processo: 01400021138201830
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.423.149,75
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Composto por 12 cenas contendo cenografias e figurinos conceituais e não apenas para ilustrar, uma obra inédita com um tema pouco explorado, a busca do cavaleiro pelo Graal, o estudo do mito da nossa busca de entendimento da existencia como humanos, em um processo coletivo de 5 anos de estudos sobre tema, onde nosso diretor criou uma dramaturgia original e inédita. Vão ter 2 musicos no palco pontuando as cenas e desenvolvendo a trilha com instrumentos musicais ao vivo, coreografias, cenas de aventuras e danças com atores/bailarinos e projeções de imagens, o espetáculo rico em belas imagens, sons e movimentos conduzirá os espectadores "A Busca do cavaleiro sagrado e a origem do amor romântico" , a maior aventura do Homem no plano espiritual e físico. O elenco será composto de 07 atores e 03 atores circenses/bailarinos.

184797 - A luz dos teus olhos
ESTAMOS AQUI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.149.994/0001-02
Processo: 01400021134201851
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.599.283,75
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do espetáculo A LUZ DOS TEUS OLHOS (título provisório).

184807 - À Sombra de Dom Quixote
ACERCA - ASSOCIACAO CULTURAL CERRADO AMAZONICO
CNPJ/CPF: 27.502.810/0001-00
Processo: 01400021144201897
Cidade: - GO;
Valor Aprovado: R$ 188.946,45
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A presente proposta se destina à circulação nacional do espetáculo teatral " À Sombra de Dom Quixote " do Coletivo Miasombra, grupo paraense fundado em 2011, radicado no estado de Goiás desde 2015. O espetáculo escolhido para a circulação é do gênero teatro de sombras, classificação etária livre e com entrada gratuita.

184813 - Amores Ao Sul do Brasil
ANDRE GALARCA
CNPJ/CPF: 14.647.353/0001-92
Processo: 01400021152201833
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 108.760,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização do projeto "Amores Ao Sul do Brasil" com 15 apresentações do espetáculo teatral Amores aos Montes por cidades da região sul do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul, com objetivo de apoiar, valorizar e difundir o trabalho artístico elaborado pelo Teatro Por Que Não?.

184789 - As Loucuras da Vó Grana
CNPJ/CPF: 07.085.758/0001-19
Processo: 01400021125201861
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 763.474,80
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto de artes cênicas "As Loucuras da Vó Grana" consiste na realização da peça teatral do gênero comédia, com duração de 60 minutos, abertas ao público em geral e inteiramente gratuitas. O público beneficiado será o público infantojuvenil, a partir de 10 anos, em escolas públicas, centros culturais e/ou instituições carentes.

184792 - Branca de Neve ao Som dos Beatles
TESOURO DA ARTE PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 26.181.443/0001-10
Processo: 01400021129201849
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 743.836,50
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Manutenção de temporada do espetáculo infantil BRANCA DE NEVE AO SOM DOS BEATLES, com temporada prevista para um período de 6 meses, sendo aos finais de semana nos dias de sábados e domingos.

184788 - Café Não é Só Uma Xícara - Grupo Tápias
CDPD-RJ CENTRO DE DOCUMENTACAO E PESQUISA EM DANCA DO RIO DE JANEIRO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.320.592/0001-42
Processo: 01400021124201816
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 672.452,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta trata-se da criação e circulação do novo espetáculo de dança do Grupo Tápias "Café Não é Só Uma Xícara".

184791 - CERRITO FARROUPILHA
josiele pereira castro
CNPJ/CPF: 013.185.840-86
Processo: 01400021127201850
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 223.499,10
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto CERRITO FARROUPILHA, uma festa da cultura popular na cidade de Cerrito/RS, com programação cultural intensa em festividade que conterá Turnos de tarde e noite de intensas apresentações de danças típicas gaúchas (tradicionais e livres), assim como, shows culturais (para o público dançar e para os dançarinos do projeto se confraternizarem), apresentações escolares de dança e outras atividades da natureza da dança no município de Cerrito/RS, haverá o espetáculo cênico de desfile de cavalarianos paramentados com motivos gaúchos. Terá um publico que envolve a comunidade regional e estadual, assim como do Uruguai.

184790 - Como é linda minha rua
mundo eventos ltda me
CNPJ/CPF: 05.895.748/0001-13
Processo: 01400021126201813
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 302.653,33
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização da peça de Teatro intitulada "Como é linda minha rua", as apresentações serão gratuitas e direcionadas para crianças em idade escolar e institucionalizadas e abertas para toda a comunidade do município envolvido. Neste espetáculo teatral a plateia é conduzida a uma reflexão sobre temas importantes da sociedade além de valorizar elementos da cultura brasileira, valorizar o segmento artístico do Teatro e contribuir com a formação de público para a cultura. Além dos espetáculos, este projeto prevê a gravação e a confecção do espetáculo em DVD, contendo o espetáculo "Como é linda minha rua" na íntegra. Essa tiragem será distribuída conforme descrito no plano de distribuição. Oficinas de teatro (contrapartida).

184798 - Contos de Barba
CNPJ/CPF: 14.710.097/0001-30
Processo: 01400021135201804
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 849.838,50
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de montagem e temporada do espetáculo "Contos de barba" a partir do texto homônimo do autor Tiago Luchi.

184832 - CORO CÊNICO CASA DA CRIANÇA
CRECHE CASA DA CRIANCA DE ROLANDIA
CNPJ/CPF: 78.958.105/0001-45
Processo: 01400021176201892
Cidade: - PR;
Valor Aprovado: R$ 330.628,70
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Viabilizar a criação do Coro Cênico-Musical voltado a crianças assistidas pela Creche Casa da Criança de Rolândia e com atividades estendidas a familiares como forma de interagir com demais da família e restabelecendo o conceito de convivência comunitária e social com crianças do município através das práticas culturais, notadamente o coro cênico, envolvendo todas as fases de Pré-Produção, Produção e Pós-Produção, culminando em espetáculo a ser apresentado à população como um todo.

184793 - ÉPIDO O REI
CNPJ/CPF: 304.526.288-06
Processo: 01400021130201873
Cidade: Itapevi - SP;
Valor Aprovado: R$ 731.362,50
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pesquisa, montagem e apresentações de espetáculo teatral, baseado na tragédia clássica ÉDIPO REI, Sófocles 427 a.C. com classificação indicativa 14 anos, em virtude da complexidade dos temas abordados. O espetáculo irá relacionar a obra original com mecanismos de poderes e outras características do Brasil atual, na busca de propiciar uma reflexão sobre a transcedentalidade humana.

184808 - Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana - Fórum das Artes
FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIO E TELEVISAO OURO PRETO
CNPJ/CPF: 00.306.770/0001-67
Processo: 01400021145201831
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado: R$ 800.528,17
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a realização de um festival de artes integradas nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. O Festival realizará uma homenagem ao movimento Armorial e à Cultura Popular Nordestina. A temática vai permear a programação do evento que contará com apresentações de música, artes cênicas e seminários. A programação será gratuita ao público e será selecionada por meio de edital pelas curadorias de Artes Cênicas, Artes Visuais, Infanto-juvenil, Música, Patrimônio e Tradições Populares.

184825 - Festival Gonzagão
CNPJ/CPF: 20.470.793/0001-10
Processo: 01400021167201800
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.693.953,14
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Espetáculo Músico-teatral sobre a vida e a obra de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. O Projeto estabelece a importância histórica e artística do eterno Gonzagão, como ponto de partida para o desenvolvimento de diversas ações culturais e educativas, utilizando múltiplas expressões artísticas somadas às ferramentas e princípios da arte educação para fortalecer o exercício da cidadania, reconhecendo o acesso à cultura como elemento de promoção para a transformação social. Serão realizadas oficinas de arte, cultura e cidadania com 200 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, oriundos de escolas públicas. Ao longo do processo será construído um espetáculo teatral que vai narrar a história de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. A culminância do Projeto será um espetáculo montado com os participantes das oficinas e representações da cultura regional: sanfoneiros, emboladores, cantadores, mamulengos e artistas populares, promovendo assim um grande encontro de cultura e cidadania.

184810 - FESTIVAL PALCO SESIMINAS
CNPJ/CPF: 03.773.834/0001-28
Processo: 01400021147201821
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 644.661,55
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o Festival Palco Sesiminas com programação paraBelo Horizonte e Contagem em 2019 e inicio de 2020, com cerca de 16 espetáculos cênicos com curta temporada, com objetivos, público-alvo e características variadas.A definição dessa programação será feita mediante a sua aprovação e captação, contemplando-se artistas locais, espetáculos de diversas regiões do país e do interior do estado de Minas Gerais. A curadoria pretende estimular a movimentação da cena artística de BH e de Contagem, contribuir com a formação e ampliação de público, fortalecendo os espaços que receberão os espetáculos como estruturas disponíveis abertas à população para fruição de bens artístico culturais, além da descentralização da realização e democratização de acesso.Ainda possibilitará o intercambio e compartilhamento de experiências com as oficinas/workshop artes cênicas que serão oferecidos.

184799 - IMAGINART 31
COMPANHIA DE TEATRO IMAGINARTE
CNPJ/CPF: 13.434.178/0001-92
Processo: 01400021136201841
Cidade: Petrolina - PE;
Valor Aprovado: R$ 169.612,30
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto se baseia na realização de atividades culturais em comemoração ao aniversário de trinta e um anos de existência e de atuação efetiva na reaização cultural ligados as artes cenicas da Companhia de Teatro Imaginarte, como apreentações de espetáculos teatrais, dança, mágica, palhaços e diversas outras atividades culturais.

184823 - Laboratório Encantado
CNPJ/CPF: 10.673.651/0001-04
Processo: 01400021165201811
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.023.880,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Com foco na democratização de acesso à cultura e à formação de público, o projeto LABORATÓRIO ENCANTADO tem intenção de oferecer às crianças em tratamento hospitalar cinco dias de atividades culturais e artísticas que transformem o ambiente hospitalar em um espaço lúdico, criativo, acolhedor e humanizado. A partir de uma dramaturgia especialmente criada para o projeto, além da peça de teatro, outras atividades se desdobrarão mantendo a temática e o mesmo fio condutor.

184794 - Nada na manga
ANDRE LUIZ DE CASTRO CORREA
CNPJ/CPF: 077.185.927-90
Processo: 01400021131201818
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 148.843,20
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo teatral, com mágicas, "Nada Na Manga" do Mágico Andrély.

184831 - NELSON GONÇALVES, O AMOR E O TEMPO
GUILHERME CARVALHO LOGULLO
CNPJ/CPF: 17.208.645/0001-17
Processo: 01400021174201801
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.229.921,55
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do projeto NELSON GONÇALVES, O AMOR E O TEMPO. Este espetáculo teatral conta a história de Nelson Gonçalves. Em cena, os atores darão vida a este cantor que revolucionou a história da música brasileira.

184795 - O PIRADINHO
INSTITUTO BRASIL DO TERCEIRO SETOR
CNPJ/CPF: 04.023.366/0001-37
Processo: 01400021132201862
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 788.257,55
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Espetáculo teatral,comédia, interativo com a plateia, hot site, folder nas apresentaçoes para colorir.Público alvo pela sua linguagem simples, interativa abrange todos os públicos, crianças, familias a todos que se interessarem por este tipo de expressao de arte.

184796 - Paixão de Cristo de Cuité - PB
COMPANHIA CUITEENSE DE TEATRO
CNPJ/CPF: 08.309.772/0001-11
Processo: 01400021133201815
Cidade: - PB;
Valor Aprovado: R$ 206.397,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A presente proposta tem a intenção de executar um espetáculo teatral com a temática "A Paixão de Cristo".

184805 - PROVA DE FOGO
elizeu candido rodrigues
CNPJ/CPF: 054.676.606-40
Processo: 01400021142201806
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 210.210,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e circulação do espetáculo prova de fogo que tem como propósito tentar mostrar os principais aspectos relacionados àquele momento de crise, vivido em relacionamentos, traçando um paralelo com a verdadeira atitude que um líder deve possuir, a fim de liderar um grupo de pessoas, ou até mesmo, seu lar, mostrando-nos os ensinamentos colhidos com a história. Prova de Fogo é um espetáculo que fala de Amor e Fé. Trata das crises do casamento independente do tempo de relacionamento. É um espetáculo que fala do relacionamento humano e sua atribulações que normalmente acontecem e que muitos acreditam que só acontecem com eles. É um espetáculo que o público se identificará com cada instante do texto, que por sinal, foi escrito pela dramaturga, atriz e diretora Nilmara Gomes, se baseando no filme A PROVA DE FOGO.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184802 - CULTURA VIVA
NORADYR LUIS FLORENTINO
CNPJ/CPF: 782.589.879-68
Processo: 01400021139201884
Cidade: - PR;
Valor Aprovado: R$ 667.471,12
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto de musica instrumental que visa o resgate da viola caipira, com orquestra de violeiros.

184821 - Festival de Búzios
CNPJ/CPF: 14.026.768/0001-49
Processo: 01400021161201824
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.701.912,79
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Festival de Búzios tem como premissa promover um grande encontro entre a música instrumental e a gastronomia durante 06 dias. O evento destaca-se por ser um FESTIVAL de Música Instrumental (PRODUTO PRINCIPAL) e OFICINAS de Gastronomia (PRODUTO SECUNDÁRIO) que contempla os principais aspectos determinates da identidade cultural e histórica da região dos Lagos.

184827 - O melhor do Natal
CNPJ/CPF: 01.798.604/0001-98
Processo: 01400021169201891
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.262.085,50
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O MELHOR DO NATAL - Maestro João Carlos Martins, orquestra, corais e convidados, um grande evento que vai oferecer gratuitamente à cidade de São Paulo um espetáculo musical clássico e contemporâneo para público de qualquer idade.

184833 - Projeto Canarinhos da Terra - Núcleo Jundiaí
ATIQUE & ATIQUE PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.379.766/0001-70
Processo: 01400021178201881
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 171.531,36
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto desenvolverá atividades de formação nas áreas de artes integradas, música e cultura, com caráter sócio educativo, prioritariamente a alunos oriundos das escolas públicas (municipais e estaduais) na faixa etária entre 8 e 15 anos de idade. Estabelecerá parcerias operacionais com a Prefeitura Municipal de Jundiaí, Espaços Culturais, e Escolas da rede pública, através das quais obterá acesso às estruturas físicas que permitirão sua operação e aos alunos para o oferecimento de vagas e o desenvolvimento de suas ações culturais. Estes alunos participarão de cursos e oficinas de formação em teoria musical, solfejo, técnica vocal, repertório, expressão corporal, dança e performance cênica. O Projeto utilizará metodologia, organização e administração do Projeto Canarinhos da Terra - Unicamp, em funcionamento desde 2003, com resultados e experiências públicas de sucesso, e desenvolvido com bases na responsabilidade social, apoio à cultura nacional e formação educacional.

184812 - Ricardo Herz e Camerata Romeu | Nova Música Brasileira Para Cordas
CNPJ/CPF: 13.581.809/0001-04
Processo: 01400021150201844
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 784.273,05
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa viabilizar uma turnê de 6 concertos com a Camerata Romeu, renomada orquestra de cordas, composta exclusivamente de mulheres, de Havana, Cuba, e de Ricardo Herz, violinista compositor e arranjador brasileiro que desenvolve há mais de 20 anos um estilo totalmente brasileiro de tocar o violino. Nesta turnê Ricardo e a Camerata lançam o álbum "Ricardo Herz e Camerata Romeu| Nova Música Brasileira Para Cordas" que foi gravado em Havana, Cuba em Julho de 2018. No repertório dos concertos estarão composições de Ricardo Herz, arranjadas especialmente por ele para orquestra de cordas e violino solo. Arranjos que utilizam como base os rítmos brasileiros, tais como o baião, o chamamé, a toada, o choro, misturados com as noções de improvisação e os conceitos de suíngue e groove, que provém da música popular.

184815 - Tem Música no bairro
CITY WEB EIRELI
CNPJ/CPF: 31.506.656/0001-04
Processo: 01400021155201877
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 498.960,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de concertos de musica classica, em centros comunitários e escolas.

184829 - TEMPORADA ARTÍSTICA DA SALA CECÍLIA MEIRELES 2019
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES
CNPJ/CPF: 31.931.009/0001-40
Processo: 01400021171201860
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.774.275,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trata-se de uma temporada anual de concertos com músicos nacionais e internacionais. O projeto prevê concertos com solistas, duos, trios, quartetos, conjuntos e orquestras tradicionais e de câmara, com músicas do período barroco ao contemporâneo, passando pelo jazz e a MPB instrumental.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
184806 - Expedição Brasil Profundo
ARTE SERRINHA PRODUES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 22.713.288/0001-84
Processo: 01400021143201842
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 997.854,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Expedição Brasil Profundo propõe a realização de uma exposição multidisciplinar resultado da imersão de 10 artistas de diferentes áreas artísticas. A exposição apresentará obras em diversos formatos que foram concebidas em processos de imersão, bem como atividades performáticas e musicais ao longo do período expositivo e um catálogo/livro.

184787 - NOITE DOS MUSEUS_ Porto Alegre 2019
Rompecabezas Entretenimento
CNPJ/CPF: 10.597.310/0001-99
Processo: 01400021123201871
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 916.423,20
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: NOITE DOS MUSEUS é uma proposta educativo-cultural que objetiva aproximar a população em geral dos museus, contribuindo assim para a formação de público das artes visuais e produções artísticas em geral. Para tanto, o evento promove um circuito artístico de visitação a diversos museus de Porto Alegre, com as instituições funcionando em horário alternativo (das 19h às 01h) e uma estrutura montada para incentivar o público a sair de casa e ocupar as ruas, com iluminação de fachadas das instituições, apresentações artísticas e seguranças. Todas as atividades tem entrada franca. O evento já teve três edições, alcançandoum público total dequase 100 mil pessoas que circularam entre os museus participantes espalhados pela cidade, ocupando espaços públicos frequentemente desertos naquele horário. Para entender melhor a proposta do evento, acesse https://youtu.be/uDIs7XjGYUE (vídeo da edição 2018), http://noitedosmuseus.com.br, e https://tinyurl.com/clippingNoite20182017.

184830 - Paisagem Construída - São Paulo de Burle Marx
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Processo: 01400021173201859
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.155.887,42
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar uma exposição reunindo os trabalhos feitos por Burle Marx para a cidade de São Paulo.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
184824 - Caminhos do Rio
IMAGEM CULTURAL VIAGEM E TURISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.568.837/0001-80
Processo: 01400021166201857
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 275.104,14
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O objeto proposto trata-se da realização de iniciativa educativo cultural em diversos museus/centros culturais e pontos turísticos do Rio de Janeiro, através de visitas mediadas realizadas por educadores para crianças e jovens moradores de diversas Comunidades. Para complementar as visitas, os participantes farão oficinas de artes visuais, literatura, etc. *Sendo: Pré-produção: 1 mêsProdução: 04 mesesPós-produção: 1 mês

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
184811 - 25+25
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Processo: 01400021148201875
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 535.100,72
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Propomos publicar um livro reunindo reflexões de especialistas em cultura, sociologia, economia, meio ambiente e outras áreas do conhecimento sobre os desafios do Brasil nos próximos 25 anos. Os autores serão instados a confrontar os cenários futuros com aqueles ocorridos no passado, nos últimos 25 anos, e também a oferecer possíveis soluções para que a sociedade brasileira estabeleça uma cooperação em prol de um meio ético de se alcançar a prosperidade de forma sustentável, o equilíbrio social e a paz em termos nacionais e globais. Dez artistas plásticos contribuirão com a edição expressando suas visões por meio de obras de arte produzidas exclusivamente para o projeto. .

184809 - A tradição oral na literatura, na música e na religiosidade popular brasileiras.
ANDRE LUIS DA SILVA SAMPAIO
CNPJ/CPF: 071.407.497-79
Processo: 01400021146201886
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 334.653,44
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a edição de um livro sobre a tradição oral no Brasil intitulado " A tradição oral na literatura, na música e na religiosidade popular brasileiras.", onde se procurará mostrar o uso da tradição oral na construção cultural no Brasil, já que durante muitos anos a oralidade foi utilizada como perpetuadora e disseminadora da história e da cultura brasileira. Será feita uma tiragem de 1000 cópias do livro e 1000 cópias do anexo (caixa com lâminas), todas para doação. Não obstante, será feito também, como parte do projeto, um e-book com o mesmo conteúdo do livro. Além desta busca da riqueza cultural existente no Brasil, e que será ricamente abordada, o projeto prevê ainda a realização de 10 palestras gratuitas com o autor do livro, nas quais se discutirá o conteúdo do mesmo e uma "contação de estória" nos moldes da tradição oral, a ser realizado nas escolas públicas da rede estadual de São Paulo.

184816 - Amazônia Azul
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Processo: 01400021156201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 634.356,25
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Propomos produzir um livro de arte, fartamente ilustrado sobre a Amazônia Azul, abordando seus aspectos históricos e naturais.

184822 - BRASIL DE DENTRO (Título provisório)
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400021163201813
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.192.897,76
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte com o trabalho da fotógrafa Elaine Eiger. O projeto também prevê a realização de exposição de fotos itinerantes e oficinas de arte-educação com escolas públicas das cidades por onde a exposição vai passar.

184826 - Conviver Para Conhecer
CNPJ/CPF: 11.732.444/0001-38
Processo: 01400021168201846
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 445.473,60
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A presente proposta prevê a edição, impressão e distribuição da coleção de livros "Conviver para Conhecer", impresso em braile e traduzido para linguagem libras, que colocam como protagonistas pessoas com alguma deficiência, são eles: 1.Lara Sol ; 2.Pedro Valente O Caçador de Palavras; 3.Ester e as Cores do Arco Íris, 4.O Morador das estrelas.

184817 - Dias Estranhos
MARCUS MARCELLO PORTO LEOPOLDINO
CNPJ/CPF: 099.332.767-27
Processo: 01400021157201866
Cidade: - RJ;
Valor Aprovado: R$ 232.694,55
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção do Livro HQ "Dias Estranhos".

184804 - I FESTIVAL DA LÍNGUA PORTUGUESA DO PORTO DO RIO
INSTITUTO SAMBA E SOLIDARIEDADE
CNPJ/CPF: 22.427.680/0001-67
Processo: 01400021141201853
Cidade: Duque de Caxias - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.054.617,30
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 25/11/2018
Resumo do Projeto: O Festival tem por objetivo ser uma das mais relevantes iniciativas culturais da cidade do Rio de Janeiro e sua periferia. Sua marca registrada é a importância da literatura como fator fundamental da identidade cultural brasileira, inserida no contexto da Globalização Mundial. A ideia é instalar no Cais do Valongo, Zona Portuária, um Centro de Referência da Literatura de Língua Portuguesa, com a realização do Festival, que será dedicado à exposição de uma Feira Literária com 52 editoras brasileiras e dos países Comunidade de Língua Portuguesa. O evento contará com a produção de painéis, conversas e exposições de debates com autores, críticos, jornalistas, artistas e personalidades. O objetivo é a difusão da Literatura Brasileira como um fator de formação do conhecimento humano, de cidadania e inclusão social. Estimativa de Publico de aproximadamente 5 mil pessoas por dia, sendo 06 dias de evento.

184820 - Livro Arte Sacra de Nova Friburgo
NOVAS DIRECOES EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 28.939.445/0001-50
Processo: 01400021160201880
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 499.125,00
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Livro Arte Sacra de Nova Friburgo consiste na realização de um livro de arte, cultura e fotografia apresentando o rico acervo cultural compreendido pelas centenas de peças sacras presentes nas igrejas e museus de Nova Friburgo Rio de Janeiro. O livro será escrito por Vanessa Melnixenco e Mariana Aguiar, ambas historiadoras e mestres em História com ênfase em Instituições, Poder e Ciências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Terá tiragem de 3 mil exemplares, 250 páginas e será impresso em papel couche mate 140g, formato 23 x 30,5cm, impresso em offset 4 cores, com capa dura, sobrecapa, encadernação costura, cola e fino acabamento.

184828 - MARCAS DA VIDA
RUTE PENA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 510.357.746-15
Processo: 01400021170201815
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 71.711,20
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Esta proposta se refere a edição, impressão e publicação de um livro para adultos; Um romance fictício que se passa no inetrior de Minas Gerais, história envolvente e encantadora principalmente para idosos.

184834 - OMUNGA NA AMAZÔNIA
INSTITUTO OMUNGA
CNPJ/CPF: 28.229.448/0001-09
Processo: 01400021180201851
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.585.998,08
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto OMUNGA NA AMAZÔNIA propõe oferecer ações educativo-culturais para professores e alunos da rede pública de ensino, visando a promoção da leitura e a ampliação do seu repertório cultural. Contará com ciclos de formação que aproximam a cultura e a prática pedagógica. Haverá também a produção de um documentário (audiovisual) com a participação dos diversos atores sociais envolvidos no processo, servindo como instrumento para transferência e replicação da tecnologia formativa e social produzida. Tais ações criam oportunidades de acesso a bens culturais em município com IDHM extremamente baixo.

184803 - PROJETO - Brasil e Brasileiros - Conhecer para amar e respeitar
CNPJ/CPF: 030.352.957-19
Processo: 01400021140201817
Cidade: - RJ;
Valor Aprovado: R$ 280.257,45
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção os 2 livros infantis "Potiara" e "Akuan, o peixinho curioso", além de uma oficina de contação de histórias.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
184836 - 10º JAPAN MATSURI - Festival da Cultura Japonesa
ASSOCIACAO CULT E ESPORT NIPO BRAS DE OSASCO ACENBO
CNPJ/CPF: 46.803.573/0001-54
Processo: 01400021182201840
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado: R$ 494.291,62
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto 10º Japan Matsuri trata-se de um festival com 2 dias de duração com apresentações de shows musicais, shows de dança, de taikô entre outras. Paralelamente às apresentações artísticas será montada uma área expositiva de produções e acervos relacionados à cultura japonesa e de oficinas culturais de curta duração. Classificação indicativa:livre.

184835 - BAIÃO DE RUA
VANDILSON RIBEIRO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 043.750.546-46
Processo: 01400021181201803
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 213.413,32
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar uma apresentação do Bloco Baião de Rua, em formato de cortejo, fomentando e valorizando um importante ritmo brasileiro: o forró.A apresentação sua execução oferecida de maneira gratuita a público diversificado, de todas as idades e segmentos sociais. O projeto traz estratégias que cooperam com a democratização e acessibilidade, fomentando a valorização de ritmo brasileiro de grande importância.

184837 - O Canto da Cerâmica
SILVIO DE ABREU
CNPJ/CPF: 747.391.669-68
Processo: 01400021183201894
Cidade: Campo Largo - PR;
Valor Aprovado: R$ 496.144,02
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto visa à produção, gravação, edição e lançamento do DVD "O Canto da Cerâmica", que consiste no objetivo de transformar várias peças de cerâmica "Louça, Faiança, Artesanato e Porcelana" em instrumentos musicais percussivos, assim como posteriormente a realização de shows em pelo menos 06 municípios do Estado do Paraná.

184838 - RENATA MOTTA & BANDA
RENATA MOTA DE BRITO
CNPJ/CPF: 021.737.675-42
Processo: 01400021184201839
Cidade: - BA;
Valor Aprovado: R$ 516.408,75
Prazo de Captação: 26/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "RENATA MOTTA & BANDA" se apresenta como uma banda de sertanejo universitário e irá realizar uma turnêno período de 2 meses. O projeto ainda conta com a produção de CDs e DVDs que serão gravados, editados e mixados em estúdio.

PORTARIA N.º 734, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182357 - A PONTE
CNPJ/CPF: 10.850.934/0001-76
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 42.971,70
Valor total atual: R$ 1.452.898,00

182172 - Bom de Nota, Bom de Dança - Plano Anual 2019
CNPJ/CPF: 01.285.504/0001-68
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.865,00
Valor total atual: R$ 1.939.345,29

181009 - Doutores RiSonhos - Palhaçaria na humanização hospitalar
Michelle Silveira da Silva
CNPJ/CPF: 12.783.194/0001-28
Cidade: - SC;
Valor Reduzido: R$ 4.782,48
Valor total atual: R$ 369.267,80

183371 - Espetáculo Teatral No Escuro
CNPJ/CPF: 12.026.961/0001-54
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 25.209,80
Valor total atual: R$ 272.020,00

183148 - Natal com o Guri de Uruguaiana
Flavio Enninger EPP - Usina Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 18.981.045/0001-50
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 6.222,78
Valor total atual: R$ 310.048,50

183763 - PLANO ANUAL CINE THEATRO BRASIL 2019
ASSOCIACAO CINE THEATRO BRASIL - VALLOUREC
CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 60.403,92
Valor total atual: R$ 5.577.989,40

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182576 - "LEVANDO A ALEGRIA DE CANTAR" Eventos Musicais em Chapecó - 2018
ASSOCICAO CORAL ALEGRIA DE CANTAR
CNPJ/CPF: 05.777.399/0001-35
Cidade: - SC;
Valor Reduzido: R$ 6.244,88
Valor total atual: R$ 71.874,00

183686 - FestNatal Araxá - Ano X
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Cidade: - MG;
Valor Reduzido: R$ 39.786,36
Valor total atual: R$ 1.753.845,21

183734 - Plano Anual de Atividades e Manutenção 2019 - Orquestra Ouro Preto
Instituto Ouro Preto
CNPJ/CPF: 20.341.734/0001-41
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Reduzido: R$ 339.615,00
Valor total atual: R$ 6.256.625,81

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
182458 - Plano Anual do Instituto Tomie Ohtake - 2019
Instituto Tomie Ohtake
CNPJ/CPF: 00.984.768/0001-47
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 651.155,36
Valor total atual: R$ 31.441.286,89

178554 - Valongo Festival Internacional da Imagem 2018
33 MM PROJETOS CULTURAIS - EIRELI
CNPJ/CPF: 23.882.078/0001-82
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 139.128,00
Valor total atual: R$ 1.956.695,50

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
182197 - CAPOEIRA EXPRESSÃO EM MOVIMENTO
Joao batista jorge de sousa junior
CNPJ/CPF: 073.843.986-06
Cidade: Cristalina - GO;
Valor Reduzido: R$ 12.658,64
Valor total atual: R$ 235.878,60

178904 - RESTAURO DO ANTIGO HOSPITAL HUMBERTO PRIMO - SP
CNPJ/CPF: 06.056.498/0001-90
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 360.261,46
Valor total atual: R$ 26.206.582,11

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181426 - 32ª Feira do Livro de Gravataí
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Reduzido: R$ 10.844,32
Valor total atual: R$ 391.534,28

182196 - Costumes e Tradições Judaicas: uma perspectiva gastronômica através do tempo
PESSA GANSBURG
CNPJ/CPF: 228.770.238-50
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 45.216,14
Valor total atual: R$ 284.607,46

182443 - Feira do Livro de Dois Irmãos
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Reduzido: R$ 37.879,40
Valor total atual: R$ 72.772,00

182676 - Plano Anual Instituto Sociocultural Hospital de Câncer de Barretos 2019
INSTITUTO SOCIOCULTURAL HOSPITAL DE CANCER DE BARRETOS
CNPJ/CPF: 10.578.841/0001-34
Cidade: Barretos - SP;
Valor Reduzido: R$ 240.396,00
Valor total atual: R$ 2.756.985,00

182404 - SÁRDIRUS - 0 CONFRONTO COM RANOSI
EDUARDO PRAZERES FONSECA
CNPJ/CPF: 619.643.443-87
Cidade: Teresina - PI;
Valor Reduzido: R$ 9.051,88
Valor total atual: R$ 51.148,80

PORTARIA Nº 735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo I)

Art. 2º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo II)

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo III)

Art. 4º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.(Anexo IV)

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Anexo I

PRONAC	Projeto	Proponente	CNPJ/CPF	Resumo do Projeto	Valor Aprovado	Valor Captado
09-4479	Bandoneons de Indaial	Associação dos Bandoneons de Indaial	08.720.379/0001-16	Realizar 24 apresentações gratuitas do Grupo de Bandoneons em eventos da cidade e região e ministrar oficina de sensibilização musical com Bandoneon para crianças, adolescentes e jovens do município de Indaial.	67.593,75	60.000,00
08-2573	Dança do Ceará de Par em Par	Indústria da dança Ltda	03.906.154/0001-35	Democratizar o acesso à dança cênica, em particular à dança contemporânea, investindo na formação profissional e de público, através de ações que propiciem a descentralização e a interiorização. Em comemoração do aniversário de 10 anos da Bienal, será lançado 01 livro, com tiragem de 1000 exemplares.	746.440,00	400.000,00
10-10557	Filhos do Rei Okanbi	Grupo Cultural, Recreativo e Carnavalesco Bloco Afro Okanbi	07.137.251/0001-61	Projeto artístico e cultural, através do qual o Bloco Afro Ókánbí pretende participar do carnaval 2011,em Salvador fazendo nos dois dias o contra fluxo Praça da Sé/ Campo Grande/ Praça da Sé. O projeto vai realizar também 04 Noites de Cultura Afro para formação de plateia com apresentação da Banda Ókánbí Afro Pop e convidados, apontando, mais uma vez, para a consolidação do ritmo afro cubano.	516.500,00	150.000,00

Anexo II

PRONAC	Projeto	Proponente	CNPJ/CPF	Resumo do Projeto	Valor Aprovado	Valor Captado
05-3836	Brasil na Rota da Navegação Francesa	Reler Editora Ltda	05.649.479/0001-42	Edição de um livro sobre a história do Brasil na rota das navegações francesas. A obra abordará o surgimento dos portos brasileiros, inclusive os fluviais, como Manaus e Belém. O texto fará uma viagem de Norte a Sul, mostrando as características das cidades de navios de carga.	341.800,60	341.800,60
06-2973	Jazz Festival - São Paulo	Scom Publicidade Ltda	74.062.381/0001-70	O festival contará com a presença de bandas internacionais e nacionais, ocorrerá em São Paulo, e será conduzido pelo empresário Leonardo Soltz, experiente em sua profissão e apaixonado por jazz.	516.862,60	180.000,00

05-4579	Matéria Encantada por Xico Stockinger	Luiz Eduardo Robinson Achutti	334.955.800-34	Editar um livro que vai registrar fotograficamente o processo criativo e construtivo de uma obra. Noventa fotografias em cores de autoria do fotógrafo Luiz Eduardo Achutti. Editar textos e biografia do Doutor e Professor de História da Arte e Estética na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Armindo Trevisan.	255.756,20	160.000,00
09-7747	O Astronauta - Montagem, Temporada e Turnê	Substancia produções Culturais Ltda	09.402.667/0001-95	O Astronauta é um espetáculo para crianças. Aborda temas como a tecnologia, a comunicação, a preservação do planeta e valores como o afeto e a colaboração. As apresentações da turnê serão gratuitas. A temporada em São Paulo será realizada a preços populares nos fins-de-semana e apresentações gratuitas para alunos das escolas da rede pública.	480.590,00	294.700,00
08-6002	ArtCena - Festival Internacional de Artes do RJ	Pan Eventos e projetos Culturais Ltda	01.021.227/0001-86	Realizar o Festival Internacional de Artes do Rio de Janeiro, com programação de espetáculos nacionais e internacionais, apresentações de peças-processo, performances, mostra universitária, workshop, vídeo conferência, vídeo instalação, encontros e debates, lançamentos literários e outros.	968.940,00	250.000,00
05-7227	Noites do Jazz	Dançar marketing e comunicação Ltda	65.935.280/0001-75	Realizar três apresentações de música exclusivamente instrumental, do gênero Jazz, com a fusão de artistas nacionais e internacionais renomados, a serem realizadas no Tom Brasil, localizado na cidade de São Paulo.	1.260.179,24	1.260.000,00
00-3293	Asa	Instituto Gtech Cidadania e Cultura	03.960.583/0001-90	Exposição itinerantes realizadas por crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, que frequentam escolas públicas e participem de projetos sócio-educativos, desenvolvidos por instituições do terceiro setor. A instituição proponente realizará convênios para coordenar um trabalho de arte-educação com 300 jovens por entidade.	794.029,00	429.414,77
10-0841	Ópera dos Vivos da Cia do Latão do RJ	Cooperativa Paulista de Teatro	51.561.819/0001-69	O projeto visa à temporada de estreia do espetáculo "Ópera dos Vivos" do grupo paulista Companhia do Latão na cidade do Rio de Janeiro. "Ópera dos Vivos" é um amplo espetáculo que combina teatro, música e vídeo e trata da produção cultural dos anos 60. A Companhia do Latão é um grupo de teatro de pesquisa de São Paulo com reconhecimento internacional.	195.942,00	184.000,00
10-10746	Todos os Sons - Domingo no CCBB 2011	Cena Promoções Culturais Ltda	04.958.684/0001-90	Realização da quinta edição do projeto Todos os Sons - Domingo CCBB que promoverá um concerto mensal de maio a setembro de 2011, ao ar livre, com entrada franca, sempre em um domingo de cada mês.	463.570,00	350.000,00
09-6421	Locomotiva - Orquestra Infantojuvenil	Associação Locomotiva João Ramalho	10.925.654/0001-80	O Projeto Locomotiva tem como objetivo central promover a inclusão social e cultural por meio da música. O alvo consiste na formação de uma orquestra infanto-juvenil. Todo o processo de aprendizagem e ensaio é gratuito. Já na primeira aula o aluno é apresentado ao instrumento que ele utilizará durante as aulas e toca uma melodia simples.	277.099,00	277.000,00
09-7307	A Megera Domada	Oddone produções e Shows Ltda	06.176.347/0001-76	Montagem de uma das mais importantes obras do dramaturgo William Shakeaspeare. A tradução de Walcyr Carrasco aborda o texto de uma forma clara e de fácil entendimento para os jovens.	639.400,00	400.000,00
07-5652	Exposição Desvios	Isaura Caporali Pena	311.756.436-53	Realização e itinerância da exposição coletiva "Desvios" dos artistas Francisco Magalhães, Isaura Pena, Júnia Penna, Pedro Motta, Renato Madureira, Ricardo Homen e Rodrigo Bordes, em três importantes cidades do circuito artístico brasileiro: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Será feito um catálogo da exposição com 3.000 unidades, todas gratuitas.	342.947,00	100.000,00
06-10599	Ateliê Musical	Instituto Mirtillo Trombini	07.772.834/0001-64	Formação de um Coral Infantil e um Coral de Adultos, com repertório de música erudita, a fim de criar um ambiente musical e, consequentemente, um calendário de eventos musicais e formação de plateia, na cidade de Morretes/PR.	361.352,20	173.750,00
10-7034	Cavalos, História & Raças	Aguinaldo Silva Filho Produções	07.939.102/0001-16	Editar um livro de caráter cultural e artístico, onde serão mostradas as principais raças de cavalos do Brasil, suas origens, como foram introduzidas em nossa cultura, sua importância no desenvolvimento, desde a abertura de nossas fronteiras, passando pelo período pré-industrial até os dias atuais.	250.470,00	250.470,00
06-3677	Gtpaê Faz Arte	Iliuska Di Franco Oliveira	030.141.719-99	Realização de oficinas cênicas para 12 pessoas portadoras de necessidades especiais, visando à profissionalização através da arte, especificamente o teatro. As oficinas serão realizadas pelo Grupo de Teatro para Atores Especiais. Ao final da execução desta primeira fase, será montado um espetáculo criado a partir dos resultados de conteúdos ministrados nas oficinas.	104.014,80	85.881,73
04-1133	A História dos Brinquedos	Vila Rica Serviços Ag. De propor Artística ltda	04.884.087/0001-68	Realização de uma exposição vinculada à cultura e fatores históricos, que levam ao surgimento dos brinquedos, os quais muitas vezes apresentam-se instrumentos reveladores das formas de criar e fazer épocas e sociedades das quais são provenientes.	200.563,00	150.000,00
10-3907	Reedição do Livro Bicentenário de Ouro Preto 1911	Agência de Desenvolvimento de Ouro preto - ADOP	06.324.732/0001-13	O projeto em pauta propõe a reedição do livro Bicentenário de Ouro Preto, de 1911, considerado a primeira obra relevante a defender a guarda e a conservação do patrimônio histórico brasileiro. A nova edição atualizada contará também com ensaio crítico especialmente elaborado e um CD-ROM.	278.850,00	200.000,00
10-3330	Espetáculo Multidisciplinar do Programa de valores de Minas 6ª Edição	Odeon Campanha Teatral	02.612.590/0001-39	O projeto propõe a pesquisa, a criação e realização do espetáculo da sexta edição do Programa Valores de Minas, que reúne várias disciplinas das artes, como Teatro, Dança, Circo, Música e Artes Plásticas.	407.135,00	300.000,00

Anexo III

PRONAC	Projeto	Proponente	CNPJ/CPF	Resumo do Projeto	Valor Aprovado	Valor Captado	Valor Nominal a ser Restituído ao FNC
04-1199	Série Internacional de Música de Câmara 2004	Interarte Produções Artísticas Ltda	54.223.482/0001-78	Realizar a edição 2004 do projeto que prevê uma série de 80 concertos, sendo que a grande maioria serão gratuitos (outros ingressos a R$ 30,00; R$ 20,00; R$ 15,00; R$ 12,00; R$ 10,00), nas seguintes cidades: Brasilia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.	3.378.474,90	2.676.823,56	2.676.823,56
08-5860	Coral Thyssenkrupp	Centro Cultural Campo Limpo Paulista	59.005.025/0001-20	Realização de 24 apresentações do Coral ThyssenKrupp. Duas apresentações por mês, gratuitas em locais públicos e abertas ao público em geral.	215.200,00	215.200.00	215.200,00

07-7260	Festival Internacional de Mágica	Arte e Cultura - Eireli	01.176.558/0001-95	Realizar um festival de apresentações de mágicos com números de ilusionismo. O evento será de âmbito internacional e deverá acontecer ao ar livre, na Praça do Papa, em Belo Horizonte/MG.	809.820,00	420.442,84	214.661,66
08-2868	Clube da Esquina para Todos	Julio Jorge Toledo	047.087.636-03	Este projeto visa à realização de 15 espetáculos de música instrumental, cuja finalidade é levar a música do Clube da Esquina ao longo do ano de 2008 e início de 2009.	278.564,00	277.664,00	277.664,00
05-7712	Gravações Históricas de pierra Fatumbi Verger no Ilê Axé Oxumaré	Associação Cultural e religiosa São Salvador - Ilê Axé Oxumaré	32.699.001/0001-62	Produção do CD "Gravações Históricas de Pierre Fatumbi no Ilê Axé Oxumaré"	105.798,00	105.798,00	104.120,00
08-3436	Alcantara Alma e História	José Albani Ramos de Souza	305.414.763-00	Editar um livro que promova a valorização do patrimônio arquitetônico de Alcântara, cidade histórica do estado do Maranhão, e suas manifestações culturais.	149.530,00	149.530,00	149.530,00
08-8277	Fotos de Robert Doisneau - Ano da França no Brasil	Soc. de Amigos do Museu de Arte Contemporânea do Paraná	09.561.064/0001-36	Realizar exposição itinerante com 106 fotografias do fotógrafo francês Roberto Doisneau, acervo da empresa Renault da França.	775.443,00	550.080,00	102.674,94
06-6721	Intervenção em Trânsito II - BH	Suzy Muniz Produções Artísticas Ltda	05.862.360/0001-16	Montar exposição do artista Eduardo Frota, no Palácio das Artes em Belo Horizonte/MG. Trata-se de uma escultura tubular, constituída de segmentos modulares justapostos, formando carretéis de tamanhos variados.	362.542,97	280.000,00	280.000,00

09-5860	Seminários Internacionais Museu Vale 2010	Suzy Muniz Produções Artísticas Ltda	05.862.360/0001-16	A 5ª edição dos Seminários Internacionais Museu Vale terá como tema: Do fundo abismo nascem as altas montanhas ou: de como superar uma crise. A proposta deste seminário é pensar a crise atual, em seus diversos aspectos, na perspectiva de sua superação.	411.604,60	411.604,60	22.731,12
08-6948	Temporada 2009 de 4 Naipes	Bernardo Felinto Soares de Oliveira	003.364.481-04	Produção de espetáculo teatral, no gênero comédia, da Cia. De Comédia " De 4 Naipes!", em Brasília-DF.	89.600,00	74.215,02	45.525,50
06-3893	O Rei está Nú	PAES - Promoções, Administração, Eventos e Serviços Ltda	01.701.516/0001-26	Realizar apresentações do musicista Juca Chaves em 30 cidades brasileiras como: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e etc.	1.197.647,93	1.188.000,00	53.038,01

Anexo IV

PRONAC	Projeto	Proponente	CNPJ/CPF	Resumo do Projeto	Valor Aprovado	Valor Captado
07-5598	Ricardo Vilas - 40 Anos de MPB	Elaborar projetos e produções Culturais Ltda	07.784.284/0001-01	Realização de concerto de música popular e produção de DVD em comemoração aos 40 anos de carreira do cantor e compositor Ricardo Vilas. O show será realizado no Teatro Maison de France, no Rio de Janeiro, transmitida pela Rádio MEC e gravado com vistas à produção do DVD.	99.868,90	99.868,00
03-5321	Oficinas de Artesanato da UNIAPONG	Coop. De Reciclagem e Prod. Art. - UNIAPONG	02.441.302/0001-20	Elaborar um diagnóstico cultural, apontando o potencial do artesanato de cada região para definir as modalidades que serão ministradas nas oficinas, tendo como eixo o resgate de práticas que compõem o Patrimônio Cultural do Município. Realizar 15 oficinas de artesanato, em dois encontros semanais, durante 2 meses, nas cidades de Nova Lima, Sabará, Santa Bárbara, Raposos e Carte.	193.875,00	176.200,00

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA Nº 88-SEF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede autonomia administrativa à Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pela letra h), do inciso X, do artigo 1º, da Portaria nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017, do Comandante do Exército, combinado com os artigos 10 e 12, da Portaria nº 15, do Secretário de Economia e Finanças, de 19 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder autonomia administrativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, à Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), CODOM 00141-2, por motivo de sua implantação por transformação da 23ª Circunscrição de Serviço Militar (23ª CSM), CODOM 01940-6, ambas com sede em João Pessoa-PB.

Art. 2º Designar a Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), CODOM 00141-2, Organização Militar sucessora, para fins administrativos e registros contábeis, resultantes da desativação e transformação da 23ª Circunscrição de Serviço Militar (23ª CSM), CODOM 01940-6, ambas com sede em João Pessoa-PB.

Art. 3º Revogar o artigo 2º, da Portaria nº 062-SEF, de 10 de outubro de 2018, publicada no Boletim do Exército nº 42, de 19 de outubro de 2018.

Art. 4º Determinar às Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS) à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 5º Estabelecer que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23123.001310/2011-11
Interessado: Associação Educacional Giangiácomo
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 01648/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 21 de novembro de 2018, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 147, de 2 de março de 2017, Item 2 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2017, que indeferiu o pedido de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23000.000159/2013-52
Interessado: Serviços de Obras Sociais
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 01637/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 19 de novembro de 2018, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 147, de 2 de março de 2017, Item 16 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2017, que indeferiu o pedido de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SÚMULA DO PARECER CNE/CES Nº 608/2018

(Complementar à Publicada no DOU de 16/11/2018, Seção 1, pp. 47 a 49)
Reunião Ordinária dos dias 1º, 2, 3 e 4 do mês de outubro/2018
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000134/2017-72 Parecer: CNE/CES 608/2018 Comissão: Arthur Roquete de Macedo (Presidente), Gilberto Gonçalves Garcia (Relator), Luiz Roberto Liza Curi e Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira Voto da comissão: A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2018.
DANIEL ARAGÃO PARENTE VALENTIM
Secretário-Executivo
Substituto

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 258, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso III, do Anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO o disposto nos autos do processo nº 23038.016662/2018-15, resolve:

Art. 1º Alterar o Inciso V do Art. 1º, da Portaria 251, de 09 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, Seção 1, páginas 23 a 25, que dispõe sobre a "Reestruturação do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas - PDES e aprova o regulamento do programa", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 1º ...

V. Demanda Induzida:

a) Apoio para financiamento de projetos de iniciativa da Diretoria Executiva para induzir áreas incipientes de pesquisa e pós-graduação bem como a diminuição de desequilíbrios regionais.

b) Apoio para financiamento de projetos e iniciativas que têm por objetivo subsidiar a formulação de Políticas para a CAPES."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ABILIO A. BAETA NEVES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e na Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para o cumprimento do disposto no Capítulo II da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018.

CAPÍTULO I

DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 2º O requerimento do ressarcimento da taxa de avaliação de que trata o § 7º do art. 5º da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, deverá ser encaminhado por via eletrônica, em ofício que contenha os seguintes dados:

I - nomes da Mantenedora e da Mantida;

II - número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Instituição de Ensino Superior - IES que quitou o boleto;

III - ato regulatório;

IV - número(s) do(s) processo(s);

V - nome do curso (se aplicável);

VI - valor pago;

VII - motivo da solicitação;

VIII - dados bancários da instituição que realizou o pagamento, contendo os números do banco, da agência e da conta; e

IX - cópia do(s) comprovante(s) de pagamento da(s) taxa(s) de avaliação.

Parágrafo único. O ofício deve ser assinado por dirigente ou responsável pela instituição, e enviado para o endereço eletrônico: assessoria.taxa@inep.gov.br.

Art. 3º A inserção de versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Pedagógico do Curso - PPC no Formulário Eletrônico - FE, de que trata o § 6º do art. 6º da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, será realizada exclusivamente pela Instituição de Ensino Superior - IES ou Escola de Governo - EGov.

§ 1º A inserção de novo PDI ou PPC não é obrigatória, tratando-se de uma prerrogativa dada à IES para os casos em que haja alterações relevantes.

§ 2º Nos casos de instabilidade do sistema que levarem à impossibilidade de inserção de novo PDI ou PPC no prazo estabelecido, a Instituição de Educação Superior - IES deverá encaminhar à Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES do INEP uma demanda com as evidências comprobatórias do problema.

§ 3º Comprovada a instabilidade do sistema pelo suporte de Tecnologia da Informação do INEP, o campo para inserção será reaberto por 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º A comissão avaliadora somente aceitará as versões do PDI e PPC apensados ao sistema, sejam eles os originais da abertura do processo ou os novos que tiverem sido anexados.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO AVALIADORA

Art. 4º No caso das avaliações institucionais, a formação da comissão avaliadora de que trata o caput do art. 8º da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, obedecerá, prioritariamente, aos seguintes parâmetros:

I - em instituições privadas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES privada;

II - em instituições públicas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES pública; e

III - pelo menos 1 (um) dos membros terá titulação de doutor.

Art. 5º O ponto focal de que trata o § 3º do art. 8º da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, terá as seguintes atribuições:

I - organizar o cronograma de visita com a cooperação dos demais membros;

II - realizar a mediação entre a comissão avaliadora, a instituição e o INEP; e

III - fechar o relatório para posterior confirmação por todos os membros.

Art. 6º O perfil dos avaliadores de que trata a alínea b do inciso II do art. 9º da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, obedecerá aos seguintes requisitos:

I - formação em Engenharia de Computação, Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou em áreas correlatas; e

II - capacitação feita pela Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e IES - CGACGIES, com relação aos critérios de análise e atributos pertinentes aos objetos de avaliação para a modalidade a distância.

Art. 7º A designação de avaliadores com formação detalhada de que trata o parágrafo único do art. 11 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, observará ao menos um dos seguintes critérios:

I - relação entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e a matriz dos cursos de formação dos avaliadores selecionados; e

II - correspondência entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e o currículo dos cursos de pós-graduação realizados pelos avaliadores.

Parágrafo único. Os eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia vigente serão utilizados para a designação de tais cursos; e os avaliadores serão designados conforme a respectiva área de atuação.

CAPÍTULO III

DAS VISITAS

Art. 8º O dia de envio do comunicado à IES referente ao período de visita, de que trata o § 1º do art. 13 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, representa a data em que a IES toma ciência da confirmação da visita.

§ 1º A falta de envio da agenda de visita dentro do prazo previsto no § 2º do mesmo artigo incorrerá em medidas corretivas ao ponto focal da comissão.

§ 2º O eventual atraso no envio da agenda de visita por parte do ponto focal da comissão não representa motivo para adiamento ou cancelamento da avaliação in loco.

Art. 9º No caso de pedido de alteração de endereço de que trata o parágrafo único do art. 14 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018:

I - a IES deverá apresentar à comissão avaliadora a solicitação de alteração de endereço encaminhada à Secretaria Competente do Ministério da Educação - MEC;

II - os avaliadores deverão realizar a visita no novo endereço, desde que no mesmo município, e informar o fato no relatório de avaliação; e

III - em caso de alteração de endereço para outro município, constatada in loco, a comissão avaliadora atribuirá os conceitos correspondentes à inexistência de verificação das condições de oferta.

Art. 10 Nos casos de pedidos para adiamento de visita de que trata o art. 17 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, a apresentação de calendário acadêmico da IES como comprovação de inviabilidade da realização de visita deverá ser acompanhado do documento que o aprovou.

§ 1º A IES deverá entrar em contato com o INEP assim que tiver ciência da impossibilidade da realização da visita e, particularmente no caso dos incisos II e III do art. 17, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do período programado para a visita, considerando a data de deslocamento da comissão avaliadora.

§ 2º Em caso de ausência do dirigente da instituição, do procurador institucional ou do coordenador de curso no período programado para a visita, de que trata o § 1º do art. 17, a IES deverá providenciar substituto para participar das reuniões e acompanhar a visita.

Art. 11 A avaliação da Comissão Avaliadora pela instituição visitada, de que trata o § 4º do art. 18 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018:

I - será realizada pelo Procurador Institucional - PI da IES; e

II - será disponibilizada a partir das 20 (vinte) horas (horário de Brasília), do último dia in loco no Sistema Eletrônico, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, sem possibilidade de prorrogação ou de reabertura do prazo.

Art. 12 O Relatório de Avaliação de que trata o art. 20 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, será elaborado e concluído pela comissão avaliadora em até 5 (cinco) dias após o dia do retorno dos avaliadores.

Parágrafo único. O relatório de avaliação somente será finalizado pela CGACGIES e disponibilizado para manifestação da Secretaria Competente do MEC e pela IES a partir do transcurso do prazo máximo previsto no caput.

Art. 13 O Conceito Institucional - CI e Conceito de Curso - CC de avaliação de que trata o § 2º do art. 20 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, serão calculados nos seguintes termos:

I - o Conceito Institucional Faixa - CIfaixa e o Conceito de Curso Faixa - CCfaixa serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, seguido de uma conversão (arredondamento) do resultado originalmente contínuo para um valor discreto variando de 1 (um) a 5 (cinco), conforme a escala dos instrumentos de avaliação externa; e

II - o Conceito Institucional Contínuo - CIcontínuo e o Conceito de Curso Contínuo - CCcontínuo serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, e o resultado será expresso em um valor contínuo com precisão de duas casas decimais.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO

Art. 14 As denúncias contra os avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - Sinaes e do Sistema de Avaliação de Escolas do Governo - Saeg de que trata o § 1º do art. 22 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA: se.ctaa@inep.gov.br.

Art. 15 A recapacitação de que trata o § 5º do art. 24 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, será considerada satisfatoriamente concluída quando atendidos os seguintes requisitos:

I - participação efetiva nas atividades propostas; e

II - aproveitamento mínimo determinado em cada recapacitação.

CAPÍTULO V

DOS AVALIADORES

Art. 16 A seleção para ingresso nos bancos de avaliadores prevista no art. 30 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, ocorrerá por meio de edital.

§ 1º Em caso de não atendimento da demanda por meio de edital, a DAES poderá utilizar outro mecanismo de seleção.

§ 2º A divulgação das inscrições para seleção conterá os procedimentos e os critérios pertinentes, conforme as características da demanda por avaliadores do fluxo de avaliação.

Art. 17 São considerados critérios gerais de permanência nos bancos de avaliadores:

I - a comprovação documental de vínculo ativo de docência;

II - a disponibilização anual de ao menos 10 (dez) períodos na agenda de disponibilidade do e-MEC;

III - o atendimento às convocações para a participação em formação continuada com cumprimento das atividades e das avaliações de aprendizagem propostas; e

IV - o cumprimento integral dos termos de Conduta Ética e de Ciência e Compromisso.

a) o docente aposentado de IES pública ou privada poderá permanecer no BASis, desde que comprovado o vínculo institucional;

b) constituirá insumo para a administração dos bancos de avaliadores:

1. a avaliação dos avaliadores, realizada pela IES após a visita;
2. a avaliação dos pares;
3. o número de aceites de designações;
4. as solicitações de substituição; e
5. denúncias.

Art. 18 A substituição de membros ou cancelamento da Comissão Avaliadora será realizada pelo INEP nos casos:

I - em que os custos necessários para o deslocamento estejam muito elevados, considerando os valores da taxa de avaliação, e não haja justificativa plausível para a emissão das passagens;

II - de pendências na prestação de contas do avaliador junto ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

III - em que o colaborador tenha atingido a quantidade máxima de diárias anuais estipuladas pelos órgãos competentes, nos termos do inciso II do art. 7º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012;

IV - de afastamento de servidor público para férias, tratamento de saúde, estudos ou outros, registrado no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - Siape;

V - de comprovada impossibilidade de participação do avaliador por questões de saúde;

VI - de conflito de interesses; e

VII - determinados pela CTAA.

a) os avaliadores que se enquadrarem na hipótese prevista no inciso III do caput serão afastados das atividades de avaliação ao atingirem o limite de diárias anuais, e retornarão no início do ano seguinte; e

b) os avaliadores que se enquadrarem na hipótese prevista no inciso VII do caput serão afastados temporariamente das atividades de avaliação, conforme cada caso.

Art. 19 As solicitações de substituição de avaliador por parte de IES serão objeto de análise pela Daes, e deverão ter como fundamento motivos de suspeição, de impedimento ou de conflito de interesses.

Art. 20 O desempenho individual no processo de capacitação de que trata o § 4º do art. 32 da Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, compreende:

I - participação efetiva nas atividades propostas;

II - demonstração do domínio sobre o instrumento de avaliação objeto da capacitação;

III - apropriação da legislação pertinente e dos aspectos teóricos relacionados; e

IV - realização das avaliações de aprendizagem com aproveitamento mínimo, conforme determinado em cada capacitação.

Art. 21 O período cadastral do avaliador no BASis terá duração de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Ao final de cada triênio, os cadastrados que não tenham sido capacitados serão excluídos, mantido o direito de nova inscrição durante o período cadastral seguinte.

Art. 22 Os avaliadores e os candidatos a avaliador deverão manter os dados cadastrais atualizados, incluindo número de celular e endereço eletrônico.

Parágrafo único. É de responsabilidade dos avaliadores e dos candidatos a avaliador verificar periodicamente a caixa de mensagens do Sistema e-MEC.

Art. 23 Fica revogada a Instrução Normativa nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

Art. 24 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 825, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201702309	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	AVENIDA AUGUSTO DOS ANJOS, 1915, UNIDADE ACADÊMICA SIQUEIRA, BONSUCESSO, FORTALEZA/CE
2	201702317	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU	SOCIEDADE EDUCACIONAL EDICE PORTELA LTDA	RUA MANUEL ARRUDA, 70, UNIDADE ACADÊMICA LAGOA DE MESSEJANA, MESSEJANA, FORTALEZA/CE
3	201607454	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	COLEGIO DOM BOSCO LTDA	AVENIDA COLARES MOREIRA, 443, DOM BOSCO, RENASCENÇA, SÃO LUÍS/MA
4	201713334	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	ESCOLA BRASILEIRA DE MEDICINA CHINESA	CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE FISIOTERAPIA, ACUPUNTURA E TERAPIAS ORIENTAIS	RUA VISCONDE DE PARNAÍBA, 2727, - DE 2203/2204 AO FIM, BRÁS, SÃO PAULO/SP
5	201701850	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	90 (noventa)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES
6	201701851	MARKETING (Tecnológico)	23 (vinte e três)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES

7	201712135	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	ESTÁCIO FASE - FACULDADE ESTÁCIO DE SERGIPE	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA TEIXEIRA DE FREITAS, 10, SALGADO FILHO, ARACAJU/SE
8	201702963	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	ESTÁCIO FIB - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA BAHIA	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA BARÃO DE COTEGIPE, S/N, CALÇADA - SUB-DISTRITO DE MARES, SALVADOR/BA
9	201606614	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
10	201607025	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAGUATINGA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	QUADRA QI 20, S/N, SETOR INDUSTRIAL (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
11	201819228	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAGUATINGA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	QUADRA QI 20, S/N, SETOR INDUSTRIAL (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF
12	201711859	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	RUA ALTINO SERBETO DE BARROS, 174, PITUBA, SALVADOR/BA
13	201712261	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE BOA VIAGEM	SEPA - SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA	RUA ORLANDO SOARES DE OLIVEIRA, 36, MIRAMAR, JOÃO PESSOA/PB
14	201712610	FARMÁCIA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE CAPIXABA DA SERRA	EMPRESA CAPIXABA DA SERRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 120, COLINA DE LARANJEIRAS, SERRA/ES
15	201712464	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA	EMPRESA CAPIXABA DE VILA VELHA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA SETE DE SETEMBRO, 173, FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA, CENTRO, VILA VELHA/ES
16	201702916	TEATRO (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE CESGRANRIO	FUNDACAO CESGRANRIO	RUA COSME VELHO, 155, - ATÉ 799 - LADO ÍMPAR, COSME VELHO, RIO DE JANEIRO/RJ
17	201700547	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, UNIDADE ITAJUBÁ, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
18	201700431	ENFERMAGEM (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE CGESP	CGESP-CENTRO GOIANO DE ENSINO, PESQUISA E POS-GRADUACAO LTDA - ME	AVENIDA A, 490, SETOR OESTE, GOIÂNIA/GO
19	201713176	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADE CIDADE VERDE	UNIAO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - EPP	AVENIDA ADVOGADO HORÁCIO RACCANELLO FILHO, 5950, SOBRELOJA, ZONA 07, MARINGÁ/PR
20	201609182	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAPARAÓ	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR LTDA	AV. JOSÉ ALEXANDRE, 721, CENTRO, GUAÇUÍ/ES
21	201702496	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DE CACOAL	SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CUIABÁ, 3087, JARDIM CLODOALDO, CACOAL/RO
22	201713056	GASTRONOMIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA PAULISTANA	INSTITUTO NACIONAL DE ESPECIALIZACAO, EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - INEEQ	RUA CORDEIRO DE SILVA, 165 - 185, PARADA DE TAIPAS, SÃO PAULO/SP
23	201713055	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA PAULISTANA	INSTITUTO NACIONAL DE ESPECIALIZACAO, EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - INEEQ	RUA CORDEIRO DE SILVA, 165 - 185, PARADA DE TAIPAS, SÃO PAULO/SP
24	201353209	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE CRUZEIRO	INSTITUTO VALE EDUCACAO	RUA DOS ANDRADAS, 1039, VILA BRASIL, CRUZEIRO/SP
25	201602792	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA S/S LTDA	RODOVIA FRANCISCO ALVES NEGRÃO (SP 258), KM 285, PILÃO D'ÁGUA, ITAPEVA/SP
26	201703453	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JARU	SOCIEDADE RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA	AVENIDA VEREADOR OTAVIANO PEREIRA NETO, S/N, GLEBA 53A, SETOR 02, JARU/RO
27	201703382	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JARU	SOCIEDADE RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA	AVENIDA VEREADOR OTAVIANO PEREIRA NETO, S/N, GLEBA 53A, SETOR 02, JARU/RO
28	201607843	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE VILHENA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE RONDONIA	RUA CLEBER MAFRA DE SOUZA, 8735, RESIDENCIAL ORLEANS, VILHENA/RO
29	201713203	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS SOUZA MARQUES	FUNDACAO TECNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	AVENIDA ERNANI CARDOSO, 335/345, CASCADURA, RIO DE JANEIRO/RJ
30	201808531	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE DEHONIANA	ASSOCIACAO DEHONIANA BRASIL MERIDIONAL	AVENIDA FRANCISCO BARRETO LEME, 550, VILA SÃO GERALDO, TAUBATÉ/SP
31	201808415	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE DE INDIARA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO E CULTURA INDIARA LTDA	GO 320, KM 5, FAZENDA ANDORINNHA, ZONA RURAL, INDIARA/GO
32	201713299	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	ORGANIZACAO TECNOLOGICA DE ENSINO LTDA	AVENIDA RANGEL PESTANA, 1105, - DE 501 AO FIM - LADO ÍMPAR, BRÁS, SÃO PAULO/SP
33	201713301	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	ORGANIZACAO TECNOLOGICA DE ENSINO LTDA	AVENIDA RANGEL PESTANA, 1105, - DE 501 AO FIM - LADO ÍMPAR, BRÁS, SÃO PAULO/SP
34	201506898	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DA BAHIA	FATEC -BA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DA BAHIA LTDA	RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 925 A, SANTA ISABEL, ALAGOINHAS/BA
35	201608498	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPIRITO SANTO - IESES	RODOVIA GUMERCINDO MOURA NUNES, 147, NOVO PARQUE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
36	201809347	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DO SUDESTE MINEIRO	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, 3180, LOJA 01, 02 E 03 DO ED. SAINT PIETRO, SÃO MATEUS, JUIZ DE FORA/MG
37	201808637	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC JUNDIAÍ	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA CORONEL BOAVENTURA MENDES PEREIRA, 211, VILA BOAVENTURA, JUNDIAÍ/SP
38	201808634	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC JUNDIAÍ	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA CORONEL BOAVENTURA MENDES PEREIRA, 211, VILA BOAVENTURA, JUNDIAÍ/SP
39	201808636	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC JUNDIAÍ	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA CORONEL BOAVENTURA MENDES PEREIRA, 211, VILA BOAVENTURA, JUNDIAÍ/SP
40	201711504	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
41	201711499	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
42	201711513	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
43	201711501	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
44	201712145	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, CRISTO REI, CURITIBA/PR
45	201712189	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE FLORIANÓPOLIS - ESTÁCIO FLORIANÓPOLIS	ASSESC-SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA LTDA	RODOVIA SC 401 KM 01, 407, KM 1, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
46	201712204	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 1760, - DE 1424 AO FIM - LADO PAR, VILA ROSA PIRES, CAMPO GRANDE/MS
47	201700364	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FUNORTE DE JANAÚBA	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA CODEVASF, 234, FACULDADE PROMOVE DE JANAÚBA, VILA SÃO VICENTE, JANAÚBA/MG
48	201808921	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
49	201608152	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	RUA ENGENHEIRO UDO DEEKE, 531, - LADO ÍMPAR, SALTO NORTE, BLUMENAU/SC
50	201709279	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MINAS GERAIS	CESMIG - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR MINAS GERAIS LTDA - ME	AVENIDA DO CONTORNO, 10185, PRADO, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA Nº 826, DE 23 DE NOVEMBRO 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201711850	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE JEQUIÉ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA FRANZ GEDEON, 485, - DE 326/327 A 1622/1623, JEQUIEZINHO, JEQUIÉ/BA
2	201809988	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE PLUS	INSTITUTO TEOLOGICO PADRE GIULIANO - ITEPAGI	AVENIDA FREI CIRILO, 4241, MESSEJANA, FORTALEZA/CE
3	201809132	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE PRESBITERIANA GAMMON	INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON	PRAÇA DOUTOR AUGUSTO SILVA, 616, CENTRO, LAVRAS/MG
4	201703225	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PROMOVE DE BELO HORIZONTE	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA DOS PAMPAS, 484, PRADO, BELO HORIZONTE/MG
5	201700437	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DO CEARÁ	VERA CLAUDINO EDUCACAO SUPERIOR LIMITADA - ME	RUA DOUTOR JOÃO PESSOA, 23, DOM QUINTINO, SÃO SEBASTIÃO, CENTRO, IGUATU/CE
6	201409739	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE TANGARÁ DA SERRA	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA VERGILIO FAVETTI, 1200, UNIDADE ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
7	201304065	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE SUL FLUMINENSE	INSTITUTO DE CULTURA TECNICA SOCIEDADE CIVIL LTDA	RUA ALBERTO RODRIGUES, 39, JARDIM AMÁLIA I, VOLTA REDONDA/RJ
8	201708948	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA SAVANAH	SOCIEDADE UNIVERSITARIA MILETO LTDA - EPP	RUA MAJOR FACUNDO, 403, CENTRO, FORTALEZA/CE
9	201702629	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU JABOATÃO	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES, 200, (CJ.RES.CURADO I) - ATÉ 1095/1096, CAVALEIRO, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
10	201700532	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA CORONEL CLEMENTINO COELHO, 714, ATRÁS DA BANCA, PETROLINA/PE
11	201604022	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	121 (cento e vinte e uma)	FACULDADE UNIRB - FEIRA DE SANTANA	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SN, UNIRB FEIRA DE SANTANA, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
12	201608481	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - MOSSORÓ	SOCIEDADE EDUCACIONAL MATER CHRISTI LTDA	AVENIDA FRANCISCO MOTA, 3310, UNIRB MOSSORO NOVA SEDE, PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN
13	201711411	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - PIAUÍ	COMPLEXO EDUCACIONAL MILLENIUM LTDA - ME	RUA SÃO PEDRO, 880, CENTRO, TERESINA/PI
14	201711464	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SANTOS DUMONT, 724, JUNDIAÍ, ANÁPOLIS/GO
15	201703098	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE WALDIR FILHO	ALVES DE MELO E MELO LTDA	RUA LIBÉRCIA GONÇALVES DE MORAES, S/N, 1º ANDAR, SALA 02, VILA ANTÔNIO HUMBERTO DE MORAES, LAGO DA PEDRA/MA
16	201808516	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTÔNIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULÁLIA, TAUBATÉ/SP
17	201712337	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	SOBERANA FACULDADE DE SAÚDE DE PETROLINA	SOBERANA FACULDADE DE SAUDE DE PETROLINA LTDA - EPP	AVENIDA CORONEL ANTÔNIO HONORATO VIANA, S/N, GERCINO COELHO, PETROLINA/PE
18	201700524	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP

PORTARIA Nº 827, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e n° 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017,e n° 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, , resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto n° 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713325	HISTÓRIA (Licenciatura)	750 (setecentas e cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, PESQUISA E GESTÃO	SOCIEDADE DE EDUCACAO, CULTURA E TECNOLOGIA SAO FIDELIS LTDA - EPP	SOCIEDADE DE EDUCACAO, CULTURA E TECNOLOGIA SAO FIDELIS LTDA - EPP (CNPJ: 10158686000105)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 214, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 208/2017, de 06 de novembro de 2017; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 008/2018-PROGESP, publicado no DOU nº 065, de 05 de abril de 2018; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso de Provas e Títulos para a Classe de Professor de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, realizado pela Universidade Federal do rio Grande do Norte - UFRN.

ESCOLA DE MÚSICA DA UFRN						
Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
ESCOLA DE MÚSICA	Sonorização e Gravação (23077.060161/2018-00)	DI.1/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	ALEXANDRE VIRGINELLI MAIORINO	9,20
	Saxofone (23077.058748/2018-41)	DI.1/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	PAULO ROBERTO DA SILVA	8,74
	Teoria da Música e Educação à Distância - EAD (23077.067332/2018-13)	DI.1/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	JÚLIO CÉSAR DE MELO COLABARDINI	7,94

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 215, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 208/2017, de 06 de novembro de 2017; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 035/2017-PROGESP, publicado no DOU nº 215, de 09 de novembro de 2017; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.069406/2018-56, resolve:

Art. 1º Homologar, à unanimidade de votos, o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Edital no 035/2017-PROGESP, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE área de Fisioterapia em Reumatologia e Atenção Primária, da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FACISA, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

MÉDIA	
1 º lugar: CLÉCIO GABRIEL DE SOUZA	7,6 9
2º lugar: Eleazar Marinho de Freitas Lucena	7,62

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 216, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 208/2017, de 06 de novembro de 2017; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 010/2018-PROGESP, publicado no DOU nº 87, de 08 de maio de 2018; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.065819/2018-61, resolve:

Art. 1º Homologar, à unanimidade de votos, o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Edital no 010/2018-PROGESP, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE área de Mecânica de Fluidos, da Escola de Ciências e Tecnologia - EC&T, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

	MÉDIA
1º lugar: CAMILA PACELLY BRANDÃO DE ARAÚJO	7,68

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 761, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.059375/2017-95 e do item 14.1 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 07 de março de 2019, o prazo de validade do concurso público do , do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, campo de conhecimento: Museologia/Gestão Cultural, objeto do Edital n° 106/2017/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017, e homologado pela Portaria n° 174/2018/DDP, publicada no Diário Oficial da União de 07 de março de 2018.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 765, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.019035/2018-11, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Civil, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Construção Civil/Instalações Prediais
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 01 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ANA PAULA MELO	9,22
2º	ANA KELLY MARINOSKI RIBEIRO	8,60
3º	RICARDO FORGIARINI RUPP	8,59
4º	CARINA MARIANE STOLZ	8,24

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo no: 16302.000038/2014-21
Interessado: THN FABRICAÇÃO DE AUTO PEÇAS BRASIL S.A
Assunto: Pedido de Reconsideração em PAR

DESPACHO: Aprovo o Parecer SEI nº 127/2018/COJED/PGACA/PGFN-MF e adoto os seus fundamentos para indeferir o Pedido de Reconsideração formulado, mantendo, por consequência, a decisão que aplicou a sanção de multa no valor de R$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais) e de publicação extraordinária da decisão condenatória.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Ministra
Substituta

BANCO DO BRASIL S/A

BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2018

Em vinte de abril de dois mil e dezoito, às nove horas, no Setor de Autarquias Norte, quadra 5, lote B, 16º andar, torre norte, Asa Norte - Brasília (DF), sob a Presidência do Sr. Reinaldo Kazufumi Yokoyama, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. (NIRE: 53300007322 e CNPJ: 06043050/0001-32), com participação dos Conselheiros Moisés de Sousa Carvalho Pereira e Bruno Nunes Sad. Ausente, por motivo justificado, Alexandre Alves de Souza. Participaram, também, os Srs. João Marques do Vale e Paulo Ivan Rabelo da BB Consórcios. Fizeram-se presentes à reunião os Srs., Antonio Carlos Correia, Luiz Serafim Spinola Santos e Marcos Tadeu de Siqueira, do Comitê de Auditoria e Vilmar Gongora do Comite de Riscos e de Capital. O Conselho de Administração: 1. aprovou: a) a eleição dos membros, a seguir qualificados, para comporem a Diretoria Executiva da BB Administradora de Consórcios S.A., para o mandato 2018/2020, esclarecendo que os indicados atendem às exigências estatutárias e os requisitos do Decreto n° 8.945, de 27.12.2016, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei n° 13.303, de 30.06.2016 : Diretor-Presidente - Alexandre Luís dos Santos, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 442.888.169-04, portador da Carteira de Identidade nº 2895050, expedida em 26.04.2007 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor de Autarquias Norte, quadra 5, lote B, 1° andar, torre sul, Asa Norte - Brasília (DF). Diretor-Executivo - João Marques do Vale, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.291.488-62, portador da Carteira de Identidade nº 17523798-0, expedida em 23.03.1995 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, quadra 5, lote B, 1° andar, torre sul, Asa Norte - Brasília (DF). Diretor-Executivo - Paulo Ivan Rabelo, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 783.891.006-49, portador da Carteira de Identidade nº MG 6410141, expedida em 09.08.2013 pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Endereço: Setor de Autarquias Norte, quadra 5, lote B, 1° andar, torre sul, Asa Norte - Brasília (DF). (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Ass.) André Luiz Valença da Cruz, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Ass.) Reinaldo Kazufumi Yokoyama, Bruno Nunes Sad e Moisés de Sousa Carvalho Pereira. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITO DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 01, FOLHA 96 a 98. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 3.395.644-2 - Flávio Henrique S. de Campos - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 08.11.2018 sob o número 20181113261 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 6/2012

Acusados: Aristides Campos Jannini
Arthur Camarinha
Banco Mizuho do Brasil S.A.
BMC Asset Management DTVM Ltda.
Carlos Alberto de Oliveira Ribeiro
Cézar Sassoun
Dario Graziato Tanure
David Jesus Gil Fernandez
Eduardo Cosentino da Cunha
Flávio Mário Machado dos Santos
Francisco José Magliocca
Francisco José Rodriguez Lunardi
Geraldo Climério Pinheiro
Guilherme Simões de Moraes
Infinity Asset Management Administração de Recursos Ltda.
Infinity CCTVM S.A.
Jorge Gurgel Fernandes Neto
José Carlos Batista
José Carlos Romero Rodrigues
José Oswaldo Morales Junior
Júlio Manoel Villariço de Moura
Laeco Asset Management Ltda.
Lauro José Senra de Gouvêa
Lúcio Bolonha Funaro
Mais Asset Management Ltda.
Marcos Cesar de Cássio Lima
Mercatto Gestão de Recursos Ltda.
Morris Safdié
Norival Wedekin
Paulo Alves Martins
Paulo Roberto da Veiga Cardozo Monteiro
Pavarini e Ópice Gestão de Ativos Ltda.
Renato Ópice Sobrinho
Sergio Guaraciaba Martins Reinas
Stockolos Avendis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda.
Teletrust de Recebíveis S.A.
Walmir Cândido da Silva

Ementa: Práticas não equitativas no mercado de valores mobiliários. Infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79. Criação de condições artificiais de demanda no mercado de valores mobiliários. Infração ao item I, c/c o item II, 'a', da Instrução CVM nº 08/79. Falta de diligência na gestão da carteira e na administração dos fundos exclusivos da Prece. Infração ao art. 2º, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Anexo à Circular-Bacen/nº 2.616/95, ao art. 65, inciso XV, da Instrução CVM nº 409/04 e ao art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99. Falta de diligência dos diretores responsáveis junto às corretoras. Infração ao art. 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 387/03. Preliminares de extinção de punibilidade, prescrição, bis in idem, utilização de prova compartilhada por juízo criminal, inaplicabilidade da Instrução CVM nº 306/99, inépcia da acusação, cerceamento de defesa, existência de vícios processuais e ilegitimidade passiva. Absolvições,Multas, Inabilitação e Suspensão temporárias.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

Preliminarmente: (i) pela extinção de punibilidade em relação ao acusado Geraldo Climério Pinheiro da imputação de suposta infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do art. 2º do Regulamento Anexo à Circular/Bacen/Nº 2.616/95, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal; (ii) Acolher a preliminar suscitada por Renato Ópice Sobrinho e Pavarini e Ópice Gestão de Ativos Ltda., em razão da celebração de Termo de Compromisso no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 13/05 e, por conseguinte, pela extinção do processo sem resolução do mérito em relação a estes acusados; (iii) Rejeitar as demais arguições suscitadas pelos acusados.

No mérito, com fulcro no art. 11 da Lei nº 6.385/76:

1. Absolver a Laeco Asset Management Ltda., na qualidade de gestora da carteira do Fundo Roland Garros, da acusação de violação ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

1.1. Aplicar à Laeco Asset Management Ltda. a penalidade de multa pecuniária de R$ 1.138.868,38, correspondente a três vezes o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome, por intermédio da G.C.M.F. Ltda., em que restou configurada a realização de práticas não equitativas.

1.2. Aplicar à Laeco Asset Management Ltda., na qualidade de gestora da carteira do Fundo Roland Garros, a penalidade de multa pecuniária de R$ 350.000,00, por infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen/nº 2.616/95.

2. Absolver Morris Safdié, na qualidade de diretor responsável da Laeco Asset Management Ltda., da acusação de infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

2.1. Aplicar ao acusado Morris Safdié, na qualidade de diretor responsável da Laeco Asset Management Ltda., a penalidade de multa pecuniária de R$175.000,00, por infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do art. 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen/nº 2.616/95; e

2.2. Aplicar ao acusado Morris Safdié a penalidade de multa pecuniária de R$ 6.189.826,05, correspondente a três vezes o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome, por intermédio da corretora G.C.M.F. Ltda., em que restou configurada a realização de práticas não equitativas.

3. Aplicar à Infinity CCTVM S.A., na qualidade de administradora dos Fundos Monte Carlo e Quality Capof, a penalidade de suspensão, pelo prazo de 10 anos, do registro para prestação do serviço de administração de carteira de valores mobiliários, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios intermediados pelas corretoras T.C.V. e L.L. em nome desses Fundos, em que restou configurada a realização de práticas não equitativas; e

3.1. Absolver a Infinity CCTVM S.A., na qualidade de administradora dos Fundos exclusivos da Prece, da acusação de infração à Circular-Bacen/nº 2.616/95, que vigorou até 21.11.04, e à Instrução CVM nº 409/04, art. 65, XV, vigente após a citada data.

4. Absolver a Infinity Asset Management Administração de Recursos Ltda., na qualidade de gestora da carteira dos Fundos Monte Carlo e Quality Capof, da acusação de infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios intermediados pelas corretoras T.C.V. e L.L., em nome desses fundos.

5. Aplicar ao acusado David Jesus Gil Fernandez a penalidade de multa pecuniária de R$ 26.253.960,07, correspondente a três vezes o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome, intermediados pela Quality Administradora e executados pela L.L. e pela T.C.V., em que restou configurada a realização de práticas não equitativas.

5.1. Absolver David Jesus Gil Fernandez, na qualidade de responsável junto à Quality Administradora e à Quality Asset pela administração e gestão do Fundo Quality Capof, da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

5.2. Absolver David Jesus Gil Fernandez, na qualidade de responsável junto à Quality Administradora, entre 29.04.05 e 31.03.06, da acusação de infração ao disposto no art. 65, XV, da Instrução CVM nº 409/04.

6. Aplicar ao acusado Marcos Cesar de Cássio Lima a penalidade de multa pecuniária de R$ 17.743.949,11, correspondente a três vezes o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome e executados pela T.C.V., em que restou configurada a realização de práticas não equitativas.

6.1. Absolver Marcos Cesar de Cássio Lima, na qualidade de responsável junto à Quality Administradora e à Quality Asset pela administração e gestão dos Fundos Quality Capof e Monte Carlo, da acusação de infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

6.2. Absolver Marcos Cesar de Cássio Lima, na qualidade de responsável junto à Quality Administradora pela administração dos fundos exclusivos da Prece, da acusação de suposta infração à Circular-Bacen/nº 2.616/95, que vigorou até 21.11.04, e à Instrução CVM nº 409/04, art. 65, XV, vigente após a citada data.

7. Absolver Flávio Mário Machado dos Santos da acusação de infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

8. Absolver Lauro José Senra de Gouvêa, na qualidade de sócio administrador e responsável pelos negócios da Quantia, da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

9. Absolver a BMC Asset Management DTVM Ltda. da acusação de suposta infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen nº 2.616/95.

10. Absolver Norival Wedekin, na qualidade de diretor responsável junto à BMC Asset Management DTVM Ltda. da acusação de infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen nº 2.616/95.

11. Aplicar ao acusado Eduardo Cosentino da Cunha a penalidade de multa pecuniária de R$ 5.014.396,46, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter anuído e se beneficiado de negócios realizados em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas.

12. Aplicar ao acusado Lúcio Bolonha Funaro a penalidade de multa pecuniária de R$ 3.893.102,81, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou configurada a realização de práticas não equitativas.

12.1. Absolver Lúcio Bolonha Funaro, na qualidade de sócio da Stockolos Avendis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda., da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

13. Aplicar a Sergio Guaraciaba Martins Reinas:

13.1. A penalidade de multa pecuniária de R$ 104.138.367,63, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, em razão dos negócios realizados em seu nome, em nome da Allegro Corretora de Valores em nome da Global Trend, todos intermediados pela Laeta, em que restou configurada a realização de prática não equitativa; e

13.2. A penalidade de multa pecuniária de R$ 2.363.970,77, correspondente a 40% das operações irregulares realizadas em nome da Global Trend, por intermédio da Laeta, atualizadas pelo IPC-A, em que restou configurada a criação de condições artificiais de demanda, em infração ao item I, c/c o item II, alínea 'a', da Instrução CVM nº 08/79.

13.3. Absolver Sergio Guaraciaba Martins Reinas:

13.3.1. Da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter realizado negócios em nome da Global Trend, intermediados pela Novação, no período de 19.02 a 23.04.04; e

13.3.2. Da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter realizado negócios em nome da Global Trend, intermediados pela Novinvest.

14. Aplicar a José Carlos Batista a penalidade de multa pecuniária de R$ 3.068.566,37, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter anuído e se beneficiado de negócios realizados em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas.

15. Absolver Arthur Camarinha da acusação de infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

16. Aplicar a José Carlos Romero Rodrigues a penalidade de multa pecuniária de R$ 5.407.665,60, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter anuído e se beneficiado de negócios realizados em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas.

17. Aplicar a Francisco José Rodriguez Lunardi:

17.1. A penalidade de multa pecuniária de R$ 265.525,88, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter realizado negócios em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas; e

17.2. A penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 500.000,00 por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter realizado negócios em nome de Francisco José Magliocca, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas.

18. Absolver Francisco José Magliocca da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

19. Aplicar a Guilherme Simões de Moraes a penalidade de multa pecuniária de R$ 829.770,62, correspondente a duas vezes e meia o valor dos ganhos obtidos, atualizado pelo IPC-A, por infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79, por ter anuído e se beneficiado de negócios realizados em seu nome, intermediados pela Laeta, em que restou caracterizada a realização de práticas não equitativas.

20. Absolver a Teletrust de Recebíveis S.A. da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'a', da Instrução CVM nº 08/79.

21. Aplicar a Jorge Gurgel Fernandes Neto, na qualidade de acionista controlador, diretor e responsável pela Teletrust de Recebíveis S.A., a penalidade de multa pecuniária de R$ 4.900.123,17, correspondente a 40% das operações irregulares realizadas em nome da Teletrust, atualizadas pelo IPC-A, em que restou configurada a criação de condições artificiais de demanda no mercado de valores mobiliários, em infração ao item I, c/c o item II, alínea 'a', da Instrução CVM nº 08/79.

22. Aplicar à Mercatto Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de gestora da carteira do Fundo Stuttgart, a penalidade de multa pecuniária de R$ 350.000,00, por infração ao art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99.

23. Absolver Paulo Roberto da Veiga Cardozo Monteiro, na qualidade de diretor responsável da Mercatto Gestão de Recursos Ltda., da acusação de suposta infração ao art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99, uma vez que os atos irregulares foram realizados durante a vigência da Instrução CVM nº 306/99, que não previa regra específica sobre "diretor responsável".

24. Aplicar ao Banco WestLB do Brasil S.A., na qualidade de gestor da carteiras dos Fundos Stuttgart e Flushing Meadow, a penalidade de multa pecuniária de R$ 500.000,00, por infração ao (i) art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99; (ii) disposto no inciso II do parágrafo único do art. 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen/nº 2.616/95, para os negócios do Flushing Meadow realizados até 21.11.04; e (iii) disposto no inciso IX do art. 65 da Instrução CVM nº 409/04, para os negócios do Flushing Meadow realizados entre 22.11.04 e 14.03.05.

25. Aplicar a Aristides Campos Jannini, na qualidade de diretor responsável junto ao Banco WestLB, a penalidade de multa pecuniária de R$ 250.000,00, por infração ao disposto no inciso II do parágrafo único do art. 2º do Regulamento Anexo à Circular-Bacen/nº 2.616/95 para os negócios do Flushing Meadow realizados até 21.11.04; e no inciso IX do art. 65 da Instrução CVM nº 409/04, para os negócios do Flushing Meadow realizados entre 22.11.04 e 14.03.05.

26. Aplicar a Cézar Sassoun, na qualidade de diretor responsável pela Instrução CVM nº 387/03 na Laeta, a penalidade de inabilitação, pelo período de seis anos, para o exercício de cargo de administrador de entidade do sistema de distribuição, por agir com falta de diligência ao permitir a existência de um ambiente propício para ocorrência de práticas não equitativas no mercado de valores mobiliários em negócios realizadas no âmbito da BM&F, em infração ao art. 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 387/03.

27. Absolver Júlio Manoel Villariço de Moura da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

28. Absolver Carlos Alberto Ribeiro de Oliveira, na qualidade de diretor responsável pela Instrução CVM nº 387/03 junto à Novação, da acusação de suposta infração ao art. 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 387/03.

29. Absolver Paulo Alves Martins, na qualidade de gerente de investimento da Prece Previdência Complementar, da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

30. Aplicar à Mais Asset Management Ltda., atual denominação da Ideal Asset Management Ltda., na qualidade de gestora da carteira do Hamburg, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 350.000,00, por infração ao art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99.

31. Absolver Walmir Cândido da Silva, na qualidade de diretor responsável junto à Mais Asset Management Ltda., da acusação de suposta infração ao art. 14, item II, da Instrução CVM nº 306/99, uma vez que os atos irregulares foram realizados durante a vigência da Instrução CVM nº 306/99, que não previa regra específica sobre "diretor responsável".

32. Absolver José Oswaldo Morales Junior, na qualidade de diretor responsável pela Instrução CVM nº 387/03 junto à Novinvest, da acusação de suposta infração ao art. 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 387/03;

33. Absolver a Stockolos Avendis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda. da acusação de suposta infração ao item I, c/c o item II, alínea 'd', da Instrução CVM nº 08/79.

34. Absolver Dario Graziato Tanure, na qualidade de diretor responsável pela Instrução CVM nº 387/03 junto à Ativa, da acusação de infração ao art. 4º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 387/03.

O Colegiado deliberou, ainda, pela comunicação do resultado do julgamento (i) à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SPS/Nº 33/2018; (ii) à PREVIC, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº 41/2015); e (iii) à Procuradoria Geral da República no Estado de São Paulo, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº43/2015, para as providências que julgarem cabíveis no âmbito de suas respectivas competências.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 229 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

Por força do disposto na Lei nº 13.506/2017, aqueles acusados punidos com as penalidades de inabilitação e de suspensão temporárias têm um prazo de 10 dias, contados da data da ciência das respectivas decisões, para requerer efeito suspensivo ao Colegiado da CVM.

Presentes os advogados: (i) Antonio Carlos Verzola, representante da BMC Asset Management DTVM Ltda.; (ii) Carlos Augusto Junqueira, representante dos acusados Laeco Asset Management Ltda. e Morris Safdié; (iii) Carlos Motta, representante do Banco Mizuho do Brasil S.A. (ex-Banco WestLB do Brasil S.A.); (iv) Carlos Tadeu Carvalho Azevedo, representando Dario Graziato Tanure; (v) Dominique Amaral, representando Norival Wedekin; (vi) Guilherme Cardoso Leite, representando Eduardo Cosentino da Cunha; (vii) João Acioly, representando Flavio Mario Machado dos Santos; (viii) Luis Hermano Spalding, representante da Mercatto Capital Partners Ltda. (ex-Mercatto Gestão de Recursos Ltda.); (ix) Maria Isabel Bocater, representando Renato Ópice Sobrinho e Pavarini e Ópice Gestão de Ativos Ltda.; e (x) Rodrigo Bittencourt, representando Lúcio Bolonha Funaro e Stocklos Avendis EB Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C Ltda.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Borba, Relator, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Os Diretores Gustavo Machado Gonzalez e Pablo Renteria declararam-se impedidos de participar da Sessão de Julgamento.

Rio de Janeiro-RJ, 20 de agosto de 2018.
GUSTAVO BORBA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 16.724 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ENTERCAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA, CNPJ 30.554.317, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.725 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PAULO RENATO FRANCO DE MEDEIROS, CPF nº 262.460.400-63, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.726 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, por decisão administrativa, a autorização concedida a ADOLPHO OLIVEIRA & ASSOCIADOS CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S/A, CNPJ nº 35.937.283, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.727 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a HEURIS ADMINISTRADORA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 24.234.053, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.728 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a TABOAÇO, NIECKELE E FONSECA PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.074.511, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.729 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a TORO INVESTIMENTOS SA., CNPJ nº 12.455.479, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.730 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LIBERTAS E ASSOCIADOS LTDA, CNPJ nº 04.820.885, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.731 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MONEYPLAN CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 12.749.542, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.732 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a SANTA FÉ PORTFOLIOS LTDA, CNPJ nº 44.079.192, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.733 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO, CPF nº 033.879.848-04, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.734 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUCA DE ROSSI STROETER, CPF nº 403.919.458-66, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.735 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PEDRO MIGUEL DA GRAÇA FRAGOSO PIRES, CPF nº 235.888.418-90, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTOS - 420ª SESSÃO
A SER REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A ser realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H.

1. Recurso 13.410 (processo eletrônico 10372.000025/2016-12) - CVM IA-2009-11 - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrida: Hoopika Investments LLC. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Advogada: Luciana Pereira Costa - OAB/SP 230.811.

2. Recurso 14.095 (processo eletrônico 10372.000490/2016-45) - CVM RJ2013/8695 - Recorrentes: Ivan Pellegatti, Jarbas Antonio Guedes de Aguiar, José João Mickael Moyses Cambareri, Maria Cecília Annes Dias Barreto, Raphael José de Oliveira Barreto Neto, Rosa Maria Annes Dias Barreto, Ruy Barreto e Ruy Barreto Filho. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Advogada: Luciene Brandão - OAB/SP 118.258, Maria Isabel do Prado Bocater - OAB/RJ 28.559 e Sergio Ferraz - OAB/RJ 10.217.

3. Recurso 14.167 (processo eletrônico 10372.000298/2016-59) - BCB 1201569416 - Recorrentes: Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda. (Centralcredi), Alcides Zirondi Primo, Antônio Carlos de Azevedo, Argemiro Caldeira da Silva, Augusto Cesar Bianchini, Dorival Ferle, Elton Pereira de Oliveira, Gilberto Borgio, Gilmar Luiz Odorisi, Ilson Braghin, Jefferson Luiz Przybsz, Jesse Brigido Machado, José Manoel Jorge, Milton Crevelaro, Roberto Luiz Vicari, Rogério Barbosa Menezes, Tadashi Hattori, Urbano Machado dos Santos, Vanderlei Bonfante, Volmir Dionísio Rodegheri, Vornei Bernardes da Costa e Wander Antonio Guaitolini. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: João Batista de Moraes. Advogados: Amílcar Barca Teixeira Júnior - OAB/DF 10.328 e Marília Ferraz Teixeira - OAB/DF 37.623.

4. Recurso 14.177 (processo eletrônico 10372.000470/2016-74) - CVM 04/2013 - Recorrentes: Marco Aurélio Kühner de Oliveira Filho e Paulo Fernando Marcondes Ferraz. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: João Batista de Moraes. Advogado: João Carlos de Andrade Uzêda Accioly - OAB/RJ 152.983. Julgamento convertido em diligência na 403ª sessão.

5. Recurso 14.227 (processo eletrônico 10372.000472/2016-63) - CVM 04/2012 - I - Recorrente: Banco Rural Mais S.A. (sucessor do Banco Sul América S.A.) - em liquidação extrajudicial. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorrido: Banco Rural Mais S.A. (sucessor do Banco Sul América S.A.) - em liquidação extrajudicial. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogada: Daniella Maria Neves Reali Fragoso - OAB/SP 147.277.

6. Recurso 14.260 (processo eletrônico 10372.000210/2016-07) - CVM RJ2013/9904 - Recorrente: Héquel Pampuri Osório. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: João Batista de Moraes.

7. Recurso 14.269 (processo eletrônico 10372.000226/2016-10) - BCB 1301585482 - Recorrentes: Iderol Administradora de Consórcio Ltda., Arlindo José Rossetti e Vasco Antônio Rossetti. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Advogado: Carlos Pereira Monteiro - OAB/SP 256.851.

8. Recurso 14.335 (processo eletrônico 10372.000365/2016-35) - CVM SP2012/402 - Recorrente: Leandro Tadeu Silvestrini Junior. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: João Batista de Moraes. Advogado: Adriano Tadeu Silvestrini - OAB/SP 260.895.

9. Recurso 14.337 (processo eletrônico 10372.000260/2016-86) - BCB 1201568303 - Recorrentes: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Águas de Chapecó - Cresol Águas de Chapecó, Antonio Peretto, Arlindo Mees, Armando Ignacio Franken, Arnoldo Schmitz, Dirceu Krindges, Jesuino Centenaro, Mauri Metzdorf, Mauri Piccinini, Ottmar Boettcher, Pedro Hubler, Ronivon Gazzola e Rudi Antonio Braghini. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Advogado: Aldair Rosseto Junior - OAB/SC 35.791.

10. Recurso 14.401 (processo eletrônico 10372.000320/2016-61) - BCB 1401592592 - Recorrentes: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Vales do Itajaí e Itapocu, do Litoral de Santa Catarina e Litoral do Paraná - Sicoob Blucredi Sul (incorporadora da Coopercred), Adilson José Andrzejewski, Ana Maria Bristot de Almeida, Aparecida Ribeiro Caetano, José Marcos de Souza, Katia Luiza de Andrade Bresciani, Luiz Carlos Vieira, Maria Teresa Soares, Rita de Cassia Rigobelo Matta e Solange Riba Pietschmann. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos. Advogado: Rodrigo Portes Bornemann e Corrêa - OAB/PR 31.182.

11. Recurso 14.449 (processo eletrônico 10372.000445/2016-91) - Embargos de declaração - Embargante: Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos Advogado: Luiz Antonio de Sampaio Campos - OAB/RJ 75.714.

12. Processo eletrônico 10372.000122/2017-88 - CVM SP2012/374 - Recorrentes: SOCOPA-Sociedade Corretora Paulista S.A., Álvaro Augusto de Freitas Vidigal, Fernando Borges Pinto e Marcelo Rocha Uva. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: João Batista de Moraes. Advogados: Eduardo Telles Pereira - OAB/SP 21.832, Luiz Alfredo Ribeiro da Silva Paulin - OAB/SP 68.646, Maria Isabel do Prado Bocater - OAB/RJ 28.559 e Rafael Santiago Salles - OAB/RJ 106.925.

13. Processo eletrônico 10372.000125/2017-11 - CVM RJ2013/6183 - Recorrentes: Eloir Cogliatti, Flávio José Couri e Ricardo de Barros Vieira. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Ana Maria Imbiriba. Advogados: Ademar Cypriano Barbosa - OAB/DF 1.760, Luiz Alfredo Ribeiro da Silva Paulin - OAB/SP 68.646 e Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ 38.730.

14. Processo eletrônico 10372.100137/2017-45 - CVM RJ2014/591 - Recorrentes: Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares, Celina Corrêa Peixoto de Castro Palhares, César Augusto Peixoto de Castro Palhares, Eloisa Maria Peixoto Palhares, Emílio Salgado Filho, Espólio de Maria Cândida Peixoto de Castro Palhares, Gilda Maria Peixoto Palhares, Heitor Peixoto de Castro Palhares, João Carlos Peixoto de Castro Palhares, Jorge Paulo Peixoto de Castro Palhares, Luiz Fernando Cirne Lima, Maria Helena Palhares Salgado, Paulo César Peixoto de Castro Palhares, Paulo César Peixoto de Castro Palhares Filho e Zélia Maria Peixoto de Castro Palhares. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Thiago Paiva Chaves. Advogados: André Cantidiano - OAB/RJ 95.757 e René Mostardeiro Brunet - OAB/RJ 142.153.

15. Processo eletrônico 10372.100278/2017-68 - SUSEP 15414.615460/2017-07 - Recorrente: Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogado: João Marcelo Barros Leal Montenegro Carvalho - OAB/DF 53.270. Julgamento adiado por pedido de vistas da Conselheira Presidente Ana Maria Melo Netto Oliveira na 411ª sessão.

16. Processo eletrônico 10372.100292/2017-61 - Embargos de declaração - Embargantes: Frank Zietolie e Juvenil Antônio Zietolie. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogado: Nelson Laks Eizirik - OAB/RJ 38.730.

17. Processo eletrônico 10372.100076/2018-05 - COAF 11893.000086/2014-93 - Recorrentes: Automiami Comercial Ltda.-EPP, João Jorge Chamlian, Renato José Chamlian e Silvio Roberto Anspach Júnior. Recorrido: Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogado: Alexandre Freire de Alarcão - OAB/DF 36.489.

18. Processo eletrônico 10372.100095/2018-23 - BCB 105658 - Recorrente: Marilena Kyrillos Fairbanks Barbosa. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Sérgio Cipriano dos Santos.

19. Processo eletrônico 10372.100273/2018-16 - CVM RJ2015/6280 - Recorrentes: Celina Miranda Staub, Eugênio Emílio Staub, Moris Arditti e Ricardo Emilie Staub. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado. Advogado: Leonardo Lima Cordeiro - OAB/SP 221.676.

20. Processo eletrônico 10372.100287/2018-30 - BCB 110447 - Recorrente: Brasdril Sociedade de Perfurações Ltda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Waldir Quintiliano da Silva. Advogada: Rachel Delvecchio da Cunha - OAB/RJ 188.477.

21. Processo eletrônico 10372.100295/2018-86 - CVM RJ2014/13353 - Recorrentes: Zhepar Participações Ltda. e Michael Lenn Ceitlin. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Waldir Quintiliano da Silva. Advogado: Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445.

22. Processo eletrônico 10372.100299/2018-64 - CVM RJ2014/7072 - Recorrentes: Adrian Monge Jara, Atilano de Oms Sobrinho, Camille Curi, Carlos Alberto Del Claro Gloger, Di Marco Pozzo, Irajá Galliano Andrade, Jauneval de Oms, José Higino Buczenko, Marcelo Alves Varejão, Marco Antônio Bernardi, Pedro Adolpho Luiz Caldeira e Valdir Lima Carreiro. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado. Advogado: Pedro da Silva Machado - OAB/RJ 86.278.

23. Processo eletrônico 10372.100354/2018-16 - BCB 109425 - Recorrente: Numa Freire de Magalhães. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Waldir Quintiliano da Silva. Advogado: André Garcez Oliveira Hazan da Fonseca - OAB/RJ 180.335.

24. Processo eletrônico 10372.100355/2018-61 - BCB 126442 - Recorrente: Numa Freire de Magalhães. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Waldir Quintiliano da Silva. Advogado: André Garcez Oliveira Hazan da Fonseca - OAB/RJ 180.335.

a) Total de Recursos: 24 (vinte e quatro).

b) ADITAMENTOS/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o disposto no § 3º do art. 22 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSFN na página "Serviços>Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSFN serão considerados na ordem de julgamento.

e) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços>Envio de Memorial" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/envio-memorial).

f) ACESSO À SESSÃO - O acesso ao auditório Dênio Nogueira será liberado para advogados e audientes a partir de 13 horas.

Brasília - DF, 26 de novembro de 2018.
FERNANDO LIMA PEREIRA DUTRA
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

DESPACHO Nº 143, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas depositaram nesta Secretaria Executiva os laudos de análise funcional, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Rascode Eireli ME Rua Karl Schwartz, 110, Centro Benedito Novo/SC CEP: 89.124-000	28.676.581/0001-03	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FVC0112018 Nome: METASIS Versão: 6.0 Código MD5: 6f084e0e5c31564276b09084d8fdb68e Caixa Data do término da análise: 26/10/2018

b) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sisven Desenvolvimento e Comercio de Softwares e Aplicativos Ltda Rua Ormelio Gonçalves, 93, Centro Barra Velha/SC CEP: 88.390-000	04.588.039/0001-22	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0492018 Nome: Sisven Versão: 3.5 Código MD5: ac0874d4f6898a641cc6a484fa12e58c Sisven Data do término da análise: 19/11/2018

c) Instituto Filadélfia de Londrina - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MKJ Importação e Comercio Ltda Rua Heriberto Hulse, 1143, Barreiros São Jose/SC CEP: 88.110-010	03.403.405/0001-69	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0262018 Nome: VND Versão: 4.03 Código MD5: 6b395c1c6d0be3e11d174254ccd9ff01 Data do término da análise: 07/11/2018

d) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
G3 Sistemas de Informática Ltda Rua Lauro Muller, 220, Sala 01, Centro Palmitos/SC CEP: 89.887-000	09.292.550/0001-04	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3052018 Nome: G3PDV Versão: 2.3.0 Código MD5: 3841BB02D788905E4398FC1188AE2B83 Data do término da análise: 23/11/2018

II - Constatado "não conformidade":

a) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Plano Sistemas Ltda Avenida Presidente Affonso Camargo, 3633, Capão da Imbuia Curitiba/PR CEP: 82.800-240	06.305.740/0001-12	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: TEC0122018 Nome: ExpressPAFECF Versão: 6.19.01 Código MD5: 25fbdbcb9618d8eb636350460f5d21eb Data do término da análise: 19/11/2018

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 43, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018 do Ministério da Fazenda e tendo em vista no disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209 do Ministério da Previdência Social, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de novembro de 2018, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.226,19 (um mil e duzentos e vinte e seis reais e dezenove centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10030.000297/1118-56, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Fiat Ducato Minibus ExecutivoVersão: Minibus Engesigexe (Mod. Ducato)Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motoristaTipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.287 cm³ / Volume interno do habitáculo = 16,1504 m³Marca Chassi: I/Fiat Marca/Fabricante: I/Fiat / FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.Ano/modelo: 2018/2019

Nome do veículo: Fiat Ducato Minibus ExecutivoVersão: Minibus Engesigexe (Mod. Ducato)Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motoristaTipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.287 cm³ / Volume interno do habitáculo = 16,1504 m³Marca Chassi: I/Fiat Marca/Fabricante: I/Fiat / FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Fiat Ducato Minibus Versão: Minibus Engesig Mic (Mod. Ducato)Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motoristaTipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.287 cm³ / Volume interno do habitáculo = 14,90486 m³Marca Chassi: I/Fiat Marca/Fabricante: I/Fiat / FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.Ano/modelo: 2018/2019

Nome do veículo: Fiat Ducato Minibus Versão: Minibus Engesig Mic (Mod. Ducato)Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motoristaTipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.287 cm³ / Volume interno do habitáculo = 14,90486 m³Marca Chassi: I/Fiat Marca/Fabricante: I/Fiat / FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Ducato Autonomy Versão: Minibus Greencaces (Mod. Ducato)Capacidade de transporte: 11 (onze) pessoas sentadas, incluindo o motoristaTipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.287 cm³ / Volume interno do habitáculo = 14,90486 m³Marca Chassi: I/Fiat Marca/Fabricante: I/Fiat / FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.Ano/modelo: 2018/2019

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 211, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS. INCIDÊNCIA.

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a empresas administradoras de imóveis (imobiliárias), a título de remuneração pela prestação de serviços de administração de imóveis, estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 647, §1º, item 1 e 651, I; Instrução Normativa SRF nº 459, de 2004, arts. 1º, caput, §§2º, IV e 10.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS. INCIDÊNCIA.

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a empresas administradoras de imóveis (imobiliárias), a título de remuneração pela prestação de serviços de administração de imóveis, estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 647, §1º, item 1 e 651, I; Instrução Normativa SRF nº 459, de 2004, arts. 1º, caput, §§2º, IV e 10.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS. INCIDÊNCIA.

Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a empresas administradoras de imóveis (imobiliárias), a título de remuneração pela prestação de serviços de administração de imóveis, estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 647, §1º, item 1 e 651, I; Instrução Normativa SRF nº 459, de 2004, arts. 1º, caput, §§2º, IV e 10.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N.º 164, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara abandonada(s) e aplica a pena de perdimento de mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976 e na alínea "a" do inciso II do parágrafo 8º do art. 774 do Decreto nº 6.759/09, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º declarar abandonada(s) e aplicar a pena de perdimento às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO I

Seq.	Processo	Edital de abandono Nº
01	12665.000185/2010-06	20180918
02	12665.000184/2010-53	20180918
03	12665.000187/2010-97	20180918
04	10960.720037/2018-91	20180914
05	10960.720049/2016-53	20180914
06	10960.720059/2016-99	20180914
07	13150.720274/2018-84	20180725
08	13150.720275/2018-29	20180725
09	13150.720364/2018-75	20180925
10	14108.720111/2016-18	20180914
11	14108.720148/2016-46	20170918
12	14108.720150/2015-34	20180914
13	14108.720152/2015-23	20180914
14	14108.720153/2015-78	20180914
15	14108.720158/2015-09	20180914
16	14108.720159/2015-45	20180914
17	14108.720160/2015-70	20180914
18	14108.720161/2015-14	20180914
19	14108.720164/2015-58	20180914
20	14108.720165/2015-01	20180914
21	14108.720166/2015-47	20180914
22	14108.720206/2015-51	20180914
23	14108.720207/2015-03	20180914
24	14108.720208/2015-40	20180914
25	14108.720211/2015-63	20180914
26	14108.720222/2015-43	20180914
27	14108.720249/2015-36	20180914
28	12665.000132/2010-87	20180918
29	12665.000021/2009-37	20180918
30	12665.000135/2010-11	20180918

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da Alfândega do Porto de Manaus, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê Digital de Atendimento nº 12266.720497/2017-09, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança e na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador e Exportador, YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA, inscrição no CNPJ/CPF sob nº 04.817.052/0001-06.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATO CÂMARA FERRO RIBEIRO DE GUSMÃO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.004085/0818-71, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: Z. R. DE LIMA, CNPJ - 09.133.674/0001-39, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

'

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.014, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: COFINS-IMPORTAÇÃO. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS. CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE CUSTOS E DESPESAS (COST-SHARING). REEMBOLSO DE DESPESAS À MATRIZ DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA A PROFISSIONAL RESIDENTE NO EXTERIOR. CONTRAPRESTAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS NO PAÍS. INCIDÊNCIA. A Cofins-Importação incide sobre importações que se subsumam a suas hipóteses de incidência, inclusive no caso de operações realizadas no âmbito de acordos de repartição de custos e despesas, em qualquer de suas modalidades. As remessas ao exterior, a título de reembolso à matriz residente ou domiciliada no exterior, como contraprestação por serviço prestado no país por profissional também residente ou domiciliado no exterior, sofrem incidência da Cofins-Importação. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 50, DE 05 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 1º e 3º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS. CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE CUSTOS E DESPESAS (COST-SHARING). REEMBOLSO DE DESPESAS À MATRIZ DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA A PROFISSIONAL RESIDENTE NO EXTERIOR. CONTRAPRESTAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS NO PAÍS. INCIDÊNCIA. A Contribuição para o PIS/PASEP-Importação incide sobre importações que se subsumam a suas hipóteses de incidência, inclusive no caso de operações realizadas no âmbito de acordos de repartição de custos e despesas, em qualquer de suas modalidades. As remessas ao exterior, a título de reembolso à matriz residente ou domiciliada no exterior, como contraprestação por serviço prestado no país por profissional também residente ou domiciliado no exterior, sofrem incidência do PIS/PASEP-Importação. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 50 DE MAIO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 1º e 3º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: IRRF. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS. CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE CUSTOS E DESPESAS (COST-SHARING). REEMBOLSO DE DESPESAS À MATRIZ DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA A PROFISSIONAL RESIDENTE NO EXTERIOR. CONTRAPRESTAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS NO PAÍS. INCIDÊNCIA. Sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos por fonte situada no país a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, a título de contraprestação pelos serviços de assistência técnica incide o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF. As remessas ao exterior, a título de reembolso à matriz residente ou domiciliada no exterior, como contraprestação por serviço prestado no país por profissional também residente ou domiciliado no exterior, ainda que haja vínculo funcional com a empresa controladora, sofrem incidência do IRRF. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 378, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 685, II, "a", do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 100,Lei nº 3.470, de 1958, art. 77,Lei nº 9.249, de 1995, art. 23, eLei nº 9.779, de 1999, arts. 7ºe8º).

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE

EMENTA: CIDE-REMESSAS. ACORDOS DE REPARTIÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS. CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE CUSTOS E DESPESAS (COST-SHARING). REEMBOLSO DE DESPESAS À MATRIZ DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA A PROFISSIONAL RESIDENTE NO EXTERIOR. CONTRAPRESTAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS NO PAÍS. INCIDÊNCIA. INCIDÊNCIA. As remessas ao exterior, a título de reembolso à matriz residente ou domiciliada no exterior, como contraprestação por serviço técnico prestado no país por profissional também residente ou domiciliado no exterior, sofrem incidência da Cide-remessas. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 528, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 2º, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e art. 10 do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.015, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL ÀS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS. MOMENTO DE EFETIVAÇÃO DA OPÇÃO. A partir da entrada em vigor da IN RFB nº 1.435, de 2013, o procedimento de opção pelo Regime Especial de Tributação (RET), aplicável às incorporações imobiliárias, considera-se finalizado após a solicitação de juntada ao dossiê digital de atendimento do Termo de Opção pelo RET e do termo de constituição de patrimônio de afetação da incorporação, averbado no Cartório de Registro de Imóveis. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 274, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.931, de 2004, arts. 1º a 4º; IN RFB nº 934, de 2009, art. 2º; IN RFB nº 1.435, de 2013, art. 3º.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA. É ineficaz a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico, que não descreva, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, que não contenha os elementos necessários à sua solução, ou que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa SRF nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, I, II e XI.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.016, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: RECEITAS GOVERNAMENTAIS. BASE DE CÁLCULO. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS RECEBIDAS VIA FUNDEB. No que concerne à Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais, as transferências intergovernamentais podem se constituir em transferências constitucionais ou legais ou em transferências voluntárias:

a) As transferências intergovernamentais constitucionais ou legais são aquelas arrecadadas por um ente federativo, mas devem ser transferidas a outro ente federativo por disposição constitucional ou legal. Elas estão abrangidas pela regra do inciso III do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, devendo o ente transferidor excluir os valores transferidos de sua base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre Receitas Governamentais e o ente beneficiário dos recursos deve incluir tais montantes na base de cálculo da sua contribuição;

b) As transferências intergovernamentais voluntárias são aquelas decorrentes de acordo entre entes federativos distintos, tais como ocorrem em convênios, contratos de repasse, etc. Elas estão abrangidas pelo § 7º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, devendo o ente transferidor manter os valores transferidos voluntariamente na base de cálculo de sua Contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre Receitas Governamentais e o ente beneficiário deve excluir tais montantes de sua base de cálculo.

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), consistem em transferências intergovernamentais constitucionais ou legais operacionalizados por meio de fundos e, portanto, devem ser excluídas da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais apurada pelo ente transferidor e devem ser incluídas na base de cálculo da referida contribuição apurada pelo ente recebedor dos recursos.

A retenção da Contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre Receitas Governamentais eventualmente efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, constitui antecipação do tributo devido pelo ente que deve incluir o recurso na base de cálculo da mencionada contribuição. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 278 DE 06 DE JUNHO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.715, 25 de setembro de 1998, art. 2º, III, § 3º, § 6º e § 7º e art. 7 º; Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, art. 67, art. 68, parágrafo único e art. 69; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º e art. 12, § 2º e § 6º; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 41; Lei Complementar nº 08, de 3 de dezembro de 1970, art. 2º; Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 25 e art. 50, IV; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; art. 4º da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012; Resolução FNDE nº 26, de 27 de junho de 2013; art. 212 da Constituição Federal.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara atendimento dos requisitos para inscrição no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º O interessado abaixo relacionado atendeu aos requisitos para inscrição no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO N°
047.557.765-54	ISRAEL MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	12689.720965/2018-47

Art. 2º O interessado relacionado no art. 1º deverá se inscrever no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, por meio do Sistema CAD-ADUANA, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, e dos arts. 1º, 2º e 4º do Ato declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO MATOS DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 15504.721984/2018-08, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica GRAFICA E EDITORA FRANCESA LTDA, CNPJ nº 27.517.797/0001-55, sita à Rua Ere 270 - Prado - Belo Horizonte/MG - CEP 30411-052, o Registro Especial nº GP-06101/00246 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 59, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica BABITA ATACADO DE MODA LTDA., CNPJ: 42.984.005/0001-46, de acordo com o inciso II - "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", conforme registrado no processo administrativo n° 10680.728795/2018-01, com efeitos a partir de 01/12/2018.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

A União, através da ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO, mediante a Comissão de Seleção de Peritos instituída pela PORTARIA ALF/ RJO nº 96, de 27 de setembro de 2018, e consoante o disposto no inciso III do art. 813 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e no art. 1º da IN RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018, e conforme delegação de competência outorgada pela Portaria 7ª SRRF nº 778, de 13 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2018, torna pública a retificação do edital nº 01/2018, publicado no Diário Oficial da União em 21 de novembro de 2018, na forma a seguir:

- No item 9.1, onde se lê "(Anexo IV)", leia-se (Anexo V)
-Suprima-se o item 9.16
- No item 19, acrescenta-se o anexo V - Relação de Documentos Apresentados no Ato da Inscrição

Receita Federal

ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO V

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PERITOS DA ALF RJO

Nome:		
CPF		DATA: _____/_____/2018

DESCRIÇÃO	FLS.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição nº 07.978.212/0001-97 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa ALTO PADRÃO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, por omissão de declarações e demonstrativos, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 40, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e ainda o que consta do processo nº 10730.725179/2018-58.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "a", do inciso I, do § 3º do art. 47, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial - Papel Imune - instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício no Serviço de Orientação e Análise Tributária - SEORT - da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições prescritas no art. 286, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 11 de Outubro de 2017, assim como o previsto no art. 11 da Instrução Normativa nº 1.817 de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945 de 04 de junho de 2009, declara:

Art. 1° Ficam Cancelados os Registros Especiais de que trata a Instrução Normativa RFB 1.817/2018, dos contribuintes aqui relacionados, uma vez que os mesmos foram omissos na entrega da DIF-Papel Imune:

Nome Empresarial BENICIO BIZ EDITORES ASSOCIADOS LTDA
CNPJ 01.998.348/0001-82
Processo de concessão de Registro Especial 10730.000567/2002-65
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00117
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0066/2010
Data do ADE de concessão de Registro Especial17/06/2010
Data da Publicação do ADE 25/05/2010

Nome Empresarial EDG EDITORA GRAFICA EIRELI
CNPJ 02.147.077/0001-14
Processo de concessão de Registro Especial 10730.008229/2008-67
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial GP-07102/00105
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0043/2010
Data do ADE de concessão de Registro Especial 10/05/2010
Data da Publicação do ADE 20/05/2010

Nome Empresarial JORNAL O PASSAGEIRO LTDA
CNPJ 04.348.816/0001-61
Processo de concessão de Registro Especial 10730.012064/2010-42
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00134
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0005/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 07/01/2011
Data da Publicação do ADE 11/01/2011

Nome Empresarial INTERLOCNET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 11.229.491/0001-63
Processo de concessão de Registro Especial 10730.008942/2010-25
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00137
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0069/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 15/07/2011
Data da Publicação do ADE 18/07/2011

Nome Empresarial BOOKLINK PUBLICAÇÕES LTDA
CNPJ 03.993.108/0001-10
Processo de concessão de Registro Especial 13794.720574/2014-64
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00155
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0043/2016
Data do ADE de concessão de Registro Especial 02/09/2016
Data da Publicação do ADE 09/09/2016

Nome Empresarial DELLA MONICA EDITORA - EIRELI
CNPJ 04.375.639/0001-02
Processo de concessão de Registro Especial 15553.001139/2010-71
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00144
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0081/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 16/08/2011
Data da Publicação do ADE 19/08/2011

Nome Empresarial EDITORA F Z SETE LTDA.
CNPJ 06.294.917/0001-22
Processo de concessão de Registro Especial 11610.009327/2010-65
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial IP-08190/00606, UP-08190/01502
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0076/2011, 0074/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 06/05/2011
Data da Publicação do ADE 11/05/2011

Nome Empresarial LARISSA MONACO NASCIMENTO
CNPJ 11.320.869/0001-30
Processo de concessão de Registro Especial 10886.001865/2010-17
Situação Cadastral Ativa
Nº do Registro Especial UP-07102/00138
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0037/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 08/04/2011
Data da Publicação do ADE 11/04/2011

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA DE FREITAS TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial - Papel Imune - instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM EXERCÍCIO NO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT - DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições prescritas no art. 286, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 11 de Outubro de 2017, assim como o previsto no art. 11 da Instrução Normativa nº 1.817 de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945 de 04 de junho de 2009, declara:

Art. 1° Fica Cancelado o Registro Especial de que trata a Instrução Normativa RFB 1.817/2018, do contribuinte abaixo relacionado, uma vez que o mesmo encontra-se com situação cadastral BAIXADA e, por conseguinte, encontra-se também como omisso na entrega da DIF-Papel Imune:

Nome Empresarial OMNIA VINCENT EDITORA LTDA
CNPJ 11.943.140/0001-10
Processo de concessão de Registro Especial 10730.009259/2010-13
Situação Cadastral Baixada
Nº do Registro Especial UP-07102/00131
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0139/2010
Data do ADE de concessão de Registro Especial 25/11/10
Data da Publicação do ADE 26/11/10

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA DE FREITAS TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial - Papel Imune - instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício no Serviço de Orientação e Análise Tributária - SEORT - da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições prescritas no art. 286, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 11 de Outubro de 2017, assim como o previsto no art. 11 da Instrução Normativa nº 1.817 de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945 de 04 de junho de 2009, declara:

Art. 1° Ficam Cancelados os Registros Especiais de que trata a Instrução Normativa RFB 1.817/2018, do contribuinte abaixo relacionado:

Nome Empresarial INTERPAPER INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA
CNPJ 11.159.305/0001-67
Processo de concessão de Registro Especial 10730.722412/2011-74
Situação Cadastral Inapta
Nº do Registro Especial FP-07102/00142 e IP-07102/00147
Nº do ADE de concessão de Registro Especial 0112/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial 30/12/11
Data da Publicação do ADE 02/01/12

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA DE FREITAS TEIXEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

PORTARIA Nº 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece e delega competências no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca/SP e Agências da Receita Federal jurisdicionadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 340 e 341, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º - Delegar competência, em caráter geral, a todos os Chefes de Seções, ao Chefe do CAC, ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas e aos Agentes das Agências jurisdicionadas, e aos respectivos substitutos, isolada ou simultaneamente, para:

I - atender as solicitações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como de outros órgãos públicos, assinando os respectivos ofícios e/ou memorandos, na área de sua competência, respeitando-se as normas relativas ao sigilo fiscal;

II - emitir e expedir ofícios destinados a órgãos públicos, sobre assuntos pertinentes à sua área de competência, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazos neles fixados;

III - emitir e expedir intimações, comunicações, editais e demais expedientes destinados a contribuintes, sobre assuntos pertinentes à sua área de competência, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo neles fixados;

IV - decidir sobre encaminhamento, juntada e desjuntada de processos e documentação não processual afetos à sua área, inclusive arquivamento ou desarquivamento, observados os prazos de "pré-arquivamento", fixados na Tabela de Temporalidade;

V - decidir sobre destruição de documentos não processuais, afetos à sua área, observados os prazos de "pré-arquivamento", fixados na Tabela de Temporalidade, bem como a legislação aplicável;

VI - autorizar deslocamento dos servidores a eles subordinados e propor as diárias correspondentes, respeitados os quantitativos e recursos previamente programados e alocados à sua área.

Parágrafo único - As competências discriminadas nos incisos III e IV deste artigo ficam também delegadas aos Chefes das Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC, das Equipes de Atendimento ao Contribuinte - EAT e das Equipes de Fiscalização - EFI, relativamente à área de atuação das respectivas equipes.

Art. 2º - Delegar competência ao Delegado-Adjunto para, isolada ou simultaneamente com o Delegado Titular, a prática dos atos dispostos nos artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da RFB e demais atos da competência do Delegado.

Art. 3º - Delegar competência ao Assistente do Gabinete para a prática dos seguintes atos, sem prejuízo de outras atividades que lhe forem incumbidas e sem prejuízo da delegação de competência dos demais Chefes e Agentes:

I - decidir sobre o encaminhamento de processos e expedientes, bem como lavrar os termos previstos na legislação;

II - determinar o arquivamento ou desarquivamento de processos e documentos, observando as normas específicas sobre o assunto;

III - decidir sobre destruição de documentos não processuais, com as devidas cautelas e observados os prazos previstos na Tabela de Temporalidade de documentos, ou os previstos em normas específicas, se maiores;

IV - emitir, inclusive através de edital, intimações, solicitações de prestação de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos e outros expedientes destinados a contribuintes ou a outros órgãos, bem como, decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para seu atendimento;

V - prestar informações, inclusive determinando o fornecimento de cópias de processos e outros documentos, com as cautelas devidas e respeitada a legislação sobre o sigilo fiscal, observado, quando for o caso, o disposto nos convênios cm vigor, quando exigível, mediante o ressarcimento das despesas ocorridas na reprodução de documentos;

VI - propor programas de capacitação e desenvolvimento e indicar servidores subordinados para participação em treinamentos;

VII - expedir ofícios, memorandos, mensagens eletrônicas e outros documentos, respeitando o disposto na legislação e normas sobre o sigilo fiscal;

VIII - atuar como Proponente/Concedente e Ordenador de Despesas da DRF/Franca no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

IX - praticar os atos de que tratam os artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais atos da competência do Delegado, quando houver o afastamento simultâneo do Delegado e do Delegado-Adjunto da unidade.

Art. 4º - Delegar competência aos Agentes das Agências subordinadas a essa Delegacia e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, em relação aos contribuintes de sua área de jurisdição fiscal, para:

I - expedir e cancelar certidões de situação fiscal e cadastral de contribuinte;

II - decidir sobre os atos praticados perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, bem como realizar a alteração dos respectivos dados cadastrais;

III - decidir sobre a inscrição e as alterações no Cadastro da Pessoa Física-CPF;

IV - decidir sobre a inscrição do imóvel rural no CAFIR, bem como proceder às alterações dos respectivos dados cadastrais que forem considerados inconsistentes;

V - decidir sobre as demais alterações, de ofício, de dados cadastrais de contribuinte, sempre que constatada, documentalmente, a necessidade delas;

VI - decidir sobre a concessão de pedido de parcelamento, bem como sobre a rescisão de parcelamentos concedidos;

VII - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais.

Parágrafo único. As competências elencadas nos incisos I a V também ficam delegadas aos demais servidores públicos em exercício na Agência que tenham o perfil de acesso aos respectivos sistemas para a realização do ato, quando não necessitarem da formalização de processo administrativo.

Art. 5º - Delegar competência ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - expedir e cancelar certidões de situação fiscal e cadastral de contribuinte;

II - decidir sobre os atos praticados perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, bem como realizar a alteração dos respectivos dados cadastrais;

III - decidir sobre a inscrição e as alterações no Cadastro da Pessoa Física-CPF;

IV - decidir sobre a inscrição do imóvel rural no CAFIR, bem como proceder as alterações dos respectivos dados cadastrais que forem considerados inconsistentes;

V - decidir sobre as demais alterações, de ofício, de dados cadastrais de contribuinte, sempre que constatada, documentalmente, a necessidade delas.

Parágrafo único. As competências elencadas nesse artigo também ficam delegadas aos demais servidores públicos em exercício no CAC que tenham o perfil de acesso aos respectivos sistemas para a realização do ato, quando não necessitarem da formalização de processo administrativo.

Art. 6º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Programação e Logística - SAPOL e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - coordenar, executar, controlar e avaliar a programação e execução orçamentária e financeira, patrimonial, bem como administrar mercadorias apreendidas;

II - assinar termo de entrega de bens apreendidos, em virtude de decisão administrativa ou judicial;

III - manter controle dos contratos de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil celebrados pela unidade de Franca.

IV - proceder à Conformidade de Usuários no Sistema SIASG, prevista no item 1.9 do Anexo I da Portaria Normativa SLTI/MPOG Nº 4, de 19 de dezembro de 2002 ou de outro ato que vier substituí-la.

Art. 7º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Tecnologia e Segurança da Informação - SATEC e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - expedir e assinar certidão de inteiro teor de documentos, declarações e informações disponíveis no banco de dados da RFB, quando no interesse da Justiça ou a pedido do próprio contribuinte, buscando, se necessário, a informação com as áreas responsáveis pela gestão do processo de trabalho correspondente;

II - decidir sobre os atos praticados perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, bem como a alteração e o cancelamento dos respectivos dados cadastrais;

III - decidir sobre a inscrição, as alterações e os cancelamentos no Cadastro da Pessoa Física-CPF;

IV - decidir sobre a inscrição do imóvel rural no CAFIR, bem como as alterações e os cancelamentos dos respectivos dados cadastrais que forem considerados inconsistentes;

V - declarar a revelia, quando cabível, em processo de apreensão de mercadorias, com base no Decreto-Lei n° 1.455/76 e legislações posteriores;

VI - encaminhar os processos de Representação Fiscal para Fins Penais ao Ministério Público Federal, quando decorrentes de apreensão de mercadorias, nos termos da legislação.

Art. 8° Delegar competência ao Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - decidir sobre imunidade, isenção, suspensão, redução, remissão e extinção de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, a pedido ou de ofício, mediante despacho decisório; recorrendo de ofício nos casos legalmente previstos;

II - proferir despacho declaratório da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida, nos processos administrativo-tributários cujo objeto esteja sendo discutido judicialmente pelo contribuinte, nos termos da legislação em vigor;

III - decidir sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

IV - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade, recurso voluntário e demais recursos, quando não atendidos os requisitos legais;

V - decidir sobre o encaminhamento de processos para inscrição em Dívida Ativa da União - DAU, no âmbito de suas competências;

VI - encaminhar a Representação Fiscal para Fins Penais ou a Representação para Fins Penais ao órgão do Ministério Público Federal nas situações previstas na legislação;

VII - aplicar pena de perdimento de mercadorias, veículos e valores, nos casos de apresentação de impugnação do sujeito passivo;

VIII - decidir, de ofício ou a pedido, sobre retificação, cancelamento ou reativação de declarações;

IX - expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

X - decidir sobre retificação e correção de documentos de arrecadação, nos casos previstos na legislação, no âmbito de sua competência;

XI - decidir sobre pleitos de contribuintes relativos ao Microempreendedor Individual (MEI), ao Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Federal) e ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);

XII - Decidir, a pedido do contribuinte ou de ofício, sobre pedidos de substituição de bem ou direito arrolado, bem como sobre pedidos de cancelamento parcial ou total do arrolamento de bens;

XIII - encaminhar aos Órgãos de registro competentes a relação de bens e direitos, para fins de averbação ou registro do arrolamento de bens, bem como de seu cancelamento.

§1° A elaboração e a decisão em processo de restituição, compensação, ressarcimento ou reembolso será efetuada de acordo com o disposto na Portaria RFB nº 1.453, de 29 de setembro de 2016 ou de outra que a vier a substituí-la.

§ 2º A decisão em processo de revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU), será efetuada nos termos da Portaria RFB nº 719, de 05 de maio de 2016, ou de outra que vier substituí-la.

§3º A decisão em processos administrativos de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado para serem utilizados em compensação será realizada nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, ou de outra que vier substituí-la.

§4° A revisão de cobrança de créditos tributários no âmbito de sua área de atuação, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscrito ou não em Dívida Ativa da União, será efetuada nos termos do art. 3º da Portaria RFB nº 719, de 05 de maio de 2016, ou de outra que vier substituí-la.

Art. 9º Delegar competência ao Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - desempenhar as atividades preparadoras do Processo Administrativo Fiscal, observadas as determinações normativas e legais;

II - decidir sobre a concessão de pedidos de parcelamento, bem como seu cancelamento, observando-se a legislação de regência;

III - decidir, de ofício ou a pedido, sobre a inclusão/exclusão de contribuintes em parcelamentos especiais, observando-se a legislação de regência;

VI - decidir, a pedido ou de ofício, sobre a inscrição, alterações e cancelamento nos cadastros administrados pela RFB, observadas as determinações normativas e legais;

V - decidir sobre o encaminhamento de processos para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), no âmbito de suas competências;

VI - encaminhar a Representação Fiscal para Fins Penais ou a Representação para Fins Penais ao órgão do Ministério Público Federal nas situações previstas na legislação;

VII - negar seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade, recurso voluntário e demais recursos, quando não atendidos os requisitos legais ou regulamentares;

VIII - acompanhar os processos de arrolamento de bens e as variações de patrimônio correspondentes;

IX - prestar informações em processos judiciais de Mandado de Segurança, solicitadas pelo Poder Judiciário, em que figure o Delegado da Receita Federal do Brasil no polo passivo, bem como prestar informações solicitadas pelo Poder Judiciário em processos judicias, no âmbito de sua competência;

X - decidir sobre retificação e correção de documentos de arrecadação;

XI - declarar a revelia, quando cabível, em processo de apreensão de mercadorias com base no Decreto-Lei n° 1.455/1976 e legislações posteriores;

XII - expedir e assinar certidão de inteiro teor de documentos, declarações e informações disponíveis no banco de dados da RFB, quando no interesse da Justiça ou a pedido do próprio contribuinte, buscando, se necessário, a informação com as áreas responsáveis pela gestão do processo de trabalho correspondente.

Parágrafo único - A revisão de cobrança de créditos tributários no âmbito de sua área de atuação, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscrito ou não em Dívida Ativa da União, será efetuada nos termos do art. 3º da Portaria RFB nº 719, de 05 de maio de 2016, ou de outra que vier substituí-la.

Art. 10 - Delegar competência ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas - EGP e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de gestão de pessoas;

II - expedir declarações para fins de prova junto a órgãos públicos ou privados, quanto a situação funcional e ao exercício de servidores;

III - coordenar e controlar a elaboração de expedientes e preparação de atos relacionados com a aplicação da legislação de pessoal;

IV - controlar a manutenção dos registros funcionais, elaborar a escala de férias e manter o controle de frequência;

V - solicitar pagamento de substituição de chefias;

VI - encaminhar, para publicação, os atos legais sancionados pela autoridade competente;

VII - assinar documentos relacionados à contratação de estagiários, termos de compromisso de estágio, termos aditivos, termos de responsabilidade e desligamentos dos estagiários de nível superior subordinados à DRF/Franca e Agências jurisdicionadas;

VIII - requisitar exames de sanidade e capacidade físicas dos servidores ao Serviço de Assistência Médico Social da SAMF/SP, bem como reconhecer os afastamentos legais;

IX - encaminhar à SAMF/SP processos referentes a requerimento de direitos e concessões na área de pessoal; e

X - expedir ofícios prestando esclarecimentos a órgãos públicos e autoridades, no âmbito de sua competência.

Art. 11 - Delegar competência ao Chefe da Seção de Fiscalização - SAFIS e ao respectivo substituto, isolada ou simultaneamente, para:

I - decidir, a pedido do contribuinte ou de ofício, sobre pedidos de substituição de bem ou direito arrolado, bem como sobre pedidos de cancelamento parcial ou total do arrolamento de bens;

II - encaminhar aos Órgãos de registro competentes a relação de bens e direitos, para fins de averbação ou registro do arrolamento de bens, bem como de seu cancelamento.

Parágrafo único - A decisão em processo de revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em Dívida Ativa da União (DAU), será efetuada nos termos da Portaria RFB nº 719, de 05 de maio de 2016, ou de outra que vier substituí-la.

Art. 12 - Delegar competência aos Chefes das Seções, ao Chefe do CAC, ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas e aos Agentes das Agências jurisdicionadas, e aos respectivos substitutos, isolada ou simultaneamente, para assinar o Relatório Mensal de Atividades e Frequência e demais Relatórios de Estágio dos estagiários subordinados.

Art. 13 - A autoridade delegante, sempre que julgar conveniente, poderá avocar a decisão de qualquer assunto relativo às atribuições ora delegadas, sem que isso implique em revogação parcial ou total da presente delegação.

Art. 14 - Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 15 - Ficam revogadas: a Portaria DRF/Franca nº 51, de 27 de outubro de 2017, publicada no DOU de 03 de novembro de 2017; a Portaria DRF/FCA nº 44, de 30 de julho de 2014, publicada no DOU de 07/08/2014; a Portaria DRF/FCA nº 27, de 13 de julho de 2015, publicada no DOU de 16/07/2015; a Portaria DRF/FCA nº 32, de 1º de outubro de 2015, publicada no DOU de 05 de outubro de 2015; Portaria DRF/FCA nº 14, de 07 de julho de 2016, publicada no DOU de 15/07/2016; Portaria DRF/FCA nº 16, de 18 de julho de 2016, publicada no DOU de 20/07/2016; Portaria DRF/FCA nº 20, de 05 de abril de 2018, publicada no DOU de 09/04/2018.

Art. 16 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ANTÔNIO VENTURINI JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA Nº 131, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Alteração de prazos de início e vencimento para atos processuais.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando as competências constantes do artigo 336 do referido Regimento Interno e as disposições preconizadas no parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, resolve:

Art. 1º Em vista do expediente do dia 23 de novembro de 2018 ter ocorrido em horário reduzido na sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos, em virtude de força maior decorrente de problema na infraestrutura do prédio, reconhecer que no mencionado dia esta Delegacia não manteve expediente normal.

Parágrafo Único. Em decorrência, e em conformidade ao rito do processo administrativo-fiscal, o prazo de início ou de vencimento que tenha ocorrido na data citada no caput não deverá ser considerado, observando-se o § único do artigo 5º do Decreto 70.235/72 e artigo 210 da Lei nº 5.172/66 (CTN).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os respectivos atos e os efeitos pertinentes.

ROGÉRIO HINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara nula a inscrição no CPF por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no disposto nos artigos 17 e 18, da Instrução Normativa - IN RFB nº 1548 de 13.02.2015, e considerando o que consta no processo nº 13881.720132/2018-62, declara:

Art. 1º - Nula a inscrição no Cadastro Pessoa Física, CPF nº 019.757.966-32, em nome de JOSÉ ROBERTO FERRARI, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara inapta a inscrição no CNPJ, por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido nos arts. 40, II e 42, I, parágrafos 1º e 3º da IN-RFB nº 1.634, de 06.05.2016, do Processo nº 13883.720106/2018-14, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ nº 18.257.526/0001-17, da empresa ODAIR MAURÍCIO DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara inapta a inscrição no CNPJ, por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido nos arts. 40, II e 42, I, parágrafos 1º e 3º da IN-RFB nº 1.634, de 06.05.2016, do Processo nº 13883.720106/2018-14, declara:

Art. 1º - Inapta à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ nº 27.766.054/0001-19, da empresa GURI S. REPRESENTAÇÕES S/C LTDA.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara inapta a inscrição no CNPJ, por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido nos arts. 40, II e 42, I, parágrafos 1º e 3º da IN-RFB nº 1.634, de 06.05.2016, do Processo nº 13883.720106/2018-14, declara:

Art. 1º - Inapta à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ nº 00.482.262/0001-30, da empresa ODAIR MAURICIO DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7186995 e PO 327, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7186997 e PO 328, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7186998 e PO 329, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 203, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7186999 e PO 330, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 204, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7187000 e PO 331, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7187001 e PO 332, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7187002 e PO 333, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 207, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7187003 e PO 334, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 208, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 18.912 (dezoito mil, novecentos e doze) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7187072 e PO 335, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
8.580	715	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7.056	147	Jack Daniel´s Black LB	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 48 garrafas de 200 ml.
3.060	510	Gentleman Jack G6	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml.
216	36	JD Sinatra Select Tennessee Whiskey	Uísque americano, 45% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 209, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara a Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11089.720064/2018-51 resolve:

Art. 1º Declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 12.079.573/0001-31, TEXEIRA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (DIAS E GOEDERT PINTURAS PREDIAIS LTDA), promovidas pela Alteração Contratual nº 2, ato viciado registrado na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) em 09/12/2016. Fundamentação legal: artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 09/12/2016, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 210, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara a Nulidade de Ato Alterado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11089.720133/2018-27 resolve:

Art. 1º Declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.202.236/0001-27, K & M COMÉRCIO LTDA, promovidas pela Alteração Contratual nº 6, ato viciado registrado na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) em 03/11/2016. Fundamentação legal: artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 03/11/2016, termo inicial de vigência do ato alterado declarado nulo.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 211, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara a Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11089.720134/2018-71 resolve:

Art. 1º Declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.290.792/0001-00, CHURRASCARIA BASTANTÃO LTDA, promovidas pela Alteração Contratual nº 3, ato viciado registrado na Junta Comercial de Santa Catarina (JUCESC) em 10/11/2016. Fundamentação legal: artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 10/11/2016, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

ARI SÍLVIO DE SOUZA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 164, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no parágrafo único do art. 1º da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011: declara:

Art. 1º Incluídas no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF	PROCESSO
RITA KAROLLINE SILVA ALVES	010.290.339-51	17833.737158/2018-76
MARCELA BIANCA MENEGAZZI	088.888.619-55	17833.737160/2018-45

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado à pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê Digital de Atendimento nº 10120.006156/0717-80, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, como Exportador e Importador, COTEMINAS A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.663.140/0001-99.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no processo nº 13063.720059/2018-62, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da pessoa jurídica abaixo identificada:

Contribuinte: LATICÍNIOS SANTO CRISTO LTDA
CNPJ: 05.248.242/0001-12
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 24, de 02/02/2018, seção 3, página 7, com período de execução de 01/01/2018 a 31/12/2020.

Art. 2° A pessoa jurídica habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LAURI ANTONIO WILCHEN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no dossiê digital de atendimento nº 10090.001701/1117-13, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da pessoa jurídica abaixo identificada:

Contribuinte: LATICÍNIOS SANTA MÔNICA LTDA
CNPJ: 06.862.774/0001-08
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 217, de 13/11/2017, seção 3, página 6, com período de execução de 01/10/2017 a 30/12/2019.

Art. 2° A pessoa jurídica habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LAURI ANTONIO WILCHEN

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.099, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006603/2018-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o 4º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 10.393.022/0001-12, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CarrefourPrev, CNPB nº 2002.0041-29, e a entidade CarrefourPrev - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.100, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006604/2018-43, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo a termo de adesão da entidade CarrefourPrev - Sociedade de Previdência Complementar, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CarrefourPrev, CNPB nº 2002.0041-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 216, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para sistemas de medição mássica direta, de quantidades de líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 113/1997;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 052600.011887/2018-33 e do sistema Orquestra nº 1237804, resolve:

Alterar o enunciado do texto que aprova os modelos constantes da tabela do subitem 1.8 do item 1 (CARACTERÍSTICOS DO MODELO) da Portaria Inmetro/Dimel nº 98, de 14 de junho de 2006, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

CLODOALDO JOSÉ FERREIRA

PORTARIA Nº 221, DE 23 DE NOVEMRO DE 2018

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bomba medidora de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 23/1985;

E considerando o constante do Processo Inmetro nº 52600.009690/2018 e do sistema Orquestra nº 1203405, resolve:

Incluir os modelos PHX-2220-D-AV e PHX-2220-I-D-AV na família Phoenix de bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovada pela Portaria Inmetro/Dimel nº 357, de 6 de dezembro de 2011, bem como dar nova redação ao subitem 8.1 do item 8 (ANEXOS) da mesma portaria, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

CLODOALDO JOSÉ FERREIRA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 102, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.066654/2018-54, e no processo MDIC nº 52001.101196/2018-80, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa PRODATA MOBILITY BRASIL S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPffff0100b65f0000ffff0100b65f0000J sob o nº 05.535.694/0002-66, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
COMUTADOR DE BORDO (SWITCH)	PS 700

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 1335, de 28 de novembro de 2014.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 104, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.067542/2018-11, e no processo MDIC nº 52001.101212/2018-34, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa NOVELLO & GODOI LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.663.722/0001-40, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas	TERMINADOR OPTICO 04F; TERMINADOR OPTICO 06F; TERMINADOR OPTICO 08F; TERMINADOR OPTICO 10F; TERMINADOR OPTICO 12F

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 815, de 12 de novembro de 2012.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 106, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.067088/2018-06, e no processo MDIC nº 52001.101205/2018-32, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Multilaser Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 59.717.553/0006-17, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Repetidores de sinal de dados para comunicação em redes por fio ou redes sem fio, baseados em técnica digital	RE054; RE055; RE056
Modem para rede de fibra óptica	RE880; RE881; RE882; RE883; RE902; RE903; RE904; RE905; RE906; RE907; RE908; RE910
Roteador digital para rede sem fio, do tipo Access Point	RE011; RE401; RE402; RE403; RE404; RE405; RE020; RE022; RE413; RE414; RE415; RE416; RE417; RE418; RE419; RE420; RE421; RE422; RE423

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 404, de 24 de maio de 2010.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 107, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.058275/2018-91, e no processo MDIC nº 52001.101215/2018-78, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa RGT ELETRÔNICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPffff010045570000ffff010045570000J sob o nº 05.943.957/0001-95, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Variador de Luminosidade Digital (dimmer)	DLS 200

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 460, de 20 de setembro de 2004.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 125, de 28/09/2018, Resolução CAS n.º 163, de 25/10/2018, aprovada na 285ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, Parecer Técnico nº 018/2017-SPR/CGPRI/COPEA, de 08/02/2017, Despacho n. 00037/2017/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 14/02/2017, Parecer Técnico nº 042/2017-SPR/CGPRI/COPEA, de 27/04/2017, Cota n. 00055/2017/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 28/07/2017, Nota Técnica nº 56/2017/COAPI/CGAPI/SPR, de 30/01/2018, Despacho nº 0166487/2018/SPR, de 30/01/2018, e Parecer Técnico Conclusivo - COAPA, de 27/09/18, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote nº 2.50/B, com área de 9.000 m², localizado na Rua Rio Quixito, nº 1196 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa AMAZONGÁS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.003179/2005-67.

CLAUDINO LOBO NOGUEIRA
Superintendente Adjunto de Projetos
Substituto

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

APPIO DA SILVA TOLENTINO
Superintendente

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 508, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Torna sem efeito as Portarias n. 499 e 500, de 22 de novembro de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito as Portarias n. 499 e 500, de 22 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018, Seção 2, página 31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 329, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59101.000099/2017-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção previstos no art. 6º da Portaria n. 665, de 14 de dezembro de 2017, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Cametá - PA, para ações de Defesa Civil, para até 13/01/2020.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MI nº 492, de 21 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 224, em 22 de novembro de 2018, Seção 1, pág. 47, no Art. 2º;

Onde se lê: 2018NE000042;

Leia-se: 2018NE000461.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.311, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000545/2016-12, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RUBEN ARENAS LAURA, de nacionalidade boliviana, filho de Marina Laura Cordoba, nascido em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de março de 1990, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.312, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.015331/2011-28, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARTHA YARH GONO MACEDO, de nacionalidade liberiana, filha de Wayay Yan Gono e de Kau Togba, nascida na República da Libéria, em 4 de abril de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.313, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.002682/2012-68, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROSA MARCELA CARBALLIDO TIERCIN, de nacionalidade boliviana, nascida em Santa Cruz, Andrés Ibáñez, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 8 de dezembro de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 5 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.314, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e o art. 8º do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CFDD, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.488, de 15 de agosto de 2008, do Ministério da Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CFDD, órgão colegiado que compõe a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, instituído pela Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, tem por finalidade gerir o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, e, especificamente:

I - zelar pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nas Leis nº 7.347, de 24 de julho de 1985; nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989; nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, no âmbito do disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 1995;

II - aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender ao disposto no inciso I deste artigo;

III - analisar e aprovar projetos de reconstituição de bens lesados, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IV - promover, por intermédio de órgãos da administração pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos;

V - produzir, inclusive em colaboração com órgãos oficiais, material informativo sobre as matérias mencionadas no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 1995;

VI - promover atividades e eventos que contribuam para a difusão da cultura, de proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à livre concorrência, ao patrimônio histórico, artístico, estético, turístico, paisagístico, e de outros interesses difusos e coletivos; e

VII - analisar e aprovar os projetos de modernização administrativa a que se refere o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 1995.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da composição

Art. 2º O CFDD é composto pelos seguintes membros:

I - um representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que o presidirá;

II - um representante do Ministério do Meio Ambiente;

III - um representante do Ministério da Cultura;

IV - um representante do Ministério da Saúde, vinculado à área de vigilância sanitária;

V - um representante do Ministério da Fazenda;

VI - um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade;

VII - um representante do Ministério Público Federal; e

VIII - três representantes de entidades civis, escolhidas na forma regimental, que atendam aos pressupostos do inciso V do art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985.

§ 1º Cada representante de que trata este artigo terá um suplente que o substituirá nos seus afastamentos e impedimentos legais.

§ 2º Os membros e respectivos suplentes relacionados nos incisos I a VII deste artigo serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades a que pertençam, e os do inciso VIII serão indicados pelas entidades devidamente inscritas perante o CFDD e designados pelo Ministro de Estado da Justiça.

§ 3º Os membros do CFDD e seus suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, exceto quanto ao representante referido no inciso I deste artigo, que poderá ser reconduzido por mais de uma vez.

Art. 3º O Presidente será substituído, em seus afastamentos ou impedimentos, pelo Vice-Presidente, indicado entre os membros do CFDD e designado pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo único. Na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo Conselheiro designado previamente pelo Presidente.

Art. 4º O Presidente do CFDD terá direito a voto nominal e de qualidade.

Art. 5º O órgão ou instituição que deixar de ter representação no Conselho por duas reuniões, injustificadamente, ou por três reuniões justificadamente, no período de um ano, será comunicado para que promova a substituição dos seus representantes.

Seção II

Do funcionamento

Art. 6º O CFDD se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de um terço de seus membros.

§ 1º As reuniões do CFDD serão públicas, podendo, entretanto, ser declaradas sigilosas, a critério do Plenário, quando a natureza do assunto assim o exigir.

§ 2º As reuniões serão realizadas com a presença de, no mínimo, seis Conselheiros.

§ 3º O CFDD poderá, por intermédio de seu Presidente, convidar especialistas e entidades civis e governamentais, os quais participarão das reuniões com direito a voz.

§ 4º As reuniões poderão ser realizadas por meios virtuais.

§ 5º O CFDD poderá deliberar e aprovar matérias por meios eletrônicos, respeitado o quórum mínimo.

Art. 7º As deliberações do CFDD serão tomadas pela maioria simples de seus membros, observado o quórum estabelecido, via resoluções assinadas pelo Presidente.

Parágrafo único. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 8º As resoluções do CFDD poderão ser revistas, a qualquer tempo, por indicação do Presidente ou de qualquer Conselheiro, desde que o pedido de revisão seja deferido pelo Plenário com, no mínimo, seis votos.

Art. 9º O CFDD estabelecerá normas complementares alusivas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos, observada a legislação vigente.

Art. 10. Para a consecução de sua finalidade, o CFDD deliberará sobre:

I - criação de comissões especiais temporárias e de câmaras técnicas permanentes;

II - proposição de alterações do Regimento Interno, na forma regulamentar;

III - definição de prioridades dos assuntos a serem analisados; e

IV - matérias referentes à consecução de suas finalidades.

Seção III

Das atribuições dos membros e do Secretário-Executivo

Art. 11. Ao Presidente incumbe:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do CFDD;

II - representar o CFDD nos atos que se fizerem necessários;

III - convocar, presidir as reuniões e executar suas deliberações;

IV - aprovar a pauta das reuniões;

V - assinar as atas das reuniões e, juntamente com os membros, as resoluções do CFDD;

VI - indicar, dentre os membros do CFDD, o relator da matéria a ser apreciada nas reuniões;

VII - expedir, por referenda do CFDD, normas complementares pertinentes ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos;

VIII - designar membros para compor comissões e câmaras técnicas; e

IX - resolve:r ad referendum do Conselho Deliberativo, os casos omissos ou dúvidas de interpretação do Regimento Interno.

Art. 12. Aos Conselheiros do CFDD incumbe:

I - participar e votar nas reuniões;

II - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

III - realizar estudos, apresentar projetos e proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem atribuídas;

IV - propor e requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à apreciação dos assuntos em pauta; e

V - coordenar ou participar de comissões de estudos, de acordo com as determinações superiores, sobre matérias da área de atuação do CFDD.

Art. 13. Compete ao Secretário-Executivo do CFDD:

I - participar das reuniões do CFDD para prestar esclarecimentos, sem direito a voto;

II - organizar as reuniões do Conselho, bem como encaminhar aos representantes a convocação, a pauta e os documentos objeto de exame e deliberação, com quinze dias de antecedência no caso das reuniões ordinárias e dez dias, no caso das reuniões extraordinárias;

III - propor o calendário anual de reuniões do Conselho;

IV - elaborar as atas e as resoluções do Conselho, providenciando a publicação no Diário Oficial da União;

V - promover a análise preliminar dos projetos encaminhados ao CFDD;

VI - requerer parecer técnico a profissionais com notório saber nas áreas temáticas afins, para os projetos a serem remetidos ao CFDD;

VII - acompanhar a execução físico-financeira dos projetos apoiados, diretamente ou mediante parcerias;

VIII - elaborar, executar e controlar o orçamento do CFDD;

IX - ordenar as despesas e assinar os convênios e termos congêneres, bem como ajustes referentes aos projetos apoiados com recursos do CFDD;

X - orientar a execução de convênios, termos congêneres e comprovação de gastos;

XI - confirmar o quórum das reuniões com até cinco dias de antecedência;

XII - instaurar e instruir os processos de tomada de contas especial; e

XIII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente do CFDD.

Parágrafo único. A instrução dos processos de que trata o inciso XII poderá ser atribuída ou delegada a servidor, por meio de ato formal do dirigente, no âmbito da respectiva unidade.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. A Secretaria Nacional do Consumidor tomará as providências necessárias para que os recursos destinados ao FDD, provenientes de acordos em inquéritos civis, de condenações judiciais e de aplicação de multas administrativas, sejam identificados segundo a natureza da infração ou do dano causado, de modo a permitir o cumprimento do disposto no art. 7º do Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994.

Art. 15. É vedada a remuneração, a qualquer título, pela participação no CFDD, atividade considerada como serviço público relevante.

Parágrafo único. Será expedido certificado aos membros titulares e suplentes após o cumprimento dos respectivos mandatos.

Art. 16. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Presidente, ouvido o CFDD.

Art. 17. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta da maioria simples do CFDD, que será submetida à aprovação do Senhor Ministro de Estado da Justiça.

PORTARIA Nº 2.315, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o regulamento da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e o art. 4º do Decreto nº 9.536, de 24 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO

REGULAMENTO DA ORDEM DE MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DA ORDEM

Art. 1º A Ordem do Mérito do Ministério da Justiça, criada pelo Decreto nº 9.536, de 24 de outubro de 2018, será concedida a civis nacionais, órgãos e entidades da administração pública nacional, direta e indireta, e instituições civis e organizações militares nacionais ou estrangeiras que tenham prestado notáveis serviços ao Ministério da Justiça ou aos órgãos a ele vinculados, em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Portaria consideram-se civis nacionais todos os servidores públicos, civis ou militares, e cidadãos nacionais.

CAPÍTULO II

DOS GRAUS E DOS QUADROS DA ORDEM

Art. 2º A Ordem do Mérito do Ministério da Justiça é composta por quatro graus:

I - Grã-Cruz;

II - Grande Oficial;

III - Comendador; e

IV - Cavaleiro.

Parágrafo único. A insígnia da ordem será conferida a órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sem atribuição de grau.

Art. 3º Os agraciados com a Ordem do Mérito do Ministério da Justiça são classificados nos seguintes Quadros:

I - Quadro Ordinário: constituído pelos servidores em exercício no Ministério da Justiça ou em seus órgãos vinculados; e

II - Quadro Suplementar: constituído pelos servidores aposentados do Ministério da Justiça e por todas as demais pessoas, físicas ou jurídicas, que venham a ser agraciadas com a ordem.

§ 1º O Quadro Ordinário é composto pelos seguintes efetivos:
I - Grau Grã-Cruz - oitenta;
II - Grau Grande Oficial - cem;
III - Grau Comendador - cento e dez; e
IV - Grau Cavaleiro - cento e trinta.
§ 2º O Quadro Suplementar não possui limitação.
CAPÍTULO III
DA ADMISSÃO E DA PROMOÇÃO NA ORDEM
Art. 4º A admissão e a promoção na Ordem obedecem aos seguintes critérios:
I - Grã-Cruz: destinado aos Chefes de Estado, Ministros de Estado, Governadores, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente de Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República, Subprocuradores-Gerais da República, Advogado-Geral da União, Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Comandantes das Forças Armadas, Almirantes-de-Esquadra, Generais-de-Exército, Tenentes-Brigadeiros, Embaixadores, Senadores e Deputados Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Presidentes de Tribunais Federais e de Justiça, Presidentes das Assembleias Legislativas, Reitores de Universidades, Vice-Almirantes, Generais-de-Divisão, Majores-Brigadeiros, Enviados Extraordinários, Ministros Plenipotenciários estrangeiros, Contra-Almirantes, Generais-de-Brigada, Brigadeiros, Diretores de Organizações Militares e Instituições de Saúde, Conselheiros de Embaixada ou Legação estrangeiras, Cônsules Gerais de carreira estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente;
II - Grande Oficial: destinado aos Secretários-Executivos, Secretários-Executivos-Adjuntos, Presidentes de Câmaras Municipais, Prefeitos, Deputados Estaduais, Secretários de Governo, Desembargadores Federais, do Trabalho e da Justiça, Procuradores Regionais da República, Procuradores de Justiça, Presidentes de Associações Científicas, Culturais e Comerciais, Professores Universitários, Cientistas, Autores e Co-Autores de projetos Científicos ou Sociais, Juízes de Primeira Instância, Escritores e Autores de livros, Oficiais Superiores das Forças Armadas e Forças Auxiliares, Primeiros-Secretários de Embaixada ou Legação estrangeiras e outras personalidades de hierarquia equivalente;
III - Comendador: destinado aos Oficiais das Forças Armadas e Forças Auxiliares, funcionários dos Conselhos Federais e Regionais, servidores públicos federais, estaduais e municipais, civis ou militares, Vereadores, Segundos e Terceiros-Secretários de Embaixada ou Legação Estrangeiras, Cônsules de carreira estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente; e
IV - Cavaleiro: destinado aos demais cidadãos, artistas, desportistas e outras personalidades de hierarquia equivalente.
Parágrafo único. Em casos excepcionais, o Grão-Mestre pode conceder a Ordem do Mérito do Ministério da Justiça em qualquer grau.
Art. 5° A admissão e promoção na Ordem do Mérito do Ministério da Justiça se dará por ato do Presidente da República, na condição de Grão-Mestre, após o encaminhamento de indicações pelo Chanceler.
§ 1º O servidor do Ministério da Justiça membro da Ordem, quando aposentado ou exonerado, é transferido automaticamente para o Quadro Suplementar, no grau correspondente.
§ 2º As vagas em cada grau do Quadro Ordinário serão abertas em caso de promoção, transferência para o Quadro Suplementar, exclusão ou morte dos graduados naquele quadro.
§ 3º A promoção na Ordem obedecerá aos seguintes princípios:
I - existência de vaga;
II - interstício mínimo de dois anos, para promoção; e
III - aceitação do Chanceler.
§ 4º O interstício mínimo poderá ser dispensado, na ocorrência de fato excepcional que o justifique, assim também entendida a alteração da hierarquia funcional do agraciado.
Art. 6° A Ordem do Mérito do Ministério da Justiça será outorgada em solenidade presidida pelo Ministro de Estado da Justiça, na condição de Chanceler, anualmente, a realizar-se no dia 3 de julho, data de aniversário de criação do Ministério da Justiça.
Parágrafo único. Excepcionalmente, a outorga da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça poderá ocorrer em data a ser definida pelo Chanceler.
Art. 7º Para habilitar-se à concessão da Ordem do Mérito do Ministério da Justiça é necessário que o candidato satisfaça os seguintes requisitos:
I - não ter sido condenado à pena restritiva de liberdade, por sentença transitada em julgado;
II - ter prestado relevantes e inestimáveis serviços ao Ministério da Justiça ou aos órgãos a ele vinculados;
III - não ter sido punido por faltas atentatórias ao decoro profissional, à moral e aos bons costumes;
IV - ter se distinguido notavelmente no exercício de sua profissão.
Art. 8º Na concessão post mortem, a Ordem do Mérito do Ministério da Justiça poderá ser entregue ao cônjuge, aos parentes de linha reta, colateral ou à pessoa que a família indicar.
CAPÍTULO IV
DA EXCLUSÃO DOS AGRACIADOS
Art. 9º Perderá o direito à Ordem do Mérito do Ministério da Justiça o agraciado que:
I - nos termos da Constituição, tiver perdido a nacionalidade;
II - civil ou militar, tiver praticado atos, a critério do Chanceler, que invalidem as razões pelas quais foi condecorado;
III - tiver cometido ato contrário à dignidade e à moralidade da sociedade, desde que apurado e confirmado em investigação;
IV - tiver sido condenado pela justiça brasileira ou estrangeira em qualquer foro, por crime contra a integridade e a soberania nacional ou atentado contra o erário, as instituições e a sociedade;
V - houver denegrido ou prejudicado a imagem do Ministério da Justiça perante a sociedade de maneira dolosa;
VI - tiver seus direitos políticos suspensos ou mandato eletivo cassado;
VII - recusar ou devolver a condecoração que lhe foi conferida;
VIII - devidamente cientificado, a contar da data da solenidade de entrega do diploma e condecoração, não manifestar interesse na condecoração outorgada; e
IX - sem justificativa, deixar de comparecer para o recebimento da condecoração, ficando, após noventa dias da data da solenidade de entrega, cancelado o ato que concedeu a Ordem do Mérito do Ministério da Justiça.
Parágrafo único. As exclusões resultantes dos incisos deste artigo serão realizadas por ato do Grão-Mestre e publicadas no Diário Oficial da União.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10. As situações não previstas neste regulamento serão resolvidas pelo Ministro de Estado da Justiça, que poderá baixar instruções complementares destinadas a disciplinar o fiel cumprimento desta Portaria.

DESPACHOS DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 784 - Processo nº: 08505.006634/2014-19. Interessado: PRINCE NNAEMEKA OKAFOR. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 396/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (7392093), de 20/11/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio PRINCE NNAEMEKA OKAFOR, nascido no dia 23/11/1969, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 785 - Processo nº: 08505036417201526. Interessado: BONIFACE DUBEM UGOCHUKWU. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 398/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (7393425), de 20/11/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio BONIFACE DUBEM UGOCHUKWU, nascido no dia 25/7/1970, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 786 - Processo nº: 08495.000928/2011-42. Interessado: PETER EBHODAGHE. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 402/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (7399898), de 20/11/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio PETER EBHODAGHE, nascido no dia 2/10/1977, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 787 - Processo nº: 08505.057940/2014-13. Interessado: JOYCE OBIOMA IHENETU. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 241/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6636991), de 20/11/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de refúgio JOYCE OBIOMA IHENETU, nascida no dia 24/3/1980, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 788 - Processo nº: 08240.022701/2013-10. Interessado: OSAHON ABEL. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 401/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (7399247), de 20/11/2018, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio OSAHON ABEL, nascido no dia 6/2/1983, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

GABINETE

DESPACHO Nº 240, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Ref. alteração de horário da 135ª Sessão Ordinária de Julgamento.
Com fundamento no artigo 60, inciso IV c/c §2º do artigo 118, do Regimento Interno do Cade, proponho aos Senhores Conselheiros o estabelecimento do horário de início da 135ª Sessão Ordinária de Julgamento para às 14h30, ao invés das 10h, como é o costume deste Tribunal.
Ao Plenário para homologação.
Após, publique-se.
É o despacho.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do CADE

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 3

DESPACHO Nº 1.552, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

COORDENAÇÃO GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 3
Processo: nº 08700.003006/2017-18
Representante: Marimex - Despachos, Transportes e Serviços Ltda.
Advogados: Ana Frazão Vieira de Mello, Ana Rafaela Medeiros e outros.
Representado: Brasil Terminal Portuário S.A.
Advogados: Marcelo de Lucena Sammarco e outros.
Tendo em vista a petição protocolada pela Brasil Terminal Portuário S.A. (nº SEI 0550893), na qual a Representada indicou a substituição da produção de provas testemunhais pela apresentação de declarações escritas e assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas, decido pelo cancelamento da oitiva que seria realizada no dia 29/11/2018, no local e horários assinalados na Nota Técnica nº 30/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE.

CAROLINA HELENA COELHO ANTUNES FONTES
Coordenadora-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 31/08/2018, Seção 1, página 77. Processo nº 08505.042343/2018-18 - HUSSEIN IBRAHIN HERZ

NEGO PROVIMENTO ao recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/06/2018, Seção 1, página 52. Processo nº 08505.017057/2018-14 - MINTU DHAR

ANDRE ZACA FURQUIM
Diretor

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Defiro o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153, inciso I, do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo nº 08000.012114/2018-41 - HANS PETER GASSER
Defiro o pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153 do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017.
Processo nº 08505.042584/2017-78 - MAN LUNG KWOK
À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 22 02 2018, Seção 1, pág. 51, e Deferir o pedido de autorização de residência, a título de reunião familiar, por prazo indeterminado, nos termos do art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017.

Processo nº 08505.038280/2017-14 - NDUBUISI LUKE ANIEBONAM
Determino o Arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento integral, das exigências formuladas por esta Divisão.

Processo nº 08505.067190/2017-22 - JAIME TXIMANGA
Considerando que a interessada não indicou, expressamente, o fundamento do presente pedido, conforme uma das hipóteses previstas no art. 142, ou no art. 163, do Decreto 9.199/17, Determino o Arquivamento do processo. Outrossim, informo que o pedido de regularização migratória deverá ser apresentado na Polícia Federal, nos termos da Portaria Interministerial n° 03/2018, ou da Portaria Interministerial n° 04/2018, conforme o caso. No entanto, se a hipótese de autorização de residência almejada não estiver disciplinada nas Portaria mencionadas, deverá a parte interessada verificar o Órgão competente para análise do pedido, conforme legislação vigente.

Processo nº 08000.042613/2018-63 - LANJUAN ZHAO
Considerando que a interessada não indicou, expressamente, o fundamento do presente pedido, conforme uma das hipóteses previstas no art. 142, ou no art. 163, do Decreto 9.199/17, Determino o Arquivamento do processo. Outrossim, informo que o pedido de regularização migratória deverá ser apresentado na Polícia Federal, nos termos da Portaria Interministerial n° 03/2018, ou da Portaria Interministerial n° 04/2018, conforme o caso. No entanto, se a hipótese de autorização de residência almejada não estiver disciplinada nas Portaria mencionadas, deverá a parte interessada verificar o Órgão competente para análise do pedido, conforme legislação vigente.

Processo nº 08000.042609/2018-03 - XIAHONG WU
Indefiro o pedido, com fulcro no art. 133, inciso I do Decreto nº 9.199/2017, tendo em vista que constatou-se que o Interessado possui expulsão decretada, conforme Portaria nº 0756, publicada no DOU de 06 maio de 2010.

Indefiro Processo nº 08505.034331/2017-21 - NONSO CHUKWUMA
Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08451.012696/2014-24, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08444.005808/2018-11 - OMAR FAYE
Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.006297/2014-48, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08444.005814/2018-61 - BABA NDAO LOUM
Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08505.070482/2014-08, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda o registro de exercício de atividade laborativa no Brasil, verifica-se que a situação migratória do interessado se enquadra em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08444.006106/2018-47 - KELVIN MUSA
Considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadra na hipótese prevista no art. 142, inciso I, alínea "e", do Decreto 9.199/17, de competência do Ministério do Trabalho, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08709.007959/2018-48 - MAMADOU SALIF SOW
Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08220.004730/2014-19, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda o registro de exercício de atividade laborativa no Brasil, verifica-se que a situação migratória do interessado se enquadra em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, diante do exposto, INDEFIRO o pedido.

Processo nº 08444.005978/2018-98 - MBACKE KEBE CISSE
Considerando a informação constante no documento SEI n° 7534585, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução processual.

Processo nº 08505.072636/2009-21 - CHMAEZE LEVI IWUDIKE

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Chefe
Substituto

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.768, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita a Unidade de Internação em Cuidados Prolongados - UCP no Hospital Padre Zé - João Pessoa (PB) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 1.524/GM/MS, de 24 de julho de 2013, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado da Paraíba e Municípios e alocou recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
Considerando a Resolução n° 250/12, de 18 de dezembro de 2012 em que aprova o Plano Estadual da Rede de Atenção as Urgências e Emergências da 1ª Macrorregião de Saúde da Paraíba;
Considerando a Resolução n° 64/15, de 23 de novembro de 2015 em que aprova a habilitação de 50 (cinquenta) leitos de Cuidados Prolongados do Hospital Padre Zé, CNES 2707519, localizado no Município de João Pessoa (PB);
Considerando a Resolução n° 124/15, de 19 de novembro de 2018 em que aprova o Aditivo de leitos à I Etapa do Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência do Estado da Paraíba, referentes a Cuidados Prolongados, UTI Adulto Tipo II, UTI Pediátrica Tipo II e UAVC; e
Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:
Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Internação em Cuidados Prolongados/UCP, com dois módulos de 25 leitos cada, no estabelecimento a seguir relacionado:

Código	09.08 - Unidade de Internação em Cuidados Prolongados - UCP
Hospital	Hospital Padre Zé
Nº de leitos	50
CNES	2507519
CNPJ	08.667.206/0001-81

Parágrafo único. A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Capítulo II, Seção XI, artigos 948 a 966 terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.567.875,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e oitocentos e setenta e cinco reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Paraíba e Município de João Pessoa.
Parágrafo único. Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° referem-se ao custeio de novos leitos em Unidade de Internação de Cuidados Prolongados do Hospital Padre Zé, CNES 2507519, localizado no Município de João Pessoa (PB), previstos no Resolução n° 124/15, de 19 de novembro de 2018 em que aprova o Aditivo de leitos à I Etapa do Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência do Estado da Paraíba, referentes a Cuidados Prolongados, UTI Adulto Tipo II, UTI Pediátrica Tipo II e UAVC.
Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa, IBGE 250750, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.
Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.
Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 1.055/GM/MS, de 20 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 77, de 23 de abril de 2018, Seção 1, páginas 139 a 146, Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	CNES	VALOR
BA	ITABUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABUNA - SMS	36000187427201800	1.850.000,00	36870001	300.000,00	2525569	
					27410001	300.000,00	2772280	500.000,00
					27410001	300.000,00	6211402	1.000.000,00
					30280014	500.000,00		350.000,00
					37720001	600.000,00		

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	CNES	VALOR
BA	ITABUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABUNA - SMS	36000187427201800	1.850.000,00	35680002	150.000,00	6211402	350.000,00
					37720001	200.000,00		
					27410001	300.000,00	2772280	1.000.000,00
					37720001	400.000,00		
					36870001	300.000,00		
					30280014	500.000,00	2525569	500.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 435, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde; acrescenta, altera e revoga dispositivos da Resolução Normativa - RN nº 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS, e revoga a RN n° 290, de 27 de fevereiro de 2012.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o inciso XLI do artigo 4º e o inciso II do artigo 10ambos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o § 3º do artigo 1º da Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001; o parágrafo único do artigo 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; e a alínea "a" do inciso II do artigo 30 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017, em reunião realizada em 22 de novembro de 2018, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.
Art. 1º Esta Resolução Normativa - RN dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, nos termos do seu Anexo; acrescenta, altera e revoga dispositivos da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS, e revoga a RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012.
Parágrafo único. O Anexo referido no caput deste artigo ficará disponível para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet - http://www.ans.gov.br.
Art. 2º O art. 3º da RN nº 173, de 2008, passa a vigorar acrescido do §6º conforme a seguinte redação:
"Art. 3º .....
§6º As operadoras devem enviar em conjunto com o DIOPS/ANS versão XML, referente ao quarto trimestre, por meio do DIOPS-DOCS, as Demonstrações Financeiras completas do exercício, acompanhadas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, bem como, quando for o caso, o relatório de asseguração da Demonstração de Fluxo de Caixa e o relatório circunstanciado que ateste a adequação e a fidedignidade das informações referentes às despesas contabilizadas com programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças - PROMOPREV."

Art. 3° Os §§ 1º, 2º e 4º do art. 3º da RN nº 173, de 2008, passam a vigorar conforme a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 1º As operadoras deverão comunicar, por meio do DIOPS/ANS versão XML para manutenção da regularidade do seu registro junto à ANS, as eventuais modificações:

I - de segmentação, nos termos definidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 27 de outubro de 2000, que dispõe sobre a definição, a segmentação e a classificação das Operadoras de Plano de Assistência à Saúde; e

II - de municípios nos quais as autogestões disponibilizam e as demais modalidades de atuação de operadoras comercializam seus produtos, quando houver alteração.

§ 2º As autogestões que operam por intermédio de seu departamento de recursos humanos ou órgão assemelhado ficam dispensadas do cumprimento do disposto no § 1º.

§ 4º As operadoras devem enviar em conjunto com o DIOPS/ANS versão XML, referente ao primeiro trimestre, por meio do DIOPS-DOCS, o relatório circunstanciado sobre deficiências de controle interno, ficando dispensadas do envio deste relatório as operadoras dispensadas do envio do DIOPS/ANS, conforme disposto no art. 3º-A."(NR)

Art. 4º Revoga-se o § 1º do art. 2º-A da RN nº 173, de 2008, e a RN nº 290, de 2012.

Art. 5º Esta RN entra em vigor em 1º de janeiro de 2019.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DE OPERADORAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 8, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa Conjunta - INC nº 7, de 23 de novembro de 2012, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre o cadastramento, o monitoramento e os investimentos em programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, revogando a Instrução Normativa Conjunta nº 002, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 7 de julho de 2010; altera a Instrução Normativa nº 24, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 8 de dezembro de 20, que dispõe sobre o cadastramento de programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças certificados por Instituições Acreditadoras; e altera a Normativa nº 35, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta a RN n° 264, de 19 de agosto de 2011, dispondo sobre o acompanhamento dos programas para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças desenvolvidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE, e o Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 9º, inciso I, alínea "b" e inciso IV, art. 10, inciso I e X, art. 20, inciso I, alínea "a", e art. 29, inciso I, alínea "a" e § 1º, todos da Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017; a RN nº 264, de 19 de agosto de 2011; e a RN nº 435, de 23 de novembro 2018, resolve:

Art. 1º A presente Instrução Normativa Conjunta - INC altera a INC nº 7, de 23 de novembro de 2012, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre o cadastramento, o monitoramento e os investimentos em programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, revogando a Instrução Normativa Conjunta nº 002, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 7 de julho de 2010; altera a Instrução Normativa nº 24, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o cadastramento de programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças certificados por Instituições Acreditadoras; e altera a Normativa nº 35, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta a RN n° 264, de 19 de agosto de 2011, dispondo sobre o acompanhamento dos programas para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças desenvolvidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Art. 2º O inciso I e o §1º do art. 7º da INC nº 7, de 2012, da DIOPE e DIPRO, passam a vigorar conforme a seguinte redação:

Art. 7º .....:

I - à DIOPE, até 31 de março de cada ano, Relatório Circunstanciado emitido por Auditor Independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que ateste a adequação e a fidedignidade das informações referentes às despesas contabilizadas com programa(s) para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, de acordo com os termos da presente INC, bem como, para os valores eventualmente remanescentes contabilizados como Ativo Não Circulante - Intangível, o atendimento às disposições do Pronunciamento nº 4 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 - Ativo Intangível e do Plano de Contas Padrão da ANS; e

.....

§ 1º O Relatório Circunstanciado do Auditor Independente de que trata o inciso I do caput deste artigo deverá estar identificado pelo tema Programa para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças, e deve ser encaminhado em conjunto com o DIOPS/ANS versão XML referente ao quarto trimestre, por meio do DIOPS-DOCS.

....." (NR)

Art. 3º Esta INC entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras

ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA
Diretor de Normas e Habilitação dos Produtos

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 126, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O Corregedor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições previstas no art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada-RDC n° 61, de 03/02/2016, publicada no DOU de 05/02/2016 e, no uso das atribuições previstas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto n.º 8.420/2015 e, do Inciso II, do art. 1º da Portaria/ANVISA nº 384, de 21/03/2018, determina:

Art. 1º - O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Responsabilização/PAR n.º 25351.124042/2017-46, instaurado em desfavor da empresa D'AUCY DO BRASIL LTDA, alterada para a razão social GREENYARD FROZEN BRASIL LTDA, CNPJ n.º 02.861.688/0001-20, ante a ausência de elementos probatórios suficientes para caracterizar a prática de infração administrativa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVON NELSON RIBEIRO CARRICO

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.217, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 24/2018, realizada em 13 de novembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: BIOARGO COMERCIAL LTDA.-ME
CNPJ: 09.325.728/0001-68
Processo: 25351.148956/2015-14
Expediente: 0338821/17-8
Processo: 25351.148982/2015-57
Expediente: 0338846/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata os Pareceres nº 344 e 345/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: EVANDRO ALBERTO ROSA 30739587897
CNPJ: 28.889.800/0001-24
Processo: 25351.416163/2018-99
Expediente: 0951117/18-2
Processo: 25351.416139/2018-50
Expediente: 0951122/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata os Pareceres nº 355 e 354/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: G C DE ALMEIDA E CIA LTDA.-ME
CNPJ: 11.480.646/0001-30
Processo: 25351.466860/2016-09
Expediente: 2641893/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição da relatoria que acata os termos do Parecer nº 341/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: GROSSMED COMERCIAL DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 05.022.522/0001-08
Processo: 25351.855338/2008-41
Expediente: 2658103/16-5
Processo: 25351.855355/2008-03
Expediente: 2658146/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata os Pareceres nº 330 e 331/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: IMPLACIL DE BORTOLI MATERIAL ODONTOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 05.741.680/0001-18
Processo: 25351.507776/2014-28
Expediente: 0842689/18-9?
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 308/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 67.882.621/0001-17
Processo: 25351.248086/2010-44
Expediente: 0797167/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 319/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA.
CNPJ: 78.742.491/0001-33
Processo: 25351.323526/2013-77
Expediente: 0336895/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 340/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: MEDGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.-ME
CNPJ: 14.766.081/0001-40
Processo: 25351.037887/2018-70
Expediente: 0851639/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 335/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A.
CNPJ: 56.994.502/0001-30
Processo: 25351.629258/2015-25
Expediente: 0371486/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 351/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: SUPRIMED COM. DE PRODUTOS ODONTO MÉDICO HOSP. LTDA.
CNPJ: 73.091.019/0001-64
Processo: 25351.428882/2016-01
Expediente: 2552652/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 325/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: FARMATEX DO BRASIL S/A
CNPJ: 21.284.068/0001-10
Processo: 25351.053561/2017-02
Expediente: 0300572/17-4
Processo: 25351.082701/2017-02
Expediente: 0496064/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata os Pareceres nº 342 e 343/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: SMITH & NEPHEW COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 13.656.820/0001-88
Processo: 25351.714103/2013-56
Expediente: 0892194/18-6
Processo: 25351.353646/2014-53
Expediente: 0905420/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata os Pareceres nº 336 e 337/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO LTDA.
CNPJ: 40.175.705/0001-64
Processo: 25351.362624/2016-70
Expediente: 2399071/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 178/2018 - CRTPS/Diare.

Empresa: DENTALNEWS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.-ME
CNPJ: 02.302.564/0001-04
Processo: 25351.217489/2018-35
Expediente: 0851642/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 317/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: ECOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 29.992.682/0001-48
Processo: 25351.153398/2016-38
Expediente: 2065230/16-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição da relatoria que acata os termos do Parecer nº 175/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: H.R INSTRUMENTAL CIRÚRGICO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-ME
CNPJ: 05.860.479/0001-50
Processo: 25351.136957/2016-17
Expediente: 2084187/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 270/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES EIRELI-ME
CNPJ: 07.760.277/0001-61
Processo: 25351.264223/2018-06
Expediente: 0823447/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 312/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: ALKO DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 32.137.424/0001-99
Processo: 25351.281996/2016-95
Expediente: 2297142/16-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 188/2018 - CRTPS/DIARE.

Empresa: LINET DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 16.861.009/0001-27
Processo: 25351.208587/2016-35
Expediente: 2668726/16-2
Processo: 25351.208600/2016-18
Expediente: 2652707/16-5
Processo: 25351.947173/2016-17
Expediente: 2652692/16-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 179, 180 e 181/2018 - CRTPS/DIARE.

ARESTO Nº 1.218, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 025/2017, realizada em 26 de setembro de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, e com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 205, de 15 de julho de 2005, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: TABACOS MATA FINA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHARUTOS LTDA
CNPJ: 08.927.620/0001-82
Processo: 25351.334330/2010-82
Expediente: 1889564/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por exaurimento da esfera administrativa, COM REVISÃO DE OFÍCIO quanto à admissibilidade do recurso administrativo, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 263/2017 - CRTPS/DIARE.

ARESTO Nº 1.219, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 24, realizada em 13 de novembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Nutriex Indústria de Nutracêuticos LTDA.
CNPJ: 22.966.065/0001-29
Processo: 25351.625964/2017-62
Expediente: 0953377/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 04/2018 - CRCOS/GHCOS/DIARE.

Recorrente: Insetimax Indústria Química
CNPJ: 05.328.961/0001-43
Processo: 25351.858918/2016-67
Expediente: 889382/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 35/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

Recorrente: Bondmann Química LTDA.
CNPJ: 94.984.796/0001-08
Processo: 25351.185964/2018-05
Expediente: 868310/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 37/2018 - COREC/COSAN/GHCOS.

ARESTO Nº 1.220, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 24, realizada em 13 de novembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: A AIRLA VERAS PINTO DE SOUZA
CNPJ: 29.420.614/0001-04
Processo: 25351.221188/2018-14
Expediente: 0523640/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 395/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: COSTA & LIMA DROGARIA LTDA.
CNPJ: 28.899.006/0001-61
Processo: 25351.221181/2018-94
Expediente: 0488127/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 334/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: DÉBORA CAROLINE POSSÃO DA SILVA-ME
CNPJ: 24.291.914/0001-17
Processo: 25351.291243/2018-25
Expediente: 0828967/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 364/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA MOLLER LTDA.-ME
CNPJ: 28.844.703/0001-15
Processo: 25351.176736/2018-36
Expediente: 0429756/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 360/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA NOVA FARMA JARDIM PRESIDENTE LTDA.-ME
CNPJ: 17.691.081/0002-05
Processo: 25351.327625/2018-02
Expediente: 0931010/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 398/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: LABORATÓRIO DE EXTRATOS ALERGÊNICOS LTDA.
CNPJ: 28.614.626/0001-07
Processo: 25351203390/2012-95
Expediente: 0910269/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando o voto do relator - Voto nº 082/2018 - Dimon/Anvisa.

Recorrente: LANCO LTDA.
CNPJ: 00.595.037/0001-00
Processo: 25351.011284/2003-61
Expediente: 0493799/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 351/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: M. P. R. BALLIEIRO EIREILI-ME
CNPJ: 27.908.212/0001-28
Processo: 25351.325147/2018-98
Expediente: 0953840/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 404/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: RF COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 19.708.089/0001-73
Processo: 25741.327701/2018-88
Expediente: 0540358/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 381/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
CNPJ: 22.690.836/0001-36
Processo: 25752.155097/2018-52
Expediente: 0291671/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 343/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
CNPJ: 22.690.836/0001-36
Processo: 25752.155096/2018-16
Expediente: 0291672/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 344/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: JF2 PHARMACIAS DE MANIPULAÇÃO LTDA.
CNPJ: 29.791.009/0001-40
Processo: 25351.305935/2018-68
Expediente: 0901871/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 393/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: MASTERMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 11.970.849/0001-04
Processo: 25351.535635/2011-04
Expediente: 0883426/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 389/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: QNT BRAZIL SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA.
CNPJ: 14.064.707/0001-76
Processo: 25759.233190/2018-45
Expediente: 0442078/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 376/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.
CNPJ: 95.433.397/0001-11
Processo: 25351531866/2016-13
Expediente: 0790696/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 346/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: LOG LAB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.
CNPJ: 21.895.553/0001-20
Processo: 25351.062508/2018-80
Expediente: 0444497/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 352/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: GILDACI ALVES DE SOUZA-ME
CNPJ: 19.634.726/0001-04
Processo: 25351.704415/2015-91
Expediente: 0761473/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 335/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: GILDACI ALVES DE SOUZA-ME
CNPJ: 19.634.726/0001-04
Processo: 25351.704415/2015-91
Expediente: 0764682/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 337/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: BECKMAN COULTER DO BRASIL COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.
CNPJ: 42.160.812/0006-59
Processo: 25741.210006/2018-88
Expediente: 0407496/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 374/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
CNPJ: 35.820.448/0069-24
Processo: 25752.155095/2018-63
Expediente: 0291670/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 272/2018 - Coare/Dimon.

DESPACHO Nº 283, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados no Anexo.

ALESSANDRA BASTOS SOARES

ANEXO

Empresa: SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.019.570/0001-00
Processo: 25351.132242/2018-40
Expediente: 0953326/18-5
Nome Comercial (Produto): Kit de Anestesia Combinada com Fixador de Cateter Epidural
Data do Protocolo: 01/10/2018

Empresa: MERIT MEDICAL COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 13.200.579/0001-88
Processo: 25351.479680/2016-02
Expediente:0962836/18-3
Nome Comercial (Produto): Introdutor Coaxial Corvocet
Data do Protocolo: 03/10/2018

Empresa: LAS - LATIM AMERICAN SOLUTIONS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 9.183.319/0001-74
Processo: 25351362955201836
Expediente: 0966934/18-5
Nome Comercial (Produto): PARAFUSOS NÃO CANULADOS PEQUENOS/GRANDES FRAGMENTOS
Data do Protocolo: 04/10/2018

Empresa: MEDLINE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.591.581/0001-83
Processo: 25351.167641/2018-21
Expediente: 0973597/18-6
Nome Comercial (Produto): LUMERA
Data do Protocolo: 05/10/2018

DESPACHO Nº 285, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve arquivar processo de regulamentação e tema da Agenda Regulatória 2017/2020, conforme disposto, em anexo, e deliberação em reunião realizada em 20 de novembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Agenda Regulatória 2017-2020: 7.9 Metodologias de controle de qualidade, segurança e eficácia de medicamentos
Assunto: Certificação de Boas Práticas para a realização de estudos de Biodisponibilidade/Bioequivalência de medicamentos
Processo: 25351.324802/2017-17
Justificativa do Arquivamento: Devido à necessidade de reprogramação de atividades internas para o atendimento dos prazos estipulados pela Lei nº 13.411, de 2016, o processo de regulamentação deve ser retomado no segundo semestre de 2020.
Área responsável: CETER/GESEF/GGMED
Diretor Relator: Renato Alencar Porto

DESPACHO Nº 286, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a proposta de iniciativa em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de novembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.346195/2017-77
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema n. 4.4
Assunto: Proposta de iniciativa sobre aditivos alimentares contendo alumínio.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos (GGALI)
Regime de Tramitação: Comum

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 70, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do sacubitril/valsartana para insuficiência cardíaca crônica sintomática (NYHA classe II-IV), apresentada pela Novartis Biociências S.A. nos autos do processo NUP 25000.134818/2018-93. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

CONSULTA PÚBLICA Nº 71, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS), por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), no uso das atribuições conferidas pelo art. 56 do Anexo I ao Decreto n.º 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para envio de comentários e apresentação de contribuições do público em geral, minuta de Portaria Interministerial para a implementação da Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde - PNITS, consoante disposto no Decreto nº 9.245, tendo em vista o disposto no artigo 6º da Portaria GM/MS nº 2.680, de 27 de agosto de 2018.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para envio de comentários, apresentação de contribuições e avaliação das sugestões de alteração das propostas acima referidas.

Art. 2º As propostas em exame, estarão disponíveis na íntegra, no sítio do Ministério da Saúde: http://portalms.saude.gov.br/ciencia-e-tecnologia-e-complexo-industrial/complexo-industrial/consultas-publicas .

Art. 3º As contribuições deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio de formulário, disponível no endereço eletrônico: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=43666.

§1º As contribuições e sugestões deverão estar fundamentadas para melhor atendimento às proposições.

§2º As contribuições não enviadas no formulário de que trata o "caput" deste artigo, ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final dos Documentos.

§3º Será permitido, excepcionalmente, ao final do formulário, anexar um arquivo para subsidiar a contribuição. Caso seja necessário anexar um arquivo com mais de 2 MB, favor encaminhá-lo para portariaspnits@saude.gov.br, identificando-se com nome e CPF do respondente do formulário. Este e-mail deverá ser usado EXCLUSIVAMENTE para envio de arquivos com mais de 2 MB. Não serão aceitas contribuições realizadas por e-mail.

Art. 4º Findo o prazo estabelecido no art. 1º, o Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde - DECIIS/SCTIE/MS promoverá a análise das contribuições apresentadas, disponibilizará o resultado da consulta pública no sítio do Ministério da Saúde e elaborará versão final consolidada da Portaria Interministerial para a implementação da Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde - PNITS, consoante disposto no Decreto nº 9.245, para fins de posterior aprovação e publicação, com vigência em todo o território nacional.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidas e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN
Secretário

CONSULTA PÚBLICA Nº 72, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS), por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), no uso das atribuições conferidas pelo art. 56 do Anexo I ao Decreto n.º 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para envio de comentários e apresentação de contribuições do público em geral, proposta de alteração do Anexo XCV, da Portaria Consolidada nº 5, de 28 de setembro de 2017 (Antiga Portaria GM/MS nº 2.531/2014), que visa redefinir as diretrizes e os critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das Parcerias para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e para Desenvolvimento Produtivo (PDP) e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito da PD&I e da PDP e o respectivo monitoramento e avaliação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União (DOU), para envio de comentários, apresentação de contribuições e avaliação das sugestões de alteração das propostas acima referidas.

Art. 2º As propostas em exame, estarão disponíveis na íntegra, no sítio do Ministério da Saúde: http://portalms.saude.gov.br/ciencia-e-tecnologia-e-complexo-industrial/complexo-industrial/consultas-publicas.

Art. 3º As contribuições deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio de formulário, disponível no endereço eletrônico: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=43669.

§1º As contribuições e sugestões deverão estar fundamentadas para melhor atendimento às proposições.

§2º As contribuições não enviadas no formulário de que trata o "caput" deste artigo, ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final dos Documentos.

§3º Será permitido, excepcionalmente, ao final do formulário, anexar um arquivo para subsidiar a contribuição. Caso seja necessário anexar um arquivo com mais de 2 MB, favor encaminhá-lo para portariaspnits@saude.gov.br , identificando-se com nome e CPF do respondente do formulário. Este e-mail deverá ser usado EXCLUSIVAMENTE para envio de arquivos com mais de 2 MB. Não serão aceitas contribuições realizadas por e-mail.

Art. 4º Findo o prazo estabelecido no art. 1º, o Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde - DECIIS/SCTIE/MS promoverá a análise das contribuições apresentadas, disponibilizará o resultado da consulta pública no sítio do Ministério da Saúde e elaborará versão final consolidada da proposta de alteração do Anexo XCV, da Portaria Consolidada nº 5, de 28 de setembro de 2017 (Antiga Portaria GM/MS nº 2.531/2014), para fins de posterior aprovação e publicação, com vigência em todo o território nacional.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidas e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN
Secretário

Ministério da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 209, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Delega e subdelega competências ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Segurança Pública, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV da Constituição da República, combinado com, a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, o Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, os arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, o Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, o Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1995, os arts. 9º e 10 do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 e o § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006; resolve:

Art. 1º Fica delegado ao ocupante do cargo de Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Segurança Pública as competências delegadas e subdelegadas ao Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública, descritas nas seguintes portarias:

I-Portaria nº 3, de 1º de março de 2018;

II- Portaria nº 64, de 30 de abril de 2018; e

III- Portaria nº 96, de 11 de julho de 2018.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Segurança Pública, até a data de publicação desta Portaria, em conformidade com as delegações e subdelegações aqui mencionadas.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.409, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92592 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa USINA SANTA CLOTILDE S/A , CNPJ nº 12.607.842/0001-95, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
40 (quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.536, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/61115 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PADLOCK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 29.158.590/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2122/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.544, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76843 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARTUR EBERHARDT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 61.594.818/0001-74 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2077/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.555, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97917 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONDOMÍNIO OPERACIONAL DO SHOPPING OIAPOQUE, CNPJ nº 11.374.715/0001-20, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
20 (vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.635, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94393 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARACANAU SHOPPING CENTER, CNPJ nº 05.825.973/0001-83 para atuar no Ceará.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.638, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94987 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 3E VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.578.814/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2488/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.689, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/102701 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLACK FIRE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 19.828.180/0001-22, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
38612 (trinta e oito mil e seiscentas e doze) Espoletas calibre 38
18356 (dezoito mil e trezentos e cinquenta e seis) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
4000 (quatro mil) Buchas calibre 12
80 (oitenta) Quilos de chumbo calibre 12
4000 (quatro mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.768, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/86829 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEIXEIRA & CALADO SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 14.071.312/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2597/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.769, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/86979 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASILITEC SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 24.924.468/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2295/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.795, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/88893 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HARBOR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI -EPP, CNPJ nº 15.711.152/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2565/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.821, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48270 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa OWL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.905.455/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2410/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.824, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/87911 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALERTA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.275.436/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2399/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.827, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/88497 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 05.449.286/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2660/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.829, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/89785 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASTRO FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 65.051.591/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2504/2018 (CNPJ nº 65.051.591/0001-71) e nº 2505/2018 (CNPJ nº 65.051.591/0002-52).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.836, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92167 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0016-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2537/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.837, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92266 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES EIRELI - ME, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2449/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.855, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/98997 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MDA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 26.718.562/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2572/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.856, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/99078 - DPF/SCS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMPRESA DE VIGILÂNCIA CINDAPA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.454.403/0001-24, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
656 (seiscentas e cinquenta e seis) Munições calibre 38
80 (oitenta) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.863, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/104963 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRONTTO CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 09.586.537/0001-50, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente ESCOLA GAUCHA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 28.168.688/0001-32:
3 (três) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.883, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97139 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE SEGURANÇA MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 07.258.384/0001-96, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Buchas calibre 12
169 (cento e sessenta e nove) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
1000 (um mil) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.887, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/100482 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UZIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.068.922/0001-29, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2362 (duas mil e trezentas e sessenta e duas) Munições calibre 12
100000 (cem mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
100000 (cem mil) Projéteis calibre 38
11948 (onze mil e novecentas e quarenta e oito) Espoletas calibre .380
1500 (um mil e quinhentos) Estojos calibre .380
11948 (onze mil e novecentos e quarenta e oito) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.893, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/104747 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTEK SERVICO DE VIGILANCIA A SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.403.765/0001-84, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente ESCOLA GAUCHA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 28.168.688/0001-32:
2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ESCOLA GAUCHA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 28.168.688/0001-32:

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.915, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94752 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2590/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.920, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/101731 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

AUTORIZAR a empresa TRANSVIVA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E OSTENSIVA LTDA, CNPJ Nº 09.368.267/0001-00, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser ONET SEGURANÇA LTDA

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.921, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/101849 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MONTERREY EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.352.744/0001-63, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Rio de Janeiro.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.932, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/104843 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 15.156.374/0001-78, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Goiás.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 3.178, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 4º, do Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005, e o inciso I do artigo 14, do Anexo do Decreto nº. 8.910, de 22 de novembro de 2016,

Considerando o lançamento do Portal de Corregedorias, que possibilitará célere e eficiente intercâmbio de informações entre as unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, , resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria CRG nº 1915, de 27 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n. 142, de 28 de julho de 2015, seção 1, página 71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NOBREGA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47 e nº 48, ambas de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes, respectivamente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais e de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e o art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS,

Considerando a suplementação aprovada pela publicação da Resolução nº 907 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), de 13 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 19 de novembro de 2018; e

Considerando a solicitação de remanejamento de recursos entre Unidades da Federação, formulada pelo Agente Operador do FGTS, Caixa Econômica Federal por intermédio do Ofício DEFUS/SUFUG/GEAVO nº 232/2018, de 12 de novembro de 2018, constante dos autos do processo administrativo nº 80000.036315/2017-81, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e os anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 950 e 951, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° (...)

§ 1º Ficam destinados, no máximo, R$ 33.914.000.000,00 (trinta e três bilhões, novecentos e quatorze milhões de reais)? para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 2º A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará os dispositivos a seguir relacionados:

I - R$ 6.186.500.000,00 (seis bilhões, cento e oitenta e seis milhões quinhentos mil reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

II - R$ 3.050.000.000,00 (três bilhões, cinquenta milhões de reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; e

III - R$ 263.500.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões quinhentos mil reais), alocados na forma do Anexo III, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados.

(...)

§ 7º Os recursos de que trata o §2º só serão liberados mediante a contrapartida prevista da União."

"ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2018
(Valores em R$ 1.000,00)

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas físicas	Empregos gerados	Valores
1) Pró-Moradia	10.707	11.550	500.000
2) Carta de Crédito Individual	182.366	507.203	21.956.846
3) Carta de Crédito Associativo	2.272	3.175	137.458
4) Apoio à Produção de Habitações	348.501	809.868	35.059.204
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	3.482	16.089	696.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	0	0	9.500.000
TOTAL GERAL	**575.593**	**1.466.850**	**73.000.000**

Legenda: (...)"

"ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR
COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2018
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/REGIÕES	PRÓ-MORADIA	CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL	CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO	APOIO À PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES	TOTAL
RO	3.813	196.000	0	4.000	203.813
AC	1.781	6.000	0	11.000	18.781
AM	14.356	26.646	0	424.000	465.002
RR	1.765	43.400	0	12.000	57.165
PA	24.075	149.000	0	175.200	348.275
AP	3.579	8.000	0	8.000	19.579
TO	3.259	130.000	10.000	110.000	253.259
NORTE	**52.628**	**559.046**	**10.000**	**744.200**	**1.365.874**
MA	14.643	213.000	0	526.750	754.393
PI	7.118	175.000	0	277.000	459.118
CE	16.968	689.100	0	488.000	1.194.068
RN	8.270	549.500	70	303.000	860.770
PB	10.222	671.000	0	398.500	1.079.722
PE	17.813	526.000	0	1.177.276	1.721.089
AL	6.107	175.000	0	429.190	610.297
SE	4.165	258.000	0	419.832	681.997
BA	33.677	430.500	5.000	1.371.000	1.840.177
NORDESTE	**118.983**	**3.687.100**	**5.070**	**5.390.548**	**9.201.631**
MG	45.255	2.933.500	20.000	3.789.101	6.787.856
ES	9.888	189.000	8.000	497.100	703.988
RJ	32.707	568.000	15.000	3.010.787	3.626.494
SP	122.485	5.218.000	17.730	13.474.939	18.833.154
SUDESTE	**210.335**	**8.908.500**	**60.730**	**20.771.927**	**29.951.492**
PR	28.258	2.561.500	10.000	2.282.442	4.882.200
SC	18.875	1.510.000	9.000	874.000	2.411.875
RS	26.609	1.483.500	11.000	2.267.194	3.788.303
SUL	**73.742**	**5.555.000**	**30.000**	**5.423.636**	**11.082.378**
MS	7.658	533.000	17.658	403.700	962.016
MT	7.485	354.000	7.000	529.420	897.905
GO	14.488	2.253.000	7.000	1.332.889	3.607.377
DF	14.681	107.200	0	462.884	584.765
CENTRO-OESTE	**44.312**	**3.247.200**	**31.658**	**2.728.893**	**6.052.063**
TOTAL	**500.000**	**21.956.846**	**137.458**	**35.059.204**	**57.653.508**

Observação: (...)"

"ANEXO III

ORÇAMENTO OPERACIONAL
DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS
DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2018
(Valores em R$ 1.000,00)

UF/ REGIÕES	DESCONTOS
RO	45.239
AC	2.965
AM	39.179

RR	14.265
PA	73.527
AP	2.468
TO	43.700
NORTE	**221.343**
MA	193.200
PI	114.661
CE	213.210
RN	244.068
PB	283.955
PE	348.843
AL	176.615
SE	146.157
BA	397.500
NORDESTE	**2.118.209**
MG	1.160.100
ES	75.580
RJ	601.600
SP	2.370.551
SUDESTE	**4.207.831**
PR	817.458
SC	368.806
RS	617.347
SUL	**1.803.611**
MS	176.709
MT	154.463
GO	731.184
DF	86.650
CENTRO-OESTE	**1.149.006**
TOTAL	**9.500.000**

Observação: (...)"

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa nº 27, de 26 de outubro de 2018.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.464, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 00000.703227/1982-30. Interessado: Agroflorestal Justus S.A. Objeto: Extinguir a concessão da Usina Hidrelétrica denominada CGH Justus, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) CGH.PH.PR.028680-0.01, outorgada à empresa Agroflorestal Justus, com dispensa de reversão dos bens vinculados à concessão. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.465, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.004645/2018-44. Interessado: Fortaleza Energia Ltda. Objeto: declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da PCH Fortaleza, CEG PCH.PH.PR.035274-8.01, localizada no município de Tibagi, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.467, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005487/2018-40. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação 138/13,8 kV Jussari - 10/12,5 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.473, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005674/2018-23. Interessada: Engie Transmissão de Energia Ltda. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Ponta Grossa - Bateias C1. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.481, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006501/2017-41. Interessada: Piratininga Bandeirantes Transmissora de Energia Ltda. Objeto: Alterar o anexo da Resolução Autorizativa nº 6.872, de 20 de fevereiro de 2018, que trata da declaração de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão Subterrânea 345 kV Piratininga II - Bandeirantes. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

DESPACHO N° 2.646, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.002370/2018-12 e 48500.002371/2018-59, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar os Recursos Administrativos interpostos pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista em face de decisão emitida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP nos processos ARSESP ADM-0113-2017 e ARSESP ADM-0077-2017 referente a classificação de unidade consumidora; (ii) manter a decisão proferida pela Diretoria da ARSESP no sentido de determinar que a CPFL Paulista efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, na forma do regulamento vigente, decorrentes dos erros de classificação das unidades consumidoras, referente ao período de 36 ciclos de faturamento imediatamente anteriores à constatação do erro, descontados os valores já pagos; (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias a partir da sua publicação; e (iv) determinar que a CPFL Paulista encaminhe à ARSESP a comprovação do pagamento, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir da sua efetivação.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

DESPACHO Nº 2.647, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004575/2009-33, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelas empresas São Clemente Geração de Energia Ltda., Sol Energia Ltda., Pró-Energia Consultoria Ltda. e Seta Engenharia S.A. em face do Despacho nº 3.076 de 20 de setembro de 2017, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, que revogou os Despachos nº 3.446, de 14 de setembro de 2009 - que conferiu o Registro Ativo para desenvolvimento dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jacutinga -, nº 3.973, de 20 de dezembro de 2010 - referente ao respectivo Aceite -, nº 1.699, de 29 de maio de 2015 - que aprovou os Estudos apresentados - e nº 2.466, de 30 de julho de 2015, que suspendeu os efeitos deste último Despacho.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

DESPACHO N° 2.648, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais; de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005983/2017-12, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. em face da Resolução Autorizativa nº 6.882, de 27 de fevereiro de 2018, e, no mérito, negar-lhe provimento.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 2.743, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 5.3318, de 18 de setembro de 2018, considerando o que consta do Processo nº 48500.000808/2018-10, em complementação aos Despachos nº 2.465, de 26/10/2018, nº 2.501, de 31/10/2018, e nº 2.560, de 8/11/2018, decide pela habilitação das seguintes proponentes vencedoras do Leilão de Geração nº 03/2018-ANEEL (A-6 de 2018):

	Tipo	Empreendimento	Proponente Vencedora		CNPJ
1	UTE	Rio Vermelho 3	Glencane Bioenergia S.A.		68.316.801/0001-02
2	PCH	Bela Vista	Consórcio Bela Vista Geração	Copel Geração e Transmissão S.A. - 99,9%	04.370.282/0001-70
				Foz do Chopim Energética Ltda. - 0,1%	03.507.699/0001-79

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.624, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005700/2018-13. Interessado: Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Hospital Alemão Oswaldo Cruz, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.PE.SP.040856-5.01, com 7.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Paulo, no estado de São Paulo. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.653, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.004285/2017-08. Interessado: VILA PIAUÍ 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Vila Piauí II, CEG EOL.CV.RN.036973-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.685, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003887/2011-44. Interessado: Reinhofer Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da revisão do Projeto Básico da PCH Foz do Capão Grande, com 11.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035780-4.01, localizada no rio Capão Grande, sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Pinhão e Reserva do Iguaçu, no estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.686, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003888/2011-99. Interessado: Reinhofer Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da revisão do Projeto Básico da PCH Pituquinhas, com 13.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035610-7.01, localizada no rio Capão Grande, sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Pinhão e Reserva do Iguaçu, no estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.700, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.000602/2017-17 e n° 48500.008333/2008-38. Interessado: PCH BVII - Geração de Energia Ltda Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Paredinha, com 23.920 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.037743-0.01, localizada no rio Cachoeira, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Turvo, estado de Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.701, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003665/2006-20. Interessado: Tropeiro Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Iapó, com 20.077 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035336-1.01, localizada no rio Iapó, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Tibagi, estado de Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.703, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005632/2014-69. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio. Decisão: excluir, a pedido dos interessados, João Roberto de Arruda Sampaio da titularidade do Despacho nº 3.374, de 22 de dezembro de 2016, referente a PCH COR 113, CEG PCH.PH.GO.035592-5.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.704, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005621/2014-89. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio. Decisão: excluir, a pedido dos interessados, João Roberto de Arruda Sampaio da titularidade do Despacho nº 3.380, de 23 de dezembro de 2016, referente a PCH COR 118, CEG PCH.PH.GO.035590-9.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.724, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004913/2018-28. Interessado: FB - Balestrin Construções e Engenharia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Juína I, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.034764-7.01, situada no rio Juína, no estado de Mato Grosso; (ii) esse DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital com o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.731, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº Listados no Anexo 1. Interessado: Listados no Anexo 1. Decisão: (i) alterar, a pedido da interessada, os Despachos de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) referente às usinas listadas no Anexo 1 a fim de contemplar a transferência de titularidade da empresa Solatio Gestão de Projetos Solares Ltda. para as empresas constantes do Anexo 1 e (ii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 676/2015. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÕES

Nos Despachos nº 2.619 e Nº 2.620, de 14 de novembro de 2018, publicados no D.O. de 23.11.2018, seção 1, p. 294, v. 155, n. 225., onde se lê: "Despachos de 19 de novembro de 2018.", leia-se: "Despachos de 14 de novembro de 2018".

Nos Despachos nº 2.678 e Nº 2.679 de 20 de novembro de 2018, publicados no D.O. de 23.11.2018, seção 1, p. 295, v. 155, n. 225., onde se lê: "Despachos de 19 de novembro de 2018.", leia-se: "Despachos de 20 de novembro de 2018".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.728, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.000050/2017-39. Interessado: Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 27 de novembro de 2018. Usina EOL Aura Lagoa do Barro 07. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.000 kW cada, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em testes a partir do dia 27 de novembro de 2018.

Nº 2.729 -Processo nº 48500.001815/2018-39. Interessados: Delta 5 I Energia S.A. Usina: EOL Delta 5 I. Unidade Geradora: UG7, de 2.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Paulino Neves, estado do Maranhão.

Nº 2.730 - Processo nº 48500.002330/2003-23. Interessados: Viena Siderúrgica do Maranhão S.A. Usina: UTE Viena. Unidade Geradora: UG2, de 5.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Açailândia, estado do Maranhão.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.566, de 9 de novembro de 2018, publicado no DOU nº 217, de 12 de novembro de 2018, seção 1, página 68, no texto integral onde se lê: "da UFV Apodi III", leia-se: "da UFV Apodi IV".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.690, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004933/2018-07. Interessada: SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir previamente à proposta de alteração do Estatuto Social da Interessada para redução de capital no valor de até R$129.000.000,00 (cento e vinte e nove milhões de reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.691, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004952/2018-25. Interessada: SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir previamente à proposta de alteração do Estatuto Social da Interessada para redução de capital no valor de até R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.692, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 48500.001128/2018-13. Interessado: Quanta Geração S.A. Decisão: I - fixar, conforme anexo, o valor total e as parcelas mensais da quota da Reserva Global de Reversão - RGR referente ao período de julho de 2018 a junho de 2019, a serem devolvidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e II - este Despacho entra em vigor na data de sua publicação. A íntegra deste despacho e respectivo anexo está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.698, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005420/2018-13. Interessada: EDP Energias do Brasil S.A. Decisão: anuir previamente aos Contratos de Mútuo a serem firmados entre a interessada (Mutuante) e a EDP Transmissão SP-MG S.A., EDP Transmissão Aliança SC S.A., EDP Transmissão MA I S.A. e EDP Transmissão MA II S.A. (mutuárias). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 758, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta a certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis de que trata o art. 18 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o credenciamento de firmas inspetoras.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.003318/2108 e as deliberações tomadas na 955ª Reunião de Diretoria, realizada em 23 de novembro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios, os procedimentos e as responsabilidades para concessão, renovação, suspensão e cancelamento do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis e ficam definidos os requisitos para o credenciamento de firmas inspetoras responsáveis pela Certificação de Biocombustíveis.

§ 1º A participação no RenovaBio é de caráter voluntário para o produtor e importador de biocombustível.

§ 2º O Certificado da Produção Eficiente de Biocombustível é concedido especificamente para cada unidade produtora de biocombustível.

Art. 2º O produtor e o importador de biocombustível, participantes do RenovaBio, ficam obrigados a disponibilizar todas as informações necessárias para o cálculo da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e a fração do volume de biocombustível elegível, incluídas as fases de geração, tratamento e conversão da biomassa em biocombustível.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - biomassa energética: a matéria-prima passível de ser convertida em biocombustível, mesmo que destinada a outro fim;

II - Certificação de Biocombustíveis: conjunto de procedimentos e critérios em processo, no qual a firma inspetora avalia a conformidade da mensuração de aspectos relativos à produção ou à importação de biocombustíveis em função da eficiência energética e das emissões de gases do efeito estufa, com base em avaliação do ciclo de vida;

III - Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis: documento emitido exclusivamente por firma inspetora como resultado do processo de Certificação de Biocombustíveis, que inclui expressamente a Nota de Eficiência Energético-Ambiental do emissor primário;

IV- ciclo de vida: estágios consecutivos e encadeados de sistema de produto, desde a aquisição de matéria-prima ou de sua geração a partir de recursos naturais até a disposição final, conforme definido nesta Resolução;

V - credenciamento: processo pelo qual entidade obtém credenciamento pela ANP para realizar a certificação de biocombustíveis e emissão do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, observando os procedimentos definidos nesta Resolução e informes técnicos disponíveis no sítio eletrônico da ANP;

VI - Crédito de Descarbonização (CBIO): instrumento registrado sob a forma escritural, para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis de que trata o art. 7º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017;

VII - emissor primário: produtor ou importador de biocombustível autorizado pela ANP que tenha Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis e esteja habilitado a solicitar a emissão de Crédito de Descarbonização em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido ou importado e comercializado, relativamente a sua Nota de Eficiência Energético-Ambiental, nos termos definidos nesta Resolução;

VIII - etanol de primeira geração: processo de produção de etanol a partir de matérias-primas sacaríneas ou amiláceas;

IX - etanol de segunda geração: processo de produção de etanol a partir de matérias-primas lignocelulósicas, por rota bioquímica;

X - exemplar arbóreo isolado: aquele que se situa distante de fisionomias vegetais nativas primária ou secundária, cuja parte aérea não esteja em contato entre si, configurando-se na paisagem como indivíduo isolado e com dossel não contínuo;

XI - firma inspetora: organismo credenciado para realizar a Certificação de Biocombustíveis e emitir o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis e a Nota de Eficiência Energético-Ambiental;

XII - fração do volume de biocombustível elegível: é a fração do volume de biocombustível certificada, que está apta a receber a Nota de Eficiência Energético-Ambiental;

XIII - imóvel rural: quando situado no território nacional, refere-se à área contida em perímetro registrado e identificada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em conformidade com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; quando situado em território estrangeiro, refere-se ao perímetro reconhecido por órgão oficial do país e georreferenciado;

XIV - importador de biocombustível: agente econômico autorizado pela ANP a exercer a atividade de importação de biocombustível, nos termos da regulação vigente de cada produto relacionado às rotas do art. 4º desta Resolução;

XV - informe técnico: documento elaborado pela ANP, que contém esclarecimentos e detalhes operacionais, complementares aos procedimentos estabelecidos na presente Resolução para serem utilizados no processo de Certificação de Biocombustíveis;

XVI - intensidade de carbono: relação da emissão de gases causadores do efeito estufa, com base em avaliação do ciclo de vida, computada no processo produtivo do combustível, por unidade de energia;

XVII - Nota de Eficiência Energético-Ambiental: valor atribuído no Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, individualmente, por emissor primário, que representa a diferença entre a intensidade de carbono do combustível fóssil substituto e a intensidade de carbono do biocombustível, estabelecida no processo de certificação;

XVIII - Organismo de Verificação de Inventários de Gases de Efeito Estufa (OVV): organismo acreditado de acordo com os requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR ISO 14065;

XIX - perfil específico: opção de preenchimento da RenovaCalc a ser utilizada pelo produtor ou importador de biocombustível em que são incluídos os parâmetros técnicos requeridos com os dados obtidos em seus respectivos processos produtivos e nos processos dos produtores de biomassa energética;

XX - perfil padrão: opção de preenchimento da RenovaCalc a ser utilizada pelo produtor ou importador de biocombustível em que são incluídos os parâmetros técnicos referentes à produção de biomassa energética requeridos com os dados previamente alimentados, correspondentes ao perfil médio de produção no Brasil acrescido de penalização;

XXI - produtor de biocombustível: agente econômico autorizado pela ANP a exercer a atividade de produção de biocombustível;

XXII - produtor de biomassa: agente responsável pela produção de biomassa em imóvel rural, podendo ser a própria unidade produtora de biocombustíveis ou terceiro somente fornecedor de biomassa;

XXIII - RenovaCalc: ferramenta de cálculo da intensidade de carbono de biocombustíveis, desenvolvida com base nas premissas metodológicas apresentadas no Anexo I, disponível no sítio eletrônico da ANP; e

XXIV - unidade produtora: instalação nacional ou estrangeira produtora de biocombustível, que, além da área industrial destinada à produção de biocombustíveis, pode incluir áreas destinadas à produção agrícola, à fabricação de produtos agropecuários e alimentícios, à geração de energia elétrica e aos aterros sanitários.

CAPÍTULO III

DAS ROTAS DE PRODUÇÃO

Seção I

Das Rotas de Produção Aptas

Art. 4º As rotas de produção de biocombustíveis que estão aptas a obter Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis são:

I - biodiesel;

II - biometano;

III - combustíveis alternativos sintetizados por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA);

IV - etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana-de-açúcar;

V - etanol combustível de primeira e segunda geração produzido em usina integrada;

VI - etanol combustível de segunda geração;

VII - etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana-de-açúcar e milho em usina integrada;

VIII - etanol combustível de primeira geração produzido a partir de milho; e

IX - etanol combustível importado de primeira geração produzido a partir de milho.

Seção II

Da Inclusão de Novas Rotas de Produção e Adequação dos Parâmetros de Cálculo da Intensidade de Carbono dos Biocombustíveis

Art. 5º Os agentes econômicos interessados em obter Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis para biocombustíveis ou rotas de produção distintas daquelas listadas no art. 4º devem encaminhar à ANP documentos que comprovem as seguintes informações:

I - mercado aparente de biocombustíveis;

II - volume de produção potencial;

III - mercado potencial;

IV - desempenho técnico e econômico;

V - maturidade da tecnologia de produção;

VI - grau de organização da cadeia produtiva;

VII - diferença em relação às rotas previstas no art. 4º;

VIII - dados abertos dos processos de produção de matéria-prima, do biocombustível, de coprodutos e de insumos, quando pertinente;

IX - estudo de análise de ciclo de vida, de acordo com os requisitos metodológicos descritos no Anexo I, explicitando as fontes de informação, as premissas, as restrições, o conjunto de dados dos processos produtivos agrícola e industrial e a memória de cálculo; e

X - revisão crítica, emitida por terceira parte, do estudo de que trata o inciso IX, conforme a norma ABNT NBR ISO 14.044.

Art. 6º Os agentes econômicos interessados na modificação dos parâmetros de cálculo da intensidade de carbono utilizados RenovaCalc devem enviar pedido de alteração, acompanhado de documentação que contenha justificativa técnica pertinente.

Art. 7º As solicitações previstas nos arts. 5º e 6º serão avaliadas pelo Grupo Técnico RenovaBio, instituído pela Portaria ANP nº 303, de 2 de agosto de 2018.

Parágrafo único. A ANP poderá solicitar informações adicionais para subsidiar a decisão do Grupo Técnico RenovaBio.

CAPÍTULO IV

DO CREDENCIAMENTO DA FIRMA INSPETORA

Art. 8º O credenciamento da firma inspetora deve seguir as regras estabelecidas nesta Resolução, tornando-se válido a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A relação das firmas inspetoras credenciadas nos termos desta Resolução será publicada e mantida atualizada no sítio eletrônico da ANP (http://www.anp.gov.br).

Art. 9º As atividades de exercício exclusivo da firma inspetora somente podem ser exercidas por pessoas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou por sociedade estrangeira com autorização para funcionar no país, nos termos dos arts. 1.134 a 1.141 do Código Civil, e que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 10. A firma inspetora deve ser independente dos agentes sob processo de certificação e seu pessoal não pode engajar-se em qualquer tipo de atividade que cause conflito com sua independência de julgamento e integridade em relação às suas atividades de certificação.

§1º A firma inspetora não pode tornar-se diretamente envolvida no projeto, fabricação, fornecimento, instalação, compra, propriedade, uso, manutenção ou outras atividades relativas aos itens verificados no processo de certificação.

§ 2º A independência de que trata o caput deve ser mantida por todo o tempo em que a firma inspetora permanecer credenciada na ANP, sob pena de cancelamento do respectivo credenciamento.

Art. 11. A qualquer tempo a interessada poderá solicitar novo credenciamento desde que atendidos os requisitos da presente Resolução.

Parágrafo único. Não será concedido novo credenciamento à firma inspetora que tiver sido penalizada com cancelamento por sanção, nos termos do art. 18, inciso III, no período de três anos, a contar da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que aplicou a penalidade.

Seção I

Da Exigência Técnica para o Credenciamento de Firma Inspetora

Art. 12. A interessada deverá encaminhar solicitação de credenciamento de firma inspetora, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP, em conjunto com os seguintes documentos:

I - cópia do ato constitutivo (estatuto ou contrato social), incluindo todas as alterações ou a última, se consolidada, e no caso de sociedade por ações, cópia da ata de eleição dos administradores;

II - procuração nomeando seu representante legal junto à ANP, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP; bastando, no caso de empresa estrangeira com autorização para funcionar no país, a apresentação de cópia da procuração prevista no art. 1.138 do Código Civil;

III - cópia do documento de identificação do representante legal de que trata o inciso II;

IV - declaração descrevendo suas atividades relacionadas ao objeto da presente Resolução;

V - documento que defina suas responsabilidades e sua estrutura hierárquica; e

VI - cópia do certificado que comprove ser acreditada como Organismo de Verificação de Inventários de Gases de Efeito Estufa (OVV).

Art. 13. A ANP manterá disponível, em seu sítio eletrônico, informes técnicos detalhando os procedimentos a serem seguidos para solicitação e manutenção do credenciamento.

Seção II

Da Firma Inspetora

Art. 14. É dever da firma inspetora:

I - assegurar que as atividades sejam executadas de acordo com a norma ABNT NBR ISO 14065;

II - assegurar que possui infraestrutura adequada para todas as atividades da certificação de biocombustíveis;

III - realizar o processo de Certificação de Biocombustíveis com equipe de, no mínimo, dois profissionais que atendam, em conjunto, às seguintes competências:

a) titulação de grau superior relacionada às ciências agrárias, ambientais, engenharia ou química, devidamente registrado no respectivo órgão de classe;

b) certificado de treinamento que contenha em seu escopo a norma ABNT NBR ISO 19011 - diretrizes para auditoria de sistemas de gestão, incluindo a comprovação de aprovação no exame como auditor líder fornecido por instituição acreditada; e

c) experiência em práticas de auditoria de Inventários de Emissão de Gases de Efeito Estufa ou Pegada de Carbono de, no mínimo, dois anos, devidamente comprovada; e

IV - possuir declaração de confidencialidade da equipe de auditoria para todas as informações obtidas ou geradas durante o desempenho das atividades de certificação.

rt. 15. Fica vedada a contratação de pessoa física ou jurídica que tenha prestado consultoria relacionada à implementação do processo de certificação de biocombustível ou que tenha feito parte do quadro de trabalhadores, do quadro societário ou atuado como conselheiro da empresa objeto de certificação no período de dois anos anteriores ao início do processo de certificação.

Art. 16. A ANP poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação das exigências de que trata o art. 14, devendo a firma inspetora apresentar a documentação no prazo de até cinco dias úteis.

Art. 17. O descumprimento, pela firma inspetora, do disposto nos arts. 14 e 15 acarreta a declaração de nulidade da certificação pela ANP e a obrigatoriedade de refazer o processo de Certificação de Biocombustíveis.

Parágrafo único. O processo de que trata o caput não implicará ônus para o produtor ou importador de biocombustível.

Seção III

Das sanções à Firma Inspetora

Art. 18. O credenciamento da firma inspetora pode ser cancelado, a qualquer tempo, pela ANP, nos seguintes casos:

I - extinção da firma inspetora, por meio de ato judicial ou extrajudicial;

II - requerimento da firma inspetora;

III - em função de aplicação de sanção conforme estabelecido no Anexo II; ou

IV - pela suspensão ou cancelamento da acreditação como Organismo de Verificação de Inventários de Gases de Efeito Estufa (OVV).

Art. 19. Na aplicação de sanções administrativas à firma inspetora serão avaliados critérios relativos à relevância, extensão, vantagem auferida e gravidade da infração, conforme estabelecido no Anexo II.

Art. 20. A firma inspetora está sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, conforme estabelecido no Anexo II:

I - advertência;

II - suspensão temporária, de até cento e oitenta dias;

III - suspensão, por tempo indeterminado, até que seja evidenciada a eliminação da não conformidade que originou a sanção; e

IV - cancelamento do credenciamento.

Art. 21. A sanção administrativa será aplicada em processo administrativo instaurado com a finalidade de apurar infração a esta Resolução, sendo garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 22. Será considerada reincidência a prática de nova infração, cometida em até cinco anos a contar da condenação administrativa definitiva de infração anterior.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DO PRODUTOR DE BIOMASSA PARA O RENOVABIO

Critérios gerais aos produtores

Art. 23. O produtor ou importador de biocombustível pode não incluir determinado produtor de biomassa energética no processo de certificação.

Parágrafo único. A fração do volume de biocombustível elegível deve ser igual à fração de biomassa energética elegível utilizada em seu processo produtivo.

Art. 24. Para a emissão da Nota de Eficiência Energético-Ambiental, somente pode ser contabilizada a biomassa energética utilizada pela unidade produtora, oriunda de área onde não tenha ocorrido supressão de vegetação nativa a partir da data de vigência desta Resolução.

§ 1º Para fins de verificação do cumprimento do estabelecido no caput, não se considera supressão de vegetação nativa a supressão de exemplar arbóreo isolado, nos termos da legislação específica.

§ 2º Para fins de cumprimento do estabelecido no caput, é considerada apenas a área dedicada à produção de biomassa energética dentro do imóvel rural participante do processo de certificação.

§ 3º O critério estabelecido no caput aplica-se à biomassa energética produzida no território nacional ou no exterior e não se aplica à biomassa oriunda de resíduos, conforme definido no item 3.2 do Anexo I.

§ 4º A verificação do cumprimento do critério previsto no caput deve ser realizada anualmente pelo produtor ou importador de biocombustível certificado, de acordo com os requisitos estabelecidos em informe técnico, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP.

§ 5º Para fins de cumprimento do estabelecido no caput, eventuais supressões de vegetação nativa ocorridas entre a data de promulgação da Lei nº 13.576, de 2017, e a de publicação desta resolução deverão ter observado as normas ambientais vigentes.

Produtor nacional

Art. 25. Para emissão da Nota de Eficiência Energético-Ambiental, somente pode ser contabilizada a biomassa energética produzida em território nacional se oriunda de imóvel rural que esteja com seu Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente, conforme o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, previsto no Decreto n° 7.830, de 12 de outubro de 2012.

§ 1º O critério estabelecido no caput não se aplica à biomassa oriunda de resíduos, conforme definido no item 3.2 do Anexo I.

§ 2º A verificação do CAR deve ser realizada anualmente pelo produtor de biocombustível, antes da aquisição da biomassa energética e, caso um dos imóveis não tenha o seu CAR com situação ativa ou pendente, deverá ser excluída a biomassa advinda desse imóvel no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível, até que a sua situação seja regularizada.

§ 3º O critério estabelecido no caput não se aplica para os casos em que a aquisição da biomassa energética tenha ocorrido antes do prazo previsto no art. 1º do Decreto nº 9.395, de 30 de maio de 2018, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 26. O produtor nacional de biomassa energética deve atender aos seguintes requisitos, para que sua produção seja incluída no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível:

I - para cana-de-açúcar: a produção deve estar localizada em município com área apta ao cultivo de cana-de-açúcar, conforme previsto no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAE Cana), na forma do Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, e modificações previstas nas Instruções Normativas nº 57, de 25 de novembro de 2009, e nº 22, de 21 de julho de 2010, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como em outras legislações supervenientes aplicáveis ao tema; ou

II - para palma de óleo: a produção deve estar localizada em município com área apta à expansão de palma de óleo, conforme previsto no Zoneamento Agroecológico para a Cultura da Palma de Óleo (ZAE Palma de Óleo), na forma do Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010, e de outras legislações supervenientes aplicáveis ao tema.

§ 1º Os requisitos previstos nos incisos I e II do caput não se aplicam, respectivamente, às áreas já ocupadas por cana-de-açúcar em 17 de setembro de 2009 ou já ocupadas por palma de óleo em 7 de maio de 2010.

§ 2º Para fins de cumprimento do estabelecido neste artigo, será considerada toda a área dedicada à produção de biomassa energética dentro dos imóveis rurais participantes do processo de certificação.

Produtor estrangeiro

Art. 27. A biomassa energética produzida fora do território nacional somente pode ser contabilizada para fins de emissão da Nota de Eficiência Energético-Ambiental caso seja oriunda de imóvel rural que atenda à legislação ambiental vigente no país de origem.

CAPÍTULO VI

DA CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO OU IMPORTAÇÃO EFICIENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DA EMISSÃO DO CERTIFICADO DA PRODUÇÃO EFICIENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Art. 28. Para a emissão do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, o produtor ou importador de biocombustível deve:

I - contratar firma inspetora credenciada na ANP para realização da Certificação de Biocombustível, da validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e do cálculo da fração do volume de biocombustível elegível;

II - permitir o acesso da firma inspetora a todas as informações necessárias à condução e à conclusão do processo de certificação contratado;

III - calcular sua Nota de Eficiência Energético-Ambiental utilizando a RenovaCalc, em formato disponível no sítio eletrônico da ANP;

IV - calcular a fração do volume de biocombustível elegível, baseado em sistema de registros documentais, considerando a biomassa energética elegível, de forma a atender aos requisitos dos arts. 23 a 27;

V - arquivar todos os documentos comprobatórios das informações necessárias para o cálculo da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e da fração do volume de biocombustível elegível pelo período mínimo de cinco anos; e

VI - monitorar e registrar anualmente as informações inseridas e os resultados que deram origem à Nota de Eficiência Energético-Ambiental e ao cálculo da fração do volume de biocombustível elegível.

§ 1º Para a fase agrícola, o produtor ou importador de biocombustível pode optar pelo preenchimento da RenovaCalc utilizando o perfil específico ou o perfil padrão para cada produtor de biomassa.

§ 2º A primeira emissão do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis deve ser feita com base nos dados do ano civil anterior.

§ 3º A partir da emissão do segundo Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, devem ser utilizados os dados de média móvel dos três anos anteriores.

§ 4º É obrigatória a renovação do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis quando o monitoramento e o registro indicados no inciso VI identifiquem decréscimo superior a 10% (dez por cento) em relação aos resultados contidos na Nota de Eficiência Energético-Ambiental vigente ou no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível indicado no inciso IV.

Art. 29. Será aplicado bônus de até 20% (vinte por cento) sobre a Nota de Eficiência Energético-Ambiental quando houver comprovação de emissão negativa de gases causadores do efeito estufa no ciclo de vida do biocombustível em relação ao seu substituto de origem fóssil.

Parágrafo único. A solicitação do emissor primário será analisada pelo Grupo Técnico RenovaBio, instituído pela Portaria ANP nº 303, de 2 de agosto de 2018.

Art. 30. Para realizar a Certificação de Biocombustíveis e emitir o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, a firma inspetora deve:

I - verificar e validar os documentos necessários para comprovação da veracidade das informações necessárias para cálculo da Nota de Eficiência Energético-Ambiental;

II - vistoriar a instalação do produtor de biocombustível;

III - realizar inspeções por meio de análise de registros contábeis, sistemas e controles gerenciais de estoque ou nota fiscal;

IV - verificar e validar o cálculo da fração do volume de biocombustível elegível realizado pelo produtor ou importador de biocombustível, bem como o atendimento aos critérios de elegibilidade;

V - dar ampla divulgação do processo de certificação em seu sítio eletrônico;

VI - realizar consulta pública acerca da proposta de certificação pelo prazo mínimo de trinta dias; e

VII - atender aos procedimentos de certificação descritos em informe técnico disponibilizado no sítio eletrônico da ANP.

§ 1º Para fins de comprovação e verificação do disposto no inciso IV, a ANP disponibilizará, em seu sítio eletrônico, informes técnicos contendo os procedimentos a serem realizados, o detalhamento do cálculo da fração do volume de biocombustível elegível por rota de produção, bem como os critérios para identificação de vegetação nativa, com fins de mapeamento do uso da terra.

§ 2º A ANP deve ser comunicada previamente à realização de todas as consultas públicas sobre a certificação da produção ou importação eficiente de biocombustíveis.

§ 3º A consulta pública de que trata o inciso VI do caput deve preceder a emissão ou a renovação do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

§ 4º A firma inspetora deve disponibilizar os seguintes documentos durante a consulta pública de que trata o inciso VI do caput:

I - dados preenchidos pelo produtor ou importador de biocombustível na RenovaCalc e validados pela firma inspetora;

II - proposta de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustível com indicação expressa da Nota de Eficiência Energético Ambiental e da fração do volume de biocombustível elegível, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP; e

III - relatório parcial sobre o processo de certificação.

§ 5º Todas as sugestões e comentários apresentados durante a consulta pública de que trata o inciso VI do caput devem ser avaliados pela firma inspetora, com incorporação ao processo daqueles que forem pertinentes e com recusa motivada dos demais.

Art. 31. Concluída a validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental, a firma inspetora deve enviar para a ANP:

I - relatório da auditorias in loco realizada acompanhado da lista de presença diária com as assinaturas dos participantes e atas de reunião firmadas pela equipe de auditoria;

II - relatório da consulta pública de validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e da fração do volume de biocombustível elegível, contendo indicação de todas as sugestões e comentários apresentados, com incorporação daqueles que forem pertinentes e com recusa motivada dos demais; e

III - relatório do processo de Certificação de Biocombustíveis, conforme detalhado em informe técnico disponível no sítio eletrônico da ANP.

§ 1º A ANP poderá solicitar, a qualquer tempo, às firmas inspetoras informações, esclarecimentos e documentos complementares utilizados para validar a Nota de Eficiência Energético-Ambiental e o cálculo da fração do volume de biocombustível elegível.

§ 2º A alteração da Nota de Eficiência Energético-Ambiental somente é permitida quando ocorrer nova emissão de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

§ 3º No caso de pendências ou deficiências identificadas pela ANP na análise do processo de certificação, a firma inspetora deve realizar novas diligências até que as evidências sejam suficientes para demonstrar a veracidade das informações utilizadas para cálculo da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e da fração do volume de biocombustível elegível.

Art. 32. O Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis terá validade de três anos, contados a partir da data de sua aprovação pela ANP.

Parágrafo único. A firma inspetora somente poderá emitir o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis após a aprovação do processo pela ANP, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP.

Art. 33. A renovação, suspensão e cancelamento do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis devem ocorrer nos seguintes casos:

I - renovação:

a) a pedido do produtor ou importador de biocombustível certificado, a qualquer tempo;

b) a pedido do produtor ou importador de biocombustível certificado, quando, no monitoramento anual indicado no inciso VI do art. 28, for constatado decréscimo superior a 10% (dez por cento) na Nota de Eficiência Energético-Ambiental ou no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível;

c) a pedido da firma inspetora, quando comprovada alteração nos parâmetros que geraram a Nota de Eficiência Energético-Ambiental ou no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível; ou

d) por determinação da ANP, quando comprovada alteração nos parâmetros que geraram a Nota de Eficiência Energético-Ambiental ou no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível.

II - suspensão:

a) a pedido do produtor ou importador de biocombustível certificado, a qualquer tempo;

b) por determinação da ANP, quando houver indícios de alteração nos parâmetros que geraram a Nota de Eficiência Energético-Ambiental ou no cálculo da fração do volume de biocombustível; ou

c) quando houver indícios de fraude no processo de obtenção do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

III - cancelamento:

a) a pedido do produtor ou importador de biocombustível certificado, a qualquer tempo;

b) nos casos em que a autorização para o exercício da atividade exercida pelo produtor ou importador de biocombustível for cancelada ou revogada pela ANP; ou

c) em casos de comprovação de fraude no processo de obtenção do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis.

Parágrafo único. Durante o período de suspensão ou após o cancelamento do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, a quantidade de biocombustível produzido, importado, comercializado, negociado, despachado ou entregue não poderá embasar a emissão de Créditos de Descarbonização.

CAPÍTULO VII

DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Art. 34. Para garantir a rastreabilidade, transparência e comprovação de que a Certificação de Biocombustíveis atende ao estabelecido nesta Resolução, a documentação que compõe o escopo do trabalho da certificação deve:

I - ser arquivada pela firma inspetora e pelo emissor primário em meio físico, magnético, ótico ou eletrônico; e

II - contemplar todas as informações e dados utilizados para o cálculo da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e da fração do volume de biocombustível elegível.

Parágrafo único. A documentação a que se refere o caput deve ser mantida à disposição da ANP por um período de cinco anos, a contar da data da emissão do certificado.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. A ANP poderá, diretamente ou com apoio de entidade contratada ou órgão competente, a qualquer tempo, realizar vistorias no produtor ou importador de biocombustível certificado, na firma inspetora e em outros agentes econômicos participantes do processo de certificação acerca dos procedimentos de que trata esta Resolução.

Art. 36. A ANP poderá publicar informações adicionais, esclarecimentos e detalhamentos operacionais, complementares aos procedimentos estabelecidos nesta Resolução, para serem observados no processo de certificação, através de informes técnicos, que estarão disponíveis em seu sítio eletrônico.

Art. 37. O descumprimento das disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas neste ato, bem como àquelas contempladas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

ANEXO I

(a que se referem o art. 3º, inciso XXIII, art. 5º, inciso IX, art. 24, §3º e art. 25, §1º da Resolução nº 758, de 23 de novembro de 2018)

REGULAMENTO TÉCNICO DA RENOVACALC

1. Objetivo

Este Regulamento Técnico tem como objetivo apresentar os requisitos metodológicos utilizados na RenovaCalc para o cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental.

2. Escopo da Análise de Ciclo de Vida

É adotada a análise de ciclo de vida atribucional, considerada técnica descritiva ou contábil que tem como objetivo atribuir a um produto, fabricado em dado momento, parcela das emissões totais de poluentes e do consumo de recursos na economia (WEIDEMA & EKVALL, 2009).

Foi assumida a abrangência "do poço à roda" (ou "do berço ao túmulo"), na qual são contabilizados todos os fluxos de material e energia consumidos pelos processos produtivos e emitidos para o meio ambiente, desde a extração de recursos naturais, aquisição ou produção e tratamento da biomassa, sua conversão em biocombustível, até sua combustão em motores, incluindo todas as fases de transporte.

A opção metodológica e as principais premissas assumidas para a análise de ciclo de vida são resumidas na Tabela 1.

Tabela 1. Opções metodológicas e premissas da avaliação de ciclo de vida

Abordagem	Atribucional
Escopo	"do poço à roda"
Unidade funcional	combustível consumido, em MJ
Tratamento de coprodutos	Alocação em base energética
Fonte de dados dos processos à montante do processo agrícola	Os dados de inventário dos processos a montante do processo agrícola provêm da base de dados ecoinvent v.3.1 (WERNET et al., 2016). Priorizou-se a adoção de inventários de produção e processamento para o Brasil (BR), globais (GLO2) e, na indisponibilidade desses, utilizou-se os inventários 'RoW3'.
Ferramenta de cálculo	RenovaCalc

3. Abrangência

3.1. Biocombustíveis e rotas

Os seguintes biocombustíveis possuem rotas definidas para cálculo da intensidade de carbono:

a)Biodiesel;

b)Biometano;

c)Combustíveis alternativos sintetizados por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA) de soja; e

d)Etanol Combustível.

Para o etanol combustível, existem parâmetros diferenciados para o cálculo da intensidade de carbono para as seguintes rotas de produção:

a)primeira geração de cana-de-açúcar;

b)primeira e segunda geração em usina integrada;

c)segunda geração;

d)primeira geração de cana-de-açúcar e milho em usina integrada (flex);

e)primeira geração de milho; e

f)primeira geração de milho importado.

3.2 Resíduos

As biomassas listadas a seguir são consideradas resíduos, não lhes sendo atribuídas emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE) referentes a sua geração e somente sendo contabilizadas as emissões ocorridas a partir do seu recolhimento e transporte até a unidade de processamento.

3.2.1 Resíduos de culturas agrícolas e florestais

a)Palhas de cana-de-açúcar, de milho, de sorgo e de trigo;

b)Cascas de arroz, de noz, de café e similares;

c)Sabugo de milho; e

d)Cascas, tocos, ramos, folhas, agulhas, copas de árvores, aparas florestais e serragem provenientes de florestas plantadas ou de florestas nativas, estas últimas desde que exploradas sob regime de Manejo Florestal Sustentável devidamente autorizado pelos órgãos competentes, conforme estabelecido na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006 e Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 5, de 11 de dezembro de 2006, ou outras que venham a surgir.

3.2.2 Resíduos de processamento

a)Vinhaça e outros efluentes agroindustriais;

b)Bagaço de cana-de-açúcar e sorgo;

c)Torta de filtro, cinzas e fuligem;

d)Gordura animal;

e)Outros resíduos de origem animal;

f)Borras; e

g)Óleo de fritura usado.

3.2.3 Outros

a)Dejetos animais;

b)Cama de aviário;

c)Resíduos de alimentos em geral;

d)Resíduos sólidos orgânicos de processos industriais com origem biológica;

e)Esgoto sanitário e lodo de estação de tratamento de efluentes; e

f)Biogás de aterro sanitário.

4. Cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental

4.1 Fase agrícola de produção

4.1.1 Para a fase agrícola de produção, o produtor ou importador de biocombustível pode optar pelo cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental utilizando o perfil específico ou o perfil padrão.

4.1.2 Tanto para os dados próprios como para os de fornecedores, é sempre necessário informar dados primários de todos os produtores de biomassa elegíveis para os parâmetros: área total, produção total, resíduos agrícolas recolhidos. Tais informações não são passíveis de declaração como "perfil padrão".

4.1.3 É utilizada para o cálculo de cada parâmetro, a média ponderada dos dados de produção própria e de fornecedores, adotando como fator de ponderação o volume de produção de biomassa.

4.1.4 As Tabelas 2 a 5 apresentam os valores típicos e os valores penalizados, estes últimos adotados para a composição do perfil de produção padrão, da produção das biomassas consideradas nas rotas definidas na RenovaCalc.

4.1.5 Para a rota de etanol produzido a partir de milho e importado, o perfil padrão apenas poderá ser utilizado caso a produção ocorra nos Estados Unidos. Em outras situações, deverão ser preenchidos sempre dados do perfil específico.

Tabela 2. Valores típicos e valores penalizados para a produção de cana-de-açúcar

Os valores típicos buscam representar a quantidade média de insumos aportados aos sistemas de produção agrícola brasileiros. Para a produção de cana-de-açúcar, milho e soja, utilizou-se como fonte de dados o projeto da Embrapa Meio Ambiente intitulado "Inventários de Ciclo de Vida de produtos agrícolas brasileiros: uma contribuição ao banco de dados ecoinvent" (Folegatti-Matsuura & Picoli, 2018). Os valores penalizados assumem os mais altos aportes de insumos dos sistemas de produção agrícola brasileiros.

Parâmetro	Valor Típico	Valor Penalizado
Área queimada	18%	100%
Calcário Calcítico ou Dolomítico	5,79 kg/t cana	12,00 kg/t cana
Gesso Agrícola	2,79 kg/t cana	5,00 kg/t cana
Fertilizantes Sintéticos Nitrogenados	1,11 kg N/t cana	2,00 kg N/t cana
Fertilizantes Sintéticos Fosfatados	0,44 kg P_2O_5/t cana	1,00kg P_2O_5/t cana
Fertilizantes Sintéticos Potássicos	1,35 kg K_2O/t cana	2,00kg K_2O/t cana
Fertilizantes Orgânicos Nitrogenados - Vinhaça	440,2 L/t cana	1000,0L/t cana
Concentração de nitrogênio na vinhaça	0,38 g N/L	0,38 g N/L
Fertilizantes Orgânicos Nitrogenados - Torta de Filtro	30,6 kg /t cana	42,8 kg /t cana
Concentração de nitrogênio na torta de filtro	2,80 g N/kg	2,80 g N/kg
Fertilizantes Orgânicos Nitrogenados - Cinzas	7,2 kg /t cana	10,1 kg /t cana
Combustíveis (Diesel B10)	3,18 L/t cana	6,00 L/t cana

Tabela 3. Valores típicos e valores penalizados para a produção de milho

Parâmetro	Valor Típico	Valor Penalizado
Calcário Calcítico ou Dolomítico	42,3 kg/t milho	105,8 kg/t milho
Sementes	4,6 kg/t milho	11,6 kg/t milho
Fertilizantes Sintéticos Nitrogenados	12,6 kg N/t milho	31,4 kg N/t milho
Fertilizantes Sintéticos Fosfatados	10,9 kg P2O5/t milho	27,3 kg P2O5/t milho
Fertilizantes Sintéticos Potássicos	11,2 kg K2O/t milho	28,0 kg K2O/t milho
Combustíveis (Diesel B10)	4,8 L/t milho	12,0 L/t milho

Tabela 4. Valores típicos e valores penalizados para a produção de milho nos Estados Unidos

Parâmetro	Valor Típico	Valor penalizado
Calcário Calcítico ou Dolomítico	45,3 kg/t milho	113,3 kg/t milho
Fertilizantes Sintéticos Nitrogenados	16,7 kg/t milho	41,8 kg/t milho
Fertilizantes Sintéticos Fosfatados	11,0 kg P_2O_5/t milho	27,5 kg P_2O_5/t milho
Fertilizantes Sintéticos Potássicos	8,0 kg K_2O/t milho	20,0 kg K_2O/t milho
Diesel	4,2 L/t milho	10,5 L/t milho
GLP	2,0 L/t milho	4,0 L/t milho
Eletricidade	5 kWh/t milho	12 kWh/t milho

Tabela 5. Valores típicos e valores penalizados para a produção de soja

Parâmetro	Valor Típico	Valor penalizado
Calcário Calcítico ou Dolomítico	249,0 kg/t soja	546,6 kg/t soja
Gesso Agrícola	53,3 kg/t soja	90,6 kg/t soja
Sementes	17,39 kg/t soja	39,16kg/t soja
Fertilizantes Sintéticos Nitrogenados	2,8 kg N/t soja	5,55 kg N/t soja
Fertilizantes Sintéticos Fosfatados	27,2 kg P_2O_5/t soja	58,77kg P_2O_5/t soja
Fertilizantes Sintéticos Potássicos	32,7 kg K_2O/t soja	51,80 kg K_2O/t soja
Combustíveis e eletricidade (Diesel B10)	10,7 L/t soja	17,36 L/t soja

4.1.6 A composição em nitrogênio, fósforo e potássio de fertilizantes químicos adotados para o cálculo da intensidade de carbono é a determinada na Tabela 6.

Tabela 6. Composição em nitrogênio, fósforo e potássio de fertilizantes químicos.

	Composição (%)		
Fertilizantes	N	P	K
Ácido Nítrico diluído	12	0	0
Amônia Anidra	82	0	0
Bicarbonato de Amônio	18	0	0
Cloreto de Amônio	25	0	0
Cloreto de Potássio	0	0	59
Fosfato Monoamônico (MAP)	10	51	0
Fosfato diamônico (DAP)	17	46	0
Nitrato de Amônio	34	0	0
Nitrato de Amônio e Cálcio	25	0	0
Nitrato de Cálcio	15	0	0
Nitrato de Sódio	15	0	0
Nitrato Sulfato de Amônio	26	0	0
Nitrato de Potássio	13,5	0	44
Nitrato Fosfato Amônio	8	52	
"Phosphate Rock"	0	25	0
Solução de Nitrato de Amônio e Ureia	32	0	0
Sulfato de Amônio	20,5	0	0
Sulfato de Potássio	0	0	49
Superfosfato Simples	0	20	0
Superfosfato Triplo	0	46	0
Ureia	45	0	0

4.2 Fase industrial de produção

4.2.1 Para a fase industrial de produção, o produtor ou importador de biocombustível deve sempre informar dados primários referentes ao processo de produção dos biocombustíveis, não existindo a opção de perfil padrão.

4.2.2 Na fase industrial, deverão ser preenchidas informações referentes à quantidade total de biomassa processada na unidade produtora, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.

4.2.3 A RenovaCalc fornecerá resultado de intensidade de carbono do biocombustível apto a gerar Créditos de Descarbonização.

4.2.4 O produtor ou importador de biocombustível poderá utilizar dados de comercialização de energia elétrica por pessoa jurídica diferente, quando a geração de energia ocorrer a partir de coprodutos ou resíduos do processo de produção do biocombustível a ser certificado desde que:

a) a planta de geração de energia elétrica seja operada pelo produtor de biocombustível; ou

b) a unidade produtora de energia e a unidade produtora de biocombustível sejam controladas pela mesma pessoa jurídica.

4.3 Fase de distribuição

4.3.1 Para a fase de distribuição, o produtor ou importador de biocombustível deve informar o sistema logístico de distribuição de cada fração de seus biocombustíveis comercializados.

4.3.2 Os sistemas logísticos disponíveis são:

a) rodoviário;

b) dutoviário;

c) ferroviário;

d) marítimo (apenas para o etanol combustível importado produzido a partir de milho); e

e) fluvial.

4.3.3 As emissões de gases de efeito estufa são calculadas considerando, para cada biocombustível, a distância média de distribuição da unidade produtora até o consumidor final para cada sistemas logístico.

4.3.4 A Tabela 7 apresenta a composição e as distâncias médias adotadas para cada sistema logístico, para as rotas definidas na RenovaCalc.

4.3.5 Caso o produtor ou importador de biocombustível não possua informações, passíveis de comprovação, sobre o sistema logístico utilizado para distribuição do biocombustível, deverá ser utilizado o sistema logístico rodoviário, exceto para a rota de etanol produzido a partir de milho e importado, para a qual deverá ser adotado o sistema logístico marítimo.

Tabela 7. Composição e distâncias médias (km) dos sistemas logísticos

	Sistemas logísticos									
	Rodoviário	Dutoviário		Ferroviário		Marítimo			Fluvial	
Biocombustível		Dutoviário	Rodoviário	Ferroviário	Rodoviário	Rodoviário	Ferroviário	Marítimo	Rodoviário	Fluvial
Etanol combustível de primeira geração de cana-de-açúcar	700	500	200	300	400	-	-	-	-	-
Etanol combustível de primeira e segunda geração em usina integrada	700	500	200	300	400	-	-	-	-	-
Etanol combustível de segunda geração	700	500	200	300	400	-	-	-	-	-
Etanol combustível de primeira geração de cana de açúcar e milho em usina integrada (flex)	700	500	200	300	400	-	-	-	-	-
Etanol combustível de primeira geração de milho	700	-	-	-	-	-	-	-	1300	1240
Etanol combustível de primeira geração de milho importado	-	-	-	-	-	600	1400	13000	-	-
Biodiesel	700	-	-	1200	300	-	-	-	1300	1240
Combustíveis alternativos sintetizados por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA) de soja	1500	900	600	900	600	-	-	-	-	-
Biometano*	43	24	-	-	-	-	-	-	-	-

* Para a fração do biometano que é transportada até os postos de combustíveis, considerou-se a distibuição exclusivamente via sistema rodoviário e, para a fração do biometano que é injetada diretamente na rede, considerou-se a distribuição exclusivamente por duto.

5. Informações para cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental

5.1 As Tabelas 8 a 16 apresentam as informações declaradas pelos produtores e importadores de biocombustíveis necessárias para o cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental. Cada parâmetro a ser informado é descrito na tabela correspondente.

Tabela 8. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana de açúcar

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase Agrícola				
1.	Sistema de plantio	Convencional - Envolve o preparo de solo primário, que consiste em operações mais profundas, normalmente realizadas com arado, que visam ao rompimento de camadas compactadas de solo e à eliminação ou enterrio da cobertura vegetal. No preparo secundário, as operações são mais superficiais, utilizando-se grades ou plainas para nivelar, destorroar, destruir crostas superficiais, incorporar agroquímicos e eliminar plantas daninhas. A semeadura é a lanço ou em linha. Direto, com rotação de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Rotação de culturas é a alternância ordenada e regular no cultivo de diferentes espécies vegetais em sequência temporal numa determinada área. Direto, com sucessão de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Sucessão de culturas consiste em alternar culturas, sem ordenamento e regularidade das espécies empregadas. Mínimo/Reduzido - sistema no qual se utiliza menor mobilização do solo, quando comparado ao sistema convencional. A semeadura é realizada diretamente sobre a cobertura vegetal previamente dessecada com herbicida, sem o revolvimento do solo.	N.A.	Informação constante do "perfil padrão".
2.	Área total	Área total da unidade de produção, ou seja, soma das áreas colhida, de produção de mudas, de reforma, de cana de ano e meio e de cana bisada.	ha	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
3.	Área queimada total	Soma das áreas (requisito 2) que sofreram queima: com autorização para colheita; para eliminação de resíduos culturais; queima acidental e/ou criminosa.	ha	Informação constante no "perfil padrão".
4.	Produção total de cana	Quantidade total de produto produzido na área total de produção (requisito 2). Refere-se ao total anual de cana colhida destinada à moagem (soma de colmos, impurezas vegetais e minerais). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t cana, em base úmida	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
5.	Teor médio de impurezas vegetais	Refere-se ao teor médio de impurezas vegetais contido na cana (requisito 4). Deve ser reportado em base úmida e informado o teor de umidade dessas impurezas.	kg /t cana, em base úmida Teor de umidade: %	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
6.	Teor médio de impurezas minerais	Refere-se ao teor médio de impurezas minerais contido na cana (requisito 4).	kg /t cana, em base úmida	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
7.	Palha recolhida total	Refere-se à quantidade total de palha recolhida anualmente na área total de produção (requisito 2). Esse parâmetro refere-se à palha recolhida separadamente da cana (por exemplo, palha enfardada, palha recolhida por forrageira, entre outros).	t de palha, em base seca	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
8.	Consumo de corretivos	Quantidade consumida de cada corretivo (calcário calcítico, calcário dolomítico e gesso agrícola), dividida pela quantidade de cana (requisito 4).	kg/ t cana	Informação constante no "perfil padrão".
9.	Consumo de fertilizantes sintéticos	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2), dividida pela quantidade de cana (requisito 4).	kg elemento/ t cana	Informação constante no "perfil padrão".
10.	Consumo de fertilizantes orgânicos/organominerais	Quantidade de resíduos industriais e outros fertilizantes organominerais utilizados como fertilizantes por fonte (vinhaça, torta de filtro, cinzas e fuligem, outros) aplicados na área total (requisito 2), dividida pela quantidade de cana (requisito 4). Informar o teor de Nitrogênio em cada fonte.	kg ou l / t cana Teor de nitrogênio: g N/kg ou g N/L	Informação constante no "perfil padrão".
11.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis (soma das operações agrícolas, irrigação, transportes da cana, palha, vinhaça, torta de filtro, cinzas, deslocamento de pessoas etc.), na área total (requisito 2), dividido pela quantidade total de cana (requisito 4). Devem ser contabilizados os combustíveis próprios e de terceiros (por exemplo, se a colheita da cana é terceirizada, o combustível utilizado para essa operação deve ser contabilizado pela usina ou fornecedor que contratou esse serviço). Diesel B8, B10, BX, B20, B30. Biodiesel Gasolina C Etanol hidratado Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t cana Nm³/t cana kWh/t cana	Informação constante do "perfil padrão".
Fase industrial				
1.	Quantidade de cana processada	Quantidade total anual de cana que chega na usina (soma de colmos, impurezas vegetais e minerais). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t cana/ano, em base úmida	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Quantidade de palha processada	Quantidade total anual de palha processada na usina. Esse parâmetro refere-se à palha recolhida separadamente da cana (por exemplo, palha enfardada, palha recolhida por forrageira, entre outros).	t palha/ano, em base seca	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Rendimento de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	l/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.

4.	Rendimento de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	l/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Rendimento de açúcar	Refere-se à massa total de açúcar produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	kg/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
6.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1), independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Bagaço comercializado	Refere-se à quantidade total de bagaço comercializado anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1). Deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade.	kg/t cana, em base úmida Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
8.	Consumo de biocombustíveis	Consumo de biocombustíveis utilizados no processamento da cana para conversão em etanol.	kg/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
8.1.	Biocombustíveis próprios	Quantidade consumida de bagaço e palha, em base úmida, dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1). Informar também a umidade desses biocombustíveis.	kg/t cana, em base úmida Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
8.2.	Biocombustíveis adquiridos de terceiros	Quantidade consumida de bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais, em base úmida, dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1). Informar a umidade desses biocombustíveis. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses biocombustíveis do fornecedor até a usina.	kg/t de cana, em base úmida Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
9.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade de cana processado (requisito 1). Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol Anidro Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t cana Nm³/t cana kWh/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 9. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de segunda geração

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola Não são contabilizadas emissões de gases de efeito estufa, de modo que a RenovaCalc não possui informações a serem declaradas para a etapa agrícola.				
Fase industrial				
1.	Quantidade de material lignocelulósico (MLC) processado	Refere-se à quantidade total de MLC, em base seca, processada anualmente para produção de etanol de segunda geração, discriminada por fonte.	t MLC (em base seca)	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Rendimento de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de MLC processada (requisito 1).	l/t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Rendimento de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de MLC processada (requisito 1).	l/t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
4.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade de MLC processado (requisito 1), independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Consumo de enzimas	Quantidade total de enzimas consumidas dividida pela quantidade de MLC processado (requisito 1).	kg/t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
6.	Consumo de insumos industriais para pré- tratamento do MLC Ácido Sulfúrico Amônia Hidróxido de Sódio	Quantidade de insumos consumidos dividida pela quantidade de MLC processado (requisito 1).	kg/ t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
7.	Consumo de biocombustíveis	Quantidade consumida de bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha, resíduos florestais e celulignina residual do processo 2G, em base úmida, dividida pela quantidade de MLC processado (requisito 1). Informar a umidade desses biocombustíveis. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses biocombustíveis do fornecedor até a usina.	kg/t MCL (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
8.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade de cana processado (requisito 1). Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol Anidro Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t MCL Nm³/t MCL kWh/t MCL	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 10. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de primeira e segunda gerações produzido em usina integrada

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola Os requisitos são idênticos àqueles da fase agrícola da rota de etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana-de-açúcar (Tabela 8).				
Fase industrial				
1.	Quantidade de cana processada	Quantidade total anual de cana que chega na usina (soma de colmos, impurezas vegetais e minerais). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t cana/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Quantidade de palha própria processada	Quantidade total anual de palha processada na usina. Esse parâmetro refere-se à palha recolhida separadamente da cana (por exemplo, palha enfardada, palha recolhida por forrageira, entre outros).	t palha/ano (em base seca)	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Quantidade de bagaço próprio processado	Quantidade total anual de bagaço próprio processado na usina. Deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade.	t/ano (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
4.	Quantidade de bagaço de terceiros processado	Refere-se à quantidade total de bagaço de terceiros processado anualmente. Deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade. Deve-se informar a distância de transporte desse bagaço até a usina.	t/ano (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Quantidade de palha de terceiros processada	Quantidade total anual de palha de terceiros processada na usina. Deve-se informar a distância de transporte desta palha até a usina.	t palha/ano (em base seca) Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
6.	Rendimento de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	l/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Rendimento de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol hidratado produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	l/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
8.	Rendimento de açúcar produzido	Refere-se à massa total de açúcar produzido anualmente dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1).	kg/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado o rendimento total médio, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
9.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1), independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
10.	Bagaço comercializado	Refere-se à quantidade total de bagaço comercializado anualmente dividida pela quantidade pela quantidade de cana processada (requisito 1). Deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade.	kg/t cana (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
11.	Consumo de enzimas	Quantidade total de enzimas consumidas dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1).	kg/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
12.	Consumo de insumos industriais para pré-tratamento do MLC Ácido Sulfúrico Amônia Hidróxido de Sódio	Quantidade de insumos consumidos dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1).	kg/ t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
13.	Consumo de biocombustíveis	Quantidade consumida de biocombustíveis dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1).	kg/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

13.1.	Biocombustíveis próprios	Quantidade consumida de bagaço e palha, em base úmida, dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1). Informar também a umidade desses biocombustíveis.	kg/t cana (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
13.2	Biocombustíveis adquiridos de terceiros	Quantidade consumida de bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais, em base úmida, dividida pela quantidade de cana processada (requisito 1). Informar a umidade desses biocombustíveis. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses biocombustíveis do fornecedor até a usina.	kg/t cana (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
14.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade de cana processada (requisito 1). Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol Anidro Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t cana Nm³/t cana kWh/t cana	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 11. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de primeira geração produzido a partir de milho

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola - Milho				
1.	Sistema de plantio	Convencional - Envolve o preparo de solo primário, que consiste em operações mais profundas, normalmente realizadas com arado, que visam o rompimento de camadas compactadas de solo e a eliminação ou enterrio da cobertura vegetal. No preparo secundário, as operações são mais superficiais, utilizando-se grades ou plainas para nivelar, destorroar, destruir crostas superficiais, incorporar agroquímicos e eliminar plantas daninhas. A semeadura é a lanço ou em linha. Direto, com rotação de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Rotação de culturas é a alternância ordenada e regular no cultivo de diferentes espécies vegetais em sequência temporal numa determinada área. Direto, com sucessão de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Sucessão de culturas consiste em alternar culturas, sem ordenamento e regularidade das espécies empregadas. Mínimo/Reduzido - sistema no qual se utiliza menor mobilização do solo, quando comparado ao sistema convencional. A semeadura é realizada diretamente sobre a cobertura vegetal previamente dessecada com herbicida, sem o revolvimento do solo.	N.A.	Informação constante no "perfil padrão".
2.	Área total	Área total da unidade dedicada à produção de milho.	ha	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
3.	Produção total	Quantidade total de produto produzido na área total de produção (requisito 2). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade.	t milho (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
4.	Palha recolhida	Refere-se à quantidade total de palha recolhida anualmente na área total de produção (requisito 2).	t palha (em base seca)	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
5.	Sementes	Refere-se à quantidade total anual de sementes utilizada na área total de produção (requisito 2) dividido pela produção total de grãos (requisito 3).	kg /t milho	Informação constante no "perfil padrão".
6.	Consumo de corretivos	Quantidade consumida de cada corretivo (calcário calcítico, calcário dolomítico e gesso agrícola), dividida pela produção total de grãos (requisito 3).	kg/ t milho	Informação constante no "perfil padrão".
7.	Consumo de fertilizantes sintéticos	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2), pela produção total de grãos (requisito 3).	kg elemento/ t milho	Informação constante no "perfil padrão".
8.	Consumo de fertilizantes orgânicos/organominerais	Quantidade total anual do fertilizante especificado utilizado na área total (requisito 2) dividida pela produção total de grãos (requisito 3). Deve ser reportada em base úmida. Informar o teor de Nitrogênio em cada fonte.	kg elemento/ t milho Teor de nitrogênio: g N/kg	Informação constante no "perfil padrão".
9.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis (soma das operações agrícolas, irrigação, transportes de combustíveis, deslocamento de pessoas etc.), na área total (requisito 2), dividido pela produção total de grãos (requisito 3). Diesel B8, B10, BX, B20, B30. Biodiesel Gasolina C Etanol hidratado Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t milho Nm³/t milho kWh/t milho	Informação constante no "perfil padrão".
Fase industrial				
1.	Quantidade de milho processado	Quantidade total anual de milho processado. Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida. Deve ser reportado o teor de umidade. Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção.	t milho/ano (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Rendimento de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1).	L/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Rendimento de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1).	l/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
4.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade de milho processado (requisito 1), independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Rendimento de Distillers Dried Grains (DDG)	Refere-se à massa total de DDG produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
6.	Rendimento de Distillers Dried Grains with Solubles (DDGS)	Refere-se à massa total de DDGS produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Rendimento de farelo de milho Corn Gluten Meal (CGM)	Refere-se à massa total de CGM produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
8.	Rendimento de proteína de milho Corn Gluten Feed (CGF)	Refere-se à massa total de CGF produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
9.	Rendimento de óleo de milho	Refere-se à massa total de óleo de milho produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1).	kg/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
10.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1). Cavaco de madeira, lenha, resíduos florestais, bagaço de cana e palha de cana devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses combustíveis do fornecedor até a usina. Diesel B8, B10, BX, B20, B30 Biodiesel Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol Anidro Biometano Gás Natural Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	kg/t milho (em base úmida) Teor de umidade: % l/t milho Nm³/t milho kWh/t milho Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 12. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana de açúcar e de milho em usina integrada (flex)

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola - Cana-de-açúcar Os requisitos são idênticos àqueles da fase agrícola da rota de etanol combustível de primeira geração produzido a partir de cana-de-açúcar (Tabela 8).				
Fase agrícola - Milho Os requisitos são idênticos àqueles da fase agrícola da rota de etanol combustível de primeira geração produzido a partir de milho (Tabela 11).				
Fase industrial				
1.	Quantidade de cana processada	Quantidade total anual de cana que chega na usina (soma de colmos, impurezas vegetais e minerais). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t cana/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.

2.	Quantidade de palha própria processada	Quantidade total anual de palha processada na usina. Esse parâmetro refere-se à palha recolhida separadamente da cana (por exemplo, palha enfardada, palha recolhida por forrageira, entre outros).	t palha/ano (em base seca)	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Quantidade de milho processado	Quantidade total anual de milho processado. Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida. Deve ser reportado o teor de umidade. Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção.	t milho/ano (em base úmida) Teor de umidade: %Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
4.	Produção de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente.	l/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Produção de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente.	l/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
6.	Produção de açúcar	Refere-se à massa total de açúcar produzido anualmente.	kg/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Bagaço comercializado	Refere-se à quantidade total de bagaço comercializado anualmente. Deve ser reportado em base úmida e informado o respectivo teor de umidade.	kg/ano (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
8.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente, independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informado a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
9.	Produção de Distillers Dried Grains (DDG)	Refere-se à massa total de DDG produzido anualmente. Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/ano Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
10.	Produção de Distillers Dried Grains with Solubles (DDGS)	Refere-se à massa total de DDGS produzido anualmente. Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/ano Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
11.	Produção de farelo de milho Corn Gluten Meal (CGM)	Refere-se à massa total de CGM produzido anualmente. Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/ano Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
12.	Produção de proteína de milho Corn Gluten Feed (CGF)	Refere-se à massa total de CGF produzido anualmente. Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/ano Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
13.	Produção de óleo de milho	Refere-se à massa total de óleo de milho produzido anualmente.	kg/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
14.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo total anual de combustíveis e eletricidade. Bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses combustíveis do fornecedor até a usina. Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol anidro Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	kg/ano (em base úmida) Teor de umidade: % l/ano Nm³/ano kWh/ano Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 13. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do etanol combustível de primeira geração produzido a partir de milho e importado

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola - Milho				
1.	Sistema de plantio	Convencional - Envolve o preparo de solo primário, que consiste em operações mais profundas, normalmente realizadas com arado, que visam ao rompimento de camadas compactadas de solo e à eliminação ou enterrio da cobertura vegetal. No preparo secundário, as operações são mais superficiais, utilizando-se grades ou plainas para nivelar, destorroar, destruir crostas superficiais, incorporar agroquímicos e eliminar plantas daninhas. A semeadura é a lanço ou em linha. Direto, com rotação de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Rotação de culturas é a alternância ordenada e regular no cultivo de diferentes espécies vegetais em sequência temporal numa determinada área. Direto, com sucessão de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Sucessão de culturas consiste em alternar culturas, sem ordenamento e regularidade das espécies empregadas. Mínimo/Reduzido - sistema no qual se utiliza menor mobilização do solo, quando comparado ao sistema convencional. A semeadura é realizada diretamente sobre a cobertura vegetal previamente dessecada com herbicida, sem o revolvimento do solo.	N.A.	Informação constante do "perfil padrão".
2.	Área total	Área total da unidade dedicada à produção de milho.	ha	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
3.	Produção total	Quantidade total de produto produzido na área total de produção (requisito 2). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida e reportado o respectivo teor de umidade.	t milho (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
4.	Palha recolhida	Refere-se à quantidade total de produto produzido na área total de produção (requisito 2).	t palha (em base seca)	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
5.	Sementes	Refere-se à quantidade total anual de sementes utilizada na área total de produção (requisito 2) dividido pela produção total de grãos (requisito 3).	kg /t milho	Informação constante do "perfil padrão".
6.	Consumo de corretivos	Quantidade consumida de cada corretivo (calcário calcítico, calcário dolomítico e gesso agrícola), dividida pela produção total de grãos (requisito 3).	kg/ t milho	Informação constante do "perfil padrão".
7.	Consumo de fertilizantes sintéticos	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2), pela produção total de grãos (requisito 3).	kg elemento/ t milho	Informação constante do "perfil padrão".
8.	Consumo de fertilizantes orgânicos/organominerais	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2) pela produção total de grãos (requisito 3).	kg elemento/ t milho	Informação constante do "perfil padrão".
9.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis (soma das operações agrícolas, irrigação, transportes de combustíveis, deslocamento de pessoas etc.), na área total (requisito 2), dividido pela produção total de grãos (requisito 3). Diesel B8, B10, BX, B20, B30 Biodiesel Gasolina C Etanol hidratado Biometano Gás Natural GLP Eletricidade da rede - Mix EUA	Ll/t milho Nm³/t milho kWh/t milho	Informação constante do "perfil padrão".
Fase industrial				
1.	Quantidade de milho processado	Quantidade total anual de milho processado. Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida. Deve ser reportado o teor de umidade. Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção.	t milho/ano (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Rendimento de etanol anidro	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1).	L/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
3.	Rendimento de etanol hidratado	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de etanol anidro produzido anualmente dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1).	l/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
4.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade de milho processado (requisito 1), independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total comercializada.
5.	Rendimento de Distillers Dried Grains (DDG)	Refere-se à massa total de DDG produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade:	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
6.	Rendimento de Distillers Dried Grains with Solubles (DDGS)	Refere-se à massa total de DDGS produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade:	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
7.	Rendimento de farelo de milho Corn Gluten Meal (CGM)	Refere-se à massa total de CGM produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade:	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.

8.	Rendimento de proteína de milho Corn Gluten Feed (CGF)	Refere-se à massa total de CGF produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1). Deve ser reportado o teor de umidade.	kg/t milho Teor de umidade:	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
9.	Rendimento de óleo de milho	Refere-se à massa total de Óleo de milho produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de milho processado (requisito 1).	kg/t milho	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
10.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade de milho processado (requisito 1). Cavaco de madeira, lenha, resíduos florestais, bagaço de cana e palha de cana devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses combustíveis do fornecedor até a usina. Diesel B8, B10, BX, B20, B30 Biodiesel Óleo Combustível Etanol hidratado Etanol anidro Biometano Gás Natural Calor (carvão) Eletricidade da rede - Mix EUA	kg/t milho (em base úmida) Teor de umidade: % l/t milho Nm³/t milho kWh/t milho Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

Tabela 14. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do biodiesel

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola - Soja, Palma, Algodão, Outros				
1.	Sistema de plantio	Convencional - Envolve o preparo de solo primário, que consiste em operações mais profundas, normalmente realizadas com arado, que visam ao rompimento de camadas compactadas de solo e à eliminação ou enterrio da cobertura vegetal. No preparo secundário, as operações são mais superficiais, utilizando-se grades ou plainas para nivelar, destorroar, destruir crostas superficiais, incorporar agroquímicos e eliminar plantas daninhas. A semeadura é a lanço ou em linha. Direto, com rotação de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Rotação de culturas é a alternância ordenada e regular no cultivo de diferentes espécies vegetais em sequência temporal numa determinada área. Direto, com sucessão de culturas - Plantio direto é o sistema de semeadura no qual a semente é colocada diretamente no solo não revolvido. Abre-se um pequeno sulco (ou cova) de profundidade e largura suficientes para garantir uma boa cobertura da semente com solo. Sucessão de culturas consiste em alternar culturas, sem ordenamento e regularidade das espécies empregadas. Mínimo/Reduzido - sistema no qual se utiliza menor mobilização do solo, quando comparado ao sistema convencional. A semeadura é realizada diretamente sobre a cobertura vegetal previamente dessecada com herbicida, sem o revolvimento do solo.	N.A.	Informação constante no "perfil padrão".
2.	Área total	Área total destinada à produção de soja (quando pertinente) na propriedade.	ha	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
3.	Produção total	Quantidade total de soja produzida na área total de produção (requisito 2). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t soja (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória para todos os produtores de biomassa elegíveis.
4.	Sementes	Refere-se à quantidade total anual de sementes utilizada na área total de produção de soja (requisito 2) dividida pela produção total de soja (requisito 3).	kg/t de soja	Informação constante do "perfil padrão".
5.	Consumo de corretivos	Quantidade consumida de cada corretivo (calcário calcítico, calcário dolomítico e gesso agrícola), aplicados na área total (requisito 2), dividida pela produção total de soja (requisito 3).	kg/ t soja	Informação constante do "perfil padrão".
6.	Consumo de fertilizantes sintéticos	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2), dividida pela produção total de soja (requisito 3).	kg elemento/ t soja	Informação constante do "perfil padrão".
7.	Consumo de fertilizantes orgânicos/ organominerais	Quantidade consumida de cada elemento (N, P2O5 e K2O por fonte), aplicados na área total (requisito 2) dividida pela produção total de soja (requisito 3).	kg elemento/ t soja	Informação constante do "perfil padrão".
8.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo de combustíveis (soma das operações agrícolas, irrigação, transportes de materiais, deslocamento de pessoas etc.), na área total (requisito 2), dividido pela produção total de soja (requisito 3). Diesel B8, B10, BX, B20, B30Biodiesel Gasolina C Etanol hidratado Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	l/t soja Nm³/t soja kWh/t soja	Informação constante do "perfil padrão".
Fase industrial - extração do óleo				
1.	Quantidade de soja processada	Quantidade total anual de soja processada. Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida e informado o teor de umidade.	t soja/ano (em base úmida) Teor de umidade: % Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Rendimento de óleo	Refere-se à massa total de óleo produzido anualmente dividida pela quantidade total anual de soja processada (requisito 1).	kg óleo/t soja	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Produção de coprodutos	Refere-se à massa total de cada coproduto (torta, farelo etc.), produzido anualmente, dividida pela quantidade total anual de soja processada (requisito 1).	kg coproduto/ t soja	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
4.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo total anual de combustíveis e eletricidade. Bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Informar a distância de transporte desses biocombustíveis do fornecedor até a usina. Diesel B8, B10, BX, B20, B30. Biodiesel Óleo combustível Biometano Gás natural Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	kg/t biomassa (em base úmida) Teor de umidade: % l/t soja Nm³/t soja kWh/t soja Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
Fase industrial - transesterificação				
1.	Quantidade de matéria-prima processada	Quantidade total anual de matéria-prima processada, discriminada por fonte (óleo de soja, óleo de palma, óleo de algodão, "outros óleos"). Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção. Informar intensidade de carbono média do óleo de soja adquirido.	t matéria-prima/ano Distância de transporte: km Intensidade de Carbono média do óleo de soja: gCO2eq/kg óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Aporte total (resíduos)	Quantidade total de biomassa residual a ser processada (óleo de fritura usado, gordura animal, outros óleos residuais). Esse parâmetro deve ser reportado em base úmida.	t biomassa residual (em base úmida) Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Rota de produção	Especificar o tipo de rota de produção: etílica ou metílica.	Etílica ou Metílica	Informação obrigatória.
4.	Produção de biodiesel	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de biodiesel produzido anualmente.	m³ biodiesel/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
5.	Produção de glicerina bruta	Refere-se à massa total de glicerina bruta produzida anualmente.	t/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
6.	Produção de glicerina purificada	Refere-se à massa total de glicerina purificada produzida anualmente.	t /ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Consumo de insumos industriais: Metanol Metilato de sódio Etanol anidro Hidróxido de sódio	Refere-se à massa total de cada insumo industrial consumido anualmente.	t insumo/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.
8.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo total anual de combustíveis e eletricidade. Bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Informar a distância de transporte desses biocombustíveis do fornecedor até a usina.	kg combustível/ ano Teor de umidade: %	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total consumida.

		Diesel B8, B10, BX, B20, B30. Biodiesel Óleo combustível Gás Natural Biometano Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	m³/ano Nm³/ano MWh/ano Distância de transporte: km	

Tabela 15. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono dos combustíveis alternativos sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA) de soja

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola - Soja Os requisitos são idênticos àqueles da fase agrícola da rota de biodiesel (Tabela 14).				
Fase industrial - Extração do Óleo Os requisitos são idênticos àqueles da fase de extração de óleo da rota de biodiesel (Tabela 14).				
Fase industrial				
1.	Processamento efetivo de óleo próprio	Quantidade total anual de óleo processado. Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção.	t óleo/ano Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
2.	Processamento efetivo de óleo de fornecedores	Quantidade total anual de óleo processado adquirido pela unidade produtora. Informar a distância de transporte percorrida pela matéria-prima à unidade de produção. Informar intensidade de carbono média do óleo adquirido.	t óleo/ano Distância de transporte: km Intensidade de Carbono média do óleo: gCO2eq/kg óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total processada independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
3.	Rendimento de bioquerosene	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de bioquerosene produzido anualmente dividido pela quantidade anual total de óleo processado (requisito 2).	kg/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total.
4.	Rendimento de gasolina alternativa	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de gasolina alternativa produzida anualmente dividido pela quantidade anual total de óleo processado (requisito 2).	l/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total.
5.	Rendimento de diesel alternativo [1]	Refere-se ao volume total (corrigido para a temperatura de 20 °C) de diesel alternativo produzido anualmente dividido pela quantidade anual total de óleo processado (requisito 2).	l/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total.
6.	Rendimento de gás liquefeito alternativo [1]	Refere-se ao volume total (calculado com base nas condições padrão de pressão e temperatura) de gás liquefeito alternativo produzido anualmente dividido pela quantidade anual total de óleo processado (requisito 2).	kg/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a produção total, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
7.	Energia elétrica comercializada	Refere-se à quantidade total de eletricidade comercializada anualmente dividida pela quantidade total anual de óleo processado, independentemente de os coprodutos ou resíduos utilizados na geração dessa energia serem oriundos de seu processo produtivo ou adquirido de terceiros.	kWh/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total comercializada, independente do atendimento aos critérios de elegibilidade.
8.	Consumo de insumos industriais: Hidrogênio	Refere-se à massa total de hidrogênio consumido anualmente.	kg/t óleo	Informação obrigatória. Deverá ser informado o consumo total.
9.	Consumo de combustíveis e eletricidade da rede	Refere-se ao consumo total anual de combustíveis e eletricidade dividido pela quantidade anual total de óleo processado (requisito 2). Bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e resíduos florestais devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade. Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses combustíveis do fornecedor até a usina Diesel B8, B10, BX, B20, B30. Biodiesel Óleo combustível Etanol hidratado Biometano Gás combustível alternativo Gás natural Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	kg/t óleo (em base úmida) Teor de umidade: % l/t óleo Nm³/t óleo kWh/t óleo Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informado o consumo total.

Tabela 16. Informações declaradas para cálculo da intensidade de carbono do biometano

	Parâmetro	Descrição	Unidade	Obrigatoriedade
Fase agrícola Não são contabilizadas emissões de gases de efeito estufa, de modo que a RenovaCalc não possui informações a serem declaradas para a etapa agrícola.				
Fase industrial				
1.	Produção de biometano	Refere-se ao volume total anual de biometano produzido, calculado com base nas condições padrão de pressão e temperatura (101,325 kPa e 273,15 K, respectivamente). Informar o Poder Calorífico Inferior (PCI) do biometano e seu respectivo teor de metano, aferidos antes de qualquer enriquecimento com gás natural, propano ou GLP.	Nm³/ano PCI: MJ/Nm³ Teor de metano: % molar	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total produzida.
2.	Eletricidade comercializada	Refere-se à quantidade total anual de eletricidade comercializada.	kWh/ano	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade total comercializada.
3.	Biomassa (s) processada (s)	Refere-se a quantidade total de cada biomassa processada anualmente para conversão em biometano. Informar também a distância de transporte da matéria-prima à usina.	t biomassa/ano Distância de transporte: km	Informação obrigatória. Deverá ser informada a quantidade processada.
4.	Consumo de combustíveis e eletricidade no processamento	Refere-se ao consumo de combustíveis e eletricidade no processamento. Bagaço, palha, cavaco de madeira, lenha e Resíduos florestais devem ser reportados em base úmida e informados seus respectivos teores de umidade Além disso, deve-se informar a distância de transporte desses combustíveis do fornecedor até a usina. Diesel B8, B10, BX, B20, B30 Biodiesel Óleo combustível Biometano Gás natural Eletricidade por fonte (Biomassa; PCH; Eólica; Solar) ou Mix BR	t/ano (em base úmida) Teor de umidade: % l/ano m³/ano Nm³/ano MWh/ano Distância de transporte em km	Informação obrigatória. Deverá ser informado o consumo total.

6. Cálculo da Intensidade de Carbono dos Biocombustíveis

6.1 A intensidade de carbono do biocombustível é determinada automaticamente pelo sistema após o produtor ou importador de biocombustível informar todos os parâmetros de entrada para o cálculo, gerando um índice em g CO2eq./MJ.

6.2 O sistema realiza o cálculo da intensidade de carbono do biocombustível automaticamente a partir de cinco passos principais:

i) Adequação dos parâmetros de entrada a um fluxo de referência e inserção como "fluxos de entrada" no inventário de ciclo de vida de cada rota de produção;

ii) Associação desses "fluxos de entrada" de inventário aos dados de emissões de gases de efeito estufa a montante do processo agroindustrial, relacionadas à produção de insumos agrícolas e industriais e à geração de energia, e a jusante, relacionados à distribuição e uso do biocombustível;

iii) Consolidação de inventário das emissões de gases de efeito estufa geradas nas fases agrícola, industrial, de distribuição e uso do biocombustível;

iv) Conversão das emissões de gases de efeito estufa para a unidade "g CO2eq", a partir de fatores de caracterização para cada gás: CO2 = 1; CH4fóssil = 30; CH4biogênico = 28 e N2O = 265; e

v) Adequação do índice à unidade funcional.

6.3 Os índices utilizados nas conversões de unidades de medidas são apresentados nas Tabelas 17 e 18.

6.4 A Nota de Eficiência Energético Ambiental é determinada a partir da subtração da intensidade de carbono de cada biocombustível (em g CO2eq./MJ) daquela do seu combustível fóssil substituto, segundo a Tabela 19, adotando-se os valores da Tabela 20.

6.5. É aplicado bônus de até 20% (vinte por cento) sobre a Nota de Eficiência Energético-Ambiental quando ocorrer emissão negativa de gases causadores do efeito estufa no ciclo de vida do biocombustível em relação ao seu substituto de origem fóssil.

Tabela 17. Massa específica e poder calorífico inferior de combustíveis.

Produto	Massa específica [t/m³]	Poder Calorífico Inferior [MJ/kg]
Etanol anidro [1]	0,791	28,26
Etanol hidratado [1]	0,809	26,38
Biodiesel [1]	0,880	37,68
Biometano [2]	0,00076	48,25
Gás combustível alternativo	0,00080	45,42
Querosene parafínico sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (SPK - HEFA) [1]	0,735	43,54
Diesel alternativo sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA)[1]	0,782	43,98
Gasolina alternativa sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA)[1]	0,690	44,94
Gás liquefeito alternativo sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA)3	0,550	46,60
Gasolina A [1]	0,742	43,54
Diesel A [1]	0,840	42,29
Gás natural [1]	0,00074	36,84
Querosene de aviação[1]	0,799	43,54
GLP [3]	0,552	46,47
Óleo combustível	1,013	40,15

[1] Massa específica à temperatura de 273,15 K (0 ºC) e 101,325 kPa (1 atm).
[2] Biometano com 96,5% de metano, a 273,15 K (0 ºC) e 101,325 kPa (1 atm).
[3] Massa específica à temperatura de 273,15 K (0 ºC) e pressurizado.

Tabela 18. Poder calorífico inferior de coprodutos dos processos de produção de óleo e biocombustíveis.

Produto	Poder Calorífico Inferior [MJ/kg]
Açúcar	16,19
DDG - "Dried Distillers Grains"	20,24
DDGS - "Dried Distillers Grains with Solubles"	20,24
CGM - "Corn Gluten Meal"	18,61
CGF - "Corn Gluten Feed"	18,61
Óleo de milho	37,22
Óleo de soja	34,04
Farelo de soja	15,40
Glicerina purificada*	16,20
Glicerina bruta**	14,62

*Glicerina purificada: trata-se da glicerina derivada do processo de produção do biodiesel que passa por uma ou mais etapas de purificação, tais como destilação, evaporação, extração, filtração ou centrifugação, a fim de se obter um produto com maior teor de pureza.

**Glicerina bruta: glicerina derivada do processo de produção do biodiesel que não passa por etapas de purificação na planta de produção de biodiesel, e é comercializada em sua forma bruta.

Tabela 19. Biocombustíveis e seus combustíveis fósseis substitutos.

Biocombustível	Combustível Fóssil
Etanol combustível	Gasolina
Biodiesel	Diesel
Biometano	Média ponderada, considerando as vendas internas de Diesel, Gasolina e Gás Natural Veicular em unidade energética
Querosene parafínico sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (SPK - HEFA)	Querosene de aviação
Diesel alternativo sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA)	Diesel
Gasolina alternativa sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (HEFA)	Gasolina

Tabela 20. Intensidade de carbono dos combustíveis fósseis.

Combustível Fóssil	Intensidade de Carbono [g CO2eq./MJ]
Gasolina	87,4
Diesel	86,5
Média entre Gasolina, Diesel e GNV	86,7
Querosene de aviação	87,5

ANEXO II

(a que se refere o art. 18, inciso III, o art. 19 e o art. 20, da Resolução nº 758, de 23 de novembro de 2018
Tabela de Sanções

	SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES	SANÇÃO INICIAL	1ª REINCIDÊNCIA DA SANÇÃO	2ª REINCIDÊNCIA DA SANÇÃO
1	Uso do credenciamento de forma fraudulenta - emissão de relatórios e certificados sem que os serviços de certificação tenham sido realizados; com manipulação de resultados; emissão de certificados ou relatórios por profissional não habilitado; falsificação de registros ou outras informações no processo de certificação.	Cancelamento do credenciamento.	-	-
2	Concessão, permissão ou autorização de que qualquer outra organização relacionada com a firma inspetora (por meio de composição societária, controle administrativo, relação contratual, termos de cooperação), de forma remunerada ou não, faça qualquer uso da sua condição de credenciada pela ANP.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP, incluindo evidências de invalidação de serviços prestados.	Cancelamento do credenciamento.	-
3	Realização de serviços de certificação de biocombustíveis fazendo referência à condição de firma inspetora credenciada durante o período de suspensão.	Cancelamento do credenciamento.	-	-
4	Exercício de atividades que comprometam a imparcialidade ou o sigilo de informações.	Advertência.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.
5	Não atendimento às notificações emanadas pela ANP decorrentes da atividade de Supervisão.	Advertência.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.
6	Não atendimento ao tratamento de não conformidade(s) verificada(s) pela ANP.	Advertência.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.
7	Não cumprimento dos prazos estabelecidos pela ANP.	Advertência.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.
8	Não disponibilização da documentação requisitada pela ANP, atrasando ou dificultando seu trabalho, sob quaisquer aspectos.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento .	
9	Ausência de fundamentação no processo de certificação para emissão do Certificado de Produção Eficiente de Biocombustíveis.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.	-
10	Incidência em não conformidades que, por sua relevância, extensão ou quantidade, propiciem a falta de confiança nas atividades realizadas pela firma inspetora.	Suspensão até o atendimento das condições estabelecidas pela ANP.	Cancelamento do credenciamento.	-
11	Não atendimento às condições estabelecidas pela ANP após o período de suspensão determinado em decorrência de aplicação de sanção.	Cancelamento do credenciamento.	-	-

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.173, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014318/2012-68, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada ao exercício da atividade de produção de etanol a USINA SÃO FRANCISCO S.A., CNPJ nº 71.324.792/0001-06, localizada na Fazenda São Francisco, s/n, Zona Rural, Sertãozinho - SP.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 734/2018, art. 27, inciso I, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de revogação desta autorização.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.174, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014318/2012-68, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da USINA SÃO FRANCISCO S.A., CNPJ nº 71.324.792/0004-40, com capacidade de produção de 400 m³/d de etanol hidratado, localizada na Fazenda São Francisco, s/n, Zona Rural, Barrinha - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 87, de 26/02/2014, publicada no DOU de 27/02/2014.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO Nº 1.302, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, publicada no DOU em 1/11/2017, e nº 89, de 5 de março de 2018, publicada no DOU em 06/03/2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.200708/2017-63, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 33 da Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, publicada no DOU em 29/06/2018, que revogou a Resolução ANP nº 26/2012, torna público o seguinte ato:

Fica REVOGADA a Autorização ANP nº 436, de 03 de maio de 2013, publicada no DOU em 06 de maio de 2013, outorgada à UNIÃO INDUSTRIAL AÇUCAREIRA LTDA., CNPJ nº 03.333.102/0004-60, referente à instalação produtora de etanol com capacidade de produção de 300 m³/d de etanol hidratado, localizada na Rodovia Miro Rocha BA-996, km 10, Zona Rural em Lajedão - BA, como consequência do desatendimento aos requisitos previstos na Resolução ANP nº 26/2012, substituída pela Resolução ANP nº 734/2018, conforme art. 25, II c/c art. 33 dessa Resolução.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 1.303, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0196772	A. ALEX DOS S. RODRIGUES	07.030.998/0001-16	48610.005018/2006-41
PR/MA0065041	A. F. NEVES FILHO	09.276.028/0001-20	48610.000897/2009-66
PR/PA0029545	A G DINIZ	07.911.670/0001-09	48610.014103/2002-75

PR/PA0029319	A. I. PINALLI AUTO POSTO	04.916.999/0001-74	48610.013655/2002-66
PR/MA0082103	A. J. M. DO NASCIMENTO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS	10.554.959/0001-22	48610.004654/2010-31
PR/MA0205326	A P MEDEIROS	08.309.203/0001-76	48610.012865/2006-61
PR/PA0021754	A. R. PORTO	04.345.146/0001-20	48610.002847/2002-47
PR/MA0214078	ADALTO GOMES FILHO	04.683.095/0001-46	48610.008392/2007-88
PR/MA0076261	ADEZIANA P. DE SOUSA	10.943.737/0001-00	48610.011677/2009-68
PR/PA0016345	ALDIZIO JACINTO DA SILVA	04.140.190/0001-01	48610.013986/2001-15
PR/RJ0001470	ALEX-CRIS AUTO POSTO LTDA	02.822.167/0001-63	48610.008342/2000-24
PR/MA0195089	ANTONIA DA SILVA COSTA	02.932.558/0004-83	48610.003420/2006-91
PR/MA0082832	AUTO POSTO ARARAT LTDA.	09.494.999/0001-47	48610.006575/2010-64
PR/PR0106690	AUTO POSTO ATLÂNTICA LTDA.	14.584.677/0001-29	48610.000161/2012-93
PR/RJ0001851	AUTO POSTO BIG DAY LTDA	03.676.701/0001-33	48610.009555/2000-73
PR/PA0031142	AUTO POSTO CORRENTÃO LTDA.	05.215.377/0001-81	48610.001528/2003-11
PR/MA0210760	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS CAMINHONEIRO LTDA	08.100.480/0001-74	48610.005181/2007-93
PR/BA0219603	AUTO POSTO DM LTDA.	09.012.133/0001-52	48610.013475/2007-99
PR/RJ0088303	AUTO POSTO DO TRABALHO S/A	03.139.910/0028-68	48610.015612/2010-25
PR/MA0065847	AUTO POSTO ECOLÓGICO LTDA.	08.541.702/0001-94	48610.001394/2009-16
PR/PR0060689	AUTO POSTO FLORAI LTDA.	09.233.928/0001-90	48610.009037/2008-15
PR/PR0065900	AUTO POSTO FORZA LTDA.	08.342.151/0001-30	48610.001454/2009-92
PR/PR0060220	AUTO POSTO FORZA LTDA.	08.342.151/0002-10	48610.008241/2008-19
PR/PA0030418	AUTO POSTO FRAN LTDA	05.378.105/0001-00	48610.000541/2003-37
PR/RJ0079551	AUTO POSTO GAUCHINHA LTDA.	07.931.486/0001-20	48610.000110/2010-08
PR/MA0215112	AUTO POSTO J M LTDA.	08.869.348/0001-21	48610.008970/2007-86
PR/PA0026988	AUTO POSTO JAGUAR LTDA	04.339.561/0001-70	48600.002139/2002-25
PR/RJ0001880	AUTO POSTO JOÃO VINICIUS LTDA	03.474.519/0001-08	48610.008704/2000-87
PR/PA0162455	AUTO POSTO KAUANY LTDA-ME	05.528.630/0001-57	48610.007405/2003-78
PR/PR0187782	AUTO POSTO LENZ LTDA	30.548.115/0001-86	48610.006423/2018-19
PR/RJ0178878	AUTO POSTO LUAR DE MARECHAL HERMES LTDA.	06.373.947/0001-24	48610.011211/2004-58
PR/RJ0206908	AUTO POSTO MADRINHA DE CAMPO GRANDE 2006 LTDA.	07.568.548/0001-81	48610.001510/2007-27
PR/PA0024132	AUTO POSTO MORAIS LTDA	03.278.919/0001-30	48610.004614/2002-89
PR/RJ0002655	AUTO POSTO NOVA AVENIDA LTDA	42.400.960/0001-99	48610.005131/2000-31
PR/BA0225299	AUTO POSTO PARAMIRIM LTDA.	09.178.843/0001-57	48610.002852/2008-45
PR/PR0072041	AUTO POSTO PEROLA DE OSASCO LTDA.	08.641.476/0001-13	48610.007294/2009-95
PR/BA0230931	AUTO POSTO PRAIA DE OLIVENÇA LTDA	08.942.693/0001-43	48610.006425/2008-36
PR/MA0191870	AUTO POSTO SÃO JOÃO LTDA.	07.301.123/0001-01	48600.002809/2005-56
PR/BA0060589	AUTO POSTO TIKINHO LTDA	07.018.007/0001-80	48610.008877/2008-52
PR/PR0144243	AUTO POSTO TRAC LTDA	17.677.871/0001-47	48610.010171/2013-18
PR/RJ0206137	AUTO POSTO TREVO DE MANGARATIBA LTDA.	07.165.488/0001-56	48610.000942/2007-11
PR/MA0169204	AUTO POSTO VENEZA LTDA.	06.143.107/0001-75	48610.002413/2004-17
PR/PR0085062	AUTO POSTO VIA RÁPIDA LTDA	11.329.947/0001-67	48610.010071/2010-49
PR/RJ0219634	AUTO POSTO 158 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	08.666.601/0001-40	48610.013482/2007-91
PR/BA0060793	BLN COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.313.316/0001-08	48610.009192/2008-23
PR/RJ0089522	C A B TEIXEIRA	12.447.121/0001-65	48610.018170/2010-79
PR/MA0192093	C. E. DE ALBUQUERQUE MOURA	23.698.756/0001-51	48610.010114/2005-29
PR/MA0207345	C S DE CARVALHO COMBUSTÍVEIS	05.501.793/0002-27	48610.001993/2007-61
PR/RJ0190214	C. S. VIANA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS	07.430.849/0001-44	48610.007641/2005-56
PR/MA0064646	C SALES PEREIRA	08.887.070/0001-15	48610.000341/2009-70
PR/BA0219701	CHRISTIANO TERSIO SORIANO DE CARVALHO	05.128.009/0001-04	48610.013557/2007-33
PR/MA0207749	CLAUDIO ABREU OLIVEIRA	07.831.603/0001-84	48610.002489/2007-87
PR/PR0084870	CLEIDE DO ROCIO KULLER	11.958.794/0001-17	48610.009851/2010-46
PR/MA0162130	CLOVIS LIMA CARVALHO FILHO	00.705.235/0001-89	48610.006556/2003-17
PR/PR0140962	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	79.114.450/0174-83	48610.007779/2013-65
PR/BA0060973	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AGUIAR LTDA.	06.947.678/0001-62	48610.009555/2008-21
PR/BA0219756	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS TUXÁ LTDA.	08.786.250/0001-00	48610.013614/2007-84
PR/PR0066969	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CENTRAL LTDA.	10.480.684/0001-20	48610.002471/2009-47
PR/RJ0061393	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS SIQUEIRA ECCARD LTDA.	09.596.323/0001-64	48610.010067/2008-66
PR/RJ0182490	COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO BASTOS LTDA.	39.229.745/0001-62	48610.000483/2005-11
PR/PR0084867	COMÉRCIO VAREJISTA CENTER BAIRRO ALTO LTDA. - ME.	07.918.985/0001-88	48610.009857/2010-13
PR/PA0030176	CREPURI COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP	02.455.583/0002-51	48610.015080/2002-16
PR/MA0078244	D. S. S. OLIVEIRA	04.393.202/0001-00	48610.013991/2009-85
PR/RJ0219414	DAYTONA DE CANTAGALO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	08.355.640/0001-26	48610.013342/2007-12
PR/MA0231290	DILVA DE M. EVANGELISTA	09.481.967/0001-07	48610.006885/2008-64
PR/PA0162313	DISTRIBUIDORA SUPER TUDO LTDA	14.722.201/0003-79	48610.007312/2003-43
PR/PA0015582	ECEU LTDA	01.685.180/0001-55	48610.012938/2001-18
PR/RJ0226158	ELMAC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	09.173.521/0001-15	48610.003601/2008-88
PR/BA0219819	ELZA SILVA DE LIMA	03.153.609/0001-99	48610.013610/2007-12
PR/PA0162183	ERODICE BRELAZ BATISTA	15.305.493/0001-45	48600.002290/2003-44
PR/MA0194364	F. D. NOGUEIRA	07.246.052/0001-91	48610.002640/2006-12
PR/ES0025533	FLECHA S/A TURISMO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	27.075.753/0001-12	48610.006323/2002-25
PR/PA0015464	FRANCISCO BEZERRA TAVEIRA	04.261.145/0001-05	48610.016868/2001-69
PR/MA0208610	FRANKLIN TAVARES CAMILO	08.579.409/0001-16	48610.003833/2007-55
PR/RJ0101142	FREE WILLY PESCADOS LTDA ME	02.927.364/0001-47	48610.011926/2011-30
PR/MA0219261	G KERBER	02.308.554/0001-86	48610.013243/2007-31
PR/RJ0003669	GARAGE VISCONDE DA GAVEA LTDA	33.250.390/0001-07	48610.005648/2000-29
PR/GO0027703	GOVESA GOIÂNIA VEÍCULOS SA	01.256.007/0001-31	48610.011813/2002-43
PR/BA0220735	J C GARDELIN & CIA LTDA	96.825.344/0001-09	48610.014234/2007-67
PR/BA0062141	J C MACEDO COMBUSTÍVEIS	08.764.661/0001-03	48610.011957/2008-95
PR/PA0163568	J. C. PORTO DA SILVA	05.692.992/0001-89	48610.008922/2003-64
PR/MA0190690	J E GOMES	07.506.060/0001-20	48610.008164/2005-46
PR/MA0211576	J. GOMES PONTES	07.335.586/0001-94	48610.005872/2007-97
PR/MA0182919	J L T DE CASTRO E CIA LTDA.	05.919.772/0001-45	48610.001095/2005-41
PR/MA0211237	J. MUNIZ TORRES	07.214.099/0002-54	48610.005731/2007-74
PR/PA0017498	J SILVA ROCHA & CIA LTDA	01.697.576/0001-12	48610.015433/2001-13
PR/MA0214388	J. V. SILVA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SEUS DERIVADOS	07.058.878/0001-27	48610.008807/2007-13
PR/BA0223802	JANEIDE SARDEIRO DE JESUS	09.218.448/0001-50	48610.001535/2008-10
PR/MA0201469	JOELMA SOUZA DA SILVA PEÇAS E ACESSÓRIOS	02.977.191/0002-52	48610.009741/2006-14
PR/MA0076000	J.O.R BARBOZA E CIA LTDA	09.495.111/0002-71	48610.011719/2009-61
PR/MA0191028	K. K. AUTO POSTO LTDA.	07.522.027/0001-93	48610.008536/2005-34
PR/PA0159470	L C G DE SA SEIXAS	01.971.163/0001-84	48610.004580/2003-11
PR/MA0201395	L G CAMPOS ARRUDA	07.377.720/0001-10	48610.009374/2006-32
PR/MA0226935	L G CAMPOS ARRUDA	07.377.720/0002-09	48610.004165/2008-64
PR/PA0019285	L J SOUZA CANTO - ME	04.046.446/0001-08	48610.014344/2001-33
PR/MA0220636	L. M. ARAÚJO SILVA - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL	07.750.880/0001-62	48610.014240/2007-14
PR/MA0215483	L V U DE ARRUDA COMBUSTÍVEL ME.	07.212.708/0001-55	48610.009927/2007-38
PR/MA0083752	L&T COMBUSTIVES LTDA	11.540.434/0001-09	48610.007925/2010-18
PR/MA0060592	M. DE S. ARAUJO - ME.	09.688.459/0001-02	48610.008868/2008-61
PR/MA0219636	M. F. SOUSA - COMÉRCIO	08.939.236/0001-08	48610.013491/2007-81
PR/PA0015488	M. N. GONZAGA TAVIEIRA	01.387.854/0001-35	48610.017073/2001-78
PR/MA0211031	MARIA L. DOS SANTOS COMÉRCIO	07.398.273/0001-85	48610.005508/2007-27
PR/MA0079009	MARIA LIMA MARINHO CALDAS	23.609.662/0001-69	48610.015856/2009-74
PR/MA0071300	MAXSON GILSON M. DA COSTA E SILVA	08.435.197/0001-01	48610.006531/2009-09
PR/RJ0074881	MINAS VELHA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	31.450.356/0001-50	48610.010062/2009-14
PR/RJ0196887	MIRACEMA DO NOROESTE POSTO DE GASOLINA LTDA.	07.849.632/0001-73	48610.005312/2006-51
PR/RJ0080322	M.M. AUTO SERVIÇO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.977.350/0001-66	48610.001485/2010-87
PR/MA0064020	M.M. SOARES RAMOS	10.429.226/0001-66	48610.015202/2008-60
PR/MA0225873	NATAL DA SILVA COSTA	03.881.005/0002-40	48610.003174/2008-38
PR/MA0198683	NILTON DE SOUZA JERONIMO	08.030.933/0001-33	48610.007360/2006-84
PR/PA0029765	ORGANIZACOES COSTA LTDA	04.705.626/0004-05	48610.014394/2002-18
PR/MA0072785	ORLANDO DESIDERIO DA SILVA	01.341.182/0001-27	48610.008014/2009-66
PR/MA0068423	P. H. DE A. F. LOBO	07.161.524/0001-03	48610.004354/2009-18
PR/RJ0002091	POSTO BRASIL 76 LTDA	29.612.009/0001-35	48610.010612/2000-67
PR/MA0216606	POSTO CHRIS LTDA.	01.464.629/0002-36	48610.010816/2007-74
PR/RJ0087826	POSTO CORUJÃO DA DUTRA BM LTDA.	12.288.746/0001-21	48610.015041/2010-29
PR/RJ0208633	POSTO DE ABASTECIMENTO BACELLAR DE VILA ISABEL LTDA	08.281.135/0001-84	48610.003843/2007-91
PR/BA0230995	POSTO DE COMBUSTÍVEIS ALTO ALEGRE LTDA. - ME	07.246.392/0003-84	48610.006574/2008-03
PR/RJ0002849	POSTO DE COMBUSTIVEIS BICUIBA BRANCA LTDA	03.664.832/0001-09	48610.001743/2001-34
PR/MA0224263	POSTO DE COMBUSTÍVEIS EXTRA LTDA.	07.777.242/0001-35	48610.002193/2008-47
PR/MA0228234	POSTO DE COMBUSTÍVEIS JC CENTER LTDA.	08.743.737/0001-06	48610.004972/2008-87
PR/MA0195243	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MULT BRASIL LTDA.	07.791.780/0001-84	48610.003717/2006-55
PR/RJ0002584	POSTO DE GASOLINA CANAVIEIRA LTDA	30.095.780/0001-61	48610.005046/2000-71
PR/RJ0060212	POSTO DE GASOLINA E SERVIÇOS VAZ LOBO 33 LTDA.	09.183.235/0001-30	48610.008271/2008-17
PR/RJ0200964	POSTO DE GASOLINA E SERVIÇOS 2 MARIAS LTDA. - EPP.	07.838.023/0001-19	48610.009301/2006-41
PR/RJ0060692	POSTO DE GASOLINA GALEGUINHO DA ILHA LTDA.	09.610.750/0001-50	48610.009050/2008-66
PR/RJ0026521	POSTO DE GASOLINA MEUS ANJOS LTDA	33.902.222/0001-59	48610.009468/2002-88
PR/MA0072583	POSTO DE GASOLINA SECULO XXI LTDA - ME	07.801.429/0005-50	48610.007867/2009-81
PR/PA0031930	POSTO ELDORADO II LTDA	03.304.677/0001-01	48610.003253/2003-34
PR/MA0069080	POSTO GLORIA LTDA.	10.740.787/0001-81	48610.004818/2009-96
PR/PR0178513	POSTO LITORAL LTDA - EPP	18.401.654/0001-92	48610.013329/2016-54
PR/RJ0002088	POSTO NOVO AÇÚ LTDA	04.072.332/0001-32	48610.010378/2000-78
PR/PA0031663	POSTO OURO NEGRO LTDA	34.624.056/0001-39	48610.002137/2003-14
PR/MA0225870	POSTO OURO VERDE LTDA	04.909.053/0001-80	48610.003295/2008-80
PR/RJ0200486	POSTO PARADA PERSONALIZADA LTDA	04.191.741/0001-58	48610.008876/2006-46
PR/RJ0001067	POSTO POCINHO DE BARRA DO PIRAÍ LTDA	01.808.301/0001-09	48610.006040/2000-11
PR/PA0025044	POSTO RENASCER LTDA	04.284.880/0001-26	48610.005837/2002-63
PR/RJ0113668	POSTO SAO JOSE OPERARIO LTDA - EPP	13.742.083/0001-36	48610.005513/2012-05
PR/MA0023454	POSTO SAO RAIMUNDO LTDA	63.427.777/0001-57	48610.004185/2002-41
PR/BA0227977	POSTO SÃO ROQUE DE MARAGOGIPE LTDA.	09.392.532/0001-96	48610.004585/2008-41
PR/MA0191869	POSTO SHOPPING DE COMBUSTÍVEL LTDA.	05.287.530/0001-86	48600.002852/2005-11
PR/RJ0201402	POUSADA CAMINHONEIROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	07.003.880/0001-07	48610.009581/2006-97
PR/MA0218475	R. ALVES DE SOUSA COMBUSTÍVEIS	08.942.590/0001-83	48610.012586/2007-88
PR/MA0194958	R T R PEARCE - DERIVADOS DE PETROLEO	07.636.453/0001-58	48610.003116/2006-42
PR/PA0159256	RAIMUNDO CUNHA COMERCIO LTDA.	04.918.520/0001-39	48610.004263/2003-97
PR/MA0214441	REJAMES DE S. OLIVEIRA - EPP.	05.261.304/0002-07	48610.008819/2007-48
PR/MA0195096	RIBEIRO & MELO LTDA.	04.853.601/0002-89	48610.003411/2006-15
PR/MA0070260	R.N.M. DA SILVA	05.077.279/0001-25	48610.005742/2009-16
PR/MA0073600	RODRIGUES CARVALHO COMBUSTÍVEL LTDA.	10.939.358/0001-38	48610.009157/2009-95
PR/BA0221098	RODRIGUES MONTEIRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.098.467/0001-90	48610.014861/2007-06
PR/PA0016959	RUBINEI R. DOS SANTOS	03.090.654/0001-41	48610.018232/2001-51
PR/PR0103104	SANDRO MARCOS BRANDIELLI DA SILVA -ME	12.069.119/0001-08	48610.013430/2011-09
PR/MA0001768	SANTA LUZIA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	03.387.901/0001-76	48610.009433/2000-87
PR/MA0079145	S.C.P. CARVALHO	11.279.225/0001-45	48610.015918/2009-48
PR/MA0222794	SEVERINO EVARISTO DA SILVA FILHO	23.430.051/0001-59	48610.000664/2008-82
PR/PA0026834	S.G. DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.954.653/0001-60	48610.009102/2002-17
PR/RJ0190776	SIC - 2004 - COMBUSTÍVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.387.513/0003-08	48610.008218/2005-73
PR/RJ0190778	SIC - 2004 - COMBUSTÍVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	07.387.513/0004-99	48610.008219/2005-18
PR/PR0072801	SIDNEI JACINTO CONINCK COMBUSTIVEIS	10.777.841/0001-63	48610.008076/2009-78
PR/MA0070744	SLE-COMBUSTÍVEIS LTDA	07.695.757/0001-96	48610.006119/2009-81
PR/PR0063262	STOPETROLEO S.A. - COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO	09.160.226/0030-69	48610.014007/2008-12
PR/ES0017650	SUPER POSTO TRANSDADINHO LTDA	00.294.333/0001-70	48610.018505/2001-68
PR/PA0011368	TAILÂNDIA POSTOS LTDA	02.831.826/0001-28	48610.009039/2001-21
PR/PA0016568	TEIXEIRA E MARTINI LTDA.	15.265.754/0001-40	48610.016593/2001-63
PR/PA0025645	T.M. DE AVELAR	04.485.515/0001-80	48610.006677/2002-71
PR/MA0218911	TUTOIA COMÉRCIO DE PETROLEO LTDA	07.972.241/0001-41	48610.012944/2007-52
PR/MA0072101	V H DA PAZ SOBRINHO	10.753.964/0001-64	48610.007348/2009-12
PR/PR0167324	VALDENIR ANDREACCI & CIA LTDA - ME.	01.014.647/0001-35	48610.011444/2014-22
PR/BA0230066	VALDNEY SILVA NOVAES	03.040.814/0001-48	48610.006247/2008-43
PR/MA0069365	VALQUIRIA D SOARES	06.294.196/0001-50	48610.005325/2009-73
PR/RJ0194196	VIEIRA & VIEIRA POSTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	07.634.003/0001-26	48610.002364/2006-76
PR/MA0077865	VISUAL COMÉRCIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	03.524.093/0001-41	48610.013126/2009-39
PR/RJ0136862	VITERBO EMPREENDIMENTOS LTDA	12.459.479/0001-08	48610.005352/2013-22
PR/RJ0005623	VITOR CASTELA POSTO DE GASOLINA E AFINS LTDA	97.420.160/0001-21	48610.006517/2000-69
PR/MA0214063	W A SANTOS COM. E SERVIÇOS	08.236.553/0002-30	48610.008336/2007-43
PR/BA0060900	WJ CAIRES & CIA LTDA	09.244.601/0001-14	48610.009329/2008-40
PR/MA0061421	Z. F. SAMPAIO	08.866.983/0002-36	48610.010217/2008-31
PR/BA0220094	ZOROELIO PEREIRA MACHADO	08.997.263/0001-29	48610.013937/2007-78

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.304, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis marítimo:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PM/PA0189474	E M C COMERCIO DE REFINADOS DE PETROLEO LTDA	11.171.191/0005-02	48610.009686/2018-80

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.305, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0189736	A. DA C. MARTINS	26.766.507/0001-44	48610.012496/2018-40
PR/RS0189718	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BIANCA LTDA	30.839.341/0001-16	48610.012490/2018-72
PR/BA0189743	ANTONIO EDNALDO FARIAS DO NASCIMENTO	28.710.095/0001-56	48610.010232/2018-51
PR/GO0189715	AUTO POSTO BOA VIAGEM II LTDA	25.196.499/0001-85	48610.012410/2018-89
PR/MG0189741	AUTO POSTO CHERAIM EIRELI	30.688.556/0001-83	48610.012032/2018-33
PR/ES0189753	AUTO POSTO PEMEX LTDA	26.768.494/0001-42	48610.012562/2018-81
PR/TO0189744	AUTO POSTO ROTA 10 LTDA	29.534.249/0001-69	48610.006868/2018-07
PR/MG0189746	AUTO POSTO SAO DOMINGOS LTDA	22.575.161/0003-08	48610.012526/2018-18
PR/GO0189739	AUTO POSTO SAO JOSE COMBUSTIVEIS EIRELI	31.614.410/0001-56	48610.011803/2018-75
PR/RS0189740	BONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	31.248.003/0001-72	48610.011706/2018-82
PR/RS0189716	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0082-81	48610.012413/2018-12
PR/SC0189717	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SAO PEDRO EIRELI	27.742.955/0001-70	48610.011571/2018-55
PR/SP0189714	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	47.508.411/1752-07	48610.012407/2018-65
PR/GO0189748	ECO FUEL COMBUSTIVEIS LTDA	24.714.536/0001-37	48610.008683/2018-29
PR/BA0189747	GR REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.136.094/0003-43	48610.012531/2018-21
PR/MG0189751	IPO POSTO DE COMBUSTIVEL EIRELI	30.962.069/0001-67	48610.012535/2018-17
PR/AM0189742	M R P DE ALMEIDA	27.360.719/0001-90	48610.011311/2018-80
PR/SP0189754	M29 AUTO POSTO E CONVENIENCIA LTDA	27.745.957/0001-13	48610.011801/2018-86
PR/PI0189738	POSTO MAIS SAO SEBASTIAO LTDA	29.088.775/0001-42	48610.006869/2018-43
PR/PI0189737	POSTO R MELO LTDA	29.261.445/0001-07	48610.011887/2018-47
PR/PR0189749	POSTOS PELANDA COMBUSTIVEIS LTDA	78.901.915/0010-56	48610.012150/2018-41
PR/MA0189735	R C ARAUJO COMBUSTIVEIS EIRELI	28.113.904/0001-42	48610.012499/2018-83
PR/RS0189752	SENTINELA AUTO PECAS E SERVICOS LTDA	11.574.595/0001-05	48610.006550/2018-18
PR/PI0189734	SILVA & LIMA COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.911.052/0001-24	48610.009655/2018-29
PR/MA0189745	ZEZUEDE CALDAS MARINHO SOUSA	13.061.177/0002-20	48610.015200/2016-81

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.306, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento do próprio agente econômico das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/GO0153602	BM COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	18.231.609/0001-37	48610.002718/2014-92
PR/SP0180213	CENTRO AUTOMOTIVO AUTODROMO LTDA	25.370.978/0001-76	48610.001874/2017-89
PR/MG0022504	COMERCIAL REGON LTDA	17.459.272/0007-42	48610.003277/2002-11
PR/RS0131943	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS NONOAI LTDA - EPP	17.381.715/0001-34	48610.001244/2013-81
PR/SE0084523	LEIVAL SERVICOS COMERCIO LTDA	16.198.632/0003-03	48610.009394/2010-90
PR/PE0097622	PARCERIA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	12.666.410/0001-55	48610.008475/2011-53
PR/SP0006581	POSTO 207 LTDA	67.756.288/0001-08	48610.005560/2001-98
PR/SP0164535	TRANSPORTES JCB DE FLORIDA PAULISTA LTDA	05.120.311/0002-99	48610.010252/2003-46

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.307, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/AM0181450	ANTÔNIO JOSÉ SANTOS LIMA	03.324.978/0001-05	48610.014363/2009-17
GLP/MG0204307	COMERCIAL DE GÁS DO POVO LTDA	11.439.269/0001-95	48610.018796/2010-85
GLP/RN0228597	FRANCISCA LUCINEIDE DA SILVA NASCIMENTO 06017961446	20.367.841/0001-49	48610.013102/2014-47
GLP/RJ0174900	S C AZEVEDO ME.	07.776.270/0001-38	48610.009942/2008-67
001/GLP/RS0020713	VANDERLEI FONTES DA SILVA GÁS	09.006.183/0001-27	48610.004073/2008-84

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.308, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0238797	LEOMAR MILKEVIECZ ME	26.475.065/0001-87	48610.002383/2017-55
GLP/MA0209724	RICHARDSON LINCOLN CAVALCANTE COSTA 04021847340	13.562.029/0001-09	48610.007439/2011-72
001/GLP/PE0019998	T GÁS LTDA.-ME	24.552.820/0004-05	48610.002389/2008-31

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.309, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MT0098502	ABASTECEDORA E TRANSPORTADORA DE COMBUSTÍVEIS WDW	10.878.907/0001-01	48610.008798/2011-47
PR/PR0028009	AUTO POSTO MAESTRO LTDA.	04.189.653/0001-11	48610.010502/2002-67
PR/MG0018163	AUTO POSTO PASSOS LTDA	01.137.283/0001-80	48610.019433/2001-76
PR/SC0000640	BENEDET & CIA LTDA	83.648.535/0003-62	48610.010889/2001-71
PR/BA0007024	CARNEIRO & MORAES LTDA	13.626.742/0001-79	48610.005264/2001-97
PR/DF0019965	CASCOL COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS LTDA	00.306.597/0006-01	48610.000815/2002-15
PR/GO0015076	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SAO JOSE EIRELI - EPP	00.234.468/0001-40	48610.016704/2001-31
PR/RS0193245	ÉRICO J. STEIN - ME.	91.811.893/0001-00	48610.000766/2006-36
PR/TO0092607	FONTOURA & BRITO LTDA	13.123.711/0001-03	48610.002652/2011-98
PR/RS0204079	LONGARAY COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	08.219.707/0001-03	48610.011284/2006-11
PR/RN0141082	MF COMBUSTIVEIS LTDA	17.790.852/0001-22	48610.007946/2013-78
PR/MG0170428	NLD COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	05.655.206/0001-73	48610.003654/2004-75
PR/PI0175352	PINHEIRAO COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	07.850.106/0003-95	48610.004021/2016-18
PR/RS0000556	POSTO DE COMBUSTIVEIS BOA VISTA LTDA	02.923.215/0001-00	48600.009793/2000-14
PR/RS0160870	POSTO DE COMBUSTIVEIS MERCEDES EIRELI	05.024.563/0001-33	48610.005751/2003-11
PR/RS0185271	POSTO DE COMBUSTIVEIS MONTANA LTDA	06.144.326/0001-79	48610.002851/2005-58
PR/SP0174479	POSTO UZZY LTDA	04.769.478/0001-31	48610.001420/2016-27
PR/PR0120522	POSTOS PELANDA ALPINO IV LTDA	15.919.461/0001-30	48610.010315/2012-55
PR/PR0189744	QUARESMA & QUARESMA LTDA.	07.547.724/0001-07	48610.007207/2005-76
PR/SC0079504	RA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	11.288.302/0001-23	48610.000037/2010-66
PR/RS0163814	SPENGLER S A	95.425.542/0004-65	48600.002968/2003-99
PR/MG0191963	VIEIRA E BOTELHO LTDA.	04.000.118/0002-51	48610.009923/2005-98

CEZAR CARAM ISSA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 2018

DATA, LOCAL E HORA DE REALIZAÇÃO: 09/11/2018, na sede social da Empresa, na Rua Tito Bittencourt, nº 142, - São Francisco, Cep 69079-040 - Manaus (AM), às 10:00h. FORMA DE CONVOCAÇÃO: nos termos do Paragrafo Quarto, do Art. 133, da Lei nº 6.404/1976, a Empresa está dispensada de convocar Assembleia Geral por Edital. COMPARECIMENTO: Representante da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme assinatura aposta no Livro de Presença dos Acionistas. COMPOSIÇÃO DA MESA: Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi indicada para assumir a Presidência da Assembleia, na forma prevista no Estatuto Social da Empresa, Art. 9º, § 1º, a Senhora KAIRA CRISTINA CRUZ PIMENTEL, portadora da Carteira de Identidade nº 1243366-7 e inscrita no CPF sob o nº 603.007.792-91; a Advogada LUCIANA CRISTINA RODRIGUES, inscrita na OAB/AM sob o nº 3671, mediante Instrumento Público de Procuração lavrado junto ao 5º Ofício de Notas, Livro SC 307, Folhas 037/041, Ato 025 e Instrumento Particular de Substabelecimento de Procuração, para representar a Eletrobras; e o Senhor ANDRÉ LUIZ AMARAL DOS SANTOS, Presidente do Conselho Fiscal da Amazonas GT, atendendo ao disposto no Art. 164 da Lei 6.404/1976, ficando então constituída a mesa. ORDEM DO DIA E APROVAÇÕES: Eleição de membro no Conselho de Administração da Empresa, sendo eleita a Senhora ARACILBA ALVES DA ROCHA, com prazo de gestão a partir da sua posse até a Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada em 2019. DISSIDÊNCIAS E PROTESTOS: Não houve. OBSERVAÇÃO: A Ata original relativa a este Extrato encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas - Jucea, sob o nº. 972243, em 09/11/2018.

FERNANDA NASCIMENTO LEITE SILVA VIEIRA
Secretária

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 17/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XVIII do caput do art. 2°, da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017 (Lei Criação da Agência Nacional de Mineração - ANM e Extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), conforme interpretação fixada no PARECER n. 0033/2018/DECOR/CGU/AGU, aprovado pela Advogada-Geral da União em despacho de 21 de maio de 2018 (Processo n° 48390.000051/2018-59), declara nula, por vício de competência, a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2140)

PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 209/2018 - declara nula por vício de competência a PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 57/2018, DOU de 06/06/2018 - DNPM nº 821.159/1996-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.

PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 210/2018 - declara nula por vício de competência a PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 59/2018, DOU de 06/06/2018 - DNPM nº 820.816/1999-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.

PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 211/2018 - declara nula por vício de competência a PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 63/2018, DOU de 06/06/2018 - DNPM nº 896.506/2004-INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE ARGILA MIOTTO LTDA. ME

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 204/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9152/2018-870.396/2018-ÁGUA LIMPA COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.-
9153/2018-870.397/2018-ÁGUA LIMPA COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9154/2018-871.748/2017-PULU TERRAPLANAGEM & MINERAÇÃO LTDA ME-
9155/2018-871.749/2017-PULU TERRAPLANAGEM & MINERAÇÃO LTDA ME-
9156/2018-870.183/2018-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-
9157/2018-870.385/2018-PEDREIRA AMORIM LTDA.-
9158/2018-870.386/2018-PEDREIRA AMORIM LTDA.-
9159/2018-870.589/2018-GRAN VALE LTDA EPP-
9160/2018-870.590/2018-GRAN VALE LTDA EPP-
9161/2018-870.680/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
9162/2018-870.969/2018-PAULO JOSÉ DE CARVALHO POLI-
9163/2018-871.014/2018-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
9164/2018-871.015/2018-MINERADORA MINHA PEDRA LTDA ME-
9165/2018-871.020/2018-SAIBRO MINERAÇÃO LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9166/2018-870.165/2018-FBR PARTICIPACOES DO BRASIL LTDA-
9167/2018-870.418/2018-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP-
9168/2018-870.419/2018-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP-
9169/2018-870.420/2018-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP-
9170/2018-870.492/2018-GUIMARÃES & SOUZA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-
9171/2018-870.991/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9172/2018-870.992/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9173/2018-870.993/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9174/2018-870.994/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9175/2018-870.995/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9176/2018-870.996/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9177/2018-870.997/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9178/2018-870.998/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9179/2018-870.999/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9180/2018-871.000/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9181/2018-871.001/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9182/2018-871.002/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9183/2018-871.003/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9184/2018-871.004/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9185/2018-871.013/2018-RAMON TRANSPORTE LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 204/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9100/2018-860.267/2017-RAPHAEL AUGUSTO TAVARES RAMOS-
9101/2018-860.220/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
9102/2018-860.388/2018-LUCILEY ALVES ROSA-
9103/2018-860.568/2018-GOYAZ BRITAS LTDA-
9104/2018-860.660/2018-RONES RIBEIRO DA SILVA-
9105/2018-860.718/2018-TALLIS MARTINS LOPES DE ASSUNÇÃO-
9106/2018-860.743/2018-JOÃO RODRIGUES DA SILVA-
9107/2018-860.748/2018-GABRYHELLA GRATAO BANDEIRA DE PAULA PACHECO PIRES-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9108/2018-860.290/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
9109/2018-860.332/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9110/2018-860.333/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9111/2018-860.334/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9112/2018-860.335/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9113/2018-860.405/2018-MARTA INÊS DOS SANTOS VIEIRA TEIXEIRA-
9114/2018-860.460/2018-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-
9115/2018-860.530/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9116/2018-860.575/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
9117/2018-860.593/2018-RIO CLARO MINERACÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA ME-
9118/2018-860.609/2018-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-
9119/2018-860.670/2018-ALAOR FERREIRA DA CRUZ-
9120/2018-860.705/2018-LENISMAR CABRAL DE OLIVEIRA-
9121/2018-860.717/2018-SAL DA TERRA SISTEMA MERCANTIL DE DESENVOLVIMENTO AGRO.INDUSTRIAL LTDA.-
9122/2018-860.731/2018-BRITAGO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-
9123/2018-860.739/2018-FRANCISCO DE SOUSA FILHO-
9124/2018-860.749/2018-SERES LOPES DE FREITAS BAUM-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9125/2018-860.155/2012-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO-
9126/2018-860.101/2018-3 S LTDA-
9127/2018-860.121/2018-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
9128/2018-860.182/2018-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA-
9129/2018-860.183/2018-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA-
9130/2018-860.247/2018-NEW STONES SONDAGEM E MINERAÇÃO LTDA ME-
9131/2018-860.248/2018-NEW STONES SONDAGEM E MINERAÇÃO LTDA ME-
9132/2018-860.420/2018-HEVERSON PICCIN VALADÃO-
9133/2018-860.440/2018-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
9134/2018-860.576/2018-3 S LTDA-
9135/2018-860.577/2018-3 S LTDA-
9136/2018-860.602/2018-O. MOREIRA DE LIMA-
9137/2018-860.603/2018-O. MOREIRA DE LIMA-
9138/2018-860.604/2018-O. MOREIRA DE LIMA-
9139/2018-860.613/2018-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
9140/2018-860.622/2018-ERNANE ASSUNÇÃO FERNANDES-
9141/2018-860.656/2018-LUCAS MARQUES FERREIRA-
9142/2018-860.663/2018-ITAUNA MINERTECH LTDA-
9143/2018-860.664/2018-ITAUNA MINERTECH LTDA-
9144/2018-860.690/2018-PATRÍCIA LINHARES MENDES-
9145/2018-860.711/2018-TALES DE MELO-
9146/2018-860.732/2018-HELIO ANTONIO DE SOUSA ME-
9147/2018-860.733/2018-HELIO ANTONIO DE SOUSA ME-
9148/2018-860.734/2018-IMPART CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9149/2018-860.735/2018-IMPART CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9150/2018-860.737/2018-IMPART CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9151/2018-860.738/2018-IMPART CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 56/2018/AM

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.145/2015-CAIO SÉRGIO BELÉM DE MOURA COSTA
880.045/2016-TERRA & MAR MINERAÇÃO LTDA EPP
880.047/2016-TERRA & MAR MINERAÇÃO LTDA EPP
880.087/2018-ARAÚJO E MOURA LTDA ME
880.088/2018-ARAÚJO E MOURA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.076/2018-HUMBERTO CALAÇA DE ALMEIDA JUNIOR-OF. N°0619/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)

880.183/2006-MAUES MINERACAO LTDA-Nego o pedido, protocolizado em 24/01/2017, de cancelamento do Alvará de Pesquisa com retorno à fase de requerimento de autorização de pesquisa até conclusão do Plano de Manejo da UC de uso sustentável sobreposta à área autorizada.

880.157/2012-MAUES MINERACAO LTDA-Nego o pedido, protocolizado em 24/01/2017, de cancelamento do Alvará de Pesquisa com retorno à fase de requerimento de autorização de pesquisa até conclusão do Plano de Manejo da UC de uso sustentável sobreposta à área autorizada.

880.159/2012-MAUES MINERACAO LTDA-Nego o pedido, protocolizado em 24/01/2017, de cancelamento do Alvará de Pesquisa com retorno à fase de requerimento de autorização de pesquisa até conclusão do Plano de Manejo da UC de uso sustentável sobreposta à área autorizada.

880.160/2012-CRC DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-Nego o pedido, protocolizado em 24/01/2017, de cancelamento do Alvará de Pesquisa com retorno à fase de requerimento de autorização de pesquisa até conclusão do Plano de Manejo da UC de uso sustentável sobreposta à área autorizada.

Instaura processo administrativo para o ARQUIVAMENTO DO Relatório Final de Pesquisa - LEI do SNUC /prazo para defesa 10 dias(2046)

803.778/1975-COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS-OF. N°0400/2018

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)

880.109/2013-COOGAMPA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MUTUM PARANÁ-OF. N°0625/2018
880.110/2013-COOGAMPA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MUTUM PARANÁ-OF. N°0625/2018
880.111/2013-COOGAMPA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MUTUM PARANÁ-OF. N°0625/2018
880.112/2013-COOGAMPA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MUTUM PARANÁ-OF. N°0625/2018
880.127/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-OF. N°0616/2018
880.128/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-OF. N°0616/2018
880.181/2013-LUZIA CAROLINA BIAZIN-OF. N°0621/2018
880.186/2013-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES-OF. N°0628/2018
880.187/2013-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES-OF. N°0628/2018
880.188/2013-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES-OF. N°0628/2018
880.298/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS MINERADORES E PRODUTORES DE OURO DO TAPAJÓS-OF. N°0632/2018
880.063/2014-INGERLANE CLAYTON OLIVEIRA DA SILVA-OF. N°0623/2018
880.018/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-OF. N°0616/2018
880.155/2015-MICHELE COZZOLINO JUNIOR-OF. N°0624/2018
880.023/2016-VALMIR VIEIRA AMARO-OF. N°0627/2018
880.089/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-OF. N°0612/2018
880.093/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-OF. N°0612/2018
880.094/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-OF. N°0612/2018
880.095/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-OF. N°0612/2018
880.100/2016-RONIVON LOPES DOS SANTOS-OF. N°0622/2018
880.113/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-OF. N°0612/2018
880.140/2016-JOSÉ DOMINGOS RODRIGUESLOURENÇO.-OF. N°0618/2018
880.141/2016-JOSÉ DOMINGOS RODRIGUESLOURENÇO.-OF. N°0618/2018
880.052/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MIERADORES DO BRASIL-OF. N°0615/2018

Indefere por Interferencia Total(1339)
880.059/2018-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
880.060/2018-MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
880.061/2018-JANIELI CRISTINA ALMEIDA DE OLIVEIRA
880.062/2018-JOSIANE DE OLIVEIRA
880.064/2018-WILLSON ALEIXO DOS SANTOS
880.065/2018-ZILDA FERREIRA DA COSTA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

880.075/2017-FLAVIO RIBEIRO BATISTA-Registro de Licença N° 16/2018 - Vencimento em 26/01/2019
880.087/2017-GENESIO SANTOS DE ARRUDA ME-Registro de Licença N° 15/2018 - Vencimento em 05/04/2019

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
880.373/2010-J NASCIMENTO MARCOS
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
880.011/2018-VISTA SERVIÇOS E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

880.098/2004-FRONTEIRA CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N° 317/2006 - Vencimento em 19/09/2019
880.286/2013-EMILIANO ANTONIO DE ALMEIDA- Registro de Licença N° 16/2014 - Vencimento em 12/09/2023

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 199/2018/BA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
872.039/2016-INDÚSTRIA DE ARTEFATOS CERÂMICOS FORMOSA DO RIO PRETO LTDA ME-Registro de Licença N° 73/2018 - Vencimento em indeterminada
871.370/2017-JOSÉ PEREIRA DA SILVA DE COCOS-Registro de Licença N° 71/2018 - Vencimento em 03/04/2020
871.790/2017-BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUÁRIA LTDA-Registro de Licença N° 76/2018 - Vencimento em indeterminado
871.912/2017-SETA ENGENHARIA S.A.-Registro de Licença N° 75/2018 - Vencimento em 26/09/2022
870.302/2018-ALESSANDRA RIBEIRO SANTOS-Registro de Licença N° 72/2018 - Vencimento em 09/03/2020
870.849/2018-CÍNTIA SOUZA ARAUJO MIRANDA-Registro de Licença N° 74/2018 - Vencimento em indeterminado
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
870.058/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DA BARRA- Registro de Extração N°02/2018 de BA

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 207/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
872.768/2011-VICTOR FERREIRA MENDES DE LIMA- Cessionário:Bahia Lítio Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 31.210.618/0001-00- Alvará n°19027/2011
872.102/2015-POLI MÁRMORES E GRANITOS EIRELI EPP- Cessionário:J Souza Vieira Me- CPF ou CNPJ 20.045.499/0001-60- Alvará n°6049/2016
872.152/2015-CAMACÃN MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Mediterrânio Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 03.481.185/0001-91- Alvará n°3929/2015
872.320/2015-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP- Cessionário:Ultimo Pereira de Oliveira & Cia Ltda Me- CPF ou CNPJ 10.562.795/0001-85- Alvará n°5285/2016
870.048/2016-EDUARDO CRUZ MORAES- Cessionário:Teleinformática piloto Ltda- CPF ou CNPJ 02.728.396/0001-13- Alvará n°6099/2018
870.256/2016-FAUZER UNGARATO- Cessionário:Roseane Machado Dal Cin de Castro- CPF ou CNPJ 837.861.397-68- Alvará n°9362/2016
870.257/2016-FAUZER UNGARATO- Cessionário:Roseane Machado Dal Cin de Castro- CPF ou CNPJ 837.861.397-68- Alvará n°9363/2016
870.258/2016-FAUZER UNGARATO- Cessionário:Roseane Machado Dal Cin de Castro- CPF ou CNPJ 837.861.397-68- Alvará n°9432/2016
870.536/2016-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME- Cessionário:Rocha Bahia Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 06.140.170/0001-58- Alvará n°10.527/2016
871.368/2016-EDINALVO HOLZ- Cessionário:Mineração Locação e Transporte R & R Ltda Me- CPF ou CNPJ 08.732.559/0001-18- Alvará n°10433/2016
872.677/2016-EDVALDO BATISTA DE OLIVEIRA- Cessionário:washington da Silva Batista Me- CPF ou CNPJ 28.198.548/0001-07- Alvará n°2772/2017
872.841/2016-MONTE ALTO MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:Mineração Boninal Ltda- CPF ou CNPJ 31.512.715/0001-57- Alvará n°2680/2017
870.306/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:Mineração Macaubas Ltda Me- CPF ou CNPJ 42.225.680/0001-91- Alvará n°6274/2017
870.307/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:Mineração Macaubas Ltda Me- CPF ou CNPJ 42.225.680/0001-91- Alvará n°6275/2017
870.308/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Cessionário:Mineração Macaubas Ltda Me- CPF ou CNPJ 42.225.680/0001-91- Alvará n°6276/2017
870.495/2017-MARCOS FALSONI- Cessionário:Blue Sky Mineração Ltda Epp- CPF ou CNPJ 25.054.060/0001-18- Alvará n°4835/2018
870.513/2017-EDINALVO HOLZ- Cessionário:Mineração Locação e Transporte R & R Ltda Me- CPF ou CNPJ 08.732.559/0001-18- Alvará n°4836/2018
870.599/2017-EDINALVO HOLZ- Cessionário:Mineração Locação e Transporte R & R Ltda Me- CPF ou CNPJ 08.732.559/0001-18- Alvará n°4877/2018
871.052/2017-MARIA CECILIA PURCINO DOS SANTOS- Cessionário:Fibreglass Comercial Importadora Ltda Me- CPF ou CNPJ 06.080.926/0001-10- Alvará n°8255/2017
871.275/2017-MARCOS FALSONI- Cessionário:Blue Sky Mineração Ltda Epp- CPF ou CNPJ 25.054.060/0001-18- Alvará n°9364/2017
871.276/2017-MARCOS FALSONI- Cessionário:Blue Sky Mineração Ltda Epp- CPF ou CNPJ 25.054.060/0001-18- Alvará n°9319/2017
871.415/2017-FABRÍCIO ALTOÉ DE PRÁ- Cessionário:Abratel Mineração Eireli Epp- CPF ou CNPJ 10.014.433/0001-50- Alvará n°9201/2017
871.588/2017-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DUTRA- Cessionário:Águia Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 29.383.618/0001-60- Alvará n°101/2018
871.780/2017-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli Me- CPF ou CNPJ 05.133.484/0001-60- Alvará n°9356/2017
871.871/2017-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME- Cessionário:Safira Mining e Stones Ltda- CPF ou CNPJ 09.486.759/0001-09- Alvará n°1393/2018
871.987/2017-MINERAÇÃO SERRA DO ESTREITO LTDA.- Cessionário:Fort Rocha Granitos Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.254.825/0001-96- Alvará n°1373/2018
872.143/2017-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME- Cessionário:Safira Mining e Stones Ltda- CPF ou CNPJ 09.486.759/0001-09- Alvará n°6124/2018
872.144/2017-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME- Cessionário:Granminas polimentos Ltda Me- CPF ou CNPJ 17.742.851/0001-02- Alvará n°5385/2018

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 151/2018/CE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Elias Pimentel de Oliveira - 800054/16
Globest Participações Ltda - 800516/12, 800523/12
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 800665/12

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 152/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 801066/11 - Not.169/2018 - R$ 3.091,46, 801062/11 - Not.170/2018 - R$ 7.933,37, 801067/11 - Not.171/2018 - R$ 7.970,95, 801061/11 - Not.172/2018 - R$ 6.040,52, 801068/11 - Not.173/2018 - R$ 15.941,90, 801064/11 - Not.174/2018 - R$ 7.970,75, 801065/11 - Not.175/2018 - R$ 7.971,00, 801063/11 - Not.176/2018 - R$ 2.718,90
Mucuripe Mineração Ltda - 800234/83 - Not.178/2018 - R$ 3.936,99

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 153/2018/CE

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Litorágua Aguas Minerais Ltda Cpf/cnpj :04.728.025/0001-67 - Processo minerário: 800041/99 - Processo de cobrança: 900712/18 Valor: R$.132.502,27

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº Nº 115/2018/MA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Antonio de Brito Filho - 806089/11 - Not.176/2018 - R$ 40.065,68, 806429/11 - Not.178/2018 - R$ 25.069,73, 806015/12 - Not.182/2018 - R$ 9.275,31
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806309/10 - Not.174/2018 - R$ 17.376,47, 806605/11 - Not.180/2018 - R$ 5.856,87

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 116/2018/MA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Águas da Chapada Maranhense Ltda - 806010/17 - Not.184/2018 - R$ 3.456,95
Allan Roque de Medeiros - 806025/18 - Not.192/2018 - R$ 3.456,95
Antonio de Brito Filho - 806089/11 - Not.177/2018 - R$ 6.913,90, 806429/11 - Not.179/2018 - R$ 6.913,90, 806015/12 - Not.183/2018 - R$ 6.913,90
Francisco Rafael de Matos - 806007/18 - Not.191/2018 - R$ 3.456,95
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806309/10 - Not.175/2018 - R$ 6.913,90, 806605/11 - Not.181/2018 - R$ 6.913,90
Mineradora São Francisco Ltda - 806135/17 - Not.189/2018 - R$ 3.456,95
Moderna Mineração Ltda - 806128/17 - Not.188/2018 - R$ 3.456,95
Rick Rodrigues Costa - 806136/17 - Not.190/2018 - R$ 3.456,95, 806048/17 - Not.185/2018 - R$ 3.456,95, 806108/17 - Not.186/2018 - R$ 3.456,95, 806110/17 - Not.187/2018 - R$ 3.456,95

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 117/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Bernardo de Aguiar Vieira - 806605/10
João de Sousa Silva Filho - 806123/16

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 126/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.075/2015-JOAO GABRIEL GUIZZO-OF. N°85/2018-Cad
866.022/2017-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°92/2018-Cad
866.313/2018-CINTHIA BARRETO BORGES-OF. N°77/2018-Cad
866.346/2018-DIRCEU FERNANDO RASQUERI MENDES-OF. N°84/2018-Cad
866.407/2018-CINTHIA BARRETO BORGES-OF. N°78/2018-Cad
866.628/2018-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME-OF. N°601/2018
866.660/2018-SIRAMAS PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°600/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
866.364/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°87/2018-Cad
867.058/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°87/2018-Cad
866.298/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°83/2018-Cad
866.706/2016-MINERAÇÃO APOENA S A-OF. N°81/2018-Cad
867.234/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-OF. N°80/2018-Cad
867.239/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-OF. N°79/2018-Cad
867.241/2017-VANTAGE BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°82/2018-Cad
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.330/2011-MOISÉS SACHETTI-OF. N°291/2018-Fis
866.143/2013-IRINEU MOLON-OF. N°89/2018-Cad
866.309/2017-RICARDO PINHO LARA-OF. N°66/2018-dgtm
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
867.396/2013-MINERAÇÃO SERRA MORENA LTDA EPP-OF. N°86/2018-Cad
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.255/2006-CELITO GIACOBBO ME-OF. N°76/2018-Cad
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
866.328/2000-COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO-OF. N°90/2018-Cad-60 dias
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.466/2016-COOPERPONTES COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE PONTES E LACERDA - PLG N°40/2018 de 08/11/2018 - Prazo 02 anos
867.083/2017-JUAREZ DUCTIEVICZ - PLG N°41/2018 de 08/11/2018 - Prazo 03 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

867.199/2014-J. A. DE CARVALHO ME-OF. N°606/2018-DGTM
866.591/2016-AMILTON SERON-OF. N°73/2018-Cad
867.316/2017-V.DALSOQUIO & CIA LTDA ME-OF. N°75/2018-Cad
867.318/2017-V.DALSOQUIO & CIA LTDA ME-OF. N°75/2018-Cad
867.319/2017-V.DALSOQUIO & CIA LTDA ME-OF. N°75/2018-Cad
867.320/2017-V.DALSOQUIO & CIA LTDA ME-OF. N°75/2018-Cad

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 532/2018/MG

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adair Vieira Batista - 832342/07 - Not.781/2018 - R$ 1.877,12
Angelo Augusto de Souza - 832813/07 - Not.784/2018 - R$ 3.674,76
Brita Vale Ltda me - 831320/09 - Not.795/2018 - R$ 196,53
Bruna Cristina Zacante Ramos - 831813/09 - Not.797/2018 - R$ 1.798,20, 832607/09 - Not.800/2018 - R$ 178,18, 831344/11 - Not.779/2018 - R$ 8,99
ct Citrus Ltda - 832429/09 - Not.798/2018 - R$ 202,31
Estrada Real Mineração Ltda me - 832373/05 - Not.776/2018 - R$ 53,03
Geisel Favaratto - 830034/10 - Not.774/2018 - R$ 2.266,05
Global Adonai Mineração Ltda - 832837/08 - Not.777/2018 - R$ 8.096,16
Ilma Tobias da Silva Eireli me - 832434/09 - Not.799/2018 - R$ 1.084,73
José Emerson Dimas Lino - 831165/09 - Not.793/2018 - R$ 4.069,52
José Mário Paula Gama - 831202/09 - Not.794/2018 - R$ 428,15
Matrix Minerais Industriais Ltda me - 831376/09 - Not.796/2018 - R$ 3.829,61
Milton Antônio Vieira me - 832632/07 - Not.783/2018 - R$ 1.275,22
Milton José da Silva - 830333/09 - Not.791/2018 - R$ 100,45
Minera Pesquisa Geológica LTDA. - 830266/04 - Not.775/2018 - R$ 98,78
Orozimbo Coelho Gonçalves - 834481/07 - Not.787/2018 - R$ 516,58
Petra Participações Comércio Exportação e Importação Ltda - 832488/07 - Not.782/2018 - R$ 2.955,17
Pmz Automóveis Comércio e Manutenção LTDA. - 832061/07 - Not.780/2018 - R$ 36,92
Renato Evangelista de Souza - 830219/09 - Not.790/2018 - R$ 204,30
Roberto Carlos Jacinto - 831039/09 - Not.792/2018 - R$ 708,88
Sergio Sartori - 834070/07 - Not.786/2018 - R$ 2.054,88
Sérgio Silveira de Carvalho - 834678/07 - Not.788/2018 - R$ 405,29
Thiago Nunes de Souza - 832869/10 - Not.778/2018 - R$ 3.917,55
Waldir Batista Veloso - 834780/07 - Not.789/2018 - R$ 3.097,25
Zeus Mineração LTDA. - 833041/07 - Not.785/2018 - R$ 409,04

PABLO CÉSAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 120/2018/RS

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eirele Epp - 810218/18
Bernardo Ribeiro Martins - 811149/16
Giovani Tibola - 810185/03
Inácio Simão Paz Martins - 811150/16
Italo Del Gos - 810797/11
Joao Gabriel Soares de Barros Hillal - 810007/17
Serra Leoa Mineração e Construção Ltda - 810074/18
Valdemar Vicente Foletto - 811722/15

ROBERTO FERRARI BORBA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 171/2018/SC

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.349/2016-MARCIO ROGÉRIO DOS SANTOS-Argila
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.622/2015-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME
815.853/2015-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS
815.855/2015-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS
815.856/2015-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS
815.899/2016-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
815.900/2016-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
815.901/2016-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.886/1994-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°3189/2018
815.207/2007-VERDE VALE GRAMAS E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°3195/2018
815.662/2012-GIOMAQ SERVIÇOS DE RETRO ESCAVADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE LTDA ME-OF. N°3199/2018
815.626/2013-CONSTRUTEC COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES-OF. N°3203/2018
Reitera exigência(366)
815.314/2000-PALADINI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3149/2018-60 (sessenta) dias após a publicação. dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
815.465/2004-GEOELY - GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.- Alvará n°Nenhum título associado/ - Cessionario:815.594/2006-AMILTON HIGINO TEIXEIRA ME- CNPJ 00995148/0001-03
815.174/2006-MARILENE FORNAZZA FERREIRA- Alvará n°5539/2006 - Cessionario:815.557/2012-TERFAL MAT. CONST. LTDA- CNPJ 83945022/0001-51
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.314/2000-PALADINE MINERAÇÃO LTDA- AI N°251/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.401/1998-RIO DO MORRO MINERAÇÃO EIRELI EPP.- 4406 n° 2006 - Cessionário: BERG INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS EIRELI- CNPJ 30541063/0001-16
815.142/2008-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME- 2093 n° 2012 - Cessionário: RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP- CNPJ 11419126/0001-11
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
815.332/1992-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-Fonolito
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.126/2009-ALBINO E CIA LTDA ME-OF. N°2837/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.177/1998-J. H. MORO SERVIÇOS DE ATERRO EIRELI M.E.- Registro de Licença N° 828 - Vencimento em 05/05/2019
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
815.018/1983-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°250/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.126/2009-ALBINO E CIA LTDA ME-OF. N°3143/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.318/2018-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA-Registro de Licença N° 2129/2018 - Vencimento em 11/06/2022
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.539/2018-MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL- Registro de Extração N°120/2018 de 20/11/2018
815.582/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA- Registro de Extração N°118/2018 de 14/11/2018

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 103/2018/TO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Murilo Ricardo Paro - 864173/17 - A.I. 200/18

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 104/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
a l da Conceição Filho me - 864217/16
Agropecuária e Mineração Sol Nascente Ltda - 864126/13, 864127/13
Água Engenharia Ltda me - 864001/18
Alan Carneiro Pinheiro - 864128/13
Aman2 Mineração Industria e Comercio Ltda - 864060/18
Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864291/16, 864139/16
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864545/12
Averaldo Ribeiro de Carvalho - 864168/15
Carneiro Consultoria Eireli - 864184/15
Celmo Geraldo Amorim - 864189/15, 864213/15, 864271/12, 864271/16
Companhia de Mineração do Tocantins - 864285/16
e. s. Costa Construcao - 864125/15
Everaldo Jose da Silva 68495714604 - 864038/16
Fabiano de Alvarince - 864216/16
Fabio Fernandes de Araujo - 864033/16
g n Mineradora e Comércio de Minérios e Serviços Ltda - 864083/18
Geominas Minerações LTDA. - 864233/17, 864006/16, 864009/16
Gold Max Mineraçao Ltda - 864383/12
Granimarbelle Brazil Ltda me - 864149/17
Guido Magalhães Arantes - 864222/16
Ilma Batista Borges Vilela - 864075/18, 864034/18, 864035/18
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 864053/16
Itacir Pithan Borges - 864002/16
Itamar Francisco Rodrigues - 864341/15
Joao de Carvalho - 864133/15, 864134/15, 864135/15
Joao Pinheiro Salomao - 864160/15, 864167/15
João Wilson Rodrigues Paes - 864489/13
José Agostinho Machado - 864177/16, 864178/16
Julio Martins Cardoso Dos Santos - 864114/15
Laurivaldo Dias - 864722/11, 864219/16, 864220/16, 864221/16, 864034/17
Leones Ferreira de Oliveira - 864285/12
m a Pereira Mineraçao - 864016/15
Marcos Correia da Silva - 864192/15
Marcos de Souza Costa - 864157/17
Marilene Dos Santos Costa - 864097/17
Martha Melgaço Silva Luz - 864186/16
Mauro Heleno Sobreira - 864360/12
Mineração Belo Monte Ltda - 864239/14
Mineração Rio Araguaia Ltda - 864093/17
Mineração Rio Jurua LTDA. - 864092/17
Mineração Santa Luzia Limitada - 864191/17
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 864300/16
Mineradora Araguaia Eirele me - 864653/11
Mineradora Serra Geral Ltda - 864072/16, 864073/16, 864033/17
Mineradora Vale do Parana Ltda me - 864292/16
Mineralbrax Exploração de Minerios LTDA. - 864016/14
Nilo Robson Junior - 864333/16
Noraldino Ladeira Junior - 864265/16
Paulo Eustaquio Nogueira Penido - 864260/16
Principal Mineração Ltda - 864284/16, 864320/16
Quantum Fertilizantes do Tocantins Ltda - 864261/15
r de s Pereira - 864045/16
Raimunda Acássio de Souza - 864240/14
Rejane Aguiar Bittencourt - 864059/16
Rogerio de Freitas Leda Barros - 864328/16
Rogerio Mendes Margarida - 864139/15
Rosimeire de Castro Sousa - 864238/15
Ruyther Souza Riguad - 864111/16
Saulo Lourenço Borges - 864272/15
Stone & Espato Brasil Ltda me - 864031/18
Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864249/15, 864224/15, 864297/12
Vieira Geologia Sociedade Empresária Ltda me - 864239/15
Vonez Eliziario Pinheiro - 864025/17
w b s Mineração Ltda - 864353/13
W.canal (depósito Lago Azul) - 864029/15
Waldson Alves Pereira Junior - 864150/15

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 105/2018/TO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mineração Belo Monte Ltda - 864239/14

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA
Superintendente

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 281/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
840.010/2008-SERVMINA ENGENHARIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA - Publicado DOU de 04/09/2018, Relação n° 200/2018/DF, Seção 1, pág. 38- Onde se lê:"... Cessionário:840.010/2008...", Leia-se:"... Cessionário:840.207/2017..."

ALOISIO DE SOUZA DE JESUS E CRUZ
Diretor

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)
Os processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vistas e cópias.
48403.815237/1971 - RAJ MINÉRIOS LTDA ME.
48420.890097/1978 - SERRA MAR GRANITOS LTDA.
48411.815784/1996 - MARCELO DE COSTA ME.

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM
Secretária

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 269, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017:

Processo nº 48340.005515/2018-17. Interessada: Ampla Energia e Serviços S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.071/0001-58. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica (2017 a 2019) que compreende a Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2018, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 669, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano de Ação do INSS, referente ao exercício de 2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017; e Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando:

a. o Plano Plurianual da União para o Quadriênio 2016-2019 e o Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela Resolução nº 554/PRES/INSS, de 20 de outubro de 2016, para o mesmo período;

b. os princípios e políticas de gestão contidos na Carta de Princípios de Gestão e Governança do INSS;

c. o que dispõe a Carta de Serviços do INSS e o compromisso assumido no sentido de prestar serviços de excelência ao cidadão;

d. as competências gerenciais mapeadas;

e. o aprimoramento dos métodos de planejamento e a continuidade do processo de aprendizagem iniciado nos Planos de Ação dos exercícios anteriores; e

f. a construção coletiva das ações descentralizadas, indicadores e premissas, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes, as premissas e a metodologia para elaboração do Plano de Ação do INSS, referente ao exercício de 2019, em especial para as ações descentralizadas, conforme Anexo.

§ 1º O Plano de Ação será composto por um conjunto de ações centralizadas e projetos estruturantes, definidos e monitorados pela Administração Central, e por ações descentralizadas, com metas mensais estabelecidas pelas unidades descentralizadas de todos os níveis institucionais, nos termos dos arts. 3°, 4º e 5º.

§ 2º A elaboração do Plano de Ação 2019, em sua definição de metas para as ações descentralizadas, tem caráter participativo e descentralizado, com envolvimento dos servidores de todos os níveis gerenciais da Instituição: Administração Central, Superintendências-Regionais - SR, Gerências-Executivas - GEX, e Agências da Previdência Social - APS.

§ 3º Caberá aos Superintendentes-Regionais, Gerentes-Executivos e Gerentes de APS a disseminação da metodologia do Plano de Ação.

Art. 2º As ações descentralizadas e os respectivos indicadores de desempenho que comporão o Plano de Ação 2019 estão estabelecidos no Quadro I do Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho que compõem o Plano citado no caput são ferramentas de acompanhamento e gestão dos processos de trabalho, pretendendo o alcance dos objetivos estratégicos institucionais e não serão utilizados para aferições diversas das previstas no Plano de Ação.

Art. 3º No âmbito das APS, as metas mensais serão propostas no sistema do Plano de Ação, pelo seu respectivo Gerente, e, em caso de ausência justificada, por seu substituto, sempre com a efetiva participação de todos os servidores da unidade, observando-se as premissas, referenciais e o cronograma definidos nos itens 1 e 2 do Anexo.

Art. 4º No âmbito das GEX as metas mensais serão obtidas da seguinte forma:

I - as metas em que o indicador seja aferido na APS serão consolidadas a partir dos valores propostos pelas Agências vinculadas; e

II - as metas em que o indicador seja aferido na GEX serão propostas conforme fluxo contido no art. 3º desta Resolução.

Art. 5º No âmbito das SR as metas mensais serão obtidas da seguinte forma:

I - as metas em que o indicador seja aferido na APS ou GEX serão consolidadas a partir dos valores propostos por estas unidades vinculadas, conforme nível de abrangência do indicador; e

II - as metas em que o indicador seja aferido na SR serão propostas conforme fluxo contido no art. 3º desta Resolução.

Art. 6º Os desafios nacionais serão consolidados a partir das metas das APS, GEX ou SR, conforme nível de abrangência do indicador.

Art. 7º Após discussões com a equipe, observadas as premissas e referenciais, a proposição das metas das APS, GEX e SR deverá ser registrada no endereço eletrônico http://www-planoacao, módulo do gestor.

§ 1º As APS que iniciaram seu efetivo funcionamento a partir de 31 de julho de 2018, seguirão cronograma específico de proposição de metas definido pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE.

§ 2º Na criação de GEX ou modificação da sua zona de circunscrição, as metas serão consolidadas pela CGPGE, com base nas metas das APS vinculadas.

Art. 8º Para proposição das metas, bem como para verificação e alinhamento previstos pelo ciclo do PDCA (Planejar - Executar - Verificar - Agir), a APS deverá realizar reunião mensal, com a presença de toda equipe, cabendo à Instituição viabilizar e aos gestores incentivar a participação e efetiva realização.

§ 1º As APS, em conjunto com a respectiva GEX, deverão definir antecipadamente as datas das reuniões, efetuando o devido cadastramento no Sistema de Agendamento Eletrônico, com inclusão de eventualidade e antecipação dos agendamentos já marcados para a data.

§ 2º A data definida para a reunião de proposição de metas deverá observar o período especificado no item 2 do Anexo.

Art. 9º A homologação das metas ocorrerá em ambiente eletrônico (http://www-planoacao), observando-se o prazo e a metodologia estabelecidos no item 2 do Anexo, e deverá ser norteada pela eficácia e razoabilidade.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas Ações Estratégicas constantes do Plano de Ação devem mobilizar esforços e recursos para cumprimento das metas previstas, observados os princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade, cabendo ao:

I - Gerente-Executivo: homologar as metas propostas pelas APS de sua abrangência até o dia 11 de dezembro de 2018;

II - Superintendente-Regional: homologar as metas propostas e consolidadas pelas GEX de sua abrangência até o dia 13 de dezembro de 2018; e

III - Presidente: homologar as metas das SR até o dia 14 de dezembro de 2018.

Art. 10. As metas propostas serão pactuadas por meio de Termo de Compromisso de Resultados, assinado pelo gestor da unidade e pelo gestor do nível institucional imediatamente superior.

§ 1° A assinatura caracteriza a responsabilidade solidária entre os gestores das unidades e os de níveis superiores a alcançarem os resultados ali pactuados, cabendo a estes fornecerem os meios necessários para concretização das ações cabíveis.

§ 2º O Gerente-Executivo deverá imprimir e assinar uma via do Termo de Compromisso de Resultados de cada APS e encaminhá-lo às respectivas Agências, que deverão, ao receber, assinar, digitalizar e inserir no Módulo do Gestor do Plano de Ação.

§ 3º O Superintendente-Regional deverá imprimir e assinar uma via do Termo de Compromisso de Resultados de cada GEX e encaminhá-lo às respectivas Gerências, que deverão, ao receber, assinar, digitalizar e inserir no Módulo do Gestor do Plano de Ação.

§ 4º Após assinatura do Termo de Compromisso de Resultados Nacional, pelo Presidente e pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, e do Termo de Compromisso de Resultados entre o Presidente e os Superintendentes-Regionais, a CGPGE ficará responsável pela digitalização e inserção destes no Sistema Plano de Ação.

§ 5º A partir da inserção no Sistema Plano de Ação dos Termos de Compromisso de Resultados citados nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, estes constarão no Painel de Desempenho das respectivas unidades.

Art. 11. Compete à CGPGE adotar os procedimentos necessários para execução do disposto nesta Resolução.

Art. 12. O Anexo desta Resolução será publicado em Boletim de Serviço e suas atualizações e posteriores alterações poderão ser objeto de Despacho Decisório por parte da CGPGE.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA

PORTARIA Nº 991, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das competências conferidas pelo Decreto nº 6.493, de 30 de junho de 2008, e pelo Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017,

Considerando o art. 18 da Instrução Normativa nº 58/INSS/PRES, de 25 de janeiro de 2012; e

Considerando a necessidade de disciplinar a apuração da parcela institucional da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, conforme a Portaria nº 2.519/MDS, de 29 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de outubro de 2018, , resolve:

Art. 1º Fica divulgado, para todas as Gerências-Executivas, no vigésimo ciclo de avaliação, de novembro/2018 a abril/2019, a meta escalonada, conforme Anexo da Portaria nº 2.519/MDS, de 29 de outubro de 2018:

IMA-GDASS Escalonamento (dias)	Meta de redução (%)
>= 121	4
91 - 120	3
61 - 90	2
46 - 60	1
<= 45	0

Art. 2º A apuração inicial do indicador Idade Média do Acervo - IMA-GDASS é a referente à competência outubro/2018, e a apuração final considerará os valores do IMA-GDASS apurados por Gerência-Executiva na competência abril/2019.

Art. 3º A avaliação de desempenho institucional das demais unidades organizacionais observará o disposto no art. 17 da Instrução Normativa nº 38/INSS/PRES, de 22 de abril de 2009.

Art. 4º Para efeito financeiro da parcela institucional da GDASS, considerar-se-á a média dos pontos obtidos no 14° e 15° Ciclos de Avaliação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.236, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 07/11/2018, e na reunião extraordinária realizada em 21/11/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 07/11/2018, e na reunião extraordinária realizada em 21/11/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000. 010718/2018-21
Proponente: Associação de Apoio à Cultura e Esporte de Santa Catarina
Título: Meia Maratona de Brusque
Registro: 02SC0884452011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.764.215/0001-90
Cidade: Balneário Camboriú UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 243.775,65
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1489 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57730-8
Período de Captação até: 06/06/2019

2 - Processo: 58000.119442/2017-65
Proponente: Associação de Apoio à Cultura e Esporte de Santa Catarina
Título: Circuito - Meia Maratona de Joinville e Corrida Helen Keller
Registro: 02SC0884452011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.764.215/0001-90
Cidade: Balneário Camboriú UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 549.338,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1489 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57729-4
Período de Captação até: 07/11/2020

3 - Processo: 58000.010006/2018-11
Proponente: Associação de Apoio à Cultura e Esporte de Santa Catarina
Título: Circuito Corrida Pela Paz e Meia Maratona de Lages
Registro: 02SC0884452011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.764.215/0001-90
Cidade: Balneário Camboriú UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 522.893,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1489 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57839-8
Período de Captação até: 03/10/2019

4 - Processo: 58000.010004/2018-13
Proponente: Associação Desportiva Santo Amaro
Título: Adesa Esporte Para Todos
Registro: 02SC173682018
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 06.169.765/0001-36
Cidade: Santo Amaro da Imperatriz UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 194.891,25
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2600 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35351-5
Período de Captação até: 17/10/2020

5 - Processo: 58000.011446/2018-87
Proponente: Associação Esportiva T-Rex Futebol Americano
Título: T-REX Futebol Americano Formação de Base
Registro: 02SC143932015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.295.923/0001-20
Cidade: Timbó UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 500.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0629 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38002-4
Período de Captação até: 07/11/2020

6 - Processo: 58000.011000/2018-52
Proponente: Associação Educacional Esportiva e Cultural
Título: Educando Pelo Esporte - Ginástica Acrobática
Registro: 09410570000124
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.410.570/0001-24
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 419.984,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3248 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26487-3
Período de Captação até: 07/11/2020

7 - Processo: 58000.118968/2017-28
Proponente: Associação Macaé de Basquete
Título: Macaé Basquete - NBB
Registro: 02RJ094082011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.748.356/0001-61
Cidade: Macaé UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.943.645,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0051 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 94471-8
Período de Captação até: 05/09/2020

8 - Processo: 58000.010232/2018-93
Proponente: Associação Oásis de Pompéia
Título: Educação Através do Esporte (VIII Edição)
Registro: 02SP020722008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 51.526.002/0001-50
Cidade: Pompéia UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 528.858,22
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0328 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15869-0
Período de Captação até: 07/11/2020

9 - Processo: 58000.011427/2018-51
Proponente: Associação Pedala Brasil de Ciclismo
Título: Pedala Green - III
Registro: 02SP126702013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.475.983/0001-88
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 308.646,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50592-7
Período de Captação até: 10/09/2020

10 - Processo: 58000.009981/2018-78
Proponente: Centro de Vivências Despertar para Vida
Título: Remando Para Inclusão 2
Registro: 02ES142442014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.961.403/0001-10
Cidade: Bento Ferreira UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 1.303.613,95
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2921 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27611-1
Período de Captação até: 07/11/2020

11 - Processo: 58000.010560/2018-90
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Eventos da Confederação Brasileira de Judô
Registro: 02RJ014952007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 4.990.470,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0183 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39322-3
Período de Captação até: 27/02/2019

12 - Processo: 58000.115401/2017-08
Proponente: Copa União de Clubes
Título: Copa União de Clubes - Ano IV
Registro: 02RS085282011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.373.540/0001-74
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 155.721,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3220 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 46574-7
Período de Captação até: 07/11/2020

13 - Processo: 58000.004894/2018-24
Proponente: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
Título: Karatê e Taekwondo - Criança no Tatame
Registro: 02SP026072008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.599.764,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6998 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8665-7
Período de Captação até: 07/11/2020

14 - Processo: 58000.011195/2018-31
Proponente: Instituto Valore
Título: Festival de Iniciação Esportiva - 4ª Edição
Registro: 02SP087472011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.407.279/0001-49
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 353.140,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9397-1
Período de Captação até: 07/11/2020

15 - Processo: 58000.010778/2018-44
Proponente: Liga de Futebol Amador de Osasco
Título: Escola de Futebol LFAQ
Registro: 02SP029312008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 45.647.609/0001-95
Cidade: Osasco UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.254.320,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1528 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29748-8
Período de Captação até: 21/11/2020

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 01/10/2018, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que no período de 19 a 25/11/2018, foi requerida a seguinte solicitação de reserva de disponibilidade hídrica de domínio da União:

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio Cuiabá, Município de Rosário Oeste/MT, aproveitamento hidrelétrico (PCH Angatu II).

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio São Marcos, Município de Ouvidor/GO, aproveitamento hidrelétrico (PCH Paraíso).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 01/10/2018, e com base nos elementos do Processo nº 02501.001435/2004-98, torna público que, no período de 19 a 25/11/2018 foram requeridas e encontram-se em análise no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/SP, as seguintes solicitações de outorga preventiva de uso de recursos hídricos e de direito de uso de recursos hídricos, nos termos constantes da Resolução nº 429, de 04/08/2004, que delega competência e define os critérios e procedimentos para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no Estado de São Paulo, no âmbito das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí:

Agropecuária Tuiuti S.A, rio Camanducaia, Município de Amparo/SP, indústria.

Airton Faria Santos, rio Cachoeira, Município de Piracaia/SP, irrigação.

Bann Química Ltda., rio Atibaia, Município de Paulínia/SP, indústria.

Midgal Empreendimentos Imobiliários Ltda., rio Camanducaia, Município de Jaguariúna/SP, abastecimento.

Nelson Koiti Tida e Outros, rio Atibaia, Município de Atibaia/SP, outros.

Samuel Sampaio Tocalino, rio Camanducaia, Município de Jaguariúna/SP, indústria.

Consórcio BP OAS - CETENCO, rio Jaguari, Município de Pedreira/SP, barramento.

Mineração de Areia Pifer Furlan Eireli, rio Piracicaba, Município de Santa Bárbara D'Oeste/SP, mineração.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, torna público que, no período de 19 a 25/11/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos:

ADIVALDO DE SOUZA ALVES, rio Doce, Município de Conselheiro Pena/MG, irrigação.

ALEXANDRE MARTINS TRINDADE, UHE Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, irrigação.

ANTONIO MALAN TOLENTINO, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

ATLANTIC CITY WORLD CLUB, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, aquicultura.

BEATRIS BISPO GOMES, rio são Francisco, Município de Xique-Xique/BA, irrigação.

BERIZIA SANTOS DE BRITO, rio São Francisco, Município de Gararu/SE, irrigação.

CHOCOLATES GAROTO LTDA, rio Paraíba do Sul, Município de Caçapava/SP, indústria, alteração.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, UHE Xingó, Município de Delmiro Gouveia/AL, abastecimento público.

EDIVAR RIBEIRO LINS, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

FABRICIO RODRIGUES GOMES, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/BA, irrigação.

FERNANDO GOMES RAMOS, rio Jequitinhonha, Município de Januária/MG, mineração.

FIBRIA CELULOSE S/A (TRÊS LAGOAS), UHE Jupiá, UHE Porto Primavera, Município de Três Lagoas/MG, outros usos.

FRANCICO MARQUES CARDOSO, rio Parnaíba, município de Porto/PI, aquicultura.

GILBERTO GUILHERME, lagoa Manguaba, Município de Marechal Deodoro/AL, aquicultura.

GUIDO CAMINHA MOURA, rio Parnaíba, município de Matões/MA, aquicultura.

GUSTAVO ZANNARD DE SOUSA FONTENELE, rio Parnaíba, município de Araioses/MA, aquicultura.

GUSTAVO ZANNARD DE SOUSA FONTENELE, rio Parnaíba, Município de Araioses/MA, irrigação.

ISNARD SANTOS SOARES, rio Sergipe, município de Santo Amaro das Brotas/SE, aquicultura.

JADILSON JOAO DA SILVA, rio são Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação

JAILSON DA SILVA AS, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

JANAINA PEREIRA MACIEL DO NASCIMENTO, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

JANIO ALVES COSTA, rio Parnaíba, município de Porto/PI, aquicultura.

JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES LTDA, UHE Batalha, Município de Cristalina/GO, outros.

JOAO HENRIQUE FREITAS DE CARVALHO MELO, rio Parnaíba, Município de Araioses/MA, aquicultura.

JOCELIA DOS SANTOS PEREIRA, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

JOSE DE CASTRO MOURA, rio Parnaíba, município de Timon/MA, aquicultura.

JOSE FERRAZ DO VALLE FILHO, rio Paranaíba Município de Serra do Salitre/MG, irrigação.

JOSE OTON SCATOLIN, UHE Água Vermelha, Município de Indiaporã/SP, aquicultura.

JOSE SILVA, rio São Francisco, Município de Penedo/AL, irrigação.

JOSE WILSON RAMOS DE RESENDE JUNIOR, rio Parnaíba, município de Porto/PI, aquicultura.

LOCOEL-LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA, rio Tocantins, Município de Palmas/TO, Outros.

LORIVAL GORGEN, rio Tocantins, Município de Gurupi/TO, irrigação.

LUIZ RONALDO NALI, rio são Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

MANOEL CAMPOS FONSECA, rio São Francisco, Município de Abaré/BA, irrigação.

MARIA JOANA DA CONCEICAO MARQUES, rio são Francisco, Município de Xique-Xique/BA, irrigação.

MARIA JOSE ALVES, rio são Francisco, Município de Belém do São Francisco/PE, irrigação.

MARILUCI KRAESKI URIARTE, CGH Águas do Parnaíba, rio Riozinho, Município de Alto Parnaíba/MA, aproveitamento hidrelétrico.

NIVALDO SANTANA DANTAS, rio São Francisco, Município de Gararu/SE, irrigação.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA, Baía de Marajó, Município de Barcarena/PA, outros usos.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA, rio Juruá, Município de Cruzeiro do Sul/AC, outros usos.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA, rio Madeira, Município de Porto Velho/RO, outros usos.

RAIMUNDO NETO FONTENELE MACHADO, rio Parnaíba, Município de Araioses/MA, irrigação.

RENATA RAMALHO LINS, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação.

SATURNINO CORDEIRO DA SILVA, UHE Paulo Afonso IV, Município de Delmiro Gouveia/AL, irrigação.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP, UHE Xingó, Município de Delmiro Gouveia/AL, aquicultura, preventiva.

SEVERINO RAMOS DE ALMEIDA, UHE Paulo Afonso IV, Município de Delmiro Gouveia/AL, irrigação.

TADEU JUNIOR BARBOSA FERNANDES, rio Tapajós, Município de Itaituba/PA, aquicultura.

VALDETE DA SILVA NUNES, rio São Francisco, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

VALDIVINO SOBRINHO DOS SANTOS, rio são Francisco, Município de Xique-Xique/BA, irrigação.

VERA LUCIA MILLANI, UHE Batalha, Município de Paracatu/MG, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 490, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, de 16/11/2018, publicada no DOU de 21/11/2018, S. 1, p. 153-155, no art. 6º, I, onde se lê: "...com Peso Bruto Total - PBT) £ 5 toneladas", leia-se: "...com Peso Bruto Total (PBT) ≤ 5 toneladas"; no art. 6º, II, onde se lê: "300.000 km ou 6 (seis) anos, para os veículos de carga com PBT > 3,856 toneladas e £ 16 toneladas, e para os veículos de passageiro com PBT > 5 toneladas e £ 7,5 toneladas", leia-se: "300.000 km ou 6 (seis) anos, para os veículos de carga com PBT > 3,856 toneladas e ≤ 16 toneladas, e para os veículos de passageiro com PBT > 5 toneladas e ≤ 7,5 toneladas"; no art. 23, onde se lê: "...com 3,500 < PBT < 3,856 toneladas...", leia-se: "...com 3,500 ≤ PBT≤ 3,856 toneladas..."; e no Anexo, Tabela 1, coluna "Ciclo", na quarta linha, onde se lê: "WHTC(¹)", leia-se: "WHTC(²)".

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO REGIONAL 5 - PARNAÍBA/PI

PORTARIA Nº 3, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Ementa Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no Estado do Maranhão

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDA DO INSTITUTO CHICO MENDES NA 5ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 18 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto nº 86.060 de 02 de junho de 1981 que cria o PARNA dos Lençóis Maranhenses;

Considerando a Portaria ICMBio nº 16 de 21 de fevereiro de 2014 que cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Lençóis Maranhenses;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Unidade de Conservação, , resolve:

Art. 1° - O Conselho Consultivo do Parque Nacional Lençóis Maranhenses é composto por Setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a) Representantes dos poderes públicos municipais;

b) Representantes do poder público estadual;

c) Representantes do poder público federal.

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DO PARNA:

a) População residente;

b) Colônia de pescadores;

III - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Sindicato de trabalhadores rurais;

b) Condutores de visitantes;

c) Setor privado;

d) ONGS.

IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

a) Instituição de ensino técnico e de ensino e pesquisa.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe do PARNA Lençóis Maranhenses ao Coordenador Regional da 5ª região do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2° - O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do PARNA Lençóis Maranhenses, que indicará seu suplente.

Art. 3º - A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º - As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do PARNA Lençóis Maranhenses estão previstas no seu regimento interno.

Art. 5º - O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

PORTARIA Nº 4, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Ementa: Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional Araripe Apodi no Estado do Ceará. (Processo Nº 02001004260/2007-54)

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBIO Nº 09, de 05 de dezembro de 2014;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC, bem como o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Decreto de criação da Floresta Nacional Araripe Apodi Decreto nº 9.226 de 02 de maio de 1946 e o decreto s/nº de 05 de junho de 2012;

Considerando a Portaria de Criação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional Araripe Apodi Portaria IBAMA nº 43 de 14 de abril de 2004;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas- PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos Conselhos das Unidades de Conservação, bem como apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais no mesmo;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social- PNPS;

Considerando a Instrução Normativa ICMBIO nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais; resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional Araripe Apodi é composto por setores representativos do poder público e da sociedade civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na seguinte forma:

I- ÓRGÃOS PÚBLICOS:

Órgãos públicos ambientais dos três níveis da federação.

Órgãos do poder público de áreas afins, dos três níveis da federação.

II- ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIS E COLEGIADAS:

Órgãos colegiados.

Associações comunitárias.

Organizações não governamentais.

III- INSTITUIÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º A modificação na composição dos setores representativos no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do ICMBIO.

Art. 3º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Araripe Apodi são previstas no seu Regimento interno.

Art. 4º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo Único: O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Regional, que o remete à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso X do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, no art. 12-A, § 3º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e na Portaria MP nº 6, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno.

Parágrafo único. O serviço de que trata o caput será disponibilizado pela Central de Compras, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma de:

I - contrato celebrado unicamente pela CENTRAL/MP para atendimento às demandas dos órgãos da Administração Pública direta localizados no Distrito Federal e entorno; e

II - ata de registro de preços celebrada pela CENTRAL/MP, por meio da qual as entidades autárquicas e fundacionais localizadas no Distrito Federal e entorno poderão firmar e gerenciar seus contratos individualmente.

Art. 2º As disposições desta Instrução Normativa não se aplicam:

I - ao transporte realizado por veículos de representação e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 9.287, de 25 de fevereiro de 2018;

II - ao transporte aéreo, fluvial ou marítimo; e

III - à consecução de atividades que exijam especificação diferenciada de veículos, tais como ônibus, vans, caminhões e caminhonetes.

Art. 3º Os órgãos, autarquias e fundações da Administração Pública federal e os usuários deverão observar as disposições do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, em especial, as vedações estabelecidas no art. 6º.

Seção I

Das Definições

Art.4º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Central de Compras (CENTRAL/MP): unidade vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que atua como Unidade Central;

II - central de atendimento: serviço disponibilizado pela CENTRAL/MP por meio dos seguintes canais de atendimento: telefônico, e-mail ou sistema web, com o objetivo de prestar suporte aos órgãos da Administração Pública federal direta sobre o serviço;

III - entorno: municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, conforme legislação vigente.

IV - gestor central: perfil atribuído a servidor ou empregado lotado na unidade central, responsável pela operação e gestão do serviço em nível geral, no âmbito de todos os órgãos da Administração Pública federal direta;

V - gestor setorial: perfil atribuído a servidor ou empregado responsável pela operação e gestão do serviço no âmbito do órgão a que está vinculado;

VI - gestor de unidade: perfil atribuído a servidor ou empregado responsável pela operação e gestão do serviço no âmbito da Unidade Administrativa a que está vinculado;

VII - instrumento de medição de resultado (IMR): mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, com apuração por órgão e entidade;

VIII - solução tecnológica: ferramenta eletrônica utilizada para operação e gestão do serviço de transporte, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, disponibilizada pelo fornecedor contratado;

IX - termo de adesão (TA): instrumento firmado entre a unidade central e a unidade setorial, que irá dispor sobre as obrigações e responsabilidades de cada uma das partes;

X - unidade administrativa: unidade da administração pública federal, considerada a estrutura organizacional de cada órgão, responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução do serviço no âmbito de sua atuação;

XI - unidade setorial: unidade representante de cada órgão junto à unidade central, responsável pela operação e gestão do serviço no seu âmbito de atuação;

XII - unidade central: unidade administrativa contratante e responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução do serviço no âmbito geral e pelo pagamento ao fornecedor contratado em relação aos contratos que firmar; e

XIII - usuário: servidor, empregado ou colaborador que utiliza o serviço de transporte a serviço dos órgãos.

CAPÍTULO II

ADESÃO DOS ÓRGÃOS AO SERVIÇO

Art. 5º A adesão dos órgãos da Administração direta ao serviço será formalizada com a unidade central por meio de termo de adesão dispondo sobre as obrigações e responsabilidades de cada uma das partes, conforme modelo constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O exame da minuta padrão do Termo de Adesão foi realizado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dispensando nova análise jurídica pelo órgão.

Art. 6º Considera-se concluída a adesão com a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para custeio do serviço, observadas as regras de uso previstas no Capítulo III e as disposições sobre o custeio do serviço e os limites de despesa, nos termos da Seção III do Capítulo IV desta Instrução Normativa.

Art. 7º As entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo federal deverão celebrar diretamente seus próprios contratos decorrentes da ata de registro de preços disponibilizada pela unidade central, para utilização do serviço.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES PARA USO DO SERVIÇO

Seção I

Das regras de uso

Art. 8º Na utilização do serviço, as unidades setoriais e administrativas dos órgãos deverão observar as regras operacionais estabelecidas pela unidade central e as atribuições e responsabilidades descritas no Termo de Adesão.

Art. 9º A operação e gestão do serviço será realizada com a utilização de solução tecnológica, por meio de aplicação web e mobile disponibilizada pelo fornecedor contratado.

Art. 10. A CENTRAL/MP, na condição de unidade central, disponibilizará central de atendimento para prestar suporte aos órgãos da Administração Pública federal direta sobre o serviço.

Seção II

Do Cadastro

Art. 11. Compete à unidade central realizar o cadastramento inicial das unidades administrativas, dos gestores e dos servidores e empregados públicos que utilizarão o serviço como usuários, na solução tecnológica, a partir das informações encaminhadas pelo órgão.

Parágrafo único. O cadastramento dos colaboradores que poderão utilizar o serviço e a manutenção do cadastro das unidades administrativas do órgão e de seus usuários é de responsabilidade do gestor setorial do órgão, podendo ser delegada aos gestores de unidade.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Seção I

Da Solicitação, Execução e Confirmação do Serviço

Art. 12. A solicitação do serviço será realizada pelos usuários por meio da funcionalidade específica da aplicação web ou aplicativo mobile da solução tecnológica, mediante o uso de senha pessoal.

§ 1º O serviço estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

§ 2º O motorista terá até 15 (quinze) minutos, após confirmada a solicitação da corrida por um dos meios descritos no caput, para se apresentar ao local definido para início da corrida.

§ 3º Desde que não iniciada a execução da corrida, o usuário poderá cancelar sua solicitação a qualquer momento.

§ 4º O motorista deverá esperar pelo usuário por até 10 (dez) minutos, contados a partir da chegada do veículo ao local de início da corrida.

Art. 13. O usuário é responsável pela verificação do início da corrida, que deverá ocorrer somente após o embarque.

§ 1º O usuário deverá solicitar que o motorista finalize a corrida no momento do desembarque.

§ 2º Para os casos de múltiplos destinos, o usuário não poderá solicitar que o motorista o aguarde, devendo ser finalizada a corrida no desembarque do veículo, e feita nova solicitação.

Art. 14. Os usuários deverão confirmar e avaliar a corrida finalizada utilizando funcionalidade específica da aplicação web ou aplicativo mobile da solução tecnológica.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deverá ser feita imediatamente após a sua confirmação, ou, excepcionalmente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a realização da corrida.

§ 2º Caso não haja a avaliação do serviço pelo usuário até o prazo estabelecido no § 1º, o usuário ficará impedido de realizar novas corridas até a realização da avaliação pendente.

Art. 15. O usuário poderá contestar a corrida, caso verifique alguma incorreção quanto ao serviço prestado, inclusive em relação ao embarque/desembarque em local diverso ao realizado ou ao valor.

Art. 16. Exceto valores relativos a pedágio, na apuração do valor do serviço não poderão ser acrescidas quaisquer taxas, tais como: transporte de bagagem, retorno e quantidade de passageiros.

Seção II

Do Ateste

Art. 17. Os gestores de unidade deverão atestar ou contestar os serviços executados pelos usuários vinculados à sua unidade, utilizando funcionalidade específica da aplicação web da solução tecnológica.

§ 1º O ateste de que trata o caput deverá ser feito, no mínimo, semanalmente, tendo como o prazo limite o primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução.

§ 2º Caso não haja o ateste do serviço pelo gestor de unidade até o prazo estabelecido no § 1º, todos os usuários, no âmbito da sua Unidade Administrativa, poderão ser bloqueados, pelo gestor setorial, até a realização do ateste pendente.

Art. 18. O gestor de unidade não poderá realizar o ateste dos serviços realizados para si próprio, cabendo tal providência a outro gestor de sua unidade administrativa.

Art.19. Realizado o ateste pelos gestores de unidade, caberá aos gestores setoriais manifestarem conformidade sobre o serviço executado no âmbito do órgão, na forma definida pela Unidade Central.

Art. 20. A utilização indevida do serviço por parte do usuário não ensejará sua contestação, devendo o Gestor de Unidade ou Gestor Setorial adotar as providências pertinentes conforme normas internas de utilização.

Seção III

Do Custeio do Serviço e do Limite de Despesas

Art. 21. O custeio do serviço será realizado por meio de descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros do órgão para a unidade central, dispensada a formalização de Termo de Execução Descentralizada e prestação de contas, conforme §3º do Art. 12-A do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007.

Parágrafo único. Os créditos e recursos descentralizados pela unidade setorial de cada órgão custearão os serviços a serem executados para os usuários vinculados às suas unidades administrativas, havendo funcionalidade específica no sistema para controlar os respectivos saldos.

Art. 22. A unidade setorial informará, conforme orientação da unidade central, anualmente, cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, contendo classificação do crédito orçamentário da despesa e da fonte de recursos.

§ 1º A descentralização dos créditos orçamentários previstos para cada exercício deverá ocorrer de forma integral.

§ 2º A descentralização dos recursos financeiros deverá ocorrer previamente à solicitação do serviço, podendo ser realizada de forma parcelada durante o ano.

Art. 23. A liberação do uso do serviço para o órgão somente será feita após a descentralização dos recursos financeiros e no limite do montante financeiro descentralizado.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A unidade central definirá regras operacionais e orientações complementares, com vistas a instruir os gestores e usuários quanto à utilização do serviço.

Art. 25. Compete à unidade central definir diretrizes e coordenar ações com vistas à realização de inventário da situação atual dos órgãos, autarquias e fundações, para fins de desmobilização e desfazimento de veículos, nos termos do §2, do art. 5º, da Portaria nº. 6, de 2018 e dos parágrafos 2º e 3º, do art. 8º, do Decreto 9.287, de 2018.

Art. 26. Os órgãos e entidades poderão expedir regras operacionais complementares a esta Instrução Normativa, para dispor sobre as situações específicas no seu âmbito de atuação, desde que não conflitem com os dispositivos desta norma.

Art. 27. As entidades autárquicas e fundacionais, ao firmarem seus contratos, acumularão os perfis de gestores central e setorial.

§1º Fica vedado às entidades autárquicas ou fundacionais contratantes repassar diretamente ao fornecedor contratado demandas de customização da solução tecnológica desenvolvida pela contratada.

§2º Aplicam-se no que couber as disposições desta norma às entidades autárquicas e fundacionais.

Art. 28. Fica revogada a Instrução Normativa nº 02, de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 02, de 2017, todos os termos de adesão firmados até a data de entrada em vigor desta norma.

§ 2º Os Termos de Execução Descentralizada - TED regidos pela IN nº 02, de 2017, permanecem válidos até o término de sua vigência.

§ 3º Após o término da vigência dos TED firmados sob a égide da IN nº 02, de 2017, os órgãos deverão efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros em favor da CENTRAL/MP, para custeio do serviço, conforme previsto na Seção III do Capítulo IV desta norma.

Art. 30. Os casos excepcionais, omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidas pela CENTRAL/MP.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

ANEXO

TERMO DE ADESÃO - TA

TERMO DE ADESÃO Nº XX/XXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E O XXXXXXXX, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PESSOAL A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO.

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - MP, Órgão representado pela Central de Compras, nos termos do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, inscrito no CNPJ sob nº 00.489.828/0001-55, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Brasília/DF, doravante denominada Unidade Central, neste ato representado por XXXXXXXXX, XXXXX, portador da Carteira de Identidade nº 999999 - XXX/XX e inscrito no CPF sob nº 999999999-99, residente e domiciliado em XXXXXX, no uso de suas atribuições conforme designação de DD de MM de AAAA, e o (nome do órgão), nos termos do Decreto nº 9.999, de DD de MM de AAAA, Órgão inscrito no CNPJ sob nº 99.999.999/9999-99, representado pela (nome da unidade responsável), doravante denominada Unidade Setorial, neste ato representado por (nome do gestor responsável), portador da Carteira de Identidade nº 999999 - XXX/XX e inscrito no CPF sob nº 999999999-99, residente e domiciliado em XXXXXX/XX, no uso de suas atribuições conforme designação de DD de MM de AAAA, firmam o presente TERMO DE ADESÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Adesão é a disponibilização do serviço de transporte terrestre de pessoal a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, localizados no âmbito do Distrito Federal e entorno, prestado por fornecedor contratado pela Unidade Central.

Parágrafo Primeiro - Não integra o objeto descrito no caput o transporte realizado por veículos de representação e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 9287, de 15 de fevereiro de 2018, o transporte aéreo, fluvial e marítimo e o transporte destinado à consecução de atividades que exijam especificação diferenciada de veículos.

Parágrafo Segundo - Considerando que o pagamento do serviço executado será realizado de forma centralizada, a Unidade Setorial se obriga a providenciar a descentralização de créditos e recursos financeiros necessários para o custeio das despesas do serviço executado à Unidade Central.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A Unidade Central viabilizará o serviço para a Unidade Setorial, com disponibilização de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

Parágrafo Primeiro - O serviço será executado de acordo com as regras operacionais estabelecidas pela Unidade Central.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE CENTRAL

Compete à Unidade Central:

I - assinar e gerenciar os contratos, de modo a garantir a qualidade do serviço;

II - aplicar eventuais penalidades e o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido;

III - monitorar a utilização do serviço em nível geral, inclusive o saldo dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros descentralizados pela Unidade Setorial;

IV - realizar empenhos, liquidações e pagamentos do serviço, conforme os atestes realizados pelas Unidades Administrativas;

V - realizar o cadastro inicial das Unidades Administrativas e Setorial e dos servidores e empregados na solução tecnológica, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergências;

VI - promover a capacitação dos gestores setoriais, de unidade e dos usuários;

VII - coordenar a realocação e a alienação dos veículos próprios quando da implantação do serviço nos órgãos, apoiando as Unidades Setoriais;

VIII - atuar junto à Unidade Setorial para tratamento de divergências e de insuficiência dos recursos que custeiam o serviço e no atendimento ao uso do serviço;

IX - estabelecer as regras operacionais do serviço, inclusive sobre o uso da solução tecnológica; e

X - relacionar-se de forma exclusiva com o fornecedor contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE SETORIAL

Compete à Unidade Setorial:

I - antecipar os recursos à Unidade Central para custeio do serviço a ser executado, conforme cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros;

II - realizar e manter atualizados os cadastros das Unidades Administrativas e dos usuários na solução tecnológica, no seu âmbito de atuação, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergências;

III - responsabilizar-se pela utilização do serviço por parte dos colaboradores cadastrados na solução tecnológica;

IV - monitorar a utilização do serviço pelas Unidades Administrativas e usuários, atuando no caso de verificação de irregularidades;

V - monitorar os atestes de suas Unidades Administrativas vinculadas, atuando para que sejam realizados até o prazo definido pela Unidade Central, se responsabilizando no caso de não realização do ateste;

VI - bloquear todos os usuários da Unidade Administrativa até a realização do ateste pendente, caso o ateste informado no inciso anterior não seja realizado dentro do prazo;

VII - manifestar conformidade sobre o serviço executado no âmbito do órgão;

VIII - gerenciar os créditos orçamentários e os recursos financeiros descentralizados, comunicando à Unidade Central para proceder a eventuais ajustes, solicitando tempestivamente alterações no cronograma definido;

IX - comunicar à Unidade Central quaisquer ocorrências anormais relacionadas à execução do serviço;

X - abster-se de relacionar-se com o fornecedor contratado, exceto nas situações específicas afetas à operação do serviço, tais como: solicitação, autorização, realização, cancelamento e finalização; e

XI - designar formalmente os gestores setoriais e de unidade, encaminhando cópia do documento à Unidade Central, inclusive quando houver quaisquer alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

Compete à Unidade Administrativa, por intermédio de seus gestores de unidade:

I - realizar e manter atualizados os cadastros dos usuários na solução tecnológica, no seu âmbito de atuação, quando for o caso, realizando periodicamente rotinas de verificação de divergência;

II - responsabilizar-se pela utilização do serviço por parte dos colaboradores cadastrados na solução tecnológica;

III - atestar o serviço utilizado pelos usuários, no seu âmbito de atuação, nos prazos definidos pela Unidade Central; e

IV - comunicar ao gestor setorial qualquer irregularidade na prestação dos serviços do fornecedor contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Compete aos usuários:

I - solicitar o serviço por meio da solução tecnológica disponibilizada pelo fornecedor contratado;

II - zelar pelo uso de suas senhas pessoais utilizadas para acesso à solução tecnológica;

III - realizar a avaliação do serviço imediatamente após a sua confirmação, ou, excepcionalmente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis; e

IV - contestar a corrida até o segundo dia útil após sua realização, em caso de incorreção quanto às informações da corrida, inclusive em relação ao embarque/desembarque em local diverso do realizado ou quanto ao valor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A execução do serviço terá início após a descentralização dos créditos orçamentários e dos recursos financeiros da Unidade Setorial para a Unidade Central, observado o cronograma de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, especialmente quanto aos valores e prazos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Termo de Adesão é de 5 (cinco) anos, contados da sua assinatura, possibilitadas sucessivas prorrogações, por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Unidade Central e a Unidade Setorial publicarão este Termo de Adesão nos seus respectivos sítios eletrônicos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, e adotarão providências para ampla divulgação no âmbito de suas unidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos em comum acordo entre a Unidade Central e a Unidade Setorial, observadas as orientações emanadas da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Eventuais controvérsias não resolvidas pelos signatários serão levadas, para solução, à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia Geral da União - CCAF/AGU.

E, por estarem de acordo, a Unidade Central e a Unidade Setorial assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que produza, entre si, os efeitos legais.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 12.178, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e

Considerando a vedação de aplicação da fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros na ação "Ativos Civis da União", conforme o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho 2003, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, relativo à fonte 00 - Recursos Ordinários, para o atendimento dessa ação, no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

Considerando que, de acordo com o Ofício 21757/2018-BCB/Depog, de 29 de outubro de 2018, do Banco Central do Brasil - BACEN, e Ofício SEI nº 248/2018/SPOA/SE-MF, de 5 de novembro de 2018, da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, juntados ao Processo SEI nº 03500.001505/2018-86, o BACEN informa não dispor de recursos oriundos de superávits financeiros acumulados de outros exercícios para fazer frente às despesas classificadas na fonte 650, uma vez que transfere os resultados semestrais ao Tesouro Nacional, em conformidade com os preceitos legais que regem a matéria, e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2017, referente à fonte 00, para o atendimento da ação de Aposentadorias e Pensões Civis da União daquela Autarquia;

Considerando a frustração na arrecadação de receitas das fontes 50 e 80, e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, pertinente à fonte 00, com vistas a garantir a execução da ação "Aposentadorias e Pensões Civis da União" na Universidade Federal do Pará, na Fundação Universidade Federal do Maranhão, na Fundação Universidade Federal de Ouro Preto e no Instituto Federal do Rio Grande do Norte;

Considerando a previsão de frustração na arrecadação da fonte 50, e a oportunidade de utilização do excesso de arrecadação da fonte 80, de modo a assegurar o atendimento da ação "Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde", no âmbito do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO;

Considerando a frustração na arrecadação da fonte 50, e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, relacionado à fonte 00, a fim de propiciar a consecução das ações "Aposentadorias e Pensões Civis da União" e "Ativos Civis da União", no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

Considerando a frustração das fontes 56 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, correspondente à fonte 00, de modo a viabilizar a realização da ação "Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal", no Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF; e

Considerando a necessidade de ajustar os identificadores de uso na ação "Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS", a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social, haja vista a publicação da Portaria MP nº 371, de 19 de novembro de 2018, que alterou o grupo de natureza de despesa de 3 - Outras Despesas Correntes para 4 - Investimentos, da ação mencionada, com vistas ao cumprimento dos termos do Acordo de Empréstimo BIRD 7841-BR-MDS, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos e os identificadores de uso, constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no que concerne à Presidência da República; aos Ministérios da Fazenda; da Educação; da Saúde; do Meio Ambiente; e do Desenvolvimento Social; e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.398.270
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							1.398.270
21 122	2101 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.398.270
			F	1	1	90	0	300	1.398.270
TOTAL - FISCAL									1.398.270
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.398.270

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							114.149.025
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							114.149.025
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							114.149.025
			S	1	1	90	0	300	114.149.025
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							124.277.378
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							124.277.378
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							124.277.378
			F	1	1	90	0	300	124.277.378
TOTAL - FISCAL									124.277.378
TOTAL - SEGURIDADE									114.149.025
TOTAL - GERAL									238.426.403

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							464.926
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							464.926
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							464.926
			S	1	1	90	0	300	464.926
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									464.926
TOTAL - GERAL									464.926

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							333.437
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							333.437
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							333.437
			S	1	1	90	0	300	333.437
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									333.437
TOTAL - GERAL									333.437

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							293.227
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							293.227
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							293.227
			S	1	1	90	0	300	293.227
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									293.227
TOTAL - GERAL									293.227

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.011.135
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.011.135
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							1.011.135
			S	1	1	90	0	300	1.011.135
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.011.135
TOTAL - GERAL									1.011.135

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							390.000
		Atividades							
10 302	2015 6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde							390.000
10 302	2015 6217 5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município de Porto Alegre - RS							390.000
			S	3	2	90	6	280	390.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									390.000
TOTAL - GERAL									390.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.500.000
			S	1	1	90	0	300	3.500.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							6.624.324
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							6.624.324
18 122	2124 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							6.624.324
			F	1	1	90	0	300	6.624.324
TOTAL - FISCAL									6.624.324
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									10.124.324

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							200.000
		Atividades							
08 244	2037 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS							200.000
08 244	2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional							200.000
			S	4	2	90	1	151	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							97.413.739
		Operações Especiais							
09 845	0903 00QN	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal							97.413.739
09 845	0903 00QN 0053	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal - No Distrito Federal							97.413.739
			S	1	1	90	0	300	97.413.739
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									97.413.739
TOTAL - GERAL									97.413.739

ANEXO II

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.398.270
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							1.398.270
21 122	2101 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.398.270
			F	1	1	90	0	350	1.398.270
TOTAL - FISCAL									1.398.270
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.398.270

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							114.149.025
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							114.149.025
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							114.149.025
			S	1	1	90	0	650	114.149.025
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							124.277.378
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							124.277.378
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							124.277.378
			F	1	1	90	0	250	115.856.403
			F	1	1	90	0	650	8.420.975
TOTAL - FISCAL									124.277.378
TOTAL - SEGURIDADE									114.149.025
TOTAL - GERAL									238.426.403

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							464.926
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							464.926
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							464.926
			S	1	1	90	0	280	464.926
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									464.926
TOTAL - GERAL									464.926

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							333.437
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							333.437
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							333.437
			S	1	1	90	0	250	333.437
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									333.437
TOTAL - GERAL									333.437

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							293.227
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							293.227

09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	250	293.227
									293.227
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									293.227
TOTAL - GERAL									293.227

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.011.135
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.011.135
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							1.011.135
			S	1	1	90	0	250	1.011.135
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.011.135
TOTAL - GERAL									1.011.135

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							390.000
		Atividades							
10 302	2015 6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde							390.000
10 302	2015 6217 5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município de Porto Alegre - RS							390.000
			S	3	2	90	6	250	390.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									390.000
TOTAL - GERAL									390.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.500.000
			S	1	1	90	0	250	3.500.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							6.624.324
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							6.624.324
18 122	2124 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							6.624.324
			F	1	1	90	0	250	6.624.324
TOTAL - FISCAL									6.624.324
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									10.124.324

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							200.000
		Atividades							
08 244	2037 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS							200.000
08 244	2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional							200.000
			S	4	2	90	0	151	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							97.413.739
		Operações Especiais							
09 845	0903 00QN	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal							97.413.739
09 845	0903 00QN 0053	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal - No Distrito Federal							97.413.739
			S	1	1	90	0	156	64.266.961
			S	1	1	90	0	169	33.146.778
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									97.413.739
TOTAL - GERAL									97.413.739

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 12.117, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3° da Portaria GM/MP n° 54 de, 22 de fevereiro de 2016 , e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e o que consta do Processo nº 04972.207170/2015-71, resolve:

Art. 1º Discriminar o imóvel urbano localizado à Rua Barão do Rio Branco, nº 89, no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, pertencente à circunscrição judiciária do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, com as seguintes características e confrontações: Área: terreno com 570 m² (quinhentos e setenta). O imóvel situa-se a 29,46 metros da esquina da Rua Lauro Muller. Frente: 15,00 metros confronta com a Rua Barão do Rio Branco; Lateral Direita: 38,00 metros confronta com a casa de nº 69, de propriedade da União; Lateral Esquerda: 38,00 metros confronta com residência particular; Fundos: 15,00 metros confronta com residência particular;

Art. 2º O imóvel discriminado no art. 1º foi mantido na posse da União há mais de 20 (vinte) anos, sem contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao seu domínio e posse, nos termos da Certidão declaratória SPU nº 10/90 lavrada pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina em 14 de março de 1990.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0515/2018 de 21/11/2018, 0516/2018 de 21/11/2018, 0517/2018 de 22/11/2018, 0518/2018 de 22/11/2018, 0519/2018 de 23/11/2018 e 0520/2018 de 23/11/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039017357201891 Empresa: BOEING BRASIL SERVICOS TECNICOS AERONAUTICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK SCOTT MC KELVEY Data Nascimento: 05/03/1984 Passaporte: 565795993 País: EUA Mãe: NANCY ANN STOUT Pai: JOHN ALOYSIOUS MCKELVEY; Processo: 47039017388201841 Empresa: UHE SAO SIMAO ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHUNGUANG HU Data Nascimento: 23/02/1973 Passaporte: PE1422522 País: CHINA Mãe: SHUYUAN LEI Pai: KAIPEI HU; Processo: 47039017390201811 Empresa: UHE SAO SIMAO ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MINGQIANG ZHANG Data Nascimento: 13/06/1982 Passaporte: PE1429078 País: CHINA Mãe: SHULIAN WANG Pai: PEIDA ZHANG; Processo: 47039018685201812 Empresa: IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVAN PEREZ GONZALEZ Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: PAB856786 País: ESPANHA Mãe: MARTA GONZALEZ Pai: Não informado; Processo: 47039017803201867 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIUQI ZHOU Data Nascimento: 04/09/1994 Passaporte: E11194405 País: CHINA Mãe: CHUNXIA LIANG Pai: SHAOXING ZHOU; Processo: 47039017827201816 Empresa: H.I.S. BRASIL TURISMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMOKO UEMURA Data Nascimento: 24/04/1979 Passaporte: TK9582770 País: JAPÃO Mãe: Chizuko Uemura Pai: Keno Uemura; Processo: 47039017831201884 Empresa: H.I.S. BRASIL TURISMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUI IGUCHI Data Nascimento: 01/06/1985 Passaporte: TZ1221803 País: JAPÃO Mãe: Mariko Iguchi Pai: Matsuzo Iguchi; Processo: 47039017833201873 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ELIAS BOGARIN GARCIA Data Nascimento: 14/10/1983 Passaporte: 122214255 País: VENEZUELA Mãe: ELIZABETH MARGARITA GARCIA Pai: JORGE EPIFANIO BOGARIN; Processo: 47039017860201846 Empresa: KERUI METODO CONSTRUCAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZEMIN SHI Data Nascimento: 13/08/1995 Passaporte: EB3531569 País: CHINA Mãe: GUIHUA JIN Pai: ZHAOGUANG SHI; Processo: 47039017865201879 Empresa: KERUI METODO CONSTRUCAO E MONTAGEM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAOHAO ZHOU Data Nascimento: 07/02/1986 Passaporte: E15358888 País: CHINA Mãe: XIANGMEI DONG Pai: HUAMEI ZHOU; Processo: 47039017905201882 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOBAO GU Data Nascimento: 15/09/1979 Passaporte: G43380373 País: CHINA Mãe: LIYUN CHENG Pai: PENG GU; Processo: 47039017911201830 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MINGQUAN HU Data Nascimento: 22/04/1992 Passaporte: G58134917 País: CHINA Mãe: WANHUA ZHANG Pai: XIN HU; Processo: 47039018019201876 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENGO MIYAUCHI Data Nascimento: 26/07/1983 Passaporte: TR2556254 País: JAPÃO Mãe: FUMIYO MIYAUCHI Pai: TAKASHI MIYAUCHI; Processo: 47039018148201864 Empresa: KPMG ASSESSORES TRIBUTARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANASTASIIA LOBINTCEVA Data Nascimento: 03/07/1996 Passaporte: 71 3095800 País: RÚSSIA Mãe: Pai: Não informado.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039015619201882 Empresa: ASPENTECH SOFTWARE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BALACHANORA HEGDE Data Nascimento: 17/07/1958 Passaporte: Z1940600 País: ÍNDIA; Processo: 47039015621201851 Empresa: ASPENTECH SOFTWARE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINH QUANG TRAN Data Nascimento: 16/03/1951 Passaporte: 452069999 País: EUA; Processo: 47039015625201830 Empresa: ASPENTECH SOFTWARE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANENE BEN ALI BEN NASR Data Nascimento: 19/12/1979 Passaporte: 551089171 País: EUA; Processo: 47039015780201856 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIANQING NIU Data Nascimento: 21/11/1982 Passaporte: PE1561951 País: CHINA Estrangeiro: XIAOJI XU Data Nascimento: 06/09/1964 Passaporte: G59298078 País: CHINA Estrangeiro: ZHANGHONG CHEN Data Nascimento: 28/12/1990 Passaporte: E03422294 País: CHINA Estrangeiro: ZHONGKANG XUAN Data Nascimento: 06/04/1963 Passaporte: G38844593 País: CHINA Estrangeiro: ZHUO FU Data Nascimento: 08/08/1966 Passaporte: PE1139097 País: CHINA; Processo: 47039015784201834 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUANFANG GENG Data Nascimento: 02/01/1967 Passaporte: E05104431 País: CHINA Estrangeiro: DAPENG NIE Data Nascimento: 21/06/1988 Passaporte: PE1363762 País: CHINA Estrangeiro: JIAN ZHANG Data Nascimento: 25/09/1971 Passaporte: G34212455 País: CHINA Estrangeiro: JIANWEI WANG Data Nascimento: 21/06/1961 Passaporte: E34195004 País: CHINA Estrangeiro: JINZHU LI Data Nascimento: 25/08/1968 Passaporte: PE1212937 País: CHINA Estrangeiro: SHENG FANG Data Nascimento: 09/08/1972 Passaporte: G42907276 País: CHINA; Processo: 47039016585201843 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCELLO STAGI Data Nascimento: 02/01/1966 Passaporte: YA6694597 País: ITÁLIA; Processo: 47039016590201856 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCIANO POLETTI Data Nascimento: 18/12/1975 Passaporte: YA8285068 País: ITÁLIA; Processo: 47039017757201804 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUNLIN WANG Data Nascimento: 22/10/1980 Passaporte: E20251798 País: CHINA Estrangeiro: ZONGLIANG HU Data Nascimento: 09/01/1984 Passaporte: PE1515740 País: CHINA; Processo: 47039017866201813 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jaewan Park Data Nascimento: 28/03/1988 Passaporte: M44318109 País: CORÉIA; Processo: 47039017871201826 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERHARD FRIEDRICH SCHATZ Data Nascimento: 15/01/1959 Passaporte: CFNXYTCC8 País: ALEMANHA; Processo: 47039017872201871 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHANE ANDREW ROKOSKY Data Nascimento: 11/11/1985 Passaporte: 452774235 País: EUA; Processo: 47039017883201851 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIMMY KARL BIRGER ARONSSON Data Nascimento: 07/03/1980 Passaporte: 92730359 País: SUÉCIA; Processo: 47039017892201841 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM CHARLES KAPPELMAN Data Nascimento: 15/06/1956 Passaporte: 500717114 País: EUA; Processo: 47039017895201885 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUN KUWASAKI Data Nascimento: 14/04/1983 Passaporte: TR4803416 País: JAPÃO; Processo: 47039017898201819 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNKI MIYASHITA Data Nascimento: 02/07/1982 Passaporte: TR5323453 País: JAPÃO; Processo: 47039017902201849 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Sanghyeok Lee Data Nascimento: 17/11/1985 Passaporte: M31036255 País: CORÉIA; Processo: 47039017923201864 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICLAS JONNY MORIN Data Nascimento: 22/10/1987 Passaporte: 91228003 País: SUÉCIA; Processo: 47039017942201891 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY WILLIS KIRCIK Data Nascimento: 18/02/1967 Passaporte: 548443583 País: EUA; Processo: 47039017986201811 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BILLY MARTIN MYERS Data Nascimento: 11/12/1986 Passaporte: 507828104 País: EUA; Processo: 47039018020201809 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PALLE HANSEN Data Nascimento: 25/05/1965 Passaporte: 209726751 País: DINAMARCA; Processo: 47039018032201825 Empresa: KME AUTOMACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN DAVID ASHDOWN Data Nascimento: 14/06/1976 Passaporte: 537914364 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039018030201836 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALICE CONSTANCE DINEEN Data Nascimento: 08/07/1992 Passaporte: 801395853 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039018033201870 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN JOHN ALBERT PANTING Data Nascimento: 24/04/1987 Passaporte: 533050522 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039016449201853 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM SCOTT JACKSON Data Nascimento: 15/11/1935 Passaporte: 525823727 País: EUA; Processo: 47039017375201872 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASASHI ICHIKAWA Data Nascimento: 14/08/1967 Passaporte: TH9154439 País: JAPÃO; Processo: 47039017378201814 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE TERUI Data Nascimento: 11/11/1976 Passaporte: TK2943216 País: JAPÃO; Processo: 47039017753201818 Empresa: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Harshvardhan Baindil Data Nascimento: 12/10/1992 Passaporte: Z5014184 País: ÍNDIA; Processo: 47039017760201810 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Jorge Antonio Amezquita Manzano Data Nascimento: 14/08/1992 Passaporte: G25941847 País: MÉXICO; Processo: 47039017991201823 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Juyoung Son Data Nascimento: 25/11/1991 Passaporte: M47512461 País: CORÉIA; Processo: 47039018197201805 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Jeonghee Park Data Nascimento: 22/08/1978 Passaporte: M36023297 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039018337201837 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHAOHONG WU Data Nascimento: 04/03/1972 Passaporte: EB8789391 País: CHINA; Processo: 47039018502201851 Empresa: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EUGEN MÂRZA Data Nascimento: 09/09/1952 Passaporte: 056193385 País: ROMÊNIA; Processo: 47039018604201876 Empresa: IBS DO BRASIL TECNOLOGIA EM PAPEL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: André Schmedler Data Nascimento: 28/11/1982 Passaporte: U 2607613 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039018709201825 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FELIX KARL NABEIN Data Nascimento: 21/09/1988 Passaporte: C4Y94CF9K País: ALEMANHA; Processo: 47039018732201810 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROSSANO GERVASI Data Nascimento: 30/01/1987 Passaporte: YB3718368 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039019295201851 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KENJI TANAKA Data Nascimento: 15/06/1977 Passaporte: TK8890008 País: JAPÃO; Processo: 47039019370201884 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TATSUYA KOBAYASHI Data Nascimento: 17/06/1992 Passaporte: TS1603102 País: JAPÃO; Processo: 47039019372201873 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIKI HISATSUNE Data Nascimento: 20/07/1993 Passaporte: TR2330333 País: JAPÃO; Processo: 47039019379201895 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHUICHI ASAI Data Nascimento: 09/11/1964 Passaporte: TK3824516 País: JAPÃO; Processo: 47039019382201817 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: KENJI MATSUSHITA Data Nascimento: 28/09/1973 Passaporte: TL0319323 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006917201832 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENOIT LEGER Data Nascimento: 24/09/1983 Passaporte: 16CY58074 País: FRANÇA; Processo: 47041006919201821 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Calvez Data Nascimento: 07/05/1975 Passaporte: 18FC31380 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039017929201831 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMOYUKI HASEGAWA Data Nascimento: 13/08/1966 Passaporte: TK8431655 País: JAPÃO; Processo: 47039017934201844 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KOJI OKAMOTO Data Nascimento: 28/02/1976 Passaporte: TK1303647 País: JAPÃO; Processo: 47039017939201877 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENTARO TOKOEDA Data Nascimento: 13/02/1977 Passaporte: TR9630982 País: JAPÃO; Processo: 47039017974201896 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAZUTOSHI SUZUKI Data Nascimento: 08/05/1965 Passaporte: TL0317082 País: JAPÃO; Processo: 47039017979201819 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYOMA KAMEMOTO Data Nascimento: 05/08/1979 Passaporte: TS0231128 País: JAPÃO; Processo: 47039018016201832 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HISANAGA HIYOSHI Data Nascimento: 07/04/1964 Passaporte: TS0230533 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006761201890 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: ANUP PRAVIN PATEL Data Nascimento: 17/06/1974 Passaporte: L8062534 País: ÍNDIA Estrangeiro: ELEONORA LEONARDI Data Nascimento: 21/11/1995 Passaporte: YB2456390 País: ITÁLIA Estrangeiro: ERIKA COSSU Data Nascimento: 04/01/1990 Passaporte: YB3234428 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIANLUCA LEONE Data Nascimento: 26/01/1972 Passaporte: YA5479194 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIULIO ESPOSITO Data Nascimento: 07/05/1991 Passaporte: YB3163551 País: ITÁLIA Estrangeiro: JACOPO DANGELO Data Nascimento: 25/03/1992 Passaporte: YB3163852 País: ITÁLIA Estrangeiro: JACOPO MARCOZZI Data Nascimento: 03/08/1994 Passaporte: YA9180659 País: ITÁLIA Estrangeiro: JAMES LEONARD CORREA Data Nascimento: 06/05/1986 Passaporte: L8963657 País: ÍNDIA Estrangeiro: JERRY FERNANDES Data Nascimento: 11/03/1985 Passaporte: K4583991 País: ÍNDIA Estrangeiro: KARMA THENDUP BHUTIA Data Nascimento: 04/07/1991 Passaporte: M8627311 País: ÍNDIA Estrangeiro: MAURIZIO COLOMBO Data Nascimento: 28/07/1957 Passaporte: YB2985485 País: ITÁLIA Estrangeiro: PARMESH ULHAS HARMALKAR Data Nascimento: 08/03/1991 Passaporte: H9411172 País: ÍNDIA Estrangeiro: ROBERTO SBRACCIA Data Nascimento: 09/09/1967 Passaporte: YA9852839 País: ITÁLIA Estrangeiro: ROMITA PATRO Data Nascimento: 21/04/1992 Passaporte: L5755344 País: ÍNDIA Estrangeiro: SACHIN YASHWANT PADAD Data Nascimento: 15/05/1982 Passaporte: M1923814 País: ÍNDIA Estrangeiro: SENTHIL KUMAR THANGAIYAH Data Nascimento: 15/05/1987 Passaporte: L5363164 País: ÍNDIA Estrangeiro: SHELDON SALVADOR DSOUZA Data Nascimento:

18/03/1987 Passaporte: N4378861 País: ÍNDIA Estrangeiro: SHUBHAM TIWARY Data Nascimento: 22/06/1996 Passaporte: P7764180 País: ÍNDIA Estrangeiro: THANGLIENSANG HRANGATE Data Nascimento: 13/03/1987 Passaporte: Z4338264 País: ÍNDIA Estrangeiro: TIGAN GONMEI Data Nascimento: 05/02/1993 Passaporte: K0164001 País: ÍNDIA; Processo: 47041006876201884 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADELINO JORGE CORREIA DE SOUSA Data Nascimento: 16/02/1963 Passaporte: P542885 País: PORTUGAL Estrangeiro: ANTON PUGACH Data Nascimento: 03/02/1993 Passaporte: P555812 País: PORTUGAL Estrangeiro: CESAR CARLOS FLORES ROMERO Data Nascimento: 13/07/1993 Passaporte: 116688746 País: PERU Estrangeiro: JUNIOR LLACSAGUACHE ALVARADO Data Nascimento: 12/03/1993 Passaporte: 117092808 País: PERU Estrangeiro: OLVIN OBEDEH ERAZO PINEDA Data Nascimento: 22/12/1988 Passaporte: E256285 País: HONDURAS Estrangeiro: RUTH YESSENIA ELIAS PADILLA Data Nascimento: 31/01/1983 Passaporte: 116086121 País: PERU; Processo: 47041006873201841 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMONA GABRIELA ARICESCU Data Nascimento: 15/07/1989 Passaporte: 054686957 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006892201877 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FIORELLA DENISSE ISABELA MALCA ALVAREZ Data Nascimento: 15/05/1996 Passaporte: 118048352 País: PERU Estrangeiro: GIORGIA GAGLIARDINI Data Nascimento: 19/02/1989 Passaporte: YB1530812 País: ITÁLIA; Processo: 47041006893201811 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NGUYEN THI THU NGA Data Nascimento: 22/08/1991 Passaporte: B9139543 País: VIETNÃ Estrangeiro: TRAN GIANG KHAI Data Nascimento: 13/11/1986 Passaporte: C6024002 País: VIETNÃ; Processo: 47041006898201844 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NGUYEN HUYNH QUANG Data Nascimento: 15/02/1990 Passaporte: B8819020 País: VIETNÃ.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006231201841 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 12/02/2019 Estrangeiro: RAMADHAN Data Nascimento: 05/08/1973 Passaporte: C0253665 País: INDONÉSIA; Processo: 47041006266201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/06/2020 Estrangeiro: Marius Mandescu Data Nascimento: 28/01/1965 Passaporte: 15329925 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006347201881 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 01/10/2020 Estrangeiro: MARIN RADULIC Data Nascimento: 24/03/1983 Passaporte: 180705973 País: CROÁCIA Estrangeiro: MAROJE KAZNACIC Data Nascimento: 05/03/1988 Passaporte: 049209621 País: CROÁCIA Estrangeiro: NEDILJKO ORLIC Data Nascimento: 18/08/1986 Passaporte: 151361648 País: CROÁCIA Estrangeiro: SINISA CIGANOVIC Data Nascimento: 12/02/1981 Passaporte: 236526641 País: CROÁCIA; Processo: 47041006355201827 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 16/09/2019 Estrangeiro: JONATHAN MARK LEACH Data Nascimento: 20/05/1975 Passaporte: 099236440 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041006372201864 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 01/10/2020 Estrangeiro: BENJAMIN LOUIS G. VLIETINCK Data Nascimento: 23/04/1985 Passaporte: EN985216 País: BÉLGICA Estrangeiro: BRAM DIRK VANTEGHEM Data Nascimento: 16/12/1987 Passaporte: EN241191 País: BÉLGICA Estrangeiro: KENNY OSCAR DEVYNCK Data Nascimento: 08/09/1988 Passaporte: EN456230 País: BÉLGICA Estrangeiro: PETER ERIC HAELEWYN Data Nascimento: 28/07/1974 Passaporte: EN009726 País: BÉLGICA Estrangeiro: PETER WILLIAM K. HOUBEN Data Nascimento: 13/07/1990 Passaporte: EP447873 País: BÉLGICA Estrangeiro: STIJN IDEWIN G. DE SCHEPPER Data Nascimento: 22/08/1981 Passaporte: EP340101 País: BÉLGICA Estrangeiro: THOMAS TUUR CHIELENS Data Nascimento: 31/03/1981 Passaporte: EP979340 País: BÉLGICA Estrangeiro: TOM MENTENS Data Nascimento: 18/05/1985 Passaporte: EM361113 País: BÉLGICA Estrangeiro: WILLIAM MUTSAARS Data Nascimento: 19/10/1971 Passaporte: EM156944 País: BÉLGICA; Processo: 47041006367201851 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Estrangeiro: Goutam Kumar Data Nascimento: 03/02/1987 Passaporte: M9967688 País: ÍNDIA Estrangeiro: Vinod Kumar Konala Data Nascimento: 03/08/1992 Passaporte: K3759817 País: ÍNDIA; Processo: 47041006369201841 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Abdullah Mohammed Data Nascimento: 06/04/1978 Passaporte: Z2612689 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rahul Sharma Data Nascimento: 04/09/1991 Passaporte: Z5020554 País: ÍNDIA; Processo: 47041006371201810 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Mohammed Ashfaq Kasaragod Iqbal Data Nascimento: 02/10/1987 Passaporte: R0394837 País: ÍNDIA; Processo: 47041006374201853 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRYSON MYRON EWANCHUK Data Nascimento: 05/11/1990 Passaporte: GJ179767 País: CANADÁ Estrangeiro: CHARLES TODD HARRELL JR Data Nascimento: 19/07/1987 Passaporte: 497701650 País: EUA Estrangeiro: KEVIN ANTHONY BAUTISTA Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: AB008365 País: CANADÁ Estrangeiro: MACKENZIE RENN HILL Data Nascimento: 01/09/1987 Passaporte: GJ179743 País: CANADÁ; Processo: 47041006387201822 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard Martin Neill Data Nascimento: 11/09/1982 Passaporte: 521793838 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041006393201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Estrangeiro: Christopher Suratos Navasca Data Nascimento: 27/11/1981 Passaporte: P1091901A País: FILIPINAS; Processo: 47041006395201879 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CIPRIAN ANDREESCU Data Nascimento: 21/10/1978 Passaporte: 052676936 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006396201813 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Rolf Fossberg Data Nascimento: 20/06/1971 Passaporte: 33496406 País: NORUEGA; Processo: 47041006397201868 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Estrangeiro: Antonios Kazonis Data Nascimento: 15/12/1970 Passaporte: AN2526209 País: GRÉCIA Estrangeiro: Athanasios Vantsiouris Data Nascimento: 18/06/1987 Passaporte: AN4317335 País: GRÉCIA Estrangeiro: Christos Kotsores Data Nascimento: 04/11/1969 Passaporte: AP2467239 País: GRÉCIA Estrangeiro: Eleftherios Flammos Data Nascimento: 25/02/1977 Passaporte: AN3434354 País: GRÉCIA Estrangeiro: Stylianos Kokolias Data Nascimento: 12/04/1979 Passaporte: AN0896984 País: GRÉCIA; Processo: 47041006401201898 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Michael Hoffmann Data Nascimento: 26/06/1990 Passaporte: 587666117 País: EUA; Processo: 47041006403201887 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adam Matthew Robertson Data Nascimento: 25/09/1984 Passaporte: HG013948 País: CANADÁ; Processo: 47041006404201821 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bruce Peter Farquhar Data Nascimento: 25/10/1970 Passaporte: 761313392 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: Colin Archabald Butler Data Nascimento: 26/11/1986 Passaporte: GA994638 País: CANADÁ; Processo: 47041006408201818 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Estrangeiro: Gabriel da Costa Data Nascimento: 18/08/1964 Passaporte: 502850026 País: EUA; Processo: 47041006409201854 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Estrangeiro: Reynaldo Ibañez Paral Data Nascimento: 10/03/1978 Passaporte: P9225004A País: FILIPINAS; Processo: 47041006413201812 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 03/12/2019 Estrangeiro: IGOR GANYEV Data Nascimento: 19/11/1979 Passaporte: FF659931 País: UCRÂNIA; Processo: 47041006414201867 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/03/2019 Estrangeiro: Adaman Maurice D Silva Data Nascimento: 22/09/1985 Passaporte: Z2977461 País: ÍNDIA; Processo: 47041006417201809 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Estrangeiro: Ilias Giaouzis Data Nascimento: 21/09/1985 Passaporte: AN1585718 País: GRÉCIA; Processo: 47041006420201814 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAHESH MOHAN Data Nascimento: 29/02/1984 Passaporte: L5668814 País: ÍNDIA; Processo: 47041006421201869 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OCTAVIAN-SORIN PRODAN Data Nascimento: 19/07/1972 Passaporte: 054519115 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006423201858 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/05/2020 Estrangeiro: Ravi Kumar Data Nascimento: 10/02/1991 Passaporte: S8295541 País: ÍNDIA; Processo: 47041006422201811 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORLANDO-GABRIEL TIRBOIU Data Nascimento: 29/07/1971 Passaporte: 055842994 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006424201801 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: MONTSERRAT MIGUEL BANOS Data Nascimento: 15/07/1990 Passaporte: PAH707418 País: ESPANHA; Processo: 47041006429201825 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: REYMOR EGAMAO ARMAS Data Nascimento: 26/08/1974 Passaporte: EC3940028 País: FILIPINAS; Processo: 47041006430201850 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sunday Sanchez Valiente Data Nascimento: 06/03/1960 Passaporte: EC7208135 País: FILIPINAS; Processo: 47041006431201802 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Przemyslaw Grzegorz Kozlo Data Nascimento: 28/11/1968 Passaporte: EG7955532 País: POLÔNIA; Processo: 47041006432201849 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacob Ian Deming Data Nascimento: 06/10/1977 Passaporte: 561344617 País: EUA Estrangeiro: Jedediah Joseph Gray Data Nascimento: 30/12/1977 Passaporte: 561250888 País: EUA Estrangeiro: Lana Rochelle Smith Data Nascimento: 26/05/1987 Passaporte: 481559442 País: EUA Estrangeiro: Veronica Regan Holton Data Nascimento: 12/07/1990 Passaporte: 473508806 País: EUA; Processo: 47041006433201893 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Even Lekven Oestmark Data Nascimento: 31/12/1985 Passaporte: 32112313 País: NORUEGA; Processo: 47041006434201838 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Andrzej Jablonski Data Nascimento: 24/11/1975 Passaporte: EF6861572 País: POLÔNIA; Processo: 47041006440201895 Empresa: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/02/2020 Estrangeiro: ALBERT KIRBY SABIN IV Data Nascimento: 22/07/1968 Passaporte: 481559033 País: EUA Estrangeiro: BENJAMIN HOINGA HO WALLINGER Data Nascimento: 07/04/1983 Passaporte: PA4935328 País: AUSTRÁLIA Estrangeiro: BILLY JACK ROWLEY Data Nascimento: 05/09/1980 Passaporte: 488548669 País: EUA Estrangeiro: DANIEL JOHN GORDON Data Nascimento: 25/03/1992 Passaporte: 509646579 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: DEEPAK KUMAR KALLA Data Nascimento: 25/03/1975 Passaporte: Z2901273 País: ÍNDIA; Processo: 47041006438201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marek Jedynak Data Nascimento: 17/03/1983 Passaporte: ED4420863 País: POLÔNIA; Processo: 47041006443201829 Empresa: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/02/2020 Estrangeiro: ERNEST LIAM SCULLARD Data Nascimento: 26/01/1968 Passaporte: M00196855 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: JAKE EDWARD BOETTCHER Data Nascimento: 17/01/1988 Passaporte: 574384573 País: EUA Estrangeiro: JAMES ALLEN DAVENPORT Data Nascimento: 06/05/1977 Passaporte: 505688185 País: EUA Estrangeiro: JASON DOUGLAS BINNIE Data Nascimento: 01/03/1971 Passaporte: 538797110 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: MARTIN KINROSS Data Nascimento: 02/04/1968 Passaporte: 099235271 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041006441201830 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Estrangeiro: Shankar Rao Jogi Data Nascimento: 24/04/1980 Passaporte: L3284560 País: ÍNDIA; Processo: 47041006446201862 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Estrangeiro: Aakash Kumar Data Nascimento: 26/01/1995 Passaporte: R3669322 País: ÍNDIA Estrangeiro: Ananth Karthik Jayakrishnan Data Nascimento: 05/11/1986 Passaporte: Z4154339 País: ÍNDIA Estrangeiro: Joran Barretto Data Nascimento: 20/06/1986 Passaporte: K4083903 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rajesh Kumar Data Nascimento: 14/03/1969 Passaporte: Z2482071 País: ÍNDIA Estrangeiro: Satya Prakash Data Nascimento: 07/09/1982 Passaporte: P2248512 País: ÍNDIA; Processo: 47041006445201818 Empresa: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/02/2020 Estrangeiro: MOHAMAD AHMAD MOHAMAD MOHSEN Data Nascimento: 01/06/1984 Passaporte: A09530161 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO Estrangeiro: MOHAMMAD HABIBUZAID BIN SAMSUL BAHARI Data Nascimento: 01/03/1984 Passaporte: A41034921 País: MALÁSIA Estrangeiro: THOMAS EDWARD MAYHEW Data Nascimento: 11/02/1959 Passaporte: 548580990 País: EUA;

Processo: 47041006447201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Estrangeiro: Dennis Mancilla Dig Data Nascimento: 28/05/1976 Passaporte: EC6628290 País: FILIPINAS Estrangeiro: Volodymyr Syzonenko Data Nascimento: 05/10/1983 Passaporte: FK957763 País: UCRÂNIA; Processo: 47041006450201821 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Estrangeiro: Nikolaos Moschos Data Nascimento: 10/01/1959 Passaporte: AN0146222 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ryan Burnawan Robles Data Nascimento: 23/09/1983 Passaporte: P2374035A País: FILIPINAS; Processo: 47041006451201875 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Estrangeiro: Liviu Cirnu Data Nascimento: 19/03/1968 Passaporte: 055371405 País: ROMÊNIA Estrangeiro: Valentin Oprea Data Nascimento: 11/07/1970 Passaporte: 15432435 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006452201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/10/2020 Estrangeiro: Sergey Bedoev Data Nascimento: 31/01/1981 Passaporte: 723932158 País: RÚSSIA; Processo: 47041006454201817 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Estrangeiro: Ioannis Bouleros Data Nascimento: 26/06/1986 Passaporte: AP1942917 País: GRÉCIA; Processo: 47041006456201806 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Sanjay Kumar Data Nascimento: 05/07/1989 Passaporte: L9624914 País: ÍNDIA; Processo: 47041006457201842 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Adrian Sozwa Data Nascimento: 23/07/1984 Passaporte: ED5072311 País: POLÔNIA Estrangeiro: Andrzej Iwanicki Data Nascimento: 27/03/1975 Passaporte: EB0361513 País: POLÔNIA; Processo: 47041006458201897 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Estrangeiro: Oliver Aceron Veronilla Data Nascimento: 02/08/1975 Passaporte: P6767715A País: FILIPINAS; Processo: 47041006459201831 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/08/2020 Estrangeiro: Ammoru Gundala Data Nascimento: 10/08/1970 Passaporte: M6617186 País: ÍNDIA; Processo: 47041006460201866 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Athanasios Patrikis Data Nascimento: 24/10/1981 Passaporte: AN3336632 País: GRÉCIA; Processo: 47041006463201808 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 18/01/2020 Estrangeiro: Arnel Albo Garcia Data Nascimento: 28/06/1977 Passaporte: EC2679975 País: FILIPINAS; Processo: 47041006465201899 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Martuja Kadar Shaikh Data Nascimento: 01/02/1989 Passaporte: J2750243 País: ÍNDIA; Processo: 47041006468201822 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arturo Jr Cabiling Loreto Data Nascimento: 07/11/1972 Passaporte: P6226579A País: FILIPINAS; Processo: 47041006474201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gemini Mathew Data Nascimento: 30/04/1973 Passaporte: Z1971799 País: ÍNDIA; Processo: 47041006475201824 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2020 Estrangeiro: Gerry Briones Bisenio Data Nascimento: 13/04/1970 Passaporte: P8702218A País: FILIPINAS Estrangeiro: Roldan Yanga Dagatay Data Nascimento: 31/03/1982 Passaporte: EC6818678 País: FILIPINAS; Processo: 47041006476201879 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Estrangeiro: DAVE PATRICK SONIO GARFIN Data Nascimento: 12/03/1987 Passaporte: P8274977A País: FILIPINAS; Processo: 47041006487201859 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP GAING ANAK ATING Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: K34905661 País: MALÁSIA; Processo: 47041006488201801 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/04/2019 Estrangeiro: JAMIE RHEA DOZIER Data Nascimento: 24/07/1959 Passaporte: 422082072 País: EUA Estrangeiro: LUIZA JOY JOSUE CALA Data Nascimento: 21/09/1996 Passaporte: P1416486A País: FILIPINAS; Processo: 47041006491201817 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2020 Estrangeiro: Christopher Villacorte De Veyra Data Nascimento: 16/07/1969 Passaporte: P5674437A País: FILIPINAS Estrangeiro: Joel Cagas Gallentes Data Nascimento: 29/10/1972 Passaporte: EC3742252 País: FILIPINAS; Processo: 47041006493201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Thiyagarajan Ramakrishnan Data Nascimento: 30/07/1970 Passaporte: Z4462886 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039017443201801 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILOS ALIXANDER SINGH Data Nascimento: 21/04/1994 Passaporte: R0714790 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039017874201860 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REGARDT OLIVIER Data Nascimento: 27/01/1984 Passaporte: M00179273 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039017931201819 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LYLE CHAD NIEMACK Data Nascimento: 09/08/1987 Passaporte: M00238943 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039017616201883 Empresa: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christian Manuel Bautista Ortiz Data Nascimento: 18/04/1982 Passaporte: G22635519 País: MÉXICO Mãe: Maria Olga Ortiz Tavitas Pai: Jose Manuel Bautista Flores; Processo: 47039017869201857 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 14/01/2020 Estrangeiro: KONSTANTINOS VASSOS Data Nascimento: 29/07/1985 Passaporte: AM1618353 País: GRÉCIA Mãe: ZOI PISKOIA Pai: EFTHYMIOS VASSOS; Processo: 47039017878201848 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 04/01/2020 Estrangeiro: PETRU ROMULUS GAL Data Nascimento: 06/06/1975 Passaporte: 052783338 País: ROMÊNIA Mãe: MARIA GAL Pai: CONSTANTIN GAL; Processo: 47039017930201866 Empresa: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hervé Robert Jean Delhon Bugard Data Nascimento: 25/02/1960 Passaporte: 17DC61416 País: FRANÇA Mãe: Marcelle Marie Pujol Pai: Jean Louis Andre Delhon Bugard; Processo: 47039017938201822 Empresa: COMPTA EMERGING BUSINESS - BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL MAGALHÃES DE CARVALHO Data Nascimento: 23/11/1984 Passaporte: CA138310 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Conceição Magalhães Rodrigues Pai: Armando de Carvalho Almeida; Processo: 47039018029201810 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BINGJIE QIAO Data Nascimento: 17/12/1988 Passaporte: ED9735429 País: CHINA Mãe: CONGXIA WANG Pai: LIUJUN QIAO; Processo: 47039018049201882 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD ALLEN SHEPPARD Data Nascimento: 11/04/1969 Passaporte: 561459823 País: EUA Mãe: DOROTHY FASH SHEPPARD Pai: ROBERT CHARLES SHEPPARD; Processo: 47039018080201813 Empresa: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINKUAN ZHAO Data Nascimento: 13/03/1987 Passaporte: PE0828868 País: CHINA Mãe: Li dongfang Pai: Zhao Haitian; Processo: 47039018123201861 Empresa: DENSO MAQUINAS ROTANTES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIUSEPPE GIULIANI Data Nascimento: 17/10/1964 Passaporte: AA3079388 País: ITÁLIA Mãe: Dora Maria Cicchini Pai: Basso Giuliani; Processo: 47039018265201828 Empresa: BOHNEN + MESSTEK - IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN ENDERLE Data Nascimento: 24/08/1988 Passaporte: 17FA58171 País: FRANÇA Mãe: FABIENNE DIEHL Pai: PASCAL PAUL ENDERLE; Processo: 47039018270201831 Empresa: BOHNEN + MESSTEK - IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PASCAL PAUL ENDERLE Data Nascimento: 22/11/1965 Passaporte: 12DA91104 País: FRANÇA Mãe: CHRISTIANE LOUISE WALCH Pai: PAUL HENRI ENDERLE; Processo: 47039018281201811 Empresa: ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTINA GOMES DA COSTA Data Nascimento: 07/02/1990 Passaporte: P260467 País: PORTUGAL Mãe: RITA CELESTE GUIMARÃES GOMES DA COSTA Pai: JOAQUIM SANTOS DA COSTA; Processo: 47039018308201875 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIE DAWN SMITH Data Nascimento: 10/02/1978 Passaporte: HP960297 País: CANADÁ Mãe: CONNIE LEE WILSON Pai: LARRY WAYNE SMITH.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039019054201811 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NANCY SANCHEZ TARRAGO Data Nascimento: 27/03/1973 Passaporte: I201383 País: CUBA Mãe: NANCY TARRAGO INFANTE Pai: RAUL SANCHEZ PATIÑO.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 25/07/2018:

Processo: 47039017873201815 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 25/01/2020 Estrangeiro: ANTONIOS KOTTIS Data Nascimento: 15/11/1977 Passaporte: AN5554403 País: GRÉCIA Mãe: ANGELIKI KOTTI Pai: PARIS KOTTIS.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005936201841 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Harit Anand Data Nascimento: 21/08/1993 Passaporte: N2453181 País: ÍNDIA; Processo: 47041005938201831 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Ravi Shankar Data Nascimento: 11/12/1984 Passaporte: P8139692 País: ÍNDIA; Processo: 47041006527201862 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marek Piotr Piekny Data Nascimento: 01/08/1969 Passaporte: EE5398429 País: POLÔNIA; Processo: 47041006546201899 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Massimo Fruzzetti Data Nascimento: 05/04/1955 Passaporte: YA3673855 País: ITÁLIA; Processo: 47041006579201839 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Irudaya Jax Sories Data Nascimento: 24/07/1982 Passaporte: Z4629628 País: ÍNDIA; Processo: 47041006595201821 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: até 16/01/2021 Estrangeiro: JUMAR VILLARETTE GELLADA Data Nascimento: 07/09/1971 Passaporte: EC3518836 País: FILIPINAS; Processo: 47041006709201833 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 16/01/2021 Estrangeiro: MAUNG MAUNG THAN Data Nascimento: 05/02/1963 Passaporte: E5873733H País: SINGAPURA; Processo: 47041006728201860 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Estrangeiro: Rakesh Goel Data Nascimento: 19/05/1974 Passaporte: Z2272899 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039017661201838 Empresa: LINDT & SPRUNGLI (BRAZIL) HOLDING LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WALTER PETER ANGST Data Nascimento: 28/06/1968 Passaporte: X1109707 País: SUIÇA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039012451201853 Empresa: FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO A PESQUISAS - FUNDACAO ASTEF Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Filipe Moreira e Silva Data Nascimento: 26/03/0082 Passaporte: N668185 País: PORTUGAL; Processo: 47039013497201890 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATHILDE FRANCOISE CHARLOTTE COLOMBEAU FONTEYNE Data Nascimento: 22/05/1981 Passaporte: L7AD02001X País: FRANÇA; Processo: 47039019033201897 Empresa: RONALD RASTRE SALAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ronald Rastre Salas Data Nascimento: 28/07/1979 Passaporte: I763310 País: CUBA; Processo: 47039019143201859 Empresa: JAYANT PENDHARKAR Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAYANT PENDHARKAR Data Nascimento: 29/01/1979 Passaporte: L2545653 País: ÍNDIA; Processo: 47039019145201848 Empresa: NEELAKSHI JOSHI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEELAKSHI JOSHI Data Nascimento: 13/10/1980 Passaporte: L2793555 País: ÍNDIA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039015832201894 Empresa: COCOMOB - COMERCIO EM GERAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI LIN Data Nascimento: 08/12/1995 Passaporte: E61871020 País: CHINA; Processo: 47039015960201838 Empresa: FRANZ GALLER EMPREENDIMENTOS TURISTICOS EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANZ GALLER Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: U427746 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039016144201841 Empresa: SDJ PROJETOS CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID DE JESUS RODRIGUES BARBOSA Data Nascimento: 03/01/1969 Passaporte: CA133478 País: PORTUGAL; Processo: 47039016692201871 Empresa: HIPER SOL COMERCIO DE TECIDOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHENG YINGJIAN Data Nascimento: 21/11/1968 Passaporte: G59979704 País: CHINA; Processo: 47039016857201813 Empresa: RANGEL LOGISTICA BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EDUARDO DA SILVA RANGEL Data Nascimento: 13/02/1953 Passaporte: N764846 País: PORTUGAL; Processo: 47039016900201832 Empresa: SKKY INNOVATIONS COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS DE INOVACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KARL DIMITRI ROBERT STREPKOFF Data Nascimento: 05/02/1967 Passaporte: 13CI32938 País: FRANÇA; Processo: 47039017693201833 Empresa: KALPANA SERVICOS DE HOTELARIA ALIMENTOS E TURISMO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sébastien Dante Ursini Data Nascimento: 04/04/1972 Passaporte: X2977240 País: SUIÇA; Processo: 47039018620201869 Empresa: GIOVENZANA DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO MATTEO MARIA CAVADINI Data Nascimento: 21/12/1963 Passaporte: YA1259681 País: ITÁLIA; Processo: 47039018749201877 Empresa: RESORT MIRAMAR BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID CARAMÉS POMBO Data Nascimento: 18/01/1973 Passaporte: AAH951072 País: ESPANHA; Processo: 47039018798201818 Empresa: LANCHONETE IMPERIO DE JACAREI LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CAIQIN LI Data Nascimento: 23/04/1973 Passaporte: E13740122 País: CHINA; Processo: 47039019176201807 Empresa: MODA HAIR CABELOS SINTETICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MING YE Data Nascimento: 25/02/1989 Passaporte: E05730185 País: CHINA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041005836201815 Instituição: FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELEONORE ALIX MARIE HELENE DE ROHAN CHABOT Data Nascimento: 04/05/1973 Passaporte: 10AZ14042 País: FRANÇA; Processo: 47041005882201814 Instituição: WESLY JOSEPH Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WESLY JOSEPH Data Nascimento: 01/11/1985 Passaporte: PP4011430 País: REPÚBLICA DO HAITI; Processo: 47041005907201880 Instituição: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOS IRMAOS DE N SENHORA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PASCOAL SOARES MADEIRA Data Nascimento: 15/03/1989 Passaporte: 15161C País: TIMOR; Processo: 47041006269201814 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michaelene Torres Ramos Data Nascimento: 13/08/1994 Passaporte: P33222484A País: FILIPINAS; Processo: 47041006306201894 Instituição: ORDEM FRANCISCANA SECULAR Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marco Lanzoni Data Nascimento: 09/10/1948 Passaporte: YA9316715 País: ITÁLIA; Processo: 47041006304201803 Instituição: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LECRISTO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ESAUL TOSCANO GONZALEZ Data Nascimento: 03/08/1976 Passaporte: G29406984 País: MÉXICO; Processo: 47041006313201896 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Eileen H Clarke Data Nascimento: 16/07/1951 Passaporte: 536906298 País: EUA; Processo: 47041006323201821 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Derrel Wolter Clarke Data Nascimento: 04/01/1952 Passaporte: 536906299 País: EUA; Processo: 47041006336201809 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Andres Umaña Orozco Data Nascimento: 18/04/1999 Passaporte: F408229 País: COSTA RICA; Processo: 47041006354201882 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM ROSS MICKELSON Data Nascimento: 12/09/1998 Passaporte: 562730330 País: EUA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041005525201856 Empresa: ASSOCIACAO SHALOM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Délcia Simira Soares Jó Data Nascimento: 02/02/1992 Passaporte: C00069666 País: GUINÉ BISSAU; Processo: 47041005565201806 Empresa: ASSOCIACAO SHALOM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jennifer Dayana Almeida Moreira Data Nascimento: 02/08/1988 Passaporte: J376933 País: CABO VERDE; Processo: 47041005566201842 Empresa: ASSOCIACAO SHALOM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sara Ponzo Data Nascimento: 19/08/1994 Passaporte: YA3620572 País: ITÁLIA; Processo: 47041005665201824 Empresa: FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADRIEN RENE PATRICK CARITEY Data Nascimento: 08/12/1993 Passaporte: 17DF56110 País: FRANÇA; Processo: 47041005666201879 Empresa: FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATHILDE MARIE ANNICK CROS Data Nascimento: 16/11/1994 Passaporte: 14DL38161 País: FRANÇA; Processo: 47041006481201881 Empresa: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO PHILIPPE PINEL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIRIAM DI DOMENICO Data Nascimento: 30/08/1985 Passaporte: YA5901681 País: ITÁLIA; Processo: 47041006584201841 Empresa: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO VILA LEONINA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Esther Roth Data Nascimento: 26/08/1964 Passaporte: X2286599 País: SUIÇA; Processo: 47041006614201810 Empresa: ABCP ASSOCIACAO BENEFICENTE & COMUNITARIA DO POVO Prazo: até 15/11/2019 Estrangeiro: TABEA MELINDA SCHLUCHTER Data Nascimento: 23/06/1988 Passaporte: F3906768 País: SUIÇA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JEAN PAUL RAYMOND DAVID exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa FAREVA DESENVOLVIMENTO, FABRICACAO E ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS COSMETICOS DE HIGIENE E LIMPEZA POR ENCOMENDA LTDA. Processo: 47039.016192/2018-30, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.001305/2015-50.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MOTOO YAMAZAKI exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa SFS TERMINAL PORTUARIO LTDA. Processo: 47039.017190/2018-68, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011251/2018-83.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039017586201813 Requerente: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es); Processo: 47039018318201819 Requerente: EHMS TRADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: Markku Johannes Voutilainen Passaporte: PM6083907; Processo: 47039018106201823 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGJIAN YU Passaporte: E 79219355; Processo: 47041006486201812 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Udhayakumar Rama Nadar Passaporte: K8606984; Processo: 47041006189201869 Requerente: GREJIGA INTERNATIONAL HOTEL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GAETAN RENE EMILE LIEKENS Passaporte: EK174229; Processo: 47041005186201816 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: Indeterminado Imigrante: Filbert Nkanga Passaporte: AB737609; Processo: 47041005353201811 Requerente: BEACH HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARTIN ANDREAS HANNI Passaporte: X0850701; Processo: 47041005356201854 Requerente: BEACH HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ARMIN SCHNEIDER Passaporte: F3722360; Processo: 47041005357201807 Requerente: BEACH HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTINE MARIA JANN SCHNEIDER Passaporte: X3564079; Processo: 47041005359201898 Requerente: BEACH HOUSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YVONNE EMILLE HANNI SONDERER Passaporte: X4213447; Processo: 47041005448201834 Requerente: LAMM - BAR E RESTAURANTE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AMBRE CAMILLE MATHILDE IRIS LANDAIS Passaporte: 11AL61306; Processo: 47041005449201889 Requerente: LAMM - BAR E RESTAURANTE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARC GUILLAUME LOIC MAGNEZ Passaporte: 10CY57059; Processo: 47041005460201849 Requerente: LINFORD AVIATION BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOAO JOSE GOMES MOUTINHO Passaporte: N029150; Processo: 47039018349201861 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roy James Koepp III Passaporte: 505895930; Processo: 47039018355201819 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: James Owen Ingram Jr Passaporte: 565736366; Processo: 47039018546201881 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NIANWEN CHEN Passaporte: EE1977778; Processo: 47041005589201857 Requerente: AVE ENERGIAS RENOVAVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: VALENTIN MUNOZ FERNANDEZ Passaporte: AAC236394; Processo: 47039015472201821 Requerente: SHUNBIN HE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHUNBIN HE Passaporte: E49719696; Processo: 47041006888201817 Requerente: IGREJA INTERNACIONAL DA GRACA DE DEUS Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDREEA ERIKA SEPCIUC Passaporte: 055099526; Processo: 47039017832201829 Requerente: SIMOLDES ACOS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUÍS FILIPE MURTEIRA PIRES VALENTE Passaporte: N000573; Processo: 47039018139201873 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/12/2019 Imigrante: OOI YEE CHEONG Passaporte: A41002440; Processo: 47041005662201891 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: Aleksandr Galichin Passaporte: 750708053; Processo: 47039015367201891 Requerente: ARFC LABORATORIO DE CONSERVACAO DA MATA ATLANTICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: FREDERIC PAUL RAYMOND LACROIX Passaporte: 10AL54480; Processo: 47039015673201828 Requerente: ENERBRAS ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Hélder Rodrigues Ferreira Passaporte: M154035; Processo: 47041005600201889 Requerente: HERVE KOTO MBUTA Prazo: Indeterminado Imigrante: HERVE KOTO MBUTA Passaporte: OP0056444; Processo: 47041005601201823 Requerente: JUDE HERVE TOMANZONDO BALONDO Prazo: Indeterminado Imigrante: JUDE HERVE TOMANZONDO BALONDO Passaporte: OP0056441; Processo: 47041004713201867 Requerente: Petra Brak Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Petra

Brak Passaporte: NV1P5LC13; Processo: 47041005125201841 Requerente: FACULDADES CATOLICAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JINYU XIE Passaporte: G56320997; Processo: 47041005126201895 Requerente: FACULDADES CATOLICAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WANG YAN Passaporte: E79232974; Processo: 47041006776201858 Requerente: MARCO MAGLIA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO MAGLIA Passaporte: YB1113766; Processo: 47041006777201801 Requerente: ANNA MAGLIA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANNA MAGLIA Passaporte: YB0417077; Processo: 47041006733201872 Requerente: HONGLIANG WANG Prazo: até 28/02/2019 Imigrante: HONGLIANG WANG Passaporte: E86209840; Processo: 47041006868201838 Requerente: OBEPA-OBRA DE ENGENHARIA; PLANEJAMENTO E ARQUITETURA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOAQUIM JOSE SOARES MENDES Passaporte: CA168378; Processo: 47041006869201882 Requerente: OBEPA-OBRA DE ENGENHARIA; PLANEJAMENTO E ARQUITETURA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIA MADALENA DA COSTA PEREIRA Passaporte: CA168379.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 176 de 12/09/2018, Seção 1, pág. 222, Processo: 47039.013696/2018-06, onde se lê: Mãe: LEONARDO GESUALDO SCALERA; Pai: DOMENICA MORELLI, leia-se: Mãe: DOMENICA MORELLI; Pai: LEONARDO GESUALDO SCALERA.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 783, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MTE n.º 234, de 17 de fevereiro de 2014, e considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade n.º ICBR 17942-18.01, emitido pelo icbr - Instituto de Certificações Brasileiro S/A, resolve:

Art.1º Registrar o Equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), objeto do processo n.º 46017.006228/2018-62, marca DIMEP, fabricados por Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto e Acesso Ltda, CNPJ 61.099.008/0001-41, cadastro de fabricante de REP no Ministério do Trabalho nº 00003 conforme Anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO SECCHIN

ANEXO

Modelos de Registradores Eletrônicos de Ponto

Número de Registro MTE	Modelo
498	SMARTP A
499	SMARTP B
500	SMARTP C
501	SMARTP D
502	SMARTP E
503	SMARTP F
504	SMARTP G
505	SMARTP H

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 0000964-93.2018.5.10.0022, oriundo da 22ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determina a análise do Pedido de Registro Sindical Processo nº 46214.002269/2016-91 e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do aludido pedido, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de trinta dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria nº 326/2013.

Processo	46214.002269/2016-91
Entidade	Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Piauí - SINDOJUS/PI
CNPJ	63.325.880/0001-96
Abrangência	Estadual
Base Territorial	*Piauí*
Categoria	Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Piauí
Fundamento	NT nº 811/2018/CGRS/SRT/MTb

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 354, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e da declaração de Adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão dos Comitês e Mecanismos Estaduais e Distrital de Prevenção e Combate à Tortura ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Aprovar a declaração de Adesão para órgãos do Estado, colegiados e organizações da sociedade civil ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 8.154, de 2013, na forma do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SDH/PR n° 324, de 3 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 148, de 5 de agosto de 2015, Seção 1, págs. 2 e 3.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA PARA COMITÊS E MECANISMOS ESTADUAIS/DISTRITAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

1. O (Comitê/Mecanismo Estadual/Distrital de Prevenção e Combate à Tortura) do (Estado), instituído pelo (a) (instrumento normativo, se houver), vinculado ao (Órgão, se houver), com sede em (endereço, telefone, celular e correio eletrônico), (CNPJ, se houver), representado por (dirigente máximo do Comitê ou do Mecanismo), inscrito no (CPF), firma o presente Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), assumindo as obrigações previstas na Lei n° 12.847, de 2 de agosto de 2013 e no Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, em dois (duas) vias de igual teor, sendo que uma delas será encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos, comprometendo-se ao cumprimento dos seguintes objetivos:

I - cumprir os princípios, objetivos e diretrizes do SNPCT, dispostos na Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013;

II - funcionar em consonância com o disposto no Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007, (somente para Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura);

III - funcionar em consonância com as orientações da Lei 12.847, de 2 de agosto de 2013, e do Decreto 8.154, de 16 de dezembro de 2013;

IV - executar ações de prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;

V - difundir informações e as experiências em relação à prevenção e ao combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;

VI - integrar grupos, estratégias e planos conjuntos, conforme suas competências, visando o fortalecimento da política de prevenção e combate à tortura;

VII - enviar relatório anual detalhado de atividades e formulário de atuação na área de prevenção e combate à tortura para o Ministério dos Direitos Humanos; e

VIII - indicar dois representantes, sendo um titular e outro suplente, para ser o interlocutor com o MDH e manter os dados de contato atualizados.

2. O Ministério dos Direitos Humanos compromete-se enviar, em meio digital ou físico, materiais de ampla distribuição relacionados às ações de divulgação de orientações e boas práticas sobre a temática, convidar o Comitê/Mecanismo Estadual/Distrital para participar das reuniões do SNPCT e enviar informações sobre as ações desenvolvidas pelo SNPCT sobre prevenção e combate à tortura.

3. Indica-se (membro titular), (CPF), (cargo), e (membro suplente), (CPF), (cargo), como representantes do (Comitê/Mecanismo Estadual/Distrital de Prevenção e Combate à Tortura) no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e responsáveis por zelar pelos compromissos junto ao SNPCT.

4. Este Termo de Adesão não acarreta nenhum ônus financeiro ao signatário.

5. O presente Termo tem vigência de três anos a contar da data de assinatura.

(Cidade/UF), (data).

(Assinatura do dirigente máximo do Comitê/Mecanismo Estadual/Distrital de Prevenção e Combate à Tortura)

(Assinatura do membro titular)

(Assinatura do membro suplente)

(Assinatura do dirigente máximo da Secretária de Estado a qual o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura está vinculado)

ANEXO II - declaraÇÃO DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA PARA ÓRGÃOS DO ESTADO, CONSELHO DE DIREITO, COLEGIADOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

1. O (Órgão do Estado/Conselho de Direito/Colegiado/Organização da sociedade civil) do (Estado), instituído pelo (a) (instrumento normativo, se houver), vinculado ao (Órgão, se houver), com sede em (endereço, telefone, celular e correio eletrônico), (CNPJ, se houver), representado por (dirigente máximo do órgão do Estado/Conselho de Direito/Colegiado/Organização da sociedade civil), inscrito no (CPF), firma a presente declaração de Adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), assumindo as obrigações previstas na Lei n° 12.847, de 2 de agosto de 2013 e no Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, em dois (duas) vias de igual teor, sendo que uma delas será encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos, comprometendo-se ao cumprimento dos seguintes objetivos:

I - Cumprir os princípios, objetivos e diretrizes do SNPCT, dispostos na Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013;

II - coletar e sistematizar informações;

III - desenvolver estratégias de comunicação integrada;

IV - difundir informações e as experiências em relação à prevenção e ao combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;

V - executar ações de prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;

VI - integrar grupos, estratégias e planos conjuntos, conforme suas competências, visando o fortalecimento da política de prevenção e combate à tortura;

VII - encaminhar a seguinte documentação ao Ministério dos Direitos Humanos, juntamente com a declaração de Adesão ao SNPCT assinada:

a) Cópia da Lei Federal de criação, Estatuto Social, Regimento Interno ou Carta de Princípios; e

b) Memorial das atividades e ações específicas desenvolvidas no tema da defesa e promoção os direitos humanos, preferencialmente na prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis e desumanas ou degradantes no Brasil, pelo menos, nos últimos 3 (três) anos.

VIII - indicar dois representantes, sendo um titular e outro suplente, para ser o interlocutor com o MDH e manter os dados de contato atualizados.

2. O Ministério dos Direitos Humanos compromete-se enviar, em meio digital ou físico, materiais de ampla distribuição relacionados às ações de divulgação de orientações e boas práticas sobre a temática, convidar o Órgão do Estado/Conselho de Direito/Colegiado/Sociedade Civil para participar das reuniões do SNPCT e enviar informações sobre as ações desenvolvidas pelo SNPCT sobre prevenção e combate à tortura.

3. Indica-se (membro titular), (CPF), (cargo), e (membro suplente), (CPF), (cargo), como representantes do (Órgão do Estado/Conselho de Direito/Colegiado/Organização da sociedade civil) no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e responsáveis por zelar pelos compromissos junto ao SNPCT.

4. Esta declaração de Adesão não acarreta nenhum ônus financeiro ao signatário.

5. A presente declaração tem vigência de três anos a contar da data de assinatura.

(Cidade/UF), (data).

(Assinatura do dirigente máximo Órgão do Estado/Conselho de Direito/Colegiado/Organização da sociedade civil)

(Assinatura do membro titular)

(Assinatura do membro suplente)

SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA

RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH contra a privatização do sistema prisional.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no exercício das atribuições previstas no art. 4º da Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e dando cumprimento à deliberação tomada, de forma unânime, em sua 42ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2018:

Considerando as propostas político-administrativas e legislativas tendentes a inserir no sistema normativo e de execução penal a prática de privatização do sistema prisional, tais como esboçadas no Projeto de Lei PL 9.054/2017, dentre outros;

Considerando que a prática de privatização vem sendo implementada por meio de metodologias, técnicas e nomenclaturas dispersas, com organizações privadas de fins lucrativos ou não, por meio de parcerias público privadas em alguns estados da federação;

Considerando que a privatização tende a aumentar a precarização das relações sociais e laborais da categoria de agentes penitenciários e da área técnica penitenciária, favorecendo violações de direitos trabalhistas e ausência de controle na formação de uma função que demanda condições subjetivas e preparo técnico específico;

Considerando que a privatização, inserida na lógica de mercado, é incompatível com a natureza da política penitenciária, em especial, dos fins da pena privativa de liberdade (retribuição, prevenção e ressocialização);

Considerando o disposto na Resolução nº 8, de 9 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e na Recomendação n° 2, de 9 de dezembro de 2015, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), ambas se posicionando pela rejeição total da matéria de privatização do sistema prisional.

Considerando, para os fins da presente Recomendação, o termo privatização como a delegação dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social, para entes privados que tenham ou não fins lucrativos.

Recomenda:

I - Aos Governos Estaduais e Distrital e Federal:

A não privatização dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social.

II - Ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados:

Que rejeitem qualquer proposta legislativa tendente a permitir ou regulamentar a terceirização da execução da pena ou a privatização do sistema carcerário brasileiro.

III - Ao Ministério Público Federal, aos Ministérios Públicos Estaduais e aos Ministérios Públicos de Contas:

Que intensifiquem a fiscalização sobre os contratos já firmados entre o Estado e entes privados prestadores dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social.

IV - Ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho:

Que intensifiquem a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, no que tange às pessoas trabalhadoras da iniciativa privada já contratadas para a prestação dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social.

FABIANA GALERA SEVERO
Presidenta do Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 7, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH pela garantia dos direitos econômicos e sociais das organizações dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis e pela necessidade da aprovação da PEC 309/13, que prevê a aposentadoria especial para catadores e catadoras de materiais recicláveis.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir Recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada, de forma unânime, em sua 42ª Reunião Plenária, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2018:

Considerando a história de organização dos catadores e das catadoras que cumprem um papel de agentes sociais e ambientais que colocaram em relevo a necessidade da reciclagem e da coleta seletiva solidária, em especial, desde o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, o qual, com a participação de mais de 1.700 catadores e catadoras, lançou a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades das pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis;

Considerando o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis;

Considerando a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, alterando as seguintes leis: nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; nº 8.036, de 11 de maio de 1990; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revogando a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (A legislação alterou o inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, tornando dispensável a licitação "na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis");

Considerando o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e coloca centralidade na participação dos catadores e das catadoras;

Considerando a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, alterando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e colocando centralidade nas organizações dos catadores e das catadoras na prestação de serviço e na cadeia produtiva da reciclagem;

Considerando o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criando o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, onde os catadores e as catadoras, com suas cooperativas e associações, estão na centralidade desse Sistema;

Considerando o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que institui o Programa Pró-Catador, dispondo sobre sua organização e funcionamento, e denomina de Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o até então chamado Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003;

Recomenda:

I - À Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente:

Que sejam fechados os lixões no país, conforme prevê a Lei 12.305/2010, com garantia de inclusão produtiva dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis;

II - À Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

Que sejam ampliadas e fortalecidas linhas de crédito e fomento para o fortalecimento e a ampliação da infraestrutura (galpões, maquinário) e apoio da organização dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis;

III - À Confederação Nacional de Municípios (CNM) e à Associação Brasileira de Municípios (ABM):

Que oriente as prefeituras para a contratação de cooperativas e associações dos catadores e das catadoras, conforme prevê a Lei 12.305/2010, tendo em vista a prestação de serviços de implantação e realização da coleta seletiva nos municípios;

IV - À Presidência da Câmara dos Deputados:

Que priorize a pauta e a votação em plenário, ainda nesta legislatura, da PEC 309/13, que prevê a aposentadoria especial para os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, em razão da insalubridade e periculosidade da atividade penosa realizada por esta categoria, garantindo, assim, seu direito humano a previdência social;

V - Ao Ministério do Meio Ambiente:

Que garanta a efetiva participação dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis na implementação do Sistema de Logística Reversa, em implantação no país;

VI - Ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU):

Que acompanhem a implementação dos Planos Municipais e Estaduais de Resíduos Sólidos, garantindo a contratação das cooperativas e associações dos catadores e das catadoras, conforme prevê a Lei 12.305/2010, para a prestação de serviços de implantação e realização da coleta seletiva nos municípios e a efetiva participação dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis na implementação do Sistema de Logística Reversa.

FABIANA GALERA SEVERO
Presidenta do Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Ampliação das Unidades de Acolhimento (UA) e sobre a revogação da Portaria GM nº 3.449, de 25 de outubro de 2018, do Ministério da Saúde, que institui Comitê com a finalidade de consolidar normas técnicas, diretrizes operacionais e estratégicas no contexto da política pública sobre o álcool e outras drogas, que envolvem a articulação, regulação e parcerias com organizações da sociedade civil denominadas Comunidades Terapêuticas.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir Recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada em sua 42ª Reunião Plenária, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2018:

Considerando que o art. 198 da Constituição Federal, em seu inciso III, determina que as ações e serviços de saúde devem observar a diretriz de participação da comunidade;

Considerando que a participação social no contexto da saúde foi estabelecida e regulada pela Lei nº 8.142/90, a partir da criação de Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, nas três esferas de governo, bem como de colegiados de gestão nos serviços de saúde;

Considerando que os Conselhos de Saúde são órgãos deliberativos que atuam como espaços participativos estratégicos na reivindicação, formulação, controle e avaliação da execução das políticas públicas de saúde;

Considerando que a Portaria GM nº 3.449, de 25 de outubro de 2018, do Ministério da Saúde, que institui Comitê com a finalidade de consolidar normas técnicas, diretrizes operacionais e estratégicas no contexto da política pública sobre o álcool e outras drogas, que envolvem a articulação, regulação e parcerias com organizações da sociedade civil denominadas Comunidades Terapêuticas, não inclui representação do Conselho Nacional de Saúde do segmento da sociedade civil;

Considerando que também não integram o Comitê entidades que representam diretamente pessoas usuárias e familiares de pessoas usuárias dos serviços de saúde mental e dos serviços de saúde relacionados ao uso de álcool e outras drogas;

Considerando que a Recomendação n° 2, de 31 de janeiro de 2018, deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, sobre as novas diretrizes da Política de Drogas, dispõe que para ocorrer qualquer alteração de uma política pública sobre o uso de álcool e outras drogas no país se faz necessário um amplo debate na sociedade e nos espaços de controle social (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, Conselho Nacional de Saúde - CNS e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS);

Considerando que a Inspeção Nacional das Comunidades Terapêuticas realizada conjuntamente pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em outubro de 2017, de maneira simultânea em 28 estabelecimentos de 12 unidades da Federação: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, identificou graves violações de direitos humanos;

Considerando que, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), há mais de 50 procedimentos extrajudiciais para apuração de violações de direitos em Comunidades Terapêuticas;

Considerando que o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) - órgão criado pela Lei nº 12.847/2013, para inspecionar instituições de privação de liberdade, incluindo unidades psiquiátricas -, também já realizou inspeções em Comunidades Terapêuticas e relatou ter encontrado más condições de funcionamento durante essas vistorias;

Considerando que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) publicou na edição do Diário Oficial da União, do dia 1º de novembro de 2018, o resultado final das análises para a habilitação e pré-qualificação (Fase 1) do Edital de Credenciamento nº 01/2018 para financiamento de vagas em Comunidades Terapêuticas do Brasil e, nesse resultado final, existem cinco Comunidades Terapêuticas com graves violações de direitos humanos relatadas na Inspeção Nacional das Comunidades Terapêuticas;

Recomenda:

Ao Ministro da Saúde:

a) Que revogue a Portaria GM nº 3.449, de 25 de outubro de 2018, do Ministério da Saúde, que institui o Comitê com a finalidade de consolidar normas técnicas, diretrizes operacionais e estratégicas no contexto da política pública sobre o álcool e outras drogas, que envolvem a articulação, regulação e parcerias com organizações da sociedade civil denominadas Comunidades Terapêuticas;

b) Que utilize os recursos públicos com prioridade para a expansão e consolidação por todo o país de Unidades de Acolhimento (UA), equipamentos públicos adequados aos cuidados contínuos de saúde, com funcionamento 24h/dia, em ambiente residencial, para pessoas com necessidade decorrentes do uso de álcool e outras drogas, que apresentem acentuada vulnerabilidade social e/ou familiar e demandem acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório; e

c) Que qualquer alteração ou criação de normas técnicas e operacionais que versam sobre as políticas de cuidado e assistência às pessoas usuárias de álcool e outras drogas tenham obrigatoriamente a participação direta do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e de entidades representantes de pessoas usuárias e familiares dessas pessoas, garantindo efetivamente o cumprimento constitucional de participação social.

FABIANA GALERA SEVERO
Presidenta do Conselho

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 548, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, o art. 15 da Lei n.° 12.815, de 05 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6° da Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, e considerando o disposto nos arts. 31 e 32 da Lei n.° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Convidar os interessados a participarem do procedimento de consulta pública, cujo objeto é a adaptação da poligonal da área do Porto Organizado de Imbituba, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A metodologia de funcionamento dos trabalhos relativos à consulta envolve a participação de quaisquer interessados, por meio de apresentação de contribuições à proposta de traçado da poligonal da área do porto organizado divulgada pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo Único - A proposta de traçado da poligonal da área do Porto Organizado de Imbituba e os elementos que a fundamentaram constam no processo 00045.001902/2015-31, cujas cópias encontram-se disponíveis para consulta no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento/Imbituba'.

Art. 3º As contribuições a serem realizadas na consulta pública, no prazo indicado no inc. I, art. 4º desta Portaria, deverão ser enviadas ao endereço eletrônico poligonais.imbituba@transportes.gov.br.

Art. 4º O cronograma envolvendo os procedimentos de consulta pública relativa à adaptação da área do Porto Organizado de Imbituba é o seguinte:

I - 27/11/2018 a 25/01/2019 - prazo para apresentação de contribuições pelos interessados na consulta pública;

II - 26/01/2019 a 18/02/2019 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

III - 19/02/2019 - divulgação, pelo Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário/SNP/MTPA, das respostas às contribuições no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento';

IV - 20/02/2019 a 01/03/2019 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos, por meio do endereço eletrônico poligonais.imbituba@transportes.gov.br;

V - 02/03/2019 a 31/03/2019 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999.

Art. 5º Eventuais alterações nas datas e dispositivos aqui estabelecidos poderão ser realizadas por ato do Secretário Nacional de Portos, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, e disponibilizado no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento/Imbituba'.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

HERBERT DRUMMOND

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na nova redação do parágrafo 21.21(c) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 21, contida no art. 1º da Resolução nº 495, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19 de novembro de 2018, Seção 1, páginas 212 a 214, e retificada no DOU de 26 de novembro de 26 de novembro de 2018, Seção 1, páginas 127 e 128, onde se lê: "(c) Caso o requerimento tenha sido realizado por uma organização de projeto certificada, os dados do projeto de tipo a serem submetidos para a análise da ANAC cumprido com os requisitos da subparte J.", leia-se: "(c) os dados do projeto de tipo a serem submetidos para a análise da ANAC cumprirem com os requisitos da subparte J, caso o requerimento tenha sido realizado por uma organização de projeto certificada.".

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 3.598, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.049614/2016-19, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves / Confins, MG (OACI: SBCF), apresentadas pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. - BH Airport.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBCF, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 23 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2018, páginas 84 e 85, que torna sem efeito a Portaria nº 1588/SPO de 22 de maio de 2018, onde se lê: "PORTARIA Nº 2.395, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018", leia-se: "PORTARIA Nº 3.295, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.488, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.542757/2017-78, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, pela base de certificação publicada na IS 61-002D, da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL PLA EIRELI-ME, situada à Rua Francisco Valois, Hangar 14, Setor Aeroporto, Anápolis-GO CEP: 75104-280.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.491, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.052122/2018-64. resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento da COMPLETE ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rua Carlos Gomes, Nº 175, Bairro Fábio, Carazinho - RS, CEP: 99500-000.

Art. 2º Suspender cautelarmente a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Privado Helicóptero (PPH), Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR), Piloto Comercial Helicóptero (PCH), Instrutor de Voo Avião (INVA), Instrutor de Voo helicóptero (INVH), e Comissário de Voo (CMV) teórico e prático, da referida entidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.497, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.522807/2017-09, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, pela base de certificação publicada na IS 61-002D, da AIRTRAINING ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situado à AV. Antônio Pincinatto, 2820 - Hangar 500, 2º Piso - Casa Branca, CEP: 13.211-771 - Jundiaí - SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.525, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.510882/2016-38, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, pela base de certificação publicada na IS 61-002D, do AEROCLUBE DO RIO GRANDE DO SUL, situado à Avenida Juca Batista, 8101, Belém Novo, CEP: 91780-070- Porto Alegre/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.539, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 0065.571548/2017-31, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.001/SPO, de 23 de março de 2018, que autoriza a renovação de funcionamento e a mudança de endereço da Vertical Escola de Aviação Civil, passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

"Art. 2º-A Autorizar a alteração da razão social da ROTOR TRAINING Escola de Aviação Civil para VERTICAL Escola de Aviação Civil." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 3.540, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.008264/2018-94, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, pela base de certificação publicada na IS 61-002D, da NAV TREINAMENTOS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, situada à Rua Dona Benvinda, Nº 266, Paissandu, Recife-PE, CEP: 50070-020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 3.563, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.031388/2016-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a clínica CNH SAÚDE LTDA (Nome Fantasia MARK CONSULTAS), CNPJ 18.257.604/0001-83, CLC 54, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Maria Dirce Ribeiro, nº 560, Santa Mônica, Uberlândia (MG), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A Clínica CNH SAÚDE LTDA, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.604, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

A GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710 de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.018230/2018-06, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2018-11-60EU-02-00, emitido em 22 de novembro de 2018, em favor da sociedade empresária ARARA AZUL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., enviado à interessada em 22 de outubro de 2018 pelo ofício nº 3886/2018/GTCE/GOAG/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Avenida Jequitibás, nº 345 - Bairro Centro - Guaratã do Norte / MT - CEP 78.520-000;
II - Tipo de operador: Aeroagrícola;
III - Tipo de operação: Operações aeroagrícolas comerciais; e
IV - Regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:
I - Autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU; e
II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS
GERÊNCIA DE ACESSO AO MERCADO

PORTARIA Nº 3.561, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE ACESSO AO MERCADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, da Portaria SAS nº 2.155, de 24 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução ANAC nº. 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.034277/2018-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança do nome empresarial da sociedade empresária AMASZONAS DEL PARAGUAY SOCIEDADE ANONIMA LINEAS AEREAS, CNPJ nº. 26.454.308/0001-09, autorizada a operar no território nacional serviço de transporte aéreo público regular internacional de passageiro e carga e mala postal, com fundamento no art. 212 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e, pela Decisão nº. 119, de 26 de julho de 2017, para COMPAÑIA DE AVIACION PARAGUAYA SOCIEDAD ANONIMA, nos termos constantes da Ata de Assembléia, datada de 20 de julho de 2018, submetida à anuência desta Agência Reguladora.

Art. 2º Permanecem em vigor todas as disposições contidas na Decisão nº. 119, de 26 de julho de 2017

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROQUE FELIZARDO DA SILVA NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 76, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 50300.004460/2017-57. Fiscalizada: COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR, CNPJ nº 06.347.892/0001-88. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, visto que tempestivo, para no mérito, dar-lhe provimento, determinando a anulação de todo o Processo e seu arquivamento, para que em seguida seja emitida nova notificação e, se for o caso, seja lavrado novo auto de infração, com a completa descrição e correto enquadramento da infração, de modo a apresentar elementos suficientes para propiciar a ampla defesa da empresa autuada, para ser apurado em processo apartado a este.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 280 - Autorizar a implantação de acesso na Faixa de Domínio da Rodovia BR-163/MS, no km 247+036m Sentido Sul, no munícipio de Dourados/MS, de interesse da COAMO - Agroindustrial Cooperativa. Processo nº 50520.002954/2018-93.

Nº 281 - Autorizar a implantação de Equipamentos de Monitoramento na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, no km 0+820m, na Pista Sul e Norte, em Mundo Novo/MS, de interesse da SITRAN - Sinalização de Trânsito Industrial Ltda. Processo nº 50520.021454/2018-51.

Nº 282 - Autorizar a implantação de rede de água e de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 355+800m e o km 356+200m, na Pista Leste, e travessia no km 355+900m, em Betim/MG, de interesse da Betim I Incorporação SPE Ltda. Processo n.º 50501.317963/2018-12.

Nº 283 - Autorizar a implantação de adutora na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ, por meio de ocupação subterrânea longitudinal no trecho do KM 305+300 ao KM 305+700 pista sul e transversal no KM 305+700, em Resende/RJ, de interesse da ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A. Processo n.º 50505.100593/2018-38.

Nº 284 - Autorizar a ocupação da faixa de domínio na Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, através de paralelismo no trecho entre o km 854+340 e o km 854+510, pista norte e travessia no km 854+510, Município de Vitória da Conquista/BA, de interesse da COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Processo n.º 50535.002135/2018-87.

Nº 285 - Autorizar a implantação de rede de abastecimento de água na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 364+500m e o km 365+300m, na Pista Sul, em Nova Alvorada do Sul/MS, de interesse da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A - SANESUL. Processo nº 50520.022534/2018-23.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 286 - Autorizar a ocupação da faixa de domínio na Rodovia Engenheiro Vasco Filho, BR-324/BA, através de paralelismo no trecho entre o km 521+510m e o km 521+665m, pista leste, Município de Feira de Santana/BA, de interesse da COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Processo n.º 50535.002136/2018-21.

Nº 287 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia, BR-040/MG, por meio de travessia no km 530+709m, em Contagem/MG, de interesse de Cemig Distribuição S.A. Processo n.º 50510.053639/2018-43.

Nº 288 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, por meio de travessia no km 563+704m, em Nova Lima/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A. Processo n. º 50510.053643/2018-10.

Nº 289 - Autorizar a ocupação da faixa de domínio, através de paralelismo entre o km 869+580m ao km 906+495m, pistas Norte/Sul e travessias no km 896+580m, km 869+945m, km 870+575m, km 871+130m, km 885+685m, km 891+810m e km 906+125m, na Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no município de Cândido Sales, de interesse da COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Processo n. º 50535.002197/2018-99.

Nº 290 - Autorizar a implantação de travessia de fibra óptica aérea oblíqua na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no Km 073+606m, no Município de Araquari/SC, de interesse da Algar Soluções em TIC S/A. Processo n. º 50545.024038/2018-26.

Nº 291 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, no km 767+640m, na Pista Sul, em Campanha/MG, de interesse de Posto Fazendinha Comércio de Combustíveis Ltda. Processo n. º 50510.050580/2018-31.
Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIA Nº 292, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de adutora de água na faixa de domínio da Rodovia BR-050/MG, por meio de travessia no km 011+800m em Uberlândia/MG, de interesse de Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia/MG - DMAE.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço ww.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 293 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no Km 124+100m, Sentido Sul, no Município de Itajaí/SC, de interesse de Infinity Administradora de Bens Eireli. Processo n.º 50545.018350/2018-81.

Nº 294 - Autorizar a melhoria do acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitscheck, BR-040/RJ, no km 33+920, na Pista sentido Juiz de Fora, em Areal/RJ, de interesse do Condomínio Fazenda Santa Mônica. Processo n.º 50505.041724/2018-38.
Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 161, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Portaria CNMP-PRESI n° 58, de 15 de maio de 2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130-A, § 2°, I, da Constituição Federal, o art. 7º, § 1º, e art. 12, IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria CNMP-PRESI n° 58, de 15 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de maio de 2018, Seção 1, para constar que a 20ª Sessão Ordinária, agendada para o dia 11 de dezembro de 2018, terá início às 14 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 162, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130-A da Constituição Federal, com fundamento no art. 12, incs. IX e XIV, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta no Procedimento Administrativo CNMP nº 19.00.6520.0003156/2018-53, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Serão concedidos, nas condições estabelecidas nesta Portaria, ajuda de custo e transporte pessoal, de mobiliário e de bagagem:

I - àquele que tenha sido nomeado para o exercício de cargo em comissão ou designado para função de confiança, com mudança de domicílio em caráter permanente, ainda que não seja titular de cargo efetivo da União;

II - àquele exonerado do cargo ou dispensado da função de confiança no interesse da Administração, que não faça jus a auxílio da mesma espécie pago por outro órgão ou entidade, quando do retorno para a localidade de origem, exceto nos casos de demissão ou destituição.

§ 1º A ajuda de custo e o transporte serão pagos mediante comprovação do deslocamento no interesse da Administração quando da instalação em nova sede, salvo se o servidor já residia na localidade em regime de lotação provisória, e quando do retorno para a sua localidade de origem.

§ 2º Os dependentes daqueles mencionados nos incisos do artigo 1º serão considerados na concessão da indenização de transporte pessoal, de mobiliário e de bagagem, nos termos desta Portaria.

Art. 2º A ajuda de custo e o transporte pessoal, de mobiliário e de bagagem serão concedidos pelo órgão beneficiado com o deslocamento.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO DA AJUDA DE CUSTO

Art. 3º A ajuda de custo de que trata o artigo 1º corresponderá ao valor de um mês da remuneração do servidor na origem, no mês em que ocorrer o deslocamento para nova sede, ou, em se tratando de nomeado não ocupante de cargo efetivo, ao valor de uma remuneração mensal do respectivo cargo em comissão.

Art. 4º Não será concedida ajuda de custo ao servidor nas hipóteses de:

I - remoção a pedido;

II - afastamento ou retorno do servidor ao cargo em virtude de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital;

III - o servidor ter recebido indenização da mesma espécie no período correspondente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao ato que der causa ao novo deslocamento, ressalvada as hipóteses de retorno de ofício ou por motivo de doença do servidor ou de seus dependentes, comprovada em laudo expedido por junta médica oficial;

IV - deslocamento transitório da sede, em virtude de serviço, mesmo que por período superior a 30 (trinta) dias.

Art. 5º Será restituída a ajuda de custo, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando:

I - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da concessão, o servidor não se apresentar na nova sede;

II - o servidor regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço antes de decorridos 3 (três) meses do deslocamento.

Parágrafo único. Não haverá restituição quando o regresso do servidor ocorrer:

I - de ofício;

II - por motivo de doença, do servidor ou de seus dependentes, comprovada em laudo expedido por junta médica oficial;

III - por exoneração, após 3 (três) meses do exercício na nova sede.

CAPÍTULO III

DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

Art. 6º Correrão por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de seus dependentes, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

§ 1º O valor despendido com a emissão de passagem deverá ser restituído caso o dependente não a utilize no prazo de 6 (seis) meses, a contar do deslocamento do servidor.

§ 2º Compreendem-se como mobiliário e bagagem os objetos que constituem os móveis residenciais e bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

Art. 7º Para o transporte pessoal do servidor e dos seus dependentes, serão fornecidas preferencialmente passagens aéreas ou, então, passagens rodoviárias ou será ressarcido o valor correspondente, mediante apresentação do cartão de embarque ou documento equivalente em que conste o preço da respectiva tarifa.

Art. 8º O servidor que, atendido o interesse da Administração, utilizar condução própria no deslocamento para a nova sede, fará jus à indenização da despesa do transporte, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da passagem de transporte aéreo no mesmo percurso, acrescida de 20% (vinte por cento) do referido valor por dependente que o acompanhe, até o máximo de 3 (três) dependentes.

Parágrafo único. Caso o servidor opte por utilizar veículo próprio por inexistir trecho aéreo para o percurso, a indenização será calculada por quilômetro rodado na rota rodoviária de menor percurso, em valor equivalente àquele devido ao servidor do CNMP que, a serviço, se deslocar da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional, mediante preenchimento de formulário específico.

Art. 9º Serão de inteira responsabilidade do servidor quaisquer alterações de passagens emitidas em seu nome ou de seus dependentes.

Art. 10. A indenização por despesas com transporte de mobiliário e bagagem dar-se-á conforme os valores consignados na documentação apresentada, respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DOS DEPENDENTES

Art. 11. São considerados dependentes do servidor para fins desta Portaria:

I - o cônjuge ou companheiro que comprovar união estável;

II - o filho ou enteado, menor de 21 (vinte e um) anos;

III - o filho estudante de nível superior ou de escola técnica de nível médio, menor de 24 (vinte e quatro) anos, que não exerça atividade remunerada, comprovada a condição de estudante mediante apresentação de declaração escolar;

IV - o filho ou enteado absolutamente incapaz, independentemente da idade;

V - o menor que, mediante autorização judicial, viva sob a sua guarda e sustento;

VI - os pais, desde que, comprovadamente, vivam a suas expensas.

Parágrafo único. Para efeitos de passagens, considera-se como dependente do servidor um empregado doméstico, desde que comprovado o vínculo empregatício, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária.

Art. 12. À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito, mediante comprovação de deslocamento.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Art. 13. O servidor deverá comprovar a efetiva mudança de domicílio para que receba a ajuda de custo e o transporte correspondentes.

Art. 14. O requerimento de ajuda de custo e transporte deverá ser instruído com declaração da necessidade de transporte de mobiliário e com documentos que comprovem a efetiva mudança de sede em caráter permanente do servidor e de seus dependentes, tais como:

I - comprovante de residência do domicílio anterior;

II - comprovante de residência do novo domicílio;

III - contracheque do mês de deslocamento;

IV - cartão de embarque ou documento equivalente, conforme o caso; e

V - nota de conhecimento de transporte do mobiliário e de bagagem, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a)nome dos contratantes;

b)origem e destino da prestação do serviço;

c)especificação do objeto transportado;

d)valor total dispendido;

e)data da realização do serviço.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A ajuda de custo e o transporte não serão computados, nem acumulados, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, tampouco serão incorporados ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.

Art. 16. É vedado o duplo pagamento das indenizações tratadas nesta Portaria, a qualquer tempo, ao cônjuge ou companheiro que tenha ou venha a ter exercício em órgão da Administração Pública na mesma cidade de destino do consorte que tenha recebido verba de mesma natureza.

Art. 17. As despesas relativas à ajuda de custo e ao transporte pessoal, de mobiliário e bagagem dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior e observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 18. Compete à Secretaria-Geral do CNMP dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pela Presidência do CNMP.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo vedado, a qualquer título, o pagamento retroativo.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO

Distância rodoviária entre as cidades de origem e de destino (em KM)	Percentual incidente sobre o Vencimento + GAMPU do último padrão da classe "C" do cargo de Analista do CNMP		
	Servidor	Com 1 (um) dependente	Com 2 (dois) ou mais dependentes
De 0 a 500	8,33%	16,67%	25,00%
Acima de 500 a 1500	16,67%	33,33%	50,00%
Acima de 1500 a 3000	25,00%	50,00%	75,00%
Acima de 3000	33,33%	66,67%	100,00%

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão do auxílio pré-escolar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130-A da Constituição Federal, tendo em vista o que consta no art. 12, inc. XIV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público; no art. 10 da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006; no art. 1º da Lei nº 11.883, de 23 de dezembro de 2008, nos art. 227 e 287, ambos da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta no Procedimento Administrativo CNMP nº 19.00.6520.0003157/2018-26, resolve:

Art. 1º O auxílio pré-escolar (APE) tem por objetivo auxiliar os servidores, em efetivo exercício, nas despesas com berçário, creche, maternal, jardim de infância e pré-escola, de seus dependentes, seja por assistência direta ou indireta.

§ 1º A assistência direta poderá ser prestada mediante atendimento em berçários de órgãos conveniados ou de empresas contratadas pela Administração ou na própria unidade do CNMP aos dependentes constantes desta Portaria.

§ 2º A assistência indireta será prestada mediante o pagamento do auxílio pré-escolar equivalente ao valor estabelecido no artigo 3º.

§ 3º O APE poderá ser concedido e será mantido para os dependentes que tiverem deficiência mental ou intelectual, devidamente comprovada, independentemente da idade cronológica.

§ 4º Para fins desta Portaria, consideram-se:

I - dependentes: os filhos, os enteados e os menores sob guarda, tutela, ainda que provisórias, ou sob dependência econômica, devidamente comprovada, que se encontrem na faixa etária compreendida do nascimento até o mês que completar seis anos de idade; e

II - beneficiários: servidores em efetivo exercício.

§ 5º O APE será pago até o dia 31 de dezembro do ano em que o dependente completar seis anos de idade, quando sua data de aniversário for posterior ao dia 31 de março do respectivo ano.

Art. 2º O APE, referente ao mesmo dependente, não poderá ser concedido ao beneficiário:

I - que perceber benefício similar de órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta;

II - se o cônjuge ou companheiro perceber benefício similar de órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta; e

III - se o dependente for beneficiário de plano ou programa similar de órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta.

§ 1º Não fará jus ao APE na forma de assistência indireta, o beneficiário que fizer uso dos serviços previstos no § 1º, do art. 1º, desta Portaria, oferecidos ou contratados pela Administração.

§ 2º Se ambos os pais forem servidores do CNMP, o APE será concedido somente a um deles.

Art. 3º O valor referência do APE, entendido como o limite mensal máximo por dependente expresso em moeda corrente, deverá ser fixado por ato da Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Parágrafo único. O APE não poderá ser incorporado ao vencimento ou vantagens para qualquer efeito.

Art. 4º O servidor cedido poderá receber o APE pelo órgão ou entidade em que estiver prestando serviços, hipótese que deixará de perceber o benefício pelo CNMP.

Art. 5º A concessão do APE dependerá da apresentação de requerimento específico à Coordenadoria de Gestão de Pessoas - COGP, no qual o beneficiário informará do não recebimento deste benefício por outro órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, bem como comprovará a dependência e a faixa etária do menor.

§ 1º O valor do APE será devido a partir da data da apresentação do requerimento previsto no caput deste artigo, mas somente surtirá seus efeitos, se for o caso, quando da juntada dos documentos comprobatórios previstos nesta Portaria, que não poderá exceder o prazo de sessenta dias da data da apresentação do pedido, sob pena de indeferimento.

§ 2º O APE poderá ser concedido a partir da data da implementação do direito, desde que o requerimento seja apresentado no prazo máximo de dez dias úteis, contados do fato gerador do benefício.

Art. 6º O beneficiário perderá o direito ao APE nas seguintes situações:

I - no mês subsequente àquele em que o dependente completar seis anos de idade cronológica, salvo nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 5º do art. 1º desta Portaria;

II - quando perder a guarda ou tutela do dependente;

III - quando ocorrer o falecimento do dependente;

IV - quando estiver em licença para tratar de assuntos particulares ou outro afastamento não considerado como efetivo exercício; e

V - quando tiver seu cargo declarado vago, no caso de ocupante de cargo efetivo ou cargo em comissão, ou for dispensado da função de confiança, no caso de requisitado ou sem vínculo.

Parágrafo único. O beneficiário é responsável por comunicar à Administração qualquer situação que impossibilite ou cause a perda do APE.

Art. 7º A inexatidão das informações prestadas, a ocorrência de fraude para o recebimento do APE e a ausência de comunicação prevista no artigo anterior acarretará a exclusão automática do pagamento ao beneficiário e a devolução por este dos valores recebidos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, incluindo, se for o caso, aplicação das penalidades previstas em lei.

Art. 8º O CNMP poderá, a qualquer tempo, no interesse da Administração, alterar os critérios de concessão do auxílio pré-escolar, cuja percepção estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 228ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Aprovação da ata da 227ª Sessão Ordinária.

b) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros.

c) - Comunicados:

1 - Corregedoria do MPT.

2 - Ouvidoria do MPT.

3 - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Processos com vistas regimentais.

01 - Inquérito Administrativo Disciplinar nº 000127.2018.99.900/2.

Indiciado (a): Membro do Ministério Público do Trabalho.

Advogados: Aracéli Alves Rodrigues, OAB/DF 26.720 e OAB/RJ 169.971; Jean Paulo Ruzzarin, OAB/DF 21.006; Marcos Joel dos Santos, OAB/DF 21.203, e; Rudi Meira Cassel, OAB/DF 22.256 e OAB/RJ 170.271.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de arquivar parcialmente o inquérito administrativo quanto à infração capitulada no art. 236, inciso IX, da LC nº 73/1993, e de acolher a súmula de acusação formulada no parecer conclusivo divergente, por suposta violação ao inciso VIII, do art. 236, da LC nº 75/1993, pediu vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Anteciparam voto as Conselheiras Júnia Soares Nader e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, acompanhando a Relatora, e o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, que divergiu parcialmente, determinando o arquivamento total do inquérito administrativo. Os demais aguardam. Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. Fez sustentação oral, pelo indiciado, o Advogado Jean Paulo Ruzzarin, OAB/DF 21.006. CSMPT, 196ª Sessão Extraordinária, 16/08/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, momentânea e justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 225ª Sessão Ordinária, 28/08/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após a devolução da vista regimental do Presidente Ronaldo Curado Fleury, que votou pelo arquivamento do feito, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Edelamare Barbosa Melo e José de Lima Ramos Pereira, e os votos dos Conselheiros André Luís Spies e Luiz Eduardo Guimarães Bojart, no sentido de instauração de PAD, o julgamento foi interrompido temporariamente, diante da informação prestada pela defesa do indiciado, durante a sessão, noticiando a existência de pedido de celebração de termo de compromisso perante a Corregedoria do MPT. Prosseguindo, o Corregedor-Geral do MPT, Maurício Correia de Melo, prestou esclarecimento no sentido de que há interesse de firmar Termo de Adequação Funcional. Em seguida, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu desconsiderar, por ora, os votos já proferidos nesta sessão e, por maioria, suspender o julgamento e encaminhar os autos à Corregedoria do MPT para as providências cabíveis, vencidos, os Conselheiros Manoel Jorge e Silva Neto e José de Lima Ramos Pereira que votaram pelo arquivamento definitivo do Inquérito Administrativo Disciplinar nº 000127.2018.99.900/2. Não votou o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. CSMPT, 226ª Sessão Ordinária, 27/09/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, resolvendo questão ordem, decidiu, à unanimidade, pela possibilidade do Conselheiro Eneas Bazzo Torres, que ocupa a vaga da Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, proferir voto, em razão de fato novo superveniente, consubstanciado no Termo de Adequação Funcional celebrado entre a Corregedoria do MPT e o Indiciado. Em seguida, após debates sobre matéria em julgamento, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Na sequência, os Conselheiros anteciparam voto na seguinte forma: 1) Jeferson Luiz Pereira Coelho votou que não compete ao CSMPT fazer homologação do Termo de Adequação Funcional e, no mérito, pelo arquivamento deste Inquérito Administrativo, independentemente do Termo de Adequação Funcional; 2) Júnia Soares Nader votou no sentido de rever posicionamento anterior e votou pela necessidade de homologação do Termo de Adequação Funcional, desde que os processos já estejam distribuídos no âmbito do CSMPT e pelo arquivamento do presente Inquérito Administrativo, em função da celebração do Termo de Adequação Funcional; 3) Eneas Bazzo Torres votou no sentido de que é indispensável a homologação, pelo CSMPT, de Termo de Adequação Funcional, uma vez que se constitui ato jurídico que exclui a análise da culpabilidade ou não do indiciado e, pelo arquivamento do presente IAD; 4) Manoel Jorge e Silva Neto votou pelo arquivamento do Inquérito Administrativo, julgando prejudicado o Termo de Adequação Funcional e, se vencido, votou pelo reconhecimento da competência do CSMPT para examinar a homologação ou não de Termos de Adequação Funcional, em processos já distribuídos; 5) Luiz Eduardo Guimarães Bojart votou pela não necessidade do CSMPT homologar ou não o Termo de Adequação Funcional, podendo ser tal instrumento considerado tão somente para subsidiar a análise de mérito e, no caso em julgamento, votou pelo arquivamento do Inquérito Administrativo; 6) José de Lima Ramos Pereira antecipou voto no sentido de que há necessidade de homologação ou não de Termo de Adequação Funcional, na hipótese do processo já estar distribuído ao CSMPT. No caso em análise, votou pela homologação do TAF e pelo consequente arquivamento do feito e, se ultrapassada essa questão, no mérito, votou pelo arquivamento do Inquérito Administrativo Disciplinar; 7) O Presidente, Ronaldo Curado Fleury, votou no sentido de que o Termo de Adequação Funcional constante do Inquérito em análise é ato jurídico que se aperfeiçoou, quando firmado perante a Corregedoria do MPT, e que não há possibilidade e atribuição do CSMPT para homologá-lo, ainda que o processo já esteja sob a apreciação do Colegiado e, no mérito, votou pelo arquivamento do presente Inquérito Administrativo. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira e, momentânea e justificadamente, o Conselheiro André Luís Spies. CSMPT, 227ª Sessão Ordinária, 25/10/2018.

02- PGEA nº 000185.2017.98.900/0. (Antigo: Processo 2.00.000.024136/2016-70).

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Aprimoramento da Sistemática de Afastamento de Membros - Alteração da Resolução CSMPT nº 75/2008.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator no sentido de aprovar proposta de resolução, na forma do texto apresentado, que dispõe sobre o afastamento de Membros do Ministério Público do Trabalho do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos, para elaboração de monografias, dissertações, trabalhos e teses; para comparecer e ministrar seminários ou congressos, bem como integrar missões oficiais, pediram vistas regimentais sucessivas a Conselheira Edelamare Barbosa Melo (revisora) e o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, adiou-se o julgamento do feito para próxima sessão, diante da ausência justificada do Conselheiro vistor Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, adiou-se a apreciação do feito, com prorrogação das vistas regimentais dos Conselheiros Edelamare Barbosa Melo e Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 224ª Sessão Ordinária, 28/06/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo e Jeferson Luiz Pereira Coelho. CSMPT, 225ª Sessão Ordinária, 28/08/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após a devolução da vista regimental do Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho, pediu vista regimental o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. CSMPT, 226ª Sessão Ordinária, 27/09/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental o Conselheiro José de Lima Ramos Pereira. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira e, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. CSMPT, 227ª Sessão Ordinária, 25/10/2018.

II - Processos de Promoção.

03 - PGEA nº 013644.2018.00.900/0 - (1ª vaga).

Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho - Critério antiguidade.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

04 - PGEA nº 013646.2018.00.900/0 - (2ª vaga).

Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.

Assunto: Promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho - Critério merecimento.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

III - Outros processos desta Sessão.

05 -PGEA nº 003011.2018.07.900/3.

Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.

Assunto: Suspensão das atividades da Procuradoria do Trabalho no Município de Sobral/CE, com a transferência provisória do ofício respectivo para a sede da PRT 7ª Região.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

06 - PGEA nº 001154.2018.01.900/0.

Interessado: Maurício Coentro Pais de Melo - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o segundo ciclo de aulas presenciais do curso de mestrado em ciências jurídicas da Universidade Autônoma de Lisboa - Luís de Camões - Portugal.

Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira

07 - PGEA nº 000073.2018.97.900/1.

Interessada: Câmara de Coordenação e Revisão MPT - CCR

Assunto: Proposta de modificação do artigo 3º, §3º, da Resolução nº 130/CSMPT.

Relator: Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

08 - PGEA nº 003176.2018.04.900/3

Interessados: Gilson Luiz Laydner de Azevedo e Viktor Byruchko Junior.

Assunto: Recurso Administrativo em face do arquivamento de pedido de mediação - recurso manejado pela VAHR - Consultoria e Terceirização em Tecnologia Ltda.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

09 - PGEA nº 000091.2018.15.903/0

Interessado: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho.

Assunto: Recurso Administrativo em face de arquivamento de pedido de mediação - recurso manejado pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Araraquara, São Carlos, Matão e Região (SIEMACO).

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

10 - PGEA nº 000102.2018.09.910/0.

Interessado: Daniel Gemignani - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso - O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos -, na Università di Roma Tor Vergata, Roma, Itália.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

11 - EP nº 00046.2016.99.900/5

Interessado: Állysson Feitosa Torquato Scorsafava - Procurador do Trabalho

Assunto: Acompanhamento de Estágio Probatório (19º Concurso, 3ª Posse).

Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

12 - EP nº 000245.2017.99.900/0

Interessado: Thiago Lopes de Castro - Procurador do Trabalho

Assunto: Acompanhamento de Estágio Probatório (19º Concurso, 5ª Posse).

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

13 - EP nº 000321.2017.99.900/8

Interessado: Rogério de Almeida Pinto Guimarães - Procurador do Trabalho

Assunto: Acompanhamento de Estágio Probatório (19º Concurso, 6ª Posse).

Relator: Conselheiro Eneas Bazzo Torres.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do CSMPT

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro Secretário do CSMPT

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Notícia de Fato 110.2018.000288

Ementa. Comando da Força Aeronaval. Alegação de Dificuldade No Trâmite de Sindicância. Matéria Já Judicializada. Prerrogativa de Advogados Supostamente Violada. Negativa de Ingresso Com Telefone Celular. Ausência de Contorno Criminal. Arquivamento.

Notícia de que militares lotados no Comando da Força Aeronaval, em São Pedro da Aldeia, além de seu Comandante, teriam ferido prerrogativas de advogados. Exigência de retenção de dispositivos móveis para adentrar no gabinete do Comandante, onde foi realizada a audiência. Ausência de contornos criminais neste fato. Os interessados, se julgarem conveniente, poderão levar a questão à Justiça Federal. A matéria relativa à suposta dificuldade no trâmite de procedimento administrativo já está judicializada. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.146913/18-87, que tem como interessados: Luiz Carlos de Souza, Lisiane Roberto da Silva e Rosana Aparecida Costa, referente a possíveis irregularidades envolvendo a conduta dos agentes comunitários de saúde Luiz Carlos de Souza, Lisiane Roberto da Silva e Rosana Aparecida Costa .

CLAYTON DA SILVA GERMANO

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
GABINETE

PORTARIA Nº 1.004, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; no § 3º do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000014641-6, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 9.806.383,00 (nove milhões, oitocentos e seis mil, trezentos e oitenta e três reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 9.806.383,00 (nove milhões, oitocentos e seis mil, trezentos e oitenta e três reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSA WEBER
Ministra

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							3.356.383
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							3.356.383
02 122	0570 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul							3.356.383
			F	4	2	90	0	100	3.356.383
TOTAL - FISCAL									3.356.383
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.356.383

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							6.450.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							6.450.000
02 122	0570 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná							6.450.000
			F	3	2	90	0	100	1.200.000
			F	4	2	90	0	100	4.959.499
			F	4	2	90	0	127	290.501
TOTAL - FISCAL									6.450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.450.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							9.806.383
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							9.806.383
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							9.806.383
			F	3	2	90	0	100	9.515.882
			F	3	2	90	0	127	290.501
TOTAL - FISCAL									9.806.383
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.806.383

PORTARIA Nº 1.005 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; no item "1", alínea "d", inciso III do caput do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000014641-6, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 3.097.928,00 (três milhões, noventa e sete mil, novecentos e vinte e oito reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 3.097.928,00 (três milhões, noventa e sete mil, novecentos e vinte e oito reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSA WEBER
Ministra

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							246.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							246.000
02 122	0570 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas							246.000
			F	4	2	90	0	100	246.000
TOTAL - FISCAL									246.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									246.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							265.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							265.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais							265.000
			F	3	2	90	0	100	265.000
TOTAL - FISCAL									265.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									265.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							586.292
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							586.292
02 122	0570 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte							586.292
			F	4	2	90	0	100	292.000
			F	4	2	90	0	127	294.292
TOTAL - FISCAL									586.292
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									586.292

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.000.636
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.000.636
02 122	0570 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo							2.000.636
			F	4	2	90	0	100	2.000.636
TOTAL - FISCAL									2.000.636
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.636

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							246.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							246.000
02 122	0570 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas							246.000
			F	3	2	90	0	100	246.000
TOTAL - FISCAL									246.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									246.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							265.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							265.000
02 122	0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais							265.000
			F	4	2	90	0	100	265.000
TOTAL - FISCAL									265.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									265.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							586.292
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							586.292
02 122	0570 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte							586.292
			F	3	2	90	0	100	292.000
			F	3	2	90	0	127	294.292
TOTAL - FISCAL									586.292
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									586.292

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							2.000.636
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							2.000.636
02 122	0570 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo							2.000.636
			F	3	2	90	0	100	2.000.636
TOTAL - FISCAL									2.000.636
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.636

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.342, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o PA n. 11634/2018, resolve:

Art. 1º Remanejar o Cargo em Comissão e as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Item	Sequencial CJ/FC	Descrição e origem CJ/FC	Descrição e destino CJ/FC
1	584	CJ-02 de Subsecretário da Subsecretaria de Apontamentos-SUAPO/SEJU	CJ-02 de Subsecretário da Subsecretaria de Taquigrafia e Gravação-SUTAG/SEJU
2	1961	FC-05 da Subsecretaria de Apontamentos-SUAPO/SEJU	FC-05 da Subsecretaria de Taquigrafia e Gravação-SUTAG/SEJU
3	1948	FC-03 da Subsecretaria de Apontamentos-SUAPO/SEJU	FC-03 da Subsecretaria de Taquigrafia e Gravação-SUTAG/SEJU
4	1962	FC-05 de Supervisor do Serviço de Apontamentos-SERAPO/SUAPO	FC-05 de Supervisor do Serviço de Taquigrafia-SERTAQ/SUTAG
5	1949	FC-03 do Serviço de Apontamentos-SERAPO/SUAPO	FC-03 do Serviço de Taquigrafia-SERTAQ/SUTAG
6	1937	FC-02 do Serviço de Apontamentos-SERAPO/SUAPO	FC-02 do Serviço de Taquigrafia-SERTAQ/SUTAG
7	1963	FC-05 de Supervisor do Serviço de Revisão e Distribuição de Apontamentos-SEREDI/SUAPO	FC-05 de Supervisor do Serviço de Revisão de Notas Taquigráficas-SERENT/SUTAG
8	1950	FC-03 do Serviço de Revisão e Distribuição de Apontamentos-SEREDI/SUAPO	FC-03 do Serviço de Revisão de Notas Taquigráficas-SERENT/SUTAG
9	1938	FC-02 do Serviço de Revisão e Distribuição de Apontamentos-SEREDI/SUAPO	FC-02 do Serviço de Revisão de Notas Taquigráficas-SERENT/SUTAG
10	1964	FC-05 de Supervisor do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUAPO	FC-05 de Supervisor do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUTAG
11	1951	FC-03 do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUAPO	FC-03 do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUTAG
12	1939	FC-02 do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUAPO	FC-02 do Serviço de Gravação de Pronunciamentos-SERGRA/SUTAG

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMÃO C. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 2.345, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 485, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 38.949.303,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e nove mil trezentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 38.949.303,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e nove mil trezentos e três reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMÃO C. OLIVEIRA

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							37.861.559
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							37.861.559
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							37.861.559
			S	1	1	90	0	100	37.861.559
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							907.744
		Atividades							
02 331	0567 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							400.000
02 331	0567 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							400.000
			F	3	1	90	0	100	400.000
02 061	0567 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							310.000
02 061	0567 4224 0053	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Distrito Federal							310.000
			F	3	1	90	0	100	310.000
		Operações Especiais							
02 846	0567 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							197.744
02 846	0567 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							197.744
			F	1	0	91	0	100	197.744
TOTAL - FISCAL									907.744
TOTAL - SEGURIDADE									37.861.559
TOTAL - GERAL									38.769.303

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							180.000
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							180.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							180.000
			F	4	2	90	0	100	180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							36.613.685
		Atividades							
02 122	0567 20TP	Ativos Civis da União							11.909.223
02 122	0567 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							11.909.223
			F	1	1	90	0	100	11.909.223
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							13.600.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							13.600.000
			F	3	2	90	0	100	2.600.000
			F	4	2	90	0	100	11.000.000
		Projetos							
02 122	0567 13ZW	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT							7.641.198
02 122	0567 13ZW 0053	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT - No Distrito Federal							7.641.198
			F	4	2	90	0	100	7.641.198
02 122	0567 3751	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais							1.722.267
02 122	0567 3751 7003	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais - No Distrito Federal (Itapoã)							1.722.267
			F	4	2	90	0	100	1.722.267
02 122	0567 7V65	Construção da Sede do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude em Brasília - DF							1.740.997
02 122	0567 7V65 5664	Construção da Sede do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude em Brasília - DF - Em Brasília - DF							1.740.997
			F	4	2	90	0	100	1.740.997
	0999	Reserva de Contingência							2.155.618
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							197.744
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							197.744
			F	9	0	99	0	100	197.744
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							1.957.874
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							1.957.874
			F	9	2	99	0	100	1.957.874
TOTAL - FISCAL									38.769.303
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.769.303

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							180.000
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							180.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							180.000
			F	3	2	90	0	100	180.000
TOTAL - FISCAL									180.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 79, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo Cofen nº 435/2018
Processo Administrativo Coren-RJ nº 102/2017
Parecer de Relator nº 324/2018
Conselheira Relatora: Dra. Rosangela Gomes Schneider
Denunciante/Recorrente: Aguina Lúcia Pimentel Pessanha
Denunciada: Cláudia Christina Abreu de Assis, Coren-RJ nº 692.416-TE
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 435/2018. RECURSO CONTRA NÃO ADMISSIBILIDADE. Negar provimento ao recurso. Manutenção da decisão do Coren-RJ. Não admissibilidade de denúncia.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 435/2018, originário do COREN-RJ, Processo Administrativo Coren-RJ nº 102/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de novembro de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso interposto, por ser o mesmo tempestivo, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-RJ e não admitir a denúncia contra a Técnica de Enfermagem Sra. Cláudia Christina Abreu de Assis, Coren-RJ nº 692.416-TE.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ROSANGELA GOMES SCHNEIDER
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 81, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 013/2018
Processo Ético Coren-SC nº 042/2015
Parecer de Relator nº 322/2018
Conselheira Relatora: Dra. Waldenira Santos Fonseca
Denunciante: Coren-SC "de ofício"
Denunciada/Recorrente: Olinda Antônio Costa, Coren-SC nº 82.771-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 013/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-SC. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 013/2018, originário do COREN-SC, Processo Ético Coren-SC nº 042/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de novembro de 2018, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-SC e absolver à Enfermeira Dra. Olinda Antônio Costa, Coren-SC nº 82.771-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

WALDENIRA SANTOS FONSECA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 82, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 014/2018
Processo Ético Coren-SP nº 115/2015
Parecer de Relator nº 332/2018
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva
Denunciante: Aline Andrade da Silva, Coren-SP nº 338.092-ENF
Denunciada/Recorrente: Débora Guilhermina Costa Gutierres, Coren-SP nº 162.306-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 014/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-SP. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 014/2018, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 115/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de novembro de 2018, por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-SP nº 079/2017 e absolver à Enfermeira Dra. Débora Guilhermina Costa Gutierres, Coren-SP nº 162.306-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LUCIANO DA SILVA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 84, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo Cofen nº 493/2018
Denúncia Coren-MG nº 126/2016
Parecer de Relator nº 333/2018
Conselheiro Relator: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante/Recorrente: Adeilson Camilo de Oliveira (Nome Social: Kamilla Oliveira), Coren-MG nº 339.507-ENF
Denunciadas: Karyne Oliveira Mello, Coren-MG nº 70.680-ENF, e Josiane Vilanova de Souza, Coren-MG nº 185.613-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 493/2018. RECURSO CONTRA NÃO ADMISSIBILIDADE. Negar provimento ao recurso. Manutenção da decisão do Coren-MG. Não admissibilidade de denúncia.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 493/2018, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 126/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 22 de novembro de 2018, por 07 (sete) votos a favor e 02 (dois) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso interposto, por ser o mesmo tempestivo, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-MG nº 198/2017 e não admitir a denúncia contra as Enfermeiras Dra. Karyne Oliveira Mello, Coren-MG nº 70.680-ENF, e Dra. Josiane Vilanova de Souza, Coren-MG nº 185.613-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GILVAN BROLINI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 86, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 017/2018
Processo Ético Coren-AL nº 001/2018
Parecer de Relator nº 325/2018
Conselheiro Relator: Dr. José Adailton Cruz Pereira
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Fernanda Cristina Leite da Silva, Coren-AL n° 417.241-TE
Denunciada/Recorrente: Nara Rezende Medeiros Alencar, Coren-AL n° 274.051-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 017/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-AL. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 017/2018, originário do COREN-AL, Processo Ético Coren-AL nº 001/2018.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 22 de novembro de 2018, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-AL nº 033/2017 e absolver à Enfermeira Dra. Nara Rezende Medeiros Alencar, Coren-AL n° 274.051-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GILVAN BROLINI
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 87, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo Cofen nº 381/2018
Denúncia Coren-MG nº 056/2016
Parecer de Relator nº 326/2018
Conselheira Relatora: Dra. Maria Luísa de Castro Almeida
Denunciante/Recorrente: Wesley Alves Borges, Coren-MG nº 193.488-ENF
Denunciadas: Aline Kroger Magalhães, Coren-MG nº 111.194-ENF, Mara Januário Queiroz Cabra, Coren-MG nº 45.139-ENF, e Swraide Salgado Agripino, Coren-MG nº 49.564-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 381/2018. RECURSO CONTRA NÃO ADMISSIBILIDADE. Não conhecer do recurso por ser intempestivo. Manter a Decisão do Coren-MG. Não admissibilidade de denúncia.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 381/2018, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 056/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 507ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 22 de novembro de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não conhecer do recurso interposto, por ser o mesmo intempestivo, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-MG nº 171/2017 e não admitir a denúncia contra as Enfermeiras Dra. Aline Kroger Magalhães, Coren-MG nº 111.194-ENF, Dra. Mara Januário Queiroz Cabra, Coren-MG nº 45.139-ENF, e Dra. Swraide Salgado Agripino, Coren-MG nº 49.564-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA LUÍSA DE CASTRO ALMEIDA
Conselheira Relatora

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 075/2018, de 17 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 205 em 24 de outubro de 2018, na Seção 1, página 159. Onde se lê: "...por infração aos artigos 8º e 48 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007." deve-se ler: "...por infração aos artigos 8º, 9º e 48 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.".

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 664, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Ementa: Prorroga até 31 de dezembro de 2019 o prazo para formalização do pedido de ingresso ao PRF/CFF/CRF, estendendo ainda o prazo previsto no artigo 3º, § 1º, da Resolução/CFF nº 533/10.

O Conselho Federal de Farmácia, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas na Lei Federal nº 3.820/60, resolve:

Artigo 1º - O prazo previsto no parágrafo único do artigo 2º da Resolução/CFF nº 533 de 1º de julho de 2010 (DOU 07/07/10, Seção 1, pp. 131/132), passa a ser até 31 de dezembro de 2019.

Artigo 2º - Poderão ser incluídos no PRF/CFF/CRF os créditos fiscais não pagos até 31 de dezembro de 2016.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 665, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Ementa: Dispõe sobre o protesto de Certidões de Dívida Ativa no âmbito dos Conselhos Regionais de Farmácia.

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF), no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei n.º 3.820/60 e,

Considerando que o disposto no artigo 35 da Lei Federal nº 3.820/60 e nos artigos 43 e 48 da Resolução/CFF nº 659/18 (Regimento Interno Padrão dos Conselho Regionais de Farmácia);

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.492/97, com as alterações da Lei Federal nº 12.767/12;

Considerando o julgamento pela constitucionalidade da Lei Federal nº 12.767/12 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.135 pelo Supremo Tribunal Federal (STF);

Considerando o julgamento do Recurso Especial nº 1.126.515/PR pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que inexiste qualquer dispositivo legal ou regra que vede ou desautorize o protesto dos créditos inscritos em dívida ativa em momento prévio à propositura da ação judicial de execução, desde que observados os requisitos previstos na legislação correlata;

Considerando que o Tribunal de Contas da União (TCU) entende que é dever dos órgãos públicos buscar a cobrança da dívida ativa por todos os meios admitidos em direito, inclusive o protesto, nos termos do Acórdão nº 3.053/2009 - Plenário;

Considerando a necessidade em se promover a regularização e eficiência na arrecadação e nos procedimentos de cobrança dos créditos devidos aos Conselhos Regionais de Farmácia, ante a observância aos princípios da isonomia, da razoabilidade, da eficiência e da efetividade;

Considerando a necessidade de cautela para a não configuração de indenização por dano moral in re ipsa, (protesto indevido de título), tendo em vista a restrição gerada junto aos órgãos de proteção ao crédito; resolve:

Artigo 1º - Serão encaminhados a protesto os créditos não recolhidos no prazo legal, que estejam ou não aptos ao ajuizamento da competente ação de execução fiscal, conforme os termos do artigo 8º da Lei Federal nº 12.514/11, após a inscrição e emissão da certidão de dívida ativa (CDA).

Parágrafo Único - O Conselho Regional de Farmácia (CRF) protestará anuidade a partir do exercício subsequente.

Artigo 2º - Previamente ao protesto da CDA, o CRF efetuará tentativa de cobrança amigável da dívida, por meio de correspondência ou outro meio idôneo, com comprovação de recebimento, fixando prazo para o recolhimento do débito, conforme disposto na Resolução/CFF nº 531/10 ou outra que venha a substituí-la.

Parágrafo Único - O CRF deverá informar que o não pagamento na data aprazada ocasionará a inscrição do débito em dívida ativa, com a possibilidade de encaminhamento da CDA para protesto.

Artigo 3º - Serão passíveis de protesto os créditos não executáveis nos termos do artigo 8º da Lei Federal nº 12.514/11.

§ 1º - Inicialmente serão encaminhados a protesto os créditos que atendam os seguintes requisitos:

I) Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas com registro ativo;

II) Acúmulo de anuidades (parcelas, inclusive) em aberto;

§ 2º - Os demais créditos também poderão ser levados a protesto a critério de cada Conselho Regional de Farmácia.

Artigo 4º - Os setores responsáveis devem observar as regras e procedimentos constantes na Lei Federal nº 9.492/97, cercando-se das garantias necessárias à utilização dos procedimentos corretos.

Artigo 5º - Os demais procedimentos e tramites necessários para a concretização do protesto serão normatizados por cada CRF.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 40.064, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 002372/2018. Nº Originário: 1.11.000.001548/2017-94. Requerente: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Requerido: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas - CRF/AL. Relator: Conselheiro Federal José Ricardo Arnaut Amadio. Ementa: Notícia de Fato nº 1.11.000.001548/2017-94, em trâmite na Procuradoria da República no Estado de Alagoas. Realização de sindicância. A evidencia de prejuízo ao erário, consubstanciada em documentação comprobatória, ainda que indiciária, enseja a devida instauração para fins de apuração. A Lei Federal nº 8.443/92 e determinantes normativas do Tribunal de Contas da União orientam nesse sentido. As entidades fiscalizadoras de profissões regulamentadas são autarquias mantidas com contribuições parafiscais, sujeitas aos princípios da administração pública. Pela instauração de tomada de contas especial ante aos fatos e documentos apurados no relatório de sindicância realizada no CRF/AL no tocante às irregularidades nos procedimentos de inscrição, emissão de certidões, trâmite nos processos administrativos fiscais e inscrição na dívida ativa. Conclusão: Vistos, Relatados, Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL JUNTO AO CRF/AL PARA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE PREJUÍZO AO ERÁRIO, nos termos do voto do Relator e da decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP para o exercício de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 9696, de 1º de setembro de 1998, e de acordo com a alínea IX do Artigo 40 do Estatuto do CREF4/SP (Resolução CREF4/SP nº 060, de 19 de agosto de 2011), e

CONSIDERANDO a deliberação pelo Plenário do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, em sua 221ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2018;, resolve:

Art. 1º - Aprovar o orçamento-programa para o exercício de 2019 do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP, cujo resumo está publicado no Anexo I integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

ANEXO I

RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO CREF4/SP PARA O EXERCÍCIO DE 2019

CREF4/SP	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	59.000.000,00	57.600.000,00
Receitas e Despesas de Capital		23.400.000,00
SUBTOTAL	59.000.000,00	81.000.000,00
Superávit	22.000,000,00	
TOTAL	81.000.000,00	81.000.000,00

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 95, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com o Secretário, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016;CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16.CONSIDERANDO os artigos 4º, 5º e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia.CONSIDERANDO a Resolução Cofen n. 589, de 18 de outubro de 2018, que autoriza os Conselhos Regionais de Enfermagem a fixarem o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas, e dá outras providências.CONSIDERANDO a deliberação na 131ª Reunião Extraordinária de Plenário, realizada no dia 29 de outubro de 2018, decidem:

Art. 1ºConforme deliberado pela Resolução Cofen acima elencada, estabelecer os valores das anuidades de pessoa física e jurídica no âmbito do Coren-MS para o exercício 2019:I - Pessoa Física: Enfermeiro(a) - R$ 411,50;Obstetriz - R$ 390,93;Técnico(a) em Enfermagem - R$ 254,42 e;Auxiliar de Enfermagem - R$ 204,18.II - Pessoa Jurídica: Até R$ 50.000,00 de capital social - R$ 594,63;Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00 - R$

1.189,27;Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - R$ 1.783,90; cima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 - R$ 2.378,54;Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 - R$ 2.973,16;Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 - R$ 3.567,81 e;Acima de R$ 10.000.000,00 - R$ 4.757,05.

Art. 2ºAs anuidades terão vencimento em 31 de março de 2019 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:I - com 20% de desconto em cota única até 31 de janeiro de 2019;II - com 10% de desconto em cota única até 28 de fevereiro de 2019;

III - com 5% de desconto em cota única até 31 de março de 2019;IV - parcelado sem desconto em 05 (cinco) quotas mensais, iguais e consecutivas, com o primeiro vencimento em 31 de janeiro, não podendo cada parcela ser inferior a R$ 50,00.

§1º As parcelas pagas após o vencimento mensal sofrerão o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia.

§2º Não havendo pagamento até 31 de março de 2019 ou o parcelamento previsto no inciso IV deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3ºOs valores descritos no artigo 1º da presente decisão foram reajustados em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2017 a setembro/2018), nos termos da Resolução COFEN Nº 0589/2018.

Art. 4ºAos profissionais recém-inscritos, será concedido o desconto de 30% (trinta por cento) para Enfermeiros e 50% (cinquenta por cento) para Técnico e Auxiliar de Enfermagem, no valor da primeira anuidade, que será paga proporcionalmente quando solicitada a partir do mês de abril.

Art. 5ºEsta Decisão entrará em vigor após homologação do Conselho Federal de Enfermagem e publicação na Imprensa Oficial.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho

DECISÃO Nº 96, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com o Secretário, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016;CONSIDERANDO o artigo 16 da Lei nº 5.905/73, que define a receita do Conselho Regional de Enfermagem.CONSIDERANDO a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral.CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem fixar os valores das anuidades, e homologar os valores de taxas de serviços e emolumentos para os Conselhos Regionais de Enfermagem.CONSIDERANDO a Resolução Cofen n. 589, de 18 de outubro de 2018, que autoriza os Conselhos Regionais de Enfermagem a fixarem o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas, e dá outras providências.CONSIDERANDO a deliberação na 131º Reunião Extraordinária de Plenário, realizada no dia 29 de outubro de 2018, decidem:

Art. 1ºFixar os valores das taxas, emolumentos e documentos de pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, conforme abaixo:

I - autorização atendente/estrangeiro - R$ 157,30;
II - inscrição e registro de pessoa física - R$ 278,48;
III - inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 401,67;
IV - inscrição secundária - R$ 278,48;
V - inscrição remida/remida secundária - R$ 278,48;
VI - expedição de carteira profissional - R$ 132,64;
VII - substituição de carteira/expedição de 2ª via - R$ 132,64;
VIII - anotação/registro de especialização, qualificação ou título para Técnicos de Enfermagem - R$ 179,17;
IX - transferência de inscrição - R$ 278,48;
X - reinscrição/revalidação de registro - R$ 184,91;
XI - renovação de autorização - R$ 157,30;
XII - suspensão temporária de inscrição - R$ 71,68;
XIII - cancelamento de inscrição e registro - R$ 71,47;
XIV - anotação de Responsabilidade Técnica - R$ 215,02;
XV - certidão de Responsabilidade Técnica - R$ 71,57;
XVI - emissão de declaração ou validação de registro para outros países - R$ 229,35;
XVII - certidões diversas - R$ 47,30;
XVIII - desarquivamento de autos/documentos - R$ 14,33;
XIX - autenticação de documentos pelo Conselho - R$ 1,43 por folha;
XX - despesas de correspondência e remessa de documentos - valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e;
XXI - despesas de fotocópias realizadas no Conselho - R$ 0,44.

Art. 2ºOs valores descritos no artigo 1º da presente decisão foram reajustados em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2017 a setembro/2018) e nos termos da Resolução COFEN Nº 0589/2018.

Art. 3ºÉ vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 4ºEsta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO Nº 157, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os valores das anuidades para o exercício de 2019.

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973,

CONSIDERANDO que a Lei nº 5.905/73 em seu artigo 10 e 16 define a receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º e 6º da Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO que a Lei 12.514/2011, define que fato gerador das anuidades é a existência de inscrição nos conselhos profissionais, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício;

CONSIDERANDO que a Lei 12.514/2011, em seu artigo 6º, § 1º, impede que eventuais resoluções dos conselhos profissionais ultrapassem esse teto (variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor), impedindo abusos e exageros dos conselhos de classe, mas propicia aos conselhos a indicação da quantia da anuidade mais adequada ao atendimento de suas finalidades institucionais e à capacidade financeira dos profissionais que os integram;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos do artigo 76 do Regimento Interno do COFEN;

CONSIDERANDO a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC dos últimos 12 meses (outubro 2017/setembro 2018) que ficou estabelecido em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução COFEN nº 589/2018;

CONSIDERANDO o quanto decidido na 2ª Reunião Extraordinária do Plenário, realizada no dia 29 de outubro de 2018; decide:

Art. 1º. As anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica para o exercício de 2019 serão reajustadas com o INPC acumulado de 3,97%, resultando nos seguintes valores:

§ 1º Pessoas físicas:

I - Enfermeiro - R$ 354,11 (trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos);

II - Técnico de Enfermagem - R$ 235,59 (duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

III - Auxiliar de Enfermagem - R$ 162,77 (cento e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos);

IV - Obstetriz - R$ 336,41 (trezentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos).

§ 2º Pessoas jurídicas, conforme o capital social:

I - até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 594,64 (quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos);

II - acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.189,27 (um mil cento e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos);

III - acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.783,91 (um mil setecentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos);

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.378,54 (dois mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

V - acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.973,17 (dois mil novecentos e setenta e três reais e dezessete centavos);

VI - acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.567,81 (três mil quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos)

VII - acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.757,05 (quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos).

Art. 2º. O desconto para pagamento da anuidade de pessoa física para o exercício de 2019, em cota única até 31 de janeiro de 2019, será de 20% (vinte por cento) sobre os valores dispostos no §1º do artigo 1º da presente decisão.

Art. 3º. O desconto para pagamento da anuidade de pessoa física para o exercício de 2019, em cota única de 1º de fevereiro de 2019 até 31 de março de 2019, será de 10% (dez por cento) sobre os valores dispostos no §1º do artigo 1º da presente decisão.

Art. 4º. O desconto para pagamento da anuidade de pessoa jurídica para o exercício de 2019, em cota única até 31 de janeiro de 2019, será de 10% (dez) sobre os valores dispostos no §2º do artigo 1º da presente decisão.

Art. 5º. Esta decisão entra em vigor a partir da homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem.

DANIEL MENEZES DE SOUZA
Presidente do Conselho

NELCI DIAS DA SILVA
Secretária

DECISÃO Nº 158, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os valores de taxas e preços de serviços a serem cobrados pelo COREN-RS no exercício de 2019.

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973,

CONSIDERANDO que o disposto no ar. 15 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Conselhos Regionais de Enfermagem, nos termos do artigo 21 do Regimento Interno do COREN-RS;

CONSIDERANDO a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC dos últimos 12 meses (outubro 2017/setembro 2018) que ficou estabelecido em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução COFEN nº 510/2016;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução COFEN nº 589/2018;

CONSIDERANDO o interesse público em manter atualizados os dados cadastrais dos inscritos junto a este Conselho Profissional;

CONSIDERANDO os princípios da Administração Pública, especialmente, o da publicidade, da eficiência e da transparência;

CONSIDERANDO o quanto decidido na 2ª Reunião Extraordinária do Plenário, realizada no dia 29 de outubro de 2018.

decide:

Art. 1º. Reajustar os valores das taxas e serviços a serem pagos por pessoa física e jurídica, utilizando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC dos últimos 12 meses (outubro 2017/setembro 2018) que ficou estabelecido em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento);

Art. 2º. Manter a isenção do pagamento de taxas correspondentes à inscrição remida/remida secundária; suspensão temporária de inscrição; cancelamento de inscrição e registro; bem como de anotação/registro de especialização, qualificação ou título.

Art. 3º. Os valores das taxas e preços de serviços a serem cobrados pelo COREN-RS para o exercício de 2019 correspondem aos valores dispostos no Anexo desta Decisão.

Art. 4º. Esta decisão entra em vigor a partir da homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem.

DANIEL MENEZES DE SOUZA
Presidente do Conselho

NELCI DIAS DA SILVA
Secretária

ANEXO

DECISÃO COREN-RS Nº 158/2018

I - autorização de atendente - R$ 24,30 (vinte e quatro reais e trinta centavos);

II - inscrição e registro de pessoa física - R$ 130,33 (cento e trinta reais e trinta e três centavos);

III - inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 364,06 (trezentos e sessenta e quatro reais e seis centavos);

IV - inscrição secundária - R$ 130,33 (cento e trinta reais e trinta e três centavos);

V - inscrição remida/remida secundária - ISENTA;

VI - expedição de carteira profissional / 2ª via de cédula - R$ 36,45 (trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos);

VII - renovação de carteira profissional - ISENTA;

VIII - anotação/registro de especialização, qualificação ou título - ISENTA;

IX - transferência de inscrição - R$ 36,45 (trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos);

X - reinscrição/revalidação de registro - R$ 121,49 (cento e vinte e um reais e quarenta e nove centavos);

XI - suspensão temporária de inscrição - ISENTA;

XII - cancelamento de inscrição e registro - ISENTA;

XIII - anotação de responsabilidade técnica - R$ 194,89 (cento e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos);

XIV - certidão de responsabilidade técnica - R$ 64,96 (sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos);

XV - certidões diversas - ISENTA;

XVI - despesas de correspondência e remessa de documentos - valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

XVII - despesas de fotocópias realizadas no Conselho - R$ 0,17 (dezessete centavos).

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECISÃO Nº 8, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905 de 12/07/1973 e, em consonância com as disposições previstas no Regimento da Autarquia aprovado pela Decisão COREN-SP/DIR/03/2013, devidamente homologada pela Decisão Cofen 062/2013,

CONSIDERANDO o disposto no §3 do artigo 1º da Resolução Cofen nº 589/2018, que dispõe que as taxas e emolumentos dos serviços das pessoas físicas e jurídicas a serem prestados no exercício de 2019 poderão ser reajustados pelos Conselhos Regionais de Enfermagem nos mesmos índices praticados no artigo primeiro da referida Resolução, qual seja 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento), a teor do que estabelece o artigo 6º, § 1º da Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º e seguintes, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren-SP em suas 1061ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2018, decide:

Art. 1º Reajustar no percentual de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) os valores de serviços relacionados com as atribuições legais do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP devidos pelas pessoas físicas inscritas no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, que vigorarão durante o exercício de 2019, conforme tabela abaixo.

Item	Serviço - Descrição	Valor- R$
I	Autorização atendente/estrangeiro	144,11
II	Inscrição e registro de pessoa física	255,13
III	Inscrição e registro de pessoa jurídica	367,99
IV	Inscrição secundária	255,13
V	Inscrição remida/remida secundária	255,13
VI	Expedição de carteira profissional	121,52
VII	Expedição de 2º via de carteira profissional	121,52
VIII	Renovação de carteira profissional (Resolução Cofen nº 510/2016)*	ISENTO
IX	Anotação de qualificação	164,16
X	Registro de especialização ou título de especialista (Resolução Cofen nº 581/2018)**	ISENTO
XI	Transferência de inscrição	255,13
XII	Reinscrição / revalidação de registro	169,41
XIII	Renovação de autorização	144,11
XIV	Suspensão temporária de inscrição***	ISENTO
XV	Cancelamento de inscrição e registro	52,83
XVI	Anotação de Responsabilidade Técnica	196,99
XVII	Certidão de Responsabilidade Técnica	65,67
XVIII	Emissão de declaração ou validação de registro para outros países	210,12
XIX	Certidões diversas (excetuando as certidões solicitadas automaticamente por meio eletrônico, cuja emissão é gratuita)	43,32
XX	Desarquivamento de autos/documentos	13,13
XXI	Autenticação de documentos pelo Conselho	ISENTO
XXII	Despesas de correspondência e remessa de documentos	A calcular****
XXIII	Despesas de fotocópias realizadas no Conselho	ISENTO

* - Item VIII: Isento de acordo com o estabelecido na Resolução Cofen nº 510/2016.

** - Item X: Isento de acordo com o estabelecido no §1º do artigo 1º da Resolução Cofen nº 581/2018,o registro de especialista para Técnico e Auxiliar continua sendo cobrado .

*** - Item XIII: Isento de acordo com o estabelecido no § 3º do Artigo 32, do Anexo da Resolução Cofen nº 560/2017.

**** - Item XX: Caso o solicitante do serviço opte pelo envio da documentação requerida "via correio" o valor da remessa será calculado conforme tabela oficial disponibilizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sempre mediante "AR" - Aviso de Recebimento.

Art. 2º Os valores dos serviços acima relacionados, inclusive as isenções concedidas pelo Regional por meio do presente dispositivo, vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º A presente Decisão entrará em vigor após homologação procedida pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, produzindo seus regulares efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em sentido contrário, especialmente a DECISÃO COREN-SP/PLENÁRIO/05/2017.

RENATA ANDRÉA PIETRO PEREIRA VIANA
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

DECISÃO Nº 9, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905 de 12/07/1973 e pelo regimento da Autarquia aprovado pela DECISÃO COREN-SP/DIR/03/2013 e COFEN 062/2013,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 2º, da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º e seguintes, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO as regras previstas no artigo 1º da Resolução Cofen nº 496/2015 e no § 1º do artigo 3º e artigo 4º da Resolução Cofen nº 589/2018;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Cofen nº 589/2018, que dispõe que os Conselhos Regionais de Enfermagem poderão reajustar o valor das anuidades (enfermeiro, obstetriz, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem) para o exercício de 2019 no percentual de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento), conforme estabelecido no artigo 6º, § 1º da Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º da Resolução Cofen nº 440/2013;

CONSIDERANDO o quanto disposto nos demais normativos do Cofen que disciplinam a presente temática;

CONSIDERANDO a importância da manutenção de todas as despesas geradas pela Autarquia para a consecução das atividades fins previstas nas legislações que disciplinam o Sistema Cofen/Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren-SP em suas 1061ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2018, decide:

Art. 1º Reajustar no percentual de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) o valor das anuidades do exercício de 2019 devidas pelas pessoas físicas inscritas no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, as quais passarão a ter os seguintes valores:

I - Enfermeiro: R$ 396,93 (trezentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos);

II - Obstetriz: R$ 377,08 (trezentos e setenta e sete reais e oitos centavos);

III - Técnico de enfermagem: R$ 294,33 (duzentos e noventa e quatro reais e trinta e três centavos);

IV - Auxiliar de enfermagem: 254,17 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos).

Art. 2º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - desconto de 15% (quinze por cento) para pagamento da cota única até 31 de janeiro de 2019;

II - desconto de 5% (cinco por cento) para pagamento da cota única até 28 de fevereiro de 2019;

III - sem desconto para pagamento da cota única até 31 de março de 2019; e,

IV - sem desconto em 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento no mês de janeiro/2019 e a última no mês de maio/2019.

Parágrafo único. Nas hipóteses de pagamento em atraso serão aplicadas as regras estabelecidas na Resolução Cofen 589/2018 (§1º e 2º do artigo 3º).

Art. 3º Aos profissionais recém-inscritos, consoante o disposto no artigo 4º, da Resolução Cofen nº 589/2018, será concedido o desconto de 30% (trinta por cento) para enfermeiros e 50% (cinquenta por cento) para técnicos e auxiliares de enfermagem, no valor da primeira anuidade, que será paga proporcionalmente quando solicitada a partir do mês de abril.

Art. 4º Para os pedidos de inscrição protocolizados até 31 de março, em observância ao estabelecido no item II, do artigo 16 da Resolução Cofen nº 560/2017, a anuidade do exercício de 2019 deverá ser paga de forma integral, sendo que após esta data a anuidade deverá ser cobrada proporcionalmente aos meses que restam para o fim do exercício fiscal.

Art. 5º Os valores das anuidades acima relacionadas terão vigência durante o exercício de 2019, a partir do dia 1º de janeiro do referido ano.

Art. 6º Esta Decisão entrará em vigor após homologação procedida pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, produzindo seus regulares efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 7º Ficam revogadas todas as disposições em sentido contrário, especialmente a DECISÃO COREN-SP/PLENÁRIO/06/2017.

RENATA ANDRÉA PIETRO PEREIRA VIANA
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

DECISÃO Nº 10, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905 de 12/07/1973 e pelo regimento da Autarquia aprovado pela DECISÃO COREN-SP/DIR/03/2013 e COFEN 062/2013,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 2º, da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º e seguintes, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO as regras previstas § 1º do artigo 3º da Resolução Cofen nº 416/2011 e no artigo 30, da Resolução Cofen nº 435/2012;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen nº 494/2015;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Resolução COFEN 589/2018, que autoriza os Conselhos Regionais de Enfermagem a reajustar, caso assim decidam, o valor das anuidades físicas e jurídicas a eles devidas para o exercício de 2019 no percentual de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento), conforme estabelecido no artigo 6º,§ 1º da Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO a importância da manutenção de todas as despesas geradas pela Autarquia para a consecução das atividades fins previstas nas legislações que disciplinam o Sistema Cofen/Coren's;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Coren-SP em suas 1061ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2018, decide:

Art. 1º Reajustar no percentual de 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) as anuidades, conforme capital social, do exercício de 2019 devidas pelas pessoas jurídicas inscritas no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP, as quais passarão a ter os seguintes valores:

I - até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 594,62 (quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos);

II - acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.189,25 (um mil cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos);

III - acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.783,88 (um mil setecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos);

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.378,51 (dois mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos);

V - acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.859,61 (dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos);

VI - acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.567,81 (três mil quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos);

VII - acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.757,02 (quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e dois centavos).

Art. 2º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - desconto de 15% (dez por cento) para pagamento da cota única até 31 de janeiro de 2019;

II - desconto de 5% (cinco por cento) para pagamento da cota única até 28 de fevereiro de 2019;

III - sem desconto para pagamento da cota única até 31 de março de 2019.

Parágrafo único. Nas hipóteses de pagamento em atraso serão aplicadas as regras estabelecidas na Resolução Cofen 589/2018 (§1º e 2º do artigo 3º).

Art. 3º Os valores das anuidades acima relacionadas terão vigência durante o exercício de 2019, a partir do dia 1º de janeiro do referido ano.

Art. 4º Esta Decisão entrará em vigor após homologação procedida pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, produzindo seus regulares efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 5º Ficam revogadas quaisquer disposições em sentido contrário, especialmente a DECISÃO COREN-SP/PLENÁRIO/07/2017.

RENATA ANDRÉA PIETRO PEREIRA VIANA
Presidente do Conselho

EDUARDA RIBEIRO DOS SANTOS
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 30, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Abre ao Orçamento vigente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 835.951,52.

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 3.268/57, alterada pela Lei nº 11.000/04, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e, seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a premente necessidade de abertura de Créditos Suplementares para modificar o orçamento atual;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CRM-PB, que aprova o orçamento para o exercício de 2018, resolve:

Art.1 - Autorizar a abertura de Créditos Suplementares no valor de R$ 835.951,52 (oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba do exercício de 2018, para o custeamento de despesas correntes neste Conselho.

Art.2 - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de

I - Excesso de Arrecadação, no valor R$ 835.951,52 (oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Art. 3 - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBERTO MAGLIANO DE MORAIS
Presidente do Conselho

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR
Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, no exercício de sua competência legal e suas atribuições regimentais, considerando a necessidade de manter atualizado o cadastro do CROSP, excluindo-se pessoas jurídicas já há muito tempo canceladas na Receita Federal e inativas; considerando o estabelecido no artigo 11º, I, da Lei n. 4.324, de 14 de abril de 1964; considerando que as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, estão obrigadas a se inscrever no CNPJ e a cada um de seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior, antes do início de suas atividades (IN RFB 1634/2016) devendo a regularidade do cartão CNPJ ser mantida ao longo do tempo; resolve:

Artigo 1º: A pessoa jurídica inscrita neste CROSP deve manter regular o seu cadastro, inclusive junto a Receita Federal, sendo que a ausência de regularidade no cartão CNPJ autorizará o cancelamento de ofício da inscrição. Para fins dessa resolução as seguintes situações cadastrais dão ensejo ao cancelamento: I - baixada; II - nula; Parágrafo primeiro: As situações cadastrais "suspensa" e "inapta" não estão contempladas sendo que nesses casos, para eventual cancelamento, será necessário prévio envio do processo de inscrição para parecer jurídico - Jurídico - Setor Consultivo, que poderá ou não deferir o cancelamento.

Artigo 2º: O cancelamento sempre será precedido de comunicação com A. R. (aviso de recebimento), informando os sócios que constarem do cadastro e o responsável técnico para que, no prazo de 30 (trinta) dias regularizem a situação junto ao CROSP, inclusive fornecendo informações sobre as atividades da pessoa jurídica e atualizando seu endereço, se for o caso.

Artigo 3º: Restando sem resposta a comunicação referida acima, será emitido no sítio eletrônico da Receita Federal, o comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, dando como baixada ou nula a inscrição, sendo a cópia anexada ao processo de inscrição, seguindo o processo para cancelamento junto ao Plenário do CROSP.

Artigo 4º: As anuidades em aberto anteriores à data da situação cadastral baixada ou nula serão regularmente cobradas. As anuidades em aberto posteriores a essa data serão isentas e baixadas do sistema.

Artigo 5º: Os casos omissos serão objeto de parecer jurídico e posterior aprovação da Plenária do CROSP.

Artigo 6º: A presente resolução entra em vigor com a sua publicação, revogada a Resolução nº 06/2017. Aprovado em Reunião Plenária de 21/11/2018.

MARCOS JENAY CAPEZ

